



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DA OE/DARH  
ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

1.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 3/31 DE MARÇO DE 2010

Publica-se ao Exército o seguinte:

## SUMÁRIO

### DECRETOS-LEI

#### Ministérios das Finanças e da Administração Pública

##### Decreto-Lei n.º 18/2010:

Estabelece o regime do Programa de Estágios  
Profissionais na Administração Pública e revoga  
o DL 326/99 de 18Ago ..... 36

#### Ministério da Defesa Nacional

##### Decreto-Lei n.º 27/2010:

Aprova o Estatuto dos Estabelecimentos de Ensi-  
no Superior Público Militar (EESPM) e procede  
à alteração ao DL n.º 37/2008, de 05 de Março ... 43

##### Decreto-Lei n.º 28/2010:

Aprova o Estatuto do IESM e procede à primeira  
alteração do DL n.º 165/2005, de 22 de Setembro 70

### PORTARIAS

#### Ministério das Finanças e da Administração Pública

##### Portaria n.º 172-A/2010:

Fixa o número máximo de estagiários a seleccionar  
anualmente para o PEPAC ..... 103

#### Ministérios das Finanças e da Administração Pública, da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e do Trabalho e da Solidariedade Social

##### Portaria n.º 172-B/2010:

Regulamenta o novo PEPAC ..... 129

#### Ministério da Defesa Nacional

##### Portaria n.º 175/2010:

Participação militar de Portugal, no âmbito da  
ISAF - International Security Assistance Force,  
sob o comando da NATO ..... 135

##### Portaria n.º 202/2010:

Aprova os modelos de distintivo metálico e de  
cartão de livre-trânsito para identificação dos  
trabalhadores da PJM ..... 136

##### Portaria n.º 236/2010:

Participação Militar de Portugal na missão  
EUTM ..... 139

### DESPACHOS

#### Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Administração Pública, da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

##### Despacho n.º 5 300/2010:

Regulamento de Funcionamento Interno da  
Autoridade Nacional para a Proibição das Armas  
Químicas ..... 139

#### Ministério da Defesa Nacional

##### Despacho n.º 4 922/2010:

Delegação de competências no chefe de gabinete  
do MDN, major-general Rui Mendonça ..... 143

#### Estado-Maior-General das Forças Armadas

##### Despacho n.º 4 706/2010:

Subdelegação de competências no major-general  
chefe do gabinete do CEMGFA ..... 144

<b>Despacho n.º 4 707/2010:</b>	<b>Despacho n.º 4 306/2010:</b>
Subdelegação de competências no tenente-general comandante operacional Conjunto ..... 144	Delegação de competências no National Contingent commander da EUFOR ..... 211
<b>Despacho n.º 4 708/2010:</b>	<b>Despacho n.º 5 169/2010:</b>
Subdelegação de competências no major-general chefe do Centro de Segurança e Informações Mil 144	Delegação e subdelegação de competências no tenente-general comandante das Forças Terrestres ..... 211
<b>Despacho n.º 4 709/2010:</b>	<b>Despacho n.º 5 170/2010:</b>
Subdelegação de competências no major-general comandante operacional da Madeira ..... 145	Delegação e subdelegação de competências no tenente-general comandante da Instrução e Doutrina ..... 212
<b>Instituto de Estudos Superiores Militares</b>	
<b>Despacho n.º 4 222/2010:</b>	<b>Comando do Pessoal</b>
Subdelegação de competências no chefe dos Serviços de Apoio do IESM ..... 145	<b>Despacho n.º 5 405/2010:</b>
<b>Estado-Maior do Exército</b>	Subdelegação de competências no coronel chefe do Centro Finanças do Cmd Pess ..... 213
<b>Despacho n.º 18/2010:</b>	<b>Despacho n.º 5 406/2010:</b>
Regimento do CSDE ..... 146	Subdelegação de competências no major-general director da DJD ..... 213
<b>Despacho n.º 3 684/2010:</b>	<b>Despacho n.º 5 407/2010:</b>
Delegação e subdelegação de competências no tenente-general comandante da Academia Militar 149	Subdelegação de competências no coronel chefe do Estado-Maior do Cmd Pess ..... 214
<b>Despacho n.º 3 685/2010:</b>	<b>Despacho n.º 5 408/2010:</b>
Delegação e subdelegação de competências no tenente-general vice-chefe do EME ..... 150	Subdelegação de competências no tenente-coronel Comandante da UnApoio do Cmd Pess ..... 215
<b>Despacho n.º 3 686/2010:</b>	<b>Despacho n.º 5 409/2010:</b>
Delegação e subdelegação de competências no tenente-general AGE, comandante do Pessoal..... 151	Subdelegação de competências no major-general director da DORH ..... 215
<b>Despacho n.º 3 687/2010:</b>	<b>Despacho n.º 5 410/2010:</b>
Delegação e subdelegação de competências no tenente-general adjunto para o Planeamento ..... 154	Subdelegação de competências no tenente-coronel Comandante do Estabelecimento Prisional Militar 216
<b>Despacho n.º 3 688/2010:</b>	<b>Despacho n.º 5 411/2010:</b>
Delegação e subdelegação de competências no major-general chefe do gabinete do CEME ..... 155	Subdelegação de competências no major-general director dos Serviços de Pessoal ..... 216
<b>Despacho n.º 3 689/2010:</b>	<b>Despacho n.º 5 412/2010:</b>
Delegação e subdelegação de competências no tenente-general Inspector-Geral do Exército ..... 156	Subdelegação de competências no major-general director da DARH ..... 217
<b>Despacho n.º 3 840/2010:</b>	<b>Comando da Logística</b>
Estrutura Curricular e Planos de Estudos dos Cursos da Academia Militar ..... 157	<b>Despacho n.º 4 730/2010:</b>
<b>Despacho n.º 3 994/2010:</b>	Subdelegação de competências no major-general director da Direcção de Saúde ..... 219
Estrutura Curricular e Planos de Estudos dos Cursos de Engenharia da Academia Militar ..... 182	<b>Despacho n.º 4 731/2010:</b>
	Subdelegação de competências no tenente-coronel chefe do CAVE ..... 219

**Despacho n.º 4 732/2010:**

Subdelegação de competências no coronel  
comandante da UnAp AMAS ..... 219

**Despacho n.º 4 733/2010:**

Subdelegação de competências no major-general  
director da DIE ..... 220

**Despacho n.º 4 734/2010:**

Subdelegação de competências no major-general  
director da DMT ..... 220

**Despacho n.º 4 735/2010:**

Subdelegação de competências no coronel  
director do IGeoE ..... 221

**Despacho n.º 4 807/2010:**

Subdelegação de competências no major-general  
director da Direcção de Finanças ..... 221

**Despacho n.º 4 808/2010:**

Subdelegação de competências no tenente-coronel  
chefe da Repartição de Apoio Geral do Cmd Log ..... 221

**Direcção de Material e Transportes****Despacho n.º 3 690/2010:**

Subdelegação de competências no coronel  
comandante do Centro Militar de Electrónica ..... 222

**Despacho n.º 4 307/2010:**

Subdelegação de competências no tenente-coronel  
director do DGME ..... 222

**Brigada Mecanizada****Despacho n.º 4 924/2010:**

Subdelegação de competências no coronel adjunto  
do comandante da BrigMec para o CMSM ..... 222

**Brigada de Reacção Rápida****Despacho n.º 4 722/2010:**

Subdelegação de competências no coronel  
comandante CTOE ..... 223

**Despacho n.º 4 723/2010:**

Subdelegação de competências no coronel  
comandante do RI 3 ..... 223

**Despacho n.º 4 724/2010:**

Subdelegação de competências no coronel  
comandante do RI 15 ..... 223

**Despacho n.º 4 725/2010:**

Subdelegação de competências no coronel  
adjunto do comandante da BrigRR ..... 224

**Despacho n.º 4 726/2010:**

Subdelegação de competências no coronel  
comandante do RI 10 ..... 224

**Despacho n.º 4 727/2010:**

Subdelegação de competências no coronel  
comandante do RA 4 ..... 224

**Despacho n.º 4 728/2010:**

Subdelegação de competências no coronel  
comandante do CTCmds ..... 225

**Despacho n.º 4 729/2010:**

Subdelegação de competências no coronel  
comandante da ETP ..... 225

**DECLARAÇÕES DE RECTIFICAÇÃO****Brigada de Reacção Rápida****Declaração de Rectificação n.º 538/2010:**

Rectificação de subdelegação de competências .... 226

## I — DECRETOS-LEI

### Ministério das Finanças e da Administração Pública

#### **Decreto-Lei n.º 18/2010 de 19 de Março de 2010**

O Programa do XVIII Governo Constitucional assume como prioridades fundamentais o relançamento da economia e a promoção do emprego, a modernização do País e o desenvolvimento de políticas sociais.

Neste contexto, o Governo pretende criar um programa anual de estágios profissionais na Administração Pública com o qual visa proporcionar uma nova oportunidade para três tipos de situações: jovens à procura de primeiro emprego, jovens licenciados em situação de desemprego e jovens que, embora se encontrem empregados, exerçam uma ocupação profissional não correspondente à sua área de formação e nível de qualificação. Esta medida resulta, assim, de uma aposta na promoção da empregabilidade, valorizando as qualificações e competências dos jovens licenciados, mediante o contacto com as regras, boas práticas e sentido de serviço público.

O programa de estágios enquadra-se, ainda, no âmbito das políticas de juventude, promovendo a emancipação dos jovens, apoiando a sua saída da casa de família, o desenvolvimento de experiências formativas e profissionais, assim como o empreendedorismo e emprego jovem.

Para além da valorização profissional dos jovens estagiários, pretende-se ainda, com este programa, potenciar o desenvolvimento de actividades profissionais inovadoras, de novas formações e novas competências profissionais, contribuindo assim para os objectivos do Plano Tecnológico, para a modernização dos serviços da Administração Pública e para a melhoria da qualidade do serviço prestado aos cidadãos e empresas.

Considerando estas linhas orientadoras, o programa agora criado permitirá que jovens licenciados que tenham até 35 anos realizem estágios profissionais remunerados em serviços e organismos da Administração Pública. Pretende-se promover a sua integração no mercado de trabalho, possibilitando-lhes o exercício de funções adequadas às suas qualificações. O estágio desenvolve-se em serviços ou organismos da Administração Pública, permitindo aos estagiários beneficiarem de uma experiência em contexto real de trabalho. Assim, o estagiário será integrado nas entidades que promovem os estágios, estando sujeito, com as necessárias adaptações, às regras aplicáveis aos respectivos serviços e organismos, conforme resulta do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, e do artigo 3.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, designadamente quanto à duração e horário de trabalho, aos descansos diários e semanal e ao regime de faltas.

Embora a conclusão do estágio não tenha como efeito a constituição de uma relação jurídica de emprego com a entidade em que aquele decorreu, o presente decreto-lei prevê uma série de benefícios para os estagiários que tenham sido avaliados com uma classificação de, pelo menos, 14 valores. Assim, em primeiro lugar, se for aberto concurso de recrutamento pela entidade onde realizaram o estágio nos dois anos seguintes à conclusão, os estagiários podem optar pela aplicação do método de selecção previsto no n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, concorrendo através de avaliação curricular e entrevista de avaliação, assim ficando dispensada a prova de conhecimentos. Em segundo lugar, em caso de igualdade de classificação em procedimento concursal de recrutamento, os estagiários têm preferência na lista de ordenação final. Em terceiro lugar, se o estagiário, na sequência do respectivo procedimento concursal, vier a constituir uma relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, vê reduzido o período experimental de 240 para 180 dias. Finalmente, o programa prevê ainda que 1 % dos estagiários em cada Ministério com as melhores classificações finais de estágio fiquem isentos do pagamento de propinas, se concorrerem e forem seleccionados para frequentar o Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública, promovido pelo Instituto Nacional da Administração, I. P., e que garante o acesso à função pública.

No âmbito do programa estabelecido pelo presente decreto-lei foram também tidas em conta as particulares dificuldades de inserção profissional de pessoas com deficiência, estabelecendo-se uma quota mínima de acesso ao programa.

O presente decreto-lei aprova, pois, um novo regime de realização de estágios na Administração Pública, criando o respectivo programa. Reconhecendo embora os resultados positivos dos estágios profissionais realizados ao longo da última década ao abrigo do regime jurídico decorrente do Decreto-Lei n.º 326/99, de 18 de Agosto, considera-se indispensável a revogação do anterior regime, pelas inovações introduzidas, e para a adequar as políticas de emprego a implementar ao novo quadro normativo resultante da reforma da Administração Pública, em especial o decorrente da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

##### Objecto

1 — O presente decreto-lei estabelece o regime jurídico do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública, abreviadamente designado por Programa.

2 — O Programa permite aos estagiários o desempenho de funções no contexto da Administração Pública, prioritariamente as correspondentes à carreira de técnico superior.

3 — O desempenho de funções correspondentes a carreiras especiais no âmbito do Programa depende de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e da respectiva tutela.

#### Artigo 2.º

##### Âmbito

1 — O regime estabelecido no presente decreto-lei aplica-se aos serviços e organismos da administração central directa e indirecta do Estado, com exclusão das entidades públicas empresariais, designados, para efeitos do presente decreto-lei, por entidades promotoras.

2 — O presente regime é aplicável, através de diploma próprio, à administração autárquica, bem como, sem prejuízo da competência dos seus órgãos de governo próprio, às Regiões Autónomas.

#### Artigo 3.º

##### Objectivos

São objectivos do Programa:

*a*) Possibilitar aos jovens com qualificação superior a realização de um estágio profissional em contexto real de trabalho que crie condições para uma mais rápida e fácil integração no mercado de trabalho;

*b*) Promover novas formações e novas competências profissionais que possam potenciar a modernização dos serviços públicos;

*c*) Garantir o início de um processo de aquisição de experiência profissional em contacto e aprendizagem com as regras, boas práticas e sentido de serviço público;

d) Fomentar o contacto dos jovens com outros trabalhadores e actividades, evitando o risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização.

#### Artigo 4.º

##### **Destinatários**

1 — O Programa destina-se a jovens que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Sejam jovens à procura do primeiro emprego, desempregados à procura de novo emprego ou jovens à procura de emprego correspondente à sua área de formação e nível de qualificação;
- b) Tenham até 35 anos de idade, aferidos à data de início do estágio;
- c) Possuam uma qualificação de nível superior correspondendo, pelo menos, ao grau de licenciado.

2 — Para efeitos do presente decreto-lei, considera-se que preenche os requisitos da alínea a) do número anterior quem se encontre numa das seguintes situações:

- a) Nunca tenha tido registos de remunerações em regimes de protecção social de inscrição obrigatória;
- b) Não tenha exercido uma ou mais actividades profissionais por um período de tempo, seguido ou interpolado, superior a 12 meses;
- c) Se encontre a prestar trabalho em profissão não qualificada integrada no grande grupo 9 da Classificação Nacional de Profissões;
- d) Não tenha exercido actividade profissional correspondente à sua área de formação e nível de qualificação, por período superior a 36 meses, seguido ou interpolado.

#### Artigo 5.º

##### **Programas específicos de estágio**

1 — Os membros do Governo responsáveis pela área das finanças, da Administração Pública e da respectiva tutela podem, por portaria, criar programas específicos de estágio cujos destinatários, pelas suas particulares qualificações profissionais e académicas, se enquadrem especificamente nas missões e actividades prosseguidas por determinados órgãos e serviços.

2 — Os programas criados ao abrigo do disposto no número anterior podem abranger jovens com habilitações académicas de nível inferior às previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo anterior, desde que expressamente previsto na respectiva portaria.

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, as condições e requisitos destes programas específicos obedecem, com as necessárias adaptações, ao disposto no presente decreto-lei.

## CAPÍTULO II

### **Acesso ao Programa**

#### Artigo 6.º

##### **Fixação do número de estagiários**

1 — O número máximo de estagiários a seleccionar anualmente é fixado por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, mediante proposta dos restantes membros do Governo.

2 — A portaria prevista no número anterior fixa igualmente, mediante proposta dos respectivos membros do Governo, o número de estagiários por ministério, bem como a sua distribuição interna por cada entidade promotora, de acordo com as áreas de formação académica, no respeito pela determinação de cada ministro.

3 — A portaria prevista no n.º 1 pode prever que a distribuição de um número não superior a 10 % do número máximo de estagiários fixado se efectue posteriormente, em função do acompanhamento previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º.

4 — Para os efeitos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, é assegurada, em cada edição do Programa, uma quota de 5 % da totalidade dos estágios a ser preenchida por pessoas com deficiência, nos termos fixados pela portaria prevista no artigo 20.º.

#### Artigo 7.º

##### **Publicitação dos estágios**

1 — O lançamento dos estágios é publicitado na bolsa de emprego público (BEP) e em, pelo menos, dois órgãos de comunicação social de expansão nacional, sendo ainda comunicado ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP).

2 — A publicitação inclui, obrigatoriamente, informação sobre as entidades promotoras em que os estágios decorrem, as áreas de formação exigidas, o prazo e a forma de apresentação da candidatura, o procedimento de selecção, a legislação aplicável e outros requisitos e elementos julgados relevantes.

#### Artigo 8.º

##### **Candidaturas**

1 — As candidaturas à frequência dos estágios profissionais são apresentadas em página da Internet criada para o efeito, divulgada na BEP no momento da publicitação a que se refere o n.º 1 do artigo anterior, mediante preenchimento de formulário *online*, que inclui todos os elementos curriculares considerados necessários para efeitos de selecção.

2 — O candidato deve efectuar prova do cumprimento dos requisitos exigidos, nos termos a fixar pela portaria prevista no artigo 20.º.

3 — Cada candidato pode frequentar apenas uma edição do Programa.

4 — Não podem apresentar candidatura os interessados que se encontrem a frequentar ou tenham frequentado programas de estágios profissionais financiados pelo Estado.

#### Artigo 9.º

##### **Seleccção dos candidatos**

1 — Os candidatos são agrupados pelas áreas de formação académica indicadas no formulário de candidatura.

2 — Na selecção dos candidatos é aplicado o método da avaliação curricular, por áreas de formação académica, de acordo com fórmula a definir por cada entidade promotora, no respeito pelos parâmetros estabelecidos pela Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), nos termos da alínea c) do artigo 17.º, devendo ser publicitada na página da Internet previsto no n.º 1 do artigo anterior.

3 — Os candidatos seleccionados nos termos do número anterior são chamados por ordem decrescente de classificação, sem prejuízo do cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 6.º.

4 — As listas de graduação dos candidatos são publicadas na página da Internet referida no n.º 1 do artigo anterior, ficando aí disponíveis até ao final da respectiva edição do Programa.

5 — As entidades promotoras devem indicar, nas listas referidas no número anterior, os candidatos seleccionados.

#### Artigo 10.º

##### **Prazo de selecção**

O recrutamento e a selecção devem estar concluídos no prazo máximo de três meses após a entrada em vigor da portaria prevista no n.º 1 do artigo 6.º.

### **CAPÍTULO III**

#### **Desenvolvimento do estágio**

##### **Artigo 11.º**

##### **Contrato de formação em contexto de trabalho**

1 — A entidade promotora celebra com o estagiário um contrato de formação em contexto de trabalho, onde constam os correspondentes direitos e deveres, em conformidade com o modelo estabelecido nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 17.º.

2 — O estágio é realizado em regime de exclusividade.

##### **Artigo 12.º**

##### **Estrutura do estágio**

1 — O estágio engloba uma componente de aplicação de conhecimentos no exercício das funções próprias da entidade promotora e correspondentes à carreira em causa e uma componente formativa, também a decorrer em contexto de trabalho.

2 — Os objectivos e o plano do estágio são definidos pela entidade promotora.

##### **Artigo 13.º**

##### **Duração do estágio**

O estágio tem a duração de 12 meses, não prorrogáveis.

##### **Artigo 14.º**

##### **Concessão das bolsas de estágio e outros apoios**

1 — Aos estagiários é concedida, por cada um dos 12 meses de duração do estágio, uma bolsa de estágio de montante correspondente a duas vezes o indexante de apoios sociais (IAS).

2 — O estagiário não está abrangido por qualquer regime obrigatório de segurança social.

3 — Aos estagiários são ainda concedidos os seguintes apoios:

*a*) Subsídio de refeição de valor correspondente ao praticado para a generalidade dos trabalhadores que exercem funções públicas;

*b*) Seguro que cubra os riscos de eventualidades que possam ocorrer durante e por causa das actividades correspondentes ao estágio profissional, bem como nas deslocações entre a residência e o local de estágio.

##### **Artigo 15.º**

##### **Acompanhamento do plano de estágio**

1 — Sem prejuízo de a respectiva entidade promotora providenciar o acompanhamento do plano de estágio, o estagiário é acompanhado por um orientador, designado de entre titulares de cargos dirigentes, de chefia ou de outros trabalhadores com relevante experiência e aptidão para o efeito, devendo essas funções de orientação ser consideradas no âmbito da fixação de objectivos para efeitos do sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho na Administração Pública (SIADAP).

2 — Compete ao orientador, designadamente:

*a*) Propor ao dirigente máximo da entidade promotora, para sua aprovação, os objectivos, o plano do estágio e a avaliação final do estagiário, nos termos do disposto no artigo seguinte;

- b) Inserir o estagiário no ambiente de trabalho;
- c) Efectuar o acompanhamento técnico e pedagógico do estagiário, supervisionando o seu progresso face aos objectivos e plano definidos;
- d) Efectuar o controlo da pontualidade e da assiduidade dos estagiários, dando conhecimento do resultado desse controlo à entidade responsável pelo processamento e pagamento dos valores pecuniários devidos aos estagiários.

#### Artigo 16.º

##### **Avaliação e classificação final dos estagiários**

1 — No fim do estágio é efectuada uma avaliação do estagiário tendo em conta o cumprimento dos objectivos e do plano de estágio, de acordo com as regras e critérios estabelecidos pela DGAEP, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo seguinte.

2 — A avaliação prevista no número anterior é sempre fundamentada e compete ao dirigente máximo da entidade promotora, obedecendo a uma escala de 0 a 20.

#### Artigo 17.º

##### **Gestão e coordenação do Programa**

1 — Enquanto responsável pela gestão do Programa, compete à DGAEP, designadamente:

- a) Propor ao membro do Governo competente a realização das edições do Programa;
- b) Preparar os elementos necessários à fixação do número de estagiários e respectiva distribuição pelos diferentes ministérios;
- c) Definir os parâmetros da avaliação curricular a aplicar a todas as candidaturas;
- d) Estabelecer o modelo de contrato de formação em contexto de trabalho;
- e) Estabelecer as regras e os critérios de avaliação final dos estágios, bem como o respectivo modelo da ficha de avaliação;
- f) Efectuar, em articulação com as entidades promotoras, o acompanhamento da execução do Programa, tendo em conta nomeadamente o cumprimento dos objectivos e dos planos de estágio;
- g) Elaborar um relatório final de execução de cada edição do Programa, com base em informação recolhida junto de cada entidade promotora.

2 — Para efeitos das competências previstas na alínea c) do número anterior, a DGAEP pode solicitar a colaboração do IIEFP.

#### CAPÍTULO IV

##### **Termo do estágio**

#### Artigo 18.º

##### **Termo do estágio**

1 — No termo do estágio é entregue ao estagiário um certificado comprovativo de frequência e avaliação final.

2 — A conclusão do estágio com avaliação positiva, nos termos do artigo 16.º, não tem como efeito a constituição de uma relação jurídica de emprego público ou qualquer outro tipo de vinculação com o Estado.

3 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os estagiários que tenham obtido aproveitamento com avaliação não inferior a 14 valores podem, no âmbito dos procedimentos concursais a que se

candidatem, publicitados pela entidade promotora onde realizaram o estágio e para ocupação de posto de trabalho da carreira de técnico superior cujas características funcionais se identifiquem com a actividade desenvolvida durante o estágio, optar pela aplicação dos métodos de selecção previstos no n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, sendo essa opção manifestada por escrito aquando da apresentação da candidatura a tais procedimentos.

4 — A candidatura ao abrigo do disposto número anterior pode ser efectuada no período de dois anos após o termo do estágio e não dispensa a verificação dos demais requisitos legais de admissão aos referidos procedimentos concursais.

5 — Os estagiários que tenham obtido aproveitamento e se candidatem, nos termos legais, a procedimento concursal de recrutamento publicitado no período de dois anos após o termo do estágio têm preferência na lista de ordenação final dos candidatos em caso de igualdade de classificação, sem prejuízo da aplicação de outras que a lei já preveja.

6 — Os estagiários que tenham obtido aproveitamento com avaliação não inferior a 14 valores e que venham, na sequência do respectivo procedimento concursal e no período de dois anos após o termo do estágio, a constituir uma relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no âmbito de carreiras gerais, beneficiam da redução, para 180 dias, do período experimental previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

7 — Ficam isentos do pagamento de propinas 1 % dos estagiários melhor classificados por cada área ministerial, com avaliação não inferior a 14 valores, que, no prazo previsto no n.º 4, concorram e sejam seleccionados para frequentar o Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), previsto no artigo 56.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

## **CAPÍTULO V**

### **Financiamento**

#### **Artigo 19.º**

#### **Regime de financiamento**

1 — Em cada edição do Programa, designadamente para efeitos do disposto no artigo 14.º, os custos relativos a cada estagiário são suportados pela entidade promotora ou, quando assim o determine o ministro responsável por essa entidade, por outro órgão ou serviço do mesmo ministério.

2 — O disposto no número anterior pode ser complementado por dotação orçamental específica e não prejudica o financiamento do Programa através de fundos comunitários.

## **CAPÍTULO VI**

### **Disposições finais e transitórias**

#### **Artigo 20.º**

#### **Regulamentação**

O presente decreto-lei é regulamentado através de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública, da economia, da inovação e do desenvolvimento e do trabalho e solidariedade social, designadamente em matérias de criação de programas específicos de estágio, acesso ao Programa de estágios e respectivos termos de execução.

#### **Artigo 21.º**

#### **Norma transitória**

1 — A entrada em vigor do presente decreto-lei não prejudica os procedimentos referentes aos estágios na Administração Pública promovidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 326/99, de 18 de Agosto, e da

Portaria n.º 1 256/2005, de 2 de Dezembro, que se encontrem em curso naquela data e aos quais é aplicável o respectivo regime legal até à sua conclusão.

2 — O Decreto-Lei n.º 326/99, de 18 de Agosto, continua a vigorar para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 94/2006, de 29 de Maio, e do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do presente decreto-lei.

#### Artigo 22.º

#### **Norma revogatória**

São revogados o Decreto-Lei n.º 326/99, de 18 de Agosto, e a Portaria n.º 1 256/2005, de 2 de Dezembro, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

#### Artigo 23.º

#### **Entrada em vigor**

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 30 de Dezembro de 2009. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Fernando Teixeira dos Santos* — *José António Fonseca Vieira da Silva* — *Maria Helena dos Santos André*.

Promulgado em 17 de Fevereiro de 2010.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 19 de Fevereiro de 2010.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

### **Ministério da Defesa Nacional**

#### **Decreto-Lei n.º 27/2010**

#### **de 31 de Março de 2010**

O Programa do XVIII Governo Constitucional assume como uma das prioridades fundamentais a modernização do País, através da aposta na qualificação, na inovação, na tecnologia e na sociedade do conhecimento.

Por outro lado, ao nível das prioridades para a modernização das Forças Armadas portuguesas, no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia, a política de defesa nacional assume como imperativo garantir a sustentação de umas Forças Armadas baseadas em militares profissionais, composta por recursos humanos cada vez mais qualificados, ao mesmo tempo que procura garantir que a experiência e a carreira militar se apresentam apelativas face às opções na vida civil, através da dignificação, reconhecimento e valorização da profissão militar no quadro das funções de Estado.

Neste sentido, importa consolidar e sustentar o modelo de ensino superior público militar, universitário e politécnico, e concretizar a legislação recentemente aprovada, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março, que para além de estabelecer a revisão dos estatutos e regulamentos dos estabelecimentos de ensino superior público militar, em conformidade com o novo ordenamento jurídico, adoptou os princípios constantes do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 107/2008, de 25 de Junho, e 230/2009, de 14 de Setembro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 81/2009,

de 27 de Outubro, que estabelece o novo regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, concretizando o Processo de Bolonha.

No âmbito da reforma modernizadora do sistema de ensino superior público militar, o presente decreto-lei revê os estatutos da Escola Naval, da Academia Militar, da Academia da Força Aérea e da Escola do Serviço de Saúde Militar, remetendo as especificidades próprias de cada estabelecimento para os respectivos regulamentos, e prevê a sua aplicação subsidiária ao Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), cujo estatuto é fixado em diploma próprio.

Assim, o Estatuto dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público militar define a missão destes, no respeito pela natureza própria de cada estabelecimento, e acolhe o princípio do sistema binário na organização do ensino superior público militar, assente na diferenciação de objectivos entre os subsistemas politécnico e universitário, num contexto de igual dignidade, mas de vocações diferentes. Deste modo, o ensino universitário orienta-se para a oferta de formações científicas sólidas, juntando esforços e competências de unidades de ensino e investigação, enquanto o ensino politécnico se concentra especialmente em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, profissionalmente orientadas.

O Estatuto contém, ainda, as normas fundamentais da organização interna e de funcionamento dos estabelecimentos, definindo a estrutura orgânica, os conselhos científico ou técnico-científico, pedagógico e disciplinar, remetendo para os respectivos regulamentos dos estabelecimentos as matérias relativas à finalidade, organização, composição, competências e funcionamento dos órgãos, bem como os aspectos relacionados com a autonomia, a participação de docentes na gestão e nos aspectos científicos e pedagógicos, a participação dos alunos nos aspectos pedagógicos e os mecanismos de auto-avaliação dos estabelecimentos de ensino.

Atenta a necessidade de reforçar a coordenação do ensino superior público militar através de uma visão integrada e coerente, consagra-se que os estabelecimentos de ensino desenvolvem as suas actividades em estreita ligação com o Conselho do Ensino Superior Militar, tendo em conta a missão e as atribuições deste órgão, que assegura a concepção e coordenação e acompanha a execução das políticas que, no domínio do ensino superior militar, cabem ao Ministério da Defesa Nacional.

Foram ouvidos o Conselho de Chefes de Estado-Maior, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### **Objecto**

1 — O presente decreto-lei aprova o Estatuto dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar (EESPM), constante do anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

2 — O presente decreto-lei procede, ainda, à alteração do Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março.

#### Artigo 2.º

##### **Âmbito de aplicação**

O Estatuto aplica-se a todos os EESPM, sem prejuízo da sua aplicação subsidiária ao Instituto de Estudos Superiores Militares, cujo regime especial é fixado em diploma próprio.

#### Artigo 3.º

##### **Alteração ao Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março**

Os artigos 7.º, 13.º a 20.º, 23.º, 25.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março, passam a ter a seguinte redacção:

## «Artigo 7.º

**Corpo docente e órgãos de conselho**

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — Os estabelecimentos de ensino superior público militar devem ter os seguintes órgãos:  
    a) No ensino universitário, um conselho científico, um conselho pedagógico e um conselho disciplinar;  
    b) No ensino politécnico, um conselho técnico-científico, um conselho pedagógico e um conselho disciplinar.  
4 — .....

## Artigo 13.º

**Graus académicos**

- 1 — .....  
2 — O IESM, a Escola Naval, a Academia Militar e a Academia da Força Aérea podem associar-se com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor, nos termos do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.  
3 — Nos casos previstos nos números anteriores, cabe à universidade a atribuição do grau de doutor.  
4 — A Escola de Serviço de Saúde Militar confere, por si ou em associação, o grau de licenciado e de mestre.

## Artigo 14.º

**Atribuição do grau de licenciado**

- 1 — As áreas de formação em que cada estabelecimento de ensino superior público militar confere o grau de licenciado são aprovadas pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior do ramo em que se integra o estabelecimento, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico.  
2 — .....

## Artigo 15.º

**Normas regulamentares da licenciatura**

- 1 — O Chefe do Estado-Maior do ramo em que se integra o estabelecimento de ensino superior público militar, sob proposta do respectivo comandante ou director, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico, aprova as normas relativas às matérias constantes do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.  
2 — .....

## Artigo 16.º

**Atribuição do grau de mestre**

- 1 — As especialidades em que cada estabelecimento de ensino superior público militar confere o grau de mestre são aprovadas pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior do ramo em que se integra o estabelecimento, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico.  
2 — .....

## Artigo 17.º

**Ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre**

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....

4 — As especialidades em que cada estabelecimento de ensino superior público militar confere o grau de mestre após um ciclo de estudos integrado são aprovadas pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior do ramo em que se integra o estabelecimento, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico.

## Artigo 18.º

**Júri do mestrado**

O júri a que se refere o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, é nomeado pelo comandante ou director do estabelecimento de ensino superior público militar, sob proposta do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico.

## Artigo 19.º

**Normas regulamentares do mestrado**

1 — O Chefe do Estado-Maior do ramo em que se integra o estabelecimento de ensino superior público militar, sob proposta do respectivo comandante ou director, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico, aprova as normas relativas às matérias constantes do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

- 2 — .....

## Artigo 20.º

**Grau de doutor**

1 — Os ramos do conhecimento e especialidades em que os estabelecimentos de ensino superior público universitário militar podem associar-se com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º são fixados por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior em que se integra o estabelecimento, precedida de pareceres do conselho científico e do conselho pedagógico.

2 — Nos casos em que o IESM se associe com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor, é ainda exigido parecer do Conselho de Chefes de Estado-Maior.

## Artigo 23.º

**Adequação dos ciclos de estudos**

- 1 — .....

2 — A adequação é realizada em estreita colaboração com estabelecimentos de ensino superior civis e com a participação de estudantes, professores, conselho científico ou técnico-científico e conselho pedagógico.

3 — As regras de transição entre a anterior organização de estudos e a nova organização decorrente do processo de adequação são fixadas pelo Chefe do Estado-Maior do ramo em que se insere o estabelecimento de ensino superior militar, sob proposta do respectivo comandante ou director, precedido de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico.

- 4 — .....

## Artigo 25.º

**Alterações**

1 — .....

2 — O membro do Governo responsável pela área da defesa nacional aprova as alterações a que se refere o número anterior, sob proposta do respectivo Chefe de Estado-Maior, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico.

## Artigo 26.º

**Formação de oficiais da Guarda Nacional Republicana**

As matérias referentes à formação de oficiais dos quadros permanentes da GNR estão sujeitas a aprovação conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional e da administração interna, sob proposta do respectivo comandante-geral, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico.

## Artigo 29.º

**Atribuições**

1 — .....

2 — .....

3 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) .....

f) Ramos do conhecimento e especialidades em que os estabelecimentos de ensino superior público universitário militar se podem associar com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor;

g) .....

h) .....

i) .....

j) .....

l) .....

m) .....

4 — .....»

## Artigo 4.º

**Ciclos de estudos**

1 — Tendo em vista o prosseguimento de estudos para a obtenção de grau académico ou diploma, as normas regulamentares a que se referem os artigos 15.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março, devem prever a possibilidade de ingresso nos respectivos ciclos de estudos de oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR), visando a atribuição:

a) Do grau de mestre aos oficiais oriundos do ensino superior público universitário militar habilitados com o grau de licenciado;

b) Do grau de licenciado aos oficiais oriundos do ensino superior público politécnico militar habilitados com o grau de bacharel.

2 — Os ciclos de estudos de mestrado e licenciatura referidos no número anterior a que os oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas e da GNR podem concorrer, bem como as condições de candidatura, são aprovados por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior de quem depende o estabelecimento, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico, do conselho pedagógico e do Conselho do Ensino Superior Militar.

3 — Os ciclos de estudos de mestrado e licenciatura referidos nos números anteriores, quando ministrados aos oficiais da GNR, estão sujeitos a aprovação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional e da administração interna, sob proposta do comandante-geral da GNR.

#### Artigo 5.º

##### **Regulamento**

1 — Os EESPM procedem, no prazo de 90 dias a contar da entrada em vigor do presente decreto-lei, à revisão dos respectivos regulamentos, em conformidade com o novo ordenamento jurídico.

2 — Os regulamentos dos EESPM, contendo as disposições necessárias para a execução do Estatuto, são aprovados por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior de quem depende o estabelecimento, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico, do conselho pedagógico e do Conselho do Ensino Superior Militar e, entre outras, definem as seguintes matérias:

- a) A autonomia dos estabelecimentos, nas suas diferentes vertentes;
- b) A participação de docentes nos aspectos científicos e pedagógicos;
- c) A forma de participação dos alunos nos aspectos pedagógicos;
- d) O processo de auto-avaliação dos estabelecimentos de ensino;
- e) Direitos e deveres dos alunos;
- f) Aproveitamento escolar, vida interna e a administração dos alunos;
- g) Condições de acesso e ingresso;
- h) Condições de frequência e de avaliação dos alunos;
- i) Direitos e deveres do pessoal docente.

3 — O regulamento de cada EESPM, na medida do que for aplicável, atenta a finalidade, organização, composição, competências e funcionamento, define ainda as matérias relativas aos seus órgãos.

#### Artigo 6.º

##### **Períodos transitórios**

1 — A habilitação com o grau de doutor dos directores dos órgãos de ensino e dos órgãos de investigação, desenvolvimento e inovação é apenas exigível a partir do ano lectivo de 2013-2014, inclusive.

2 — A habilitação com o grau de doutor ou mestre das chefias dos órgãos de estudos, planeamento, avaliação e de qualidade é apenas exigível a partir do ano lectivo de 2013-2014, inclusive.

3 — Os requisitos previstos no artigo 32.º do Estatuto dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar, anexo I ao presente decreto-lei, são exigíveis aos estabelecimentos de ensino a partir do ano lectivo de 2011-2012, inclusive.

4 — Exceptuam-se do número anterior os professores, investigadores e instrutores militares, relativamente aos quais o cumprimento dos requisitos pelos estabelecimentos de ensino é exigível a partir do ano lectivo de 2013-2014, inclusive.

#### Artigo 7.º

##### **Início do exercício da profissão militar**

No período compreendido entre a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março, e a conclusão do processo de adequação dos ciclos de estudos dos cursos de Farmácia, Medicina, Medicina

Dentária e Medicina Veterinária, por força de normas legais nacionais actualmente em vigor, o grau de licenciatura constitui a habilitação mínima exigida para o início do exercício da profissão militar na categoria de oficiais oriundos do ensino superior público universitário militar.

Artigo 8.º  
**Norma revogatória**

São revogados os seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 266/79, de 2 de Agosto;
- b) Decreto-Lei n.º 302/88, de 2 de Setembro;
- c) Decreto Regulamentar n.º 22/86, de 11 de Julho;
- d) Decreto Regulamentar n.º 4/94, de 18 de Fevereiro;
- e) Decreto Regulamentar n.º 32/97, de 6 de Setembro.

Artigo 9.º  
**Republicação**

É republicado, no anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, o Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março, com a redacção actual.

Artigo 10.º  
**Entrada em vigor**

O presente decreto-lei entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Janeiro de 2010. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Fernando Teixeira dos Santos* — *Augusto Ernesto Santos Silva* — *Rui Carlos Pereira* — *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*.

Promulgado em 16 de Março de 2010.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 17 de Março de 2010.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO I  
**Estatuto dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar**

CAPÍTULO I  
**Natureza e missão**

Artigo 1.º  
**Natureza**

1 — A Escola Naval, a Academia Militar e a Academia da Força Aérea são estabelecimentos de ensino superior público universitário militar.

2 — A Escola do Serviço de Saúde Militar é um estabelecimento de ensino superior público politécnico militar.

#### Artigo 2.º

##### **Missão**

1 — A Escola Naval, a Academia Militar e a Academia da Força Aérea têm por missão formar oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR), habilitando-os ao exercício das funções que estatutariamente lhes são cometidas, conferir as competências adequadas ao cumprimento das missões específicas dos ramos das Forças Armadas e da GNR, e promover o desenvolvimento individual para o exercício de funções de comando, direcção e chefia.

2 — A Escola do Serviço de Saúde Militar visa assegurar, no âmbito da saúde militar, as necessidades de formação de pessoal específicas das Forças Armadas e da GNR.

### CAPÍTULO II

#### **Especificidades, atribuições e autonomia**

#### Artigo 3.º

##### **Especificidades**

O ensino superior público militar está inserido no sistema de ensino superior público, ainda que adaptado à satisfação das necessidades das Forças Armadas e dos respectivos ramos, assim como da GNR, e caracteriza-se por:

*a)* Visar a preparação de quadros altamente qualificados com competências e capacidade para comandar em situações de risco e incerteza típicas do combate armado, em resposta às exigências da segurança e da defesa nacional;

*b)* Uma formação científica de base e índole técnica e tecnológica, destinada a satisfazer as qualificações profissionais indispensáveis ao desempenho de funções técnicas no âmbito de cada uma das especialidades;

*c)* Uma formação comportamental consubstanciada numa sólida educação militar, moral e cívica tendo em vista desenvolver nos alunos qualidades de comando, direcção e chefia inerentes à condição militar;

*d)* Preparação física e de adestramento militar, visando conferir aos alunos o desembaraço físico e o treino imprescindíveis ao cumprimento das suas missões.

#### Artigo 4.º

##### **Atribuições**

1 — São atribuições dos estabelecimentos de ensino superior público militar, no âmbito da vocação própria de cada subsistema:

*a)* A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei, nomeadamente em áreas de interesse para a segurança e defesa nacional;

*b)* A criação do ambiente educativo apropriado às suas finalidades;

*c)* A realização de investigação e o apoio e participação em instituições científicas;

*d)* A transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico;

*e)* A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento;

f) A cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras;

g) A contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de língua portuguesa e os países europeus;

h) A produção e difusão do conhecimento e da cultura.

2 — Os estabelecimentos de ensino superior público militar, precedendo determinações específicas do Chefe do Estado-Maior de quem dependem ou sob proposta do comandante-geral da GNR, podem promover outras actividades.

3 — Aos estabelecimentos de ensino superior público militar compete, ainda, nos termos da lei, a concessão de equivalências e o reconhecimento de graus e habilitações académicos.

4 — As atribuições constantes das alíneas a) e g) do n.º 1 carecem de parecer do Conselho do Ensino Superior Militar.

#### Artigo 5.º

#### **Autonomia**

1 — Os estabelecimentos de ensino superior público militar gozam de autonomia científica, pedagógica, cultural, administrativa e disciplinar.

2 — A autonomia científica concretiza-se na capacidade de definir, programar e executar a investigação e demais actividades científicas.

3 — A autonomia pedagógica concretiza-se na capacidade para elaborar os planos de estudos, definir o objecto das unidades curriculares, definir os métodos de ensino, afectar os recursos e escolher os processos de avaliação de conhecimentos.

4 — A autonomia cultural concretiza-se na capacidade para definir o seu programa de formação e de iniciativas culturais.

5 — A autonomia administrativa concretiza-se na aprovação de regulamentos internos, directivas ou determinações, celebração de acordos, convénios e protocolos e na prática de actos administrativos, nos termos previstos nos respectivos regulamentos e demais legislação aplicável.

6 — A autonomia disciplinar concretiza-se na adopção de um regime disciplinar escolar próprio.

### CAPÍTULO III

#### **Organização**

#### Artigo 6.º

#### **Órgãos**

1 — Os estabelecimentos de ensino superior público militar compreendem os seguintes órgãos:

a) De comando ou direcção;

b) De conselho;

c) De ensino;

d) Corpo de alunos;

e) De investigação, desenvolvimento e inovação;

f) De apoio;

g) Outros órgãos definidos nos respectivos regulamentos.

2 — A composição e as competências dos órgãos dos estabelecimentos de ensino são desenvolvidas nos respectivos regulamentos.

## Artigo 7.º

**Órgãos de comando ou direcção**

1 — Os órgãos de comando ou direcção são os seguintes:

- a) Comandante ou director;
- b) 2.º comandante ou subdirector;
- c) Apoio ao comando ou direcção.

2 — O comandante ou director é um oficial general, nomeado e exonerado pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior do respectivo ramo, que dirige as actividades do estabelecimento de ensino e responde pelo cumprimento das respectivas missões.

3 — O 2.º comandante ou subdirector, nomeado e exonerado pelo Chefe do Estado-Maior do respectivo ramo, coadjuva o comandante em todos os actos de serviço, substitui-o nas suas ausências e impedimentos e exerce as competências estabelecidas no regulamento do estabelecimento de ensino, assim como as que lhe forem delegadas pelo comandante ou director.

4 — Os órgãos de apoio ao comando ou direcção asseguram o apoio necessário à acção de comando ou direcção.

## Artigo 8.º

**Órgãos de conselho**

1 — São órgãos de conselho:

- a) Os conselhos científico, técnico-científico, pedagógico e disciplinar nos estabelecimentos de ensino superior público universitário militar;
- b) Os conselhos técnico-científico, pedagógico e disciplinar nos estabelecimentos de ensino superior público politécnico militar;
- c) Outros órgãos definidos nos regulamentos dos estabelecimentos de ensino.

2 — O conselho científico ou técnico-científico é o órgão competente para dar parecer sobre os assuntos relacionados com a orientação científica e técnica do ensino e da investigação.

3 — O conselho pedagógico é o órgão competente para dar parecer sobre os assuntos relacionados com a orientação pedagógica, a avaliação dos cursos e o rendimento escolar dos alunos.

4 — O conselho disciplinar é o órgão competente para dar parecer sobre assuntos de natureza disciplinar dos alunos.

5 — Os órgãos de conselho são presididos pelo comandante ou director do estabelecimento de ensino, com possibilidade de delegação no 2.º comandante ou subdirector.

6 — Os regulamentos dos estabelecimentos podem fixar a participação nos órgãos de conselho das chefias de órgãos directamente relacionadas com a actividade académica, científica ou docente, designadamente de estudos, planeamento, avaliação e de qualidade.

## Artigo 9.º

**Composição do conselho científico**

Nos estabelecimentos de ensino superior público universitário militar, o conselho científico é constituído por:

- a) Comandante ou director, que preside;
- b) 2.º comandante ou subdirector, que substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos;
- c) Director dos órgãos de ensino;
- d) Director dos órgãos de investigação, desenvolvimento e inovação;

- e) Três representantes nomeados de entre os professores militares efectivos;
- f) Três representantes nomeados de entre os professores e investigadores de carreira;
- g) Três representantes nomeados de entre os restantes docentes e investigadores em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano, que sejam titulares do grau de doutor, qualquer que seja a natureza do seu vínculo à instituição.

#### Artigo 10.º

##### **Composição do conselho técnico-científico**

A Escola do Serviço de Saúde Militar e os departamentos de ensino politécnico integrados nos estabelecimentos de ensino superior universitário militar dispõem de um conselho técnico-científico constituído por:

- a) Comandante ou director, que preside;
- b) 2.º comandante ou subdirector, que substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos;
- c) Director dos órgãos de ensino;
- d) Director dos órgãos de investigação, desenvolvimento e inovação;
- e) Três representantes nomeados de entre os professores militares efectivos;
- f) Três representantes nomeados de entre os professores de carreira;
- g) Três representantes nomeados de entre os equiparados a professor em regime de tempo integral com contrato há mais de 10 anos nessa categoria;
- h) Três representantes nomeados de entre os docentes com o grau de doutor, em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano, qualquer que seja a natureza do seu vínculo à instituição;
- i) Três representantes nomeados de entre os docentes com o título de especialista não abrangidos pelas alíneas anteriores, em regime de tempo integral com contrato com a instituição há mais de dois anos;

#### Artigo 11.º

##### **Composição do conselho pedagógico**

O conselho pedagógico dos estabelecimentos de ensino superior público militar é constituído por:

- a) Comandante ou director, que preside;
- b) 2.º comandante ou subdirector, que substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos;
- c) Director dos órgãos de ensino;
- d) Comandante do corpo de alunos;
- e) Director dos órgãos de investigação, desenvolvimento e inovação;
- f) Três representantes nomeados de entre os professores militares efectivos;
- g) Três representantes nomeados de entre os professores e investigadores de carreira;
- h) Três representantes nomeados de entre os restantes docentes e investigadores em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano, que sejam titulares do grau de doutor, qualquer que seja a natureza do seu vínculo à instituição;
- i) Nove representantes nomeados de entre os alunos.

#### Artigo 12.º

##### **Nomeações**

1 — Os membros dos órgãos de conselho são designados por despacho do Chefe do Estado-Maior de quem depende o estabelecimento, sob proposta do respectivo comandante ou director, por períodos de três anos.

2 — Os órgãos de conselho podem integrar membros convidados, de entre professores ou investigadores de outras instituições ou personalidades de reconhecida competência no âmbito da missão dos estabelecimentos de ensino.

3 — O comandante ou director pode solicitar a presença em reunião dos órgãos de conselho, sem direito a voto, de individualidades militares ou civis, com vista a colaboração e apreciação de assuntos técnicos relacionados com a organização e realização de actividades complementares de formação ou de investigação.

4 — Os conselhos científicos são maioritariamente compostos por detentores do grau de doutor, não podendo ultrapassar o número total de 25 membros.

5 — Os órgãos de conselho nomeiam os respectivos secretários.

#### Artigo 13.º

### **Órgãos de ensino**

1 — Aos órgãos de ensino compete o planeamento, programação, execução e controlo da educação científica, técnica e cultural.

2 — Os órgãos de ensino são dirigidos ou chefiados por um oficial ou docente civil habilitado com o grau de doutor, na dependência do comandante ou director do estabelecimento e que responde pelo ensino ministrado.

3 — Os órgãos de ensino dos estabelecimentos de ensino superior público universitário militar integram departamentos de ensino politécnico, em cuja organização e funcionamento é plenamente assegurada a vocação específica deste subsistema de ensino superior conforme previsto no n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro.

#### Artigo 14.º

### **Corpo de alunos**

1 — Ao corpo de alunos compete o enquadramento dos alunos, o planeamento, a programação, execução e controlo da formação militar, comportamental e física e das actividades militares, em coordenação com a formação académica, científica e técnica.

2 — O corpo de alunos é comandado por um oficial directamente responsável perante o comandante ou director do estabelecimento.

#### Artigo 15.º

### **Órgãos de investigação, desenvolvimento e inovação**

1 — Os órgãos de investigação, desenvolvimento e inovação promovem, ou participam em colaboração com outras instituições da comunidade científica, nacional ou internacional, na realização de projectos de investigação, no desenvolvimento e implementação de projectos inovadores, na promoção de projectos de investigação integrados e na divulgação de conhecimento científico, nomeadamente em áreas de interesse para a segurança e defesa nacional.

2 — Os órgãos de investigação, desenvolvimento e inovação são dirigidos ou chefiados por um docente ou investigador habilitado com o grau de doutor, directamente responsável perante o comandante ou director do estabelecimento.

#### Artigo 16.º

### **Órgãos de apoio**

1 — Aos órgãos de apoio compete assegurar o normal funcionamento das actividades de carácter logístico e administrativo de cada estabelecimento de ensino, garantindo a eficiência dos serviços próprios e a prontidão dos recursos disponíveis.

2 — Os órgãos de apoio são comandados, dirigidos ou chefiados por um oficial directamente responsável perante o comandante ou director do estabelecimento.

#### Artigo 17.º

#### **Outros órgãos**

1 — Os estabelecimentos de ensino superior público militar podem integrar outros órgãos, designadamente de estudos, planeamento, avaliação e de qualidade, cuja composição e competências são definidas nos respectivos regulamentos.

2 — Os órgãos referidos no número anterior, se directamente relacionados com a actividade académica, científica ou docente, são chefiados por oficiais ou docentes civis habilitados com o grau de doutor ou mestre.

### CAPÍTULO IV

#### **Organização do ensino**

#### Artigo 18.º

#### **Graus académicos**

1 — Os estabelecimentos de ensino superior público universitário militar conferem os graus académicos de licenciado e de mestre.

2 — O IESM, a Escola Naval, a Academia Militar e a Academia da Força Aérea podem associar-se com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março.

3 — A Escola do Serviço de Saúde Militar confere, por si ou em associação, o grau de licenciado e de mestre.

4 — As áreas de formação e as especialidades em que cada estabelecimento de ensino confere os graus de licenciado e de mestre, bem como os ramos do conhecimento em que se pode associar com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor, são aprovadas por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior de quem depende o estabelecimento, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico, do conselho pedagógico e do Conselho do Ensino Superior Militar.

5 — Os graus de licenciado e de mestre só podem ser conferidos pelos estabelecimentos de ensino superior público militar que reúnam os requisitos fixados, respectivamente, pelos artigos 6.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 107/2008, de 25 de Junho, e 230/2009, de 14 de Setembro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 81/2009, de 27 de Outubro.

#### Artigo 19.º

#### **Actividades de ensino e formação**

1 — Nos estabelecimentos de ensino superior público militar, as actividades de ensino e formação desenvolvem-se através de aulas teóricas, teórico-práticas, práticas e de laboratório, e seminários, complementados por conferências, nacionais e internacionais, por trabalhos de aplicação, exercícios de campo, estágios, viagens e embarques, visitas e missões de estudo e actividades complementares de formação, de acordo com a pedagogia mais aconselhável ao processo de ensino, aprendizagem e aquisição de competências nas matérias das áreas curriculares que integram os planos de estudo.

2 — Os estabelecimentos de ensino superior público militar, por determinações específicas do Chefe do Estado-Maior de quem dependem ou sob proposta do comandante-geral da GNR, ouvido o respectivo comandante ou director, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico, do conselho

pedagógico e do Conselho do Ensino Superior Militar, podem organizar e ministrar cursos, tirocínios e estágios técnico-militares a indivíduos habilitados com os graus de licenciado ou mestre, que constituam habilitação complementar para ingresso nas classes, armas e serviços ou especialidades.

#### Artigo 20.º

##### **Actividades de investigação, desenvolvimento e inovação**

1 — No domínio das áreas científicas que integram os planos dos cursos, os estabelecimentos de ensino superior público militar promovem actividades de investigação, desenvolvimento e inovação que visem a produção científica, a formação metodológica dos seus alunos, a qualificação do corpo docente, a procura de novas soluções pedagógicas, a melhoria do ensino em geral e o desenvolvimento do conhecimento em áreas de especial interesse para a segurança e defesa nacional.

2 — Os estabelecimentos de ensino superior público militar podem criar unidades orgânicas de investigação, designadas por centros, laboratórios, institutos ou outra denominação apropriada, ou instituições de investigação comuns a várias instituições de ensino superior militar universitárias ou politécnicas ou suas unidades orgânicas.

#### Artigo 21.º

##### **Ciclos e planos de estudos**

1 — A criação, suspensão e extinção de ciclos de estudos, bem como a aprovação e modificação dos respectivos planos de estudos, estão sujeitas a aprovação do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior de quem depende o estabelecimento, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico, do conselho pedagógico e do Conselho do Ensino Superior Militar.

2 — Nos estabelecimentos de ensino superior público militar, os planos de estudos devem ser estruturados de forma a assegurar a educação integral do aluno nos domínios da formação académica, científica, técnica, social e humanística, em simultâneo com a formação militar, comportamental e física, o treino e a actividade militar adequados ao objectivo de cada curso e com a distribuição equilibrada pelos períodos curriculares que o constituem.

#### Artigo 22.º

##### **Avaliação e acreditação**

1 — Os estabelecimentos de ensino superior público militar estão abrangidos pelo sistema geral de avaliação e acreditação do ensino superior, no respeito pelas especificidades do ensino superior público militar.

2 — A avaliação e a acreditação do sistema de ensino superior público militar são acompanhadas pelo Conselho do Ensino Superior Militar.

#### Artigo 23.º

##### **Fiscalização e inspecção**

1 — Os estabelecimentos de ensino superior público militar estão sujeitos aos poderes de fiscalização do Estado e às visitas de inspecção dos serviços competentes do ministério da tutela do ensino superior, que, para o efeito, podem fazer-se acompanhar de especialistas nas áreas relevantes.

2 — Por razões de segurança militar, a fiscalização do Estado e as visitas de inspecção estão condicionadas a aviso e autorização prévia dos órgãos competentes das Forças Armadas.

**Artigo 24.º****Associação e cooperação entre instituições**

1 — No âmbito das suas atribuições e visando uma mais adequada prossecução dos objectivos, os estabelecimentos de ensino superior público militar podem:

a) Estabelecer entre si ou com outras instituições convénios, protocolos e acordos de associação ou de cooperação, nomeadamente de ensino superior ou de investigação, para o incentivo à mobilidade de estudantes e docentes e para a prossecução de parcerias e projectos comuns, incluindo programas de graus conjuntos nos termos da lei ou de partilha de recursos ou equipamentos;

b) Integrar-se em redes e estabelecer relações de parceria e de cooperação com estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, organizações científicas estrangeiras ou internacionais e outras instituições, nomeadamente no âmbito da União Europeia, de acordos bilaterais ou multilaterais firmados pelo Estado Português, e ainda no quadro dos países de língua portuguesa.

2 — O desenvolvimento das actividades constantes do número anterior carece de parecer do Conselho do Ensino Superior Militar.

**Artigo 25.º****Registo de graus e diplomas, certidões e cartas**

1 — Dos graus e diplomas conferidos é lavrado registo subscrito pelo conselho científico ou técnico-científico do estabelecimento de ensino superior público militar.

2 — A titularidade dos graus e diplomas é comprovada por certidão do registo referido no número anterior, genericamente denominada diploma, e também, para os estudantes que o requeiram, por carta de curso, para os graus de licenciado e de mestre.

3 — Os documentos a que se refere o número anterior podem ser plurilingues.

4 — De acordo com as orientações aprovadas no âmbito do Processo de Bolonha, e nos termos do disposto no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, a emissão de qualquer dos documentos a que se refere o n.º 2 é acompanhada da emissão de um suplemento ao diploma.

5 — A emissão da certidão do registo não pode ser condicionada à solicitação de emissão ou pagamento dos documentos a que se refere a parte final do n.º 2.

6 — O valor cobrado pela emissão de qualquer dos documentos a que se refere o n.º 2 não pode exceder o custo do serviço respectivo.

**Artigo 26.º****Natureza binária do sistema de ensino superior público militar**

O ensino superior público militar organiza-se num sistema binário, devendo o ensino universitário orientar-se para a oferta de formações científicas sólidas, juntando esforços e competências de unidades de ensino e investigação, e o ensino politécnico concentrar-se especialmente em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente.

**CAPÍTULO V**  
**Do corpo docente****Artigo 27.º****Constituição e funções**

1 — O corpo docente dos estabelecimentos de ensino superior público militar é constituído por todos os professores, investigadores e instrutores, militares ou civis que, a qualquer título, designadamente através

de convénios, protocolos e acordos com universidades, institutos politécnicos e outras instituições, neles desenvolvam actividade docente.

2 — Ao corpo docente compete directamente a realização dos fins educativos dos estabelecimentos de ensino, cabendo aos seus elementos o desempenho de cargos ou funções que lhes forem atribuídos no âmbito da actividade escolar e de funcionamento do próprio estabelecimento, a título transitório ou permanente, nas instalações oficiais ou em locais onde decorram actividades externas.

3 — Os professores podem ser coadjuvados por instrutores, militares ou civis, ou por outros elementos que prestem serviço nos locais onde decorram acções externas, em actividades lectivas, em aulas práticas e em trabalhos de laboratório ou de campo.

#### Artigo 28.º

##### **Docentes militares**

1 — Os professores, investigadores e instrutores militares são especialistas de reconhecida experiência e competência profissional e detentores dos atributos curriculares específicos imprescindíveis para o exercício das funções educativas e de formação que lhes estão cometidas.

2 — O recrutamento e selecção de professores, investigadores e instrutores militares é feito através de convite ou escolha do Chefe do Estado-Maior de quem depende o estabelecimento, ouvido o comandante-geral da GNR relativamente aos seus efectivos, ou por concurso, em qualquer dos casos nas condições estabelecidas no regulamento de cada estabelecimento de ensino.

#### Artigo 29.º

##### **Docentes civis**

1 — Os professores e investigadores civis são docentes da carreira do ensino superior universitário ou politécnico, ou individualidades com qualificação e competência científica e pedagógica comprovada.

2 — Sem prejuízo da aplicação do regulamento de cada estabelecimento e do contrato celebrado, aos professores e investigadores civis dos estabelecimentos de ensino superior público militar aplica-se o estatuto das respectivas carreiras docentes do ensino superior.

3 — O recrutamento e a selecção de professores e investigadores civis são feitos através de concurso nas condições estabelecidas no regulamento de cada estabelecimento de ensino e no respeito pelo previsto no Estatuto da Carreira Docente Universitária, no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico e no Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

#### Artigo 30.º

##### **Instrutores**

Os instrutores são militares ou civis com a qualificação adequada e de comprovada competência para o exercício de actividades de instrução e treino.

#### Artigo 31.º

##### **Estabilidade do corpo docente e de investigação**

A fim de garantir a sua autonomia científica e pedagógica, as instituições de ensino superior público militar devem dispor de um mapa próprio e permanente de professores, investigadores e instrutores beneficiários de um estatuto reforçado de estabilidade.

**Artigo 32.º****Requisitos**

O corpo docente dos estabelecimentos de ensino superior público militar deve satisfazer os requisitos previstos nos artigos 47.º e 49.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro.

**CAPÍTULO VI****Do corpo discente****Artigo 33.º****Constituição**

Nos estabelecimentos de ensino superior público militar, o corpo discente é constituído por todos os alunos admitidos para a frequência de ciclos de estudos, cursos, estágios, tirocínios, unidades curriculares ou quaisquer outras actividades de ensino e formação.

**Artigo 34.º****Admissão**

1 — As condições de acesso e ingresso aos ciclos de estudos conferentes de grau académico são idênticas às que estiverem estabelecidas para o ensino superior público, sem prejuízo das exigências específicas fixadas no regulamento de cada estabelecimento de ensino e nas normas de admissão ao curso.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 19.º, a admissão para os restantes cursos, estágios ou tirocínios é estabelecida em normas específicas.

**Artigo 35.º****Regime dos alunos**

1 — Os alunos dos estabelecimentos de ensino superior público militar têm os direitos e os deveres inerentes à condição militar, com as adaptações decorrentes da sua condição de alunos, estando sujeitos a regimes especiais fixados nos regulamentos dos respectivos estabelecimentos, designadamente no âmbito disciplinar e escolar.

2 — O aproveitamento escolar, a vida interna e a administração dos alunos são regulados por normas próprias, estabelecidas por despacho do Chefe do Estado-Maior de quem depende o estabelecimento de ensino, sob proposta do respectivo comandante ou director, precedida de pareceres do conselho pedagógico ou do conselho disciplinar.

3 — Os alunos de nacionalidade estrangeira, ao abrigo de acordos de cooperação, e os alunos civis que sejam autorizados a frequentar cursos nos estabelecimentos de ensino superior público militar ficam sujeitos a regimes especiais, regulados por normas próprias.

4 — Os critérios de frequência, avaliação e certificação carecem de parecer do Conselho do Ensino Superior Militar.

**Artigo 36.º****Eliminação, desistência do curso e abate ao efectivo**

As condições de eliminação e desistência dos cursos ministrados e de abate ao efectivo do corpo de alunos são fixadas no regulamento dos estabelecimentos de ensino e em normas específicas.

## **CAPÍTULO VII**

### **Disposições finais**

#### **Artigo 37.º**

#### **Mapas de pessoal militar**

1 — Os mapas de pessoal militar docente, contendo a indicação dos efectivos que o estabelecimento carece para o desenvolvimento das respectivas actividades, são aprovados, mantidos ou alterados pelo Chefe do Estado-Maior de quem depende o estabelecimento de ensino, ouvido o comandante-geral da GNR relativamente aos seus efectivos, sob proposta do respectivo comandante ou director, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico.

2 — Os mapas de pessoal militar não docente são aprovados, mantidos ou alterados pelo Chefe do Estado-Maior de quem depende o estabelecimento de ensino, ouvido o comandante-geral da GNR relativamente aos seus efectivos, sob proposta do respectivo comandante ou director.

#### **Artigo 38.º**

#### **Mapas de pessoal civil**

1 — Os mapas de pessoal civil, docente e não docente, contendo a indicação do número de postos de trabalho de que o estabelecimento carece para o desenvolvimento das respectivas actividades são aprovados, mantidos ou alterados pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior de quem depende o estabelecimento de ensino, ouvido o comandante-geral da GNR relativamente aos seus efectivos.

2 — Os mapas de pessoal civil docente carecem de pareceres do conselho científico ou técnico-científico, do conselho pedagógico e do Conselho do Ensino Superior Militar.

#### **Artigo 39.º**

#### **Encargos dos cursos ministrados a outras entidades**

Nos estabelecimentos de ensino superior público militar, os encargos resultantes do funcionamento dos cursos ministrados em proveito de outras entidades ou instituições são suportados por estas na proporção dos custos a eles associados.

#### **Artigo 40.º**

#### **Receitas**

Constituem receitas dos estabelecimentos de ensino superior público militar, para além das dotações que lhe forem atribuídas:

- a) As verbas obtidas dos cursos que ministra;
- b) O produto das vendas de publicações e trabalhos de investigação;
- c) As comparticipações, subsídios e liberalidades resultantes de actividades de investigação e desenvolvimento e de cooperação e protocolos com outras instituições;
- d) As verbas provenientes de fundos comunitários;
- e) Os subsídios que lhe sejam atribuídos por qualquer entidade, nacional ou estrangeira;
- f) Os donativos, heranças ou legados a qualquer título;
- g) Quaisquer outras receitas que por lei, acto ou contrato lhe sejam atribuídas.

**Artigo 41.º****Meios militares**

1 — Aos estabelecimentos de ensino superior público militar podem ser atribuídos, com carácter definitivo ou temporário, unidades navais da Armada, meios do Exército, meios aéreos da Força Aérea e meios da GNR adequados à actividade de ensino e instrução.

2 — O tipo, a modalidade de subordinação e de dotação de meios são definidos por despacho do Chefe do Estado-Maior de quem depende o estabelecimento de ensino.

**ANEXO II****Republicação do Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março****CAPÍTULO I****Objecto, âmbito e especificidade****Artigo 1.º****Objecto**

1 — O presente decreto-lei adopta a aplicação dos princípios constantes do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, ao ensino superior público militar.

2 — Em tudo o que não for especificamente regulado no presente decreto-lei aplica-se ao ensino superior público militar o regime geral relativo ao ensino superior público.

**Artigo 2.º****Âmbito**

O disposto no presente decreto-lei aplica-se a todos os estabelecimentos de ensino superior público militar.

**Artigo 3.º****Especificidade**

O ensino superior público militar está inserido no sistema de ensino superior público, ainda que adaptado em exclusivo à satisfação das necessidades das Forças Armadas e dos respectivos ramos, assim como da Guarda Nacional Republicana (GNR), e caracteriza-se por:

a) Visar a preparação de quadros altamente qualificados com competências e capacidade para comandar em situações de risco e incerteza típicas do combate armado, em resposta às exigências da segurança e da defesa nacionais;

b) Uma formação científica de base e índole técnica e tecnológica, destinada a satisfazer as qualificações profissionais indispensáveis ao desempenho de funções técnicas no âmbito de cada uma das especialidades;

c) Formação comportamental consubstanciada numa sólida educação militar, moral e cívica tendo em vista desenvolver nos alunos qualidades de comando, direcção e chefia inerentes à condição militar;

d) Preparação física e de adestramento militar, visando conferir aos alunos o desembaraço físico e o treino imprescindíveis ao cumprimento das suas missões.

## CAPÍTULO II

### Estabelecimentos, avaliação e qualidade

#### Artigo 4.º

##### Estabelecimentos de ensino

1 — São estabelecimentos de ensino superior público militar:

- a) O Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM);
- b) A Escola Naval;
- c) A Academia Militar;
- d) A Academia da Força Aérea;
- e) A Escola do Serviço de Saúde Militar.

2 — O IESM é um estabelecimento de ensino superior público universitário militar, que tem por missão ministrar aos oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas e da GNR a formação nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares necessária ao desempenho das funções de comando, direcção, chefia e estado-maior, ao nível dos ramos e em forças conjuntas e combinadas, sendo o seu regime fixado em diploma próprio.

3 — A Escola Naval, a Academia Militar e a Academia da Força Aérea são estabelecimentos de ensino superior público universitário militar que têm por missão formar os oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas e da GNR, habilitando-os ao exercício das funções que estatutariamente lhes são cometidas, conferir as competências adequadas ao cumprimento das missões específicas dos ramos e da GNR e promover o desenvolvimento individual para o exercício de funções de comando, direcção e chefia.

4 — Cada um dos estabelecimentos de ensino a que se refere o número anterior integra um departamento de ensino politécnico, em cuja organização e funcionamento é plenamente assegurada a vocação específica deste subsistema de ensino superior conforme previsto no n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro.

5 — A Escola do Serviço de Saúde Militar é um estabelecimento de ensino superior público politécnico militar que visa assegurar, no âmbito da saúde militar, as necessidades de formação de pessoal específicas das Forças Armadas.

6 — Os estabelecimentos de ensino superior público militar podem igualmente ministrar cursos não conferentes de grau académico, mas cuja conclusão com aproveitamento conduza à atribuição de um diploma, designadamente:

- a) Cursos de promoção, actualização e qualificação;
- b) Tirocínios e estágios;
- c) Cursos de formação complementar ao longo da carreira.

7 — Os estabelecimentos de ensino superior público militar gozam de autonomia pedagógica, científica, cultural, administrativa e disciplinar, concretizadas nos respectivos estatutos.

#### Artigo 5.º

##### Avaliação e acreditação

Os estabelecimentos de ensino superior público militar estão abrangidos pelo sistema geral de avaliação e acreditação do ensino superior.

#### Artigo 6.º

##### Ciclos de estudos

A organização dos ciclos de estudos ministrados pelos estabelecimentos de ensino superior público militar rege-se pelos princípios estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, e pelo

Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, sem prejuízo das exigências específicas dos respectivos estatutos e regulamentos inerentes à natureza militar.

#### Artigo 7.º

##### **Corpo docente e órgãos de conselho**

1 — O corpo docente dos estabelecimentos de ensino superior público militar é composto por todos os professores e instrutores, militares e civis que, a qualquer título, designadamente através de convénios com as universidades, institutos politécnicos e outras instituições, neles desenvolvam actividade docente.

2 — Os professores e instrutores militares são especialistas de reconhecida experiência e competência profissional e detentores dos atributos curriculares específicos imprescindíveis para o exercício das funções educativas e de formação que lhes estão cometidas.

3 — Os estabelecimentos de ensino superior público militar devem ter os seguintes órgãos:

a) No ensino universitário, um conselho científico, um conselho pedagógico e um conselho disciplinar;

b) No ensino politécnico, um conselho técnico-científico, um conselho pedagógico e um conselho disciplinar.

4 — O comandante ou director de cada um dos estabelecimentos de ensino superior público militar poderá presidir a qualquer dos órgãos de conselho sempre que, face à natureza dos assuntos a tratar, considere conveniente tal procedimento.

#### Artigo 8.º

##### **Acesso e ingresso**

As condições de acesso e ingresso aos estabelecimentos de ensino superior público militar são idênticas ao que estiver estabelecido para o ensino superior público, sem prejuízo das exigências específicas fixadas pelos respectivos estatutos e regulamentos.

#### Artigo 9.º

##### **Regime dos alunos**

O aproveitamento escolar, a vida interna e a administração dos alunos são regulados por normas próprias, estabelecidas para cada caso por despacho do Chefe do Estado-Maior de quem depende o estabelecimento de ensino superior público militar, sob proposta do comandante ou director, ouvidos os órgãos de conselho estatutariamente competentes.

#### Artigo 10.º

##### **Sistema de créditos curriculares**

A aprovação do regulamento de aplicação do sistema de créditos curriculares a que se refere o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, é da competência do comandante ou director do estabelecimento de ensino superior público militar.

#### Artigo 11.º

##### **Acreditação**

Os ciclos de estudos dos estabelecimentos de ensino superior público militar estão sujeitos a acreditação nos termos fixados pelo título III do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

**Artigo 12.º****Informação**

1 — Os estabelecimentos de ensino superior público militar prestam informação actualizada acerca da sua organização e funcionamento, designadamente instalações, corpo docente, planos de estudos e conteúdos curriculares.

2 — São objecto de divulgação pública as informações relativas aos estabelecimentos e ciclos de estudos do ensino superior público militar.

3 — São igualmente objecto de divulgação pública os resultados do processo de avaliação e acreditação dos estabelecimentos de ensino superior público militar.

**CAPÍTULO III****Graus académicos e diplomas****Artigo 13.º****Graus académicos**

1 — Os estabelecimentos de ensino superior público universitário militar conferem os graus académicos de licenciado e de mestre.

2 — O IESM, a Escola Naval, a Academia Militar e a Academia da Força Aérea podem associar-se com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor, nos termos do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

3 — Nos casos previstos nos números anteriores, cabe à universidade a atribuição do grau de doutor.

4 — A Escola de Serviço de Saúde Militar confere, por si ou em associação, o grau de licenciado e de mestre.

**Artigo 14.º****Atribuição do grau de licenciado**

1 — As áreas de formação em que cada estabelecimento de ensino superior público militar confere o grau de licenciado são aprovadas pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior do ramo em que se integra o estabelecimento, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico.

2 — O grau de licenciado numa determinada área de formação só pode ser conferido pelos estabelecimentos de ensino superior público militar que reúnam os requisitos fixados pelo artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

**Artigo 15.º****Normas regulamentares da licenciatura**

1 — O Chefe do Estado-Maior do ramo em que se integra o estabelecimento de ensino superior público militar, sob proposta do respectivo comandante ou director, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico, aprova as normas relativas às matérias constantes do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

2 — Nos casos em que a licenciatura se destine à Guarda Nacional Republicana, o disposto no número anterior exige ainda o parecer do respectivo comandante-geral.

**Artigo 16.º****Atribuição do grau de mestre**

1 — As especialidades em que cada estabelecimento de ensino superior público militar confere o grau de mestre são aprovadas pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior do ramo em que se integra o estabelecimento, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico.

2 — O grau de mestre numa determinada especialidade pode ser conferido pelos estabelecimentos de ensino superior público militar que reúnam os requisitos fixados pelo artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

**Artigo 17.º****Ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre**

1 — No ensino superior público universitário militar, por razões que se prendem com o acesso ao exercício da actividade ou especialidade militar, em resultado de uma prática estável e consolidada nas Forças Armadas portuguesas e em alguns países da OTAN e por necessidades específicas de formação e da carreira militar, o grau de mestre pode igualmente ser conferido após um ciclo de estudos integrado, com 300 a 360 créditos e uma duração normal compreendida entre 10 e 12 semestres curriculares de trabalho dos alunos, constituindo a habilitação mínima exigida para o início do exercício da profissão militar na categoria de oficiais oriundos do ensino superior público universitário militar.

2 — Nos ciclos de estudos a que se refere o número anterior, os estabelecimentos de ensino superior público militar conferem o grau de licenciado aos alunos que tenham realizado os 180 créditos correspondentes aos primeiros seis semestres curriculares de trabalho.

3 — O grau de licenciado referido no número anterior deve adoptar uma denominação que não se confunda com a do grau de mestre.

4 — As especialidades em que cada estabelecimento de ensino superior público militar confere o grau de mestre após um ciclo de estudos integrado são aprovadas pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior do ramo em que se integra o estabelecimento, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico.

**Artigo 18.º****Júri do mestrado**

O júri a que se refere o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, é nomeado pelo comandante ou director do estabelecimento de ensino superior público militar, sob proposta do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico.

**Artigo 19.º****Normas regulamentares do mestrado**

1 — O Chefe do Estado-Maior do ramo em que se integra o estabelecimento de ensino superior público militar, sob proposta do respectivo comandante ou director, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico, aprova as normas relativas às matérias constantes do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

2 — Nos casos em que o mestrado se destine à Guarda Nacional Republicana, o disposto no número anterior exige ainda o parecer do respectivo comandante-geral.

**Artigo 20.º****Grau de doutor**

1 — Os ramos do conhecimento e especialidades em que os estabelecimentos de ensino superior público universitário militar podem associar-se com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º são fixados por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior em que se integra o estabelecimento, precedida de pareceres do conselho científico e do conselho pedagógico.

2 — Nos casos em que o IESM se associe com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor, é ainda exigido parecer do Conselho de Chefes de Estado-Maior.

**Artigo 21.º****Objecto de associação**

Os estabelecimentos de ensino superior público militar podem associar-se com outros estabelecimentos de ensino superior, nacionais ou estrangeiros, para a realização de ciclos de estudos nos termos dos artigos 41.º a 43.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, bem como para o desenvolvimento de projectos de ensino em rede e estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais geradores de sinergias entre as instituições e optimizadores da utilização dos recursos docentes e materiais existentes.

**Artigo 22.º****Garantia de mobilidade**

1 — Os estabelecimentos de ensino superior público militar asseguram o princípio da mobilidade dos estudantes, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 44.º e 45.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, salvaguardadas as necessidades, as especificidades e os interesses das Forças Armadas.

2 — O membro do Governo responsável pela área da defesa nacional estabelece as condições de mobilidade interna e externa dos estudantes relativamente aos estabelecimentos de ensino superior público militar.

**Artigo 23.º****Adequação dos ciclos de estudos**

1 — Os estabelecimentos de ensino superior público militar promovem a adequação dos ciclos de estudos que se encontram a ministrar e dos graus que estão autorizados a conferir ao regime jurídico fixado pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, em conjugação com o presente decreto-lei.

2 — A adequação é realizada em estreita colaboração com estabelecimentos de ensino superior civis e com a participação de estudantes, professores, conselho científico ou técnico-científico e conselho pedagógico.

3 — As regras de transição entre a anterior organização de estudos e a nova organização decorrente do processo de adequação são fixadas pelo Chefe do Estado-Maior do ramo em que se insere o estabelecimento de ensino superior militar, sob proposta do respectivo comandante ou director, precedido de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico.

4 — No início do ano lectivo de 2009-2010, todos os ciclos de estudos devem estar organizados de acordo com o regime jurídico referido no n.º 1.

**Artigo 24.º****Novos ciclos de estudos**

Até à entrada em funcionamento da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, e sem prejuízo do disposto no artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, a entrada em funcionamento de novos ciclos de estudos fica sujeita, nos estabelecimentos de ensino superior público militar, ao regime em vigor à data de publicação do presente decreto-lei.

**Artigo 25.º****Alterações**

1 — A alteração de elementos caracterizadores de um ciclo de estudos que não modifiquem os seus objectivos fica sujeita ao regime fixado pelo título VI do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

2 — O membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional aprova as alterações a que se refere o número anterior, sob proposta do respectivo Chefe de Estado-Maior, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico.

**Artigo 26.º****Formação de oficiais da Guarda Nacional Republicana**

As matérias referentes à formação de oficiais dos quadros permanentes da GNR estão sujeitas a aprovação conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional e da administração interna, sob proposta do respectivo comandante-geral, precedida de pareceres do conselho científico ou técnico-científico e do conselho pedagógico.

**CAPÍTULO IV****Conselho do Ensino Superior Militar****Artigo 27.º****Natureza e objectivos**

1 — É criado o Conselho do Ensino Superior Militar, na dependência directa do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

2 — O Conselho do Ensino Superior Militar é um órgão colegial que assegura a concepção e coordenação e acompanha a execução das políticas que, no domínio do ensino superior militar, cabem ao Ministério da Defesa Nacional.

**Artigo 28.º****Composição**

1 — O Conselho do Ensino Superior Militar tem a seguinte composição:

- a) Um representante do Ministro da Defesa Nacional, individualidade de reconhecido mérito que preside;
- b) Um representante da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional;
- c) Um representante do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas;
- d) Um representante do Chefe do Estado-Maior da Armada;
- e) Um representante do Chefe do Estado-Maior do Exército;

*f)* Um representante do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea;  
*g)* Um representante do comandante-geral da Guarda Nacional Republicana;  
*h)* Um representante do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;  
*i)* Três individualidades, civis ou militares, de reconhecido mérito e competência no âmbito de ensino superior militar, a designar pelo membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional.

2 — O Ministério da Defesa Nacional é representado no conselho consultivo da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior pelo presidente do Conselho do Ensino Superior Militar.

3 — Os membros do Conselho do Ensino Superior Militar são nomeados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional, da administração interna e da ciência, tecnologia e ensino superior.

4 — A remuneração do presidente do CESM é fixada por despacho conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional.

#### Artigo 29.º

#### Atribuições

1 — O Conselho do Ensino Superior Militar tem por missão contribuir para a concepção, definição, planeamento e desenvolvimento dos projectos educativos e das políticas relacionadas com o ensino superior público militar e para uma harmoniosa integração deste no sistema nacional de educação e formação.

2 — São ainda atribuições do Conselho do Ensino Superior Militar:

*a)* Preparar as decisões que ao Ministério da Defesa Nacional pertença tomar em matérias relacionadas com o ensino superior público militar;

*b)* Promover a articulação e relações de cooperação com universidades, institutos politécnicos e demais entidades intervenientes no ensino superior, a nível nacional e internacional, bem como entre os Ministérios da Defesa Nacional, da Administração Interna e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e demais entidades públicas e privadas;

*c)* Assegurar, por si ou através de parcerias com entidades especializadas, a realização de estudos de evolução dos sistemas científico e tecnológico e do ensino superior militar, tendo em vista o desenvolvimento dos sistemas, a melhoria da qualidade, a racionalização de serviços e meios e a optimização das infra-estruturas e equipamentos de ensino;

*d)* Acompanhar a avaliação e a acreditação do sistema de ensino superior público militar;

*e)* Assegurar e coordenar as actividades relativas à prestação de informação sobre o sistema de ensino superior público militar, bem como promover a difusão da informação científica e técnica e de ensino superior público militar a nível nacional e internacional;

*f)* Promover a optimização dos recursos humanos e materiais no âmbito do sistema de ensino superior público militar, tendo em conta uma gestão eficiente e eficaz;

*g)* Assegurar a representação do Ministério da Defesa Nacional, sempre que para tal for solicitado.

3 — Compete ainda ao Conselho do Ensino Superior Militar informar e dar parecer ao membro do Governo responsável pela área da defesa nacional sobre as actividades desenvolvidas pelos ramos das Forças Armadas ao nível do ensino superior público militar, nomeadamente:

*a)* Estrutura do sistema de ensino superior público militar;

*b)* Estatutos e regulamentos dos estabelecimentos de ensino superior público militar;

*c)* Propostas de criação e alteração de ciclos de estudos;

*d)* Pedidos de registo de adequação de cursos em funcionamento;

*e)* Especialidades e áreas de formação em que os estabelecimentos de ensino superior público militar conferem os graus de licenciado e de mestre;

f) Ramos do conhecimento e especialidades em que os estabelecimentos de ensino superior público universitário militar se podem associar com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor;

g) Actos de acreditação ou de recusa de acreditação;

h) Ensino à distância (*e-learning*);

i) Critérios de frequência, avaliação e certificação;

j) Criação, reestruturação e extinção de estabelecimentos de ensino superior público militar;

l) Avaliação e acompanhamento da fiscalização do ensino superior público militar e dos estabelecimentos de ensino superior público militar;

m) Relatórios e planos anuais e plurianuais de actividades.

4 — Compete, em particular, ao Conselho do Ensino Superior Militar acompanhar a aplicação e o desenvolvimento do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e na demais legislação aplicável ao ensino superior em geral.

#### Artigo 30.º

##### **Articulação e direito de informação**

1 — A articulação e a cooperação entre as entidades referidas na alínea b) do n.º 2 do artigo anterior traduz-se, designadamente, na definição e execução de planos comuns de actividade, na troca permanente das informações necessárias ao bom desempenho das respectivas atribuições e no acesso recíproco às bases de dados de informação estatística.

2 — O Conselho do Ensino Superior Militar pode requerer a quaisquer entidades, públicas ou privadas, os elementos que considere indispensáveis para a realização das suas tarefas.

#### Artigo 31.º

##### **Comissões especializadas e grupos de trabalho**

O Conselho do Ensino Superior Militar pode propor ao Ministro da Defesa Nacional a constituição de comissões especializadas ou grupos de trabalho, a título permanente ou eventual, constituídas por individualidades de reconhecido mérito e competência.

#### Artigo 32.º

##### **Apoio ao Conselho do Ensino Superior Militar**

O Conselho do Ensino Superior Militar é assistido pela Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, à qual compete apoiar as actividades do Conselho, designadamente as de natureza jurídica, técnica e administrativo-logística.

### CAPÍTULO V

#### **Normas finais e transitórias**

#### Artigo 33.º

##### **Funcionamento, orçamento e pessoal**

As normas relativas ao funcionamento, orçamento e pessoal do Conselho do Ensino Superior Militar são estabelecidas por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, que fixa igualmente as condições de funcionamento das comissões especializadas ou grupos de trabalho e do Gabinete Técnico.

## Artigo 34.º

**Revisão de estatutos e regulamentos**

Os estabelecimentos de ensino superior público militar procedem, no prazo de 180 dias a contar da entrada em vigor do presente decreto-lei, à revisão dos respectivos estatutos e regulamentos, em conformidade com o novo ordenamento jurídico.

## Artigo 35.º

**Prazos especiais**

Os estabelecimentos de ensino superior público militar que, em razão de convénios com estabelecimentos de ensino superior civis, tenham procedido à adequação dos seus ciclos de estudos nos anos lectivos de 2006-2007 e 2007-2008, devem, no prazo de 60 dias a contar da data de publicação do presente decreto-lei, efectuar os pedidos de registo da adequação dos respectivos ciclos de estudos.

## Artigo 36.º

**Extinção de estabelecimentos de ensino**

1 — São extintas a Escola Superior de Tecnologias Navais, a Escola Superior Politécnica do Exército e a Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas.

2 — A extinção dos estabelecimentos de ensino referidos no número anterior apenas produz efeitos a partir do ano lectivo de 2008-2009.

3 — A adequação dos ciclos de estudos até agora ministrados nos estabelecimentos de ensino referidos no n.º 1 deve estar concluída no início do ano lectivo de 2008-2009.

## Artigo 37.º

**Norma revogatória**

São revogados os Decretos-Leis n.ºs 300/94, de 16 de Dezembro, 248/96, de 24 de Dezembro, e 255/96, de 27 de Dezembro.

## Artigo 38.º

**Entrada em vigor**

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

**Decreto-Lei n.º 28/2010  
de 31 de Março de 2010**

O Programa do XVIII Governo Constitucional ao assumir o compromisso em firmar com o sistema de ensino superior um contrato de confiança, identifica como linhas fundamentais de modernização estrutural a aposta na qualificação dos portugueses, na inovação, na tecnologia e na sociedade do conhecimento. Neste sentido, importa agora consolidar as mudanças e desenvolver as linhas de evolução e progresso do modelo de ensino superior público militar.

Mudanças iniciadas, num primeiro momento, com a publicação da Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, e pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de Setembro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 81/2009,

de 27 de Outubro, diplomas que concretizaram, respectivamente, a alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo e a aprovação do novo regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, adequando-o ao Processo de Bolonha.

Num segundo momento, o Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março, adoptou os princípios constantes do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, ao ensino superior público militar e estabeleceu a revisão dos estatutos e regulamentos dos respectivos estabelecimentos de ensino, em conformidade com o novo ordenamento jurídico.

Em concretização do Programa do XVIII Governo Constitucional, e tendo em conta que o Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março, determina que o regime do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) é fixado em diploma próprio, no respeito pela especificidade do ensino superior público militar, o presente decreto-lei:

*i)* Procede à redefinição do quadro legal do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), alterando o Decreto-Lei n.º 161/2005, de 22 de Setembro;

*ii)* Aprova, em anexo, o respectivo Estatuto;

*iii)* Promove a aplicação dos princípios consagrados no Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho.

O IESM enquanto estabelecimento de ensino superior público universitário militar é uma instituição de alto nível orientado para a criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação e do desenvolvimento experimental, tendo por missão ministrar aos oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR) a formação nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares necessária ao desempenho das funções de comando, direcção, chefia e estado-maior, ao nível do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), dos ramos das Forças Armadas, da GNR e em forças conjuntas e combinadas e em organizações internacionais.

O IESM reforça igualmente a possibilidade de se associar com outros estabelecimentos de ensino superior, nacionais ou estrangeiros, para a realização de ciclos de estudos bem como para o desenvolvimento de projectos de ensino em rede e estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais geradores de sinergias entre as instituições e optimizadores da utilização dos recursos docentes e materiais existentes.

Atenta a necessidade de reforçar a coordenação do ensino superior público militar através de uma visão integrada e coerente, capaz de forjar consensos sólidos e estáveis, consagra-se que o IESM, tal como para restantes estabelecimentos de ensino superior militar, desenvolve as suas actividades em estreita ligação com o conselho do ensino superior militar, tendo em conta a missão e as atribuições deste órgão, que assegura a concepção e coordenação e acompanha a execução das políticas que, no domínio do ensino superior militar, cabem ao Ministério da Defesa Nacional.

Foram ouvidos o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, os chefes dos estados-maiores dos ramos das Forças Armadas, o comandante-geral da GNR, o director do Instituto de Estudos Superiores Militares e o conselho de reitores das universidades portuguesas.

Assim:

Nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### **Objecto**

1 — O presente decreto-lei aprova o Estatuto do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), constante do anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

2 — O presente decreto-lei procede, ainda, à alteração do Decreto-Lei n.º 161/2005, de 22 de Setembro.

## Artigo 2.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 161/2005, de 22 de Setembro**

Os artigos 1.º a 19.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 161/2005, de 22 de Setembro, passam a ter a seguinte redacção:

## «CAPÍTULO I

**Criação, natureza, missão e atribuições**

## Artigo 1.º

**Criação, natureza e sede**

- 1 — .....
- 2 — O IESM é um estabelecimento de ensino superior público universitário militar, na dependência do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA).
- 3 — .....

## Artigo 2.º

**Missão e atribuições**

1 — O IESM tem por missão ministrar aos oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR) a formação nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares necessária ao desempenho das funções de comando, direcção, chefia e estado-maior, ao nível do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), dos ramos das Forças Armadas, da GNR e em forças conjuntas e combinadas e em organizações internacionais.

2 — São atribuições do IESM:

- a) A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei, nomeadamente em áreas de interesse para a segurança e defesa nacional;
- b) A realização de planos de estudos de cursos de formação complementar ao longo da carreira, organizados em unidades de créditos, nomeadamente cursos de promoção, qualificação, especialização e actualização de conhecimentos, bem como tirocínios ou estágios que habilitem os oficiais para o exercício de cargos e para o desempenho de funções de oficial general e oficial superior dos ramos e da GNR;
- c) A realização de actividades de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D+I), nomeadamente nas áreas da segurança e defesa, que potenciem a elaboração da doutrina militar conjunta, as doutrinas específicas dos ramos e da GNR e da prospectiva estratégica militar;
- d) A cooperação e o intercâmbio cultural e científico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, no âmbito da sua missão;
- e) A contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de língua portuguesa, os países europeus e outros países aliados membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte;
- f) A realização de conferências, colóquios e seminários, nomeadamente sobre temas relativos a áreas relevantes para as Forças Armadas, GNR e para a segurança e defesa;
- g) A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento;
- h) A transferência e valorização do conhecimento científico e doutrinário;
- i) A criação do ambiente educativo apropriado às suas finalidades;
- j) A produção e difusão do conhecimento e da cultura.

3 — O IESM, precedendo autorização do CEMGFA, mediante solicitação do chefe do estado-maior de cada ramo das Forças Armadas ou do comandante-geral da GNR, pode, nos termos da lei, ministrar cursos de formação específica e outras acções de formação.

4 — O IESM pode igualmente cooperar com estabelecimentos de ensino superior na realização de cursos conducentes à obtenção de graus académicos, nos termos da lei, no domínio da segurança e defesa, designadamente nas áreas dos estudos estratégicos, da informação estratégica, da logística, das relações internacionais e da administração e gestão dos recursos da defesa.

5 — Ao IESM compete, ainda, nos termos da lei, a concessão de equivalências e o reconhecimento de graus e habilitações académicos.

## CAPÍTULO II

### Actividade científica e pedagógica

#### Artigo 3.º

#### Termos e limites da actividade científica e pedagógica

1 — .....

2 — As acções a empreender pelo IESM nos âmbitos científico e pedagógico subordinam-se às grandes linhas da política de segurança e defesa nacional.

3 — Os planos de estudos relativos à componente formativa específica referida no n.º 2 do artigo 4.º e os regimes de avaliação desta, bem como dos cursos referidos no n.º 3 do artigo anterior, são definidos pelo CEMGFA, sob proposta dos chefes do estado-maior de cada ramo das Forças Armadas, precedido de pareceres do conselho científico e do conselho pedagógico.

#### Artigo 4.º

#### Ciclos e planos de estudos

1 — A criação, suspensão e extinção de ciclos de estudos bem como a aprovação e modificação das estruturas curriculares dos respectivos planos de estudos estão sujeitas a aprovação por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CEMGFA, ouvidos o conselho de chefes de estado-maior (CCEM), o conselho do ensino superior militar (CESM), e o director, o conselho científico e o conselho pedagógico do IESM.

2 — .....

3 — Os ciclos de estudos do IESM estão sujeitos a acreditação nos termos fixados no título III do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

## CAPÍTULO III

### Organização

#### SECÇÃO I

#### Disposições gerais

#### Artigo 5.º

#### Órgãos

1 — O IESM compreende os seguintes órgãos:

- a) De direcção;
- b) De conselho;
- c) De ensino e de investigação, desenvolvimento e inovação;
- d) De apoio;
- e) Outros órgãos e serviços definidos no regulamento.

2 — O IESM pode integrar outros órgãos, nomeadamente de estudos, planeamento, avaliação e de qualidade.

3 — Os órgãos definidos no número anterior, se directamente relacionados com a actividade académica, científica ou docente, são chefiados por oficiais ou docentes civis habilitados com o grau de doutor ou mestre.

4 — A organização, composição e funcionamento dos diferentes órgãos do IESM são definidos no respectivo estatuto e regulamento.

## SECÇÃO II Órgãos de direcção

### Artigo 6.º Órgãos de direcção

1 — São órgãos de direcção do IESM:

- a) O director;
- b) Os subdirectores.

2 — O director e os subdirectores são nomeados em comissão de serviço por um período de três anos.

### Artigo 7.º Director

1 — O director é um vice-almirante ou tenente-general, nomeado por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, rotativamente por cada um dos ramos das Forças Armadas, sob proposta do CEMGFA, ouvido o CCEM, após indigitação do respectivo chefe do estado-maior.

2 — O director dirige as actividades do IESM e responde pelo cumprimento da respectiva missão, competindo-lhe:

a) Propor ao CEMGFA as áreas de formação e as especialidades em que o IESM confere, respectivamente, o grau de licenciado e de mestre, bem como os ramos do conhecimento e especialidades em que o IESM pode associar-se com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor;

b) Propor ao CEMGFA os planos de estudos, de estágios e de investigação, os programas das disciplinas, os métodos de ensino e os regimes de avaliação de conhecimentos, bem como proceder às respectivas alterações, ouvidos os conselhos científico e pedagógico, nos termos e com os limites dos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º e do artigo 4.º;

c) Promover o desenvolvimento da investigação científica, definindo as linhas de investigação a adoptar e criando as unidades orgânicas de investigação que se considerem necessárias, designadas por centros, laboratórios, institutos ou outra denominação apropriada e instituições de investigação que possam ser comuns a várias instituições de ensino superior militar universitárias ou politécnicas;

d) Convidar professores ou investigadores de outras instituições ou personalidades de reconhecida competência para integrarem o conselho científico ou o conselho pedagógico, no âmbito da missão do IESM;

e) Propor a nomeação dos directores dos cursos, dos coordenadores das áreas de ensino, do subdirector do Centro de Investigação de Segurança e Defesa (CISDI), coordenadores científicos dos núcleos de estudos, investigadores residentes e dos professores militares e civis;

f) Promover a realização de conferências, colóquios e seminários sobre temas relativos a áreas relevantes para as Forças Armadas, GNR e para a segurança e defesa nacional;

*g)* Dinamizar e promover parcerias estratégicas e outras formas de cooperação com instituições congéneres nacionais e estrangeiras, nomeadamente no âmbito das organizações internacionais de que Portugal faça parte e nas acções de cooperação técnico-militar;

*h)* Representar o IESM em actos oficiais.

3 — Ao director do IESM compete-lhe especialmente:

*a)* Outorgar os protocolos necessários às atribuições referidas nas alíneas *d)* e *e)* do n.º 1 e no n.º 3 do artigo 4.º do Estatuto do IESM;

*b)* Outorgar protocolos com instituições de ensino superior relativos à contratação de professores ou investigadores civis a tempo parcial, bem como praticar os demais actos para tal necessários.

4 — As competências referidas nos números anteriores podem ser delegadas em qualquer dos subdirectores.

### Artigo 8.º Subdirectores

1 — Os subdirectores são contra-almirantes ou majores-generais, nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, um de cada ramo das Forças Armadas, sob proposta do CEMGFA, ouvidos o CCEM e o director do IESM, após indigitação do respectivo chefe do estado-maior.

2 — Os subdirectores desempenham, em acumulação e em regime de rotação por cada um dos ramos das Forças Armadas, os cargos de directores do Departamento de Ensino, do Departamento de Cursos e do CISDI.

3 — Os subdirectores coadjuvam o director, exercendo as competências que por este lhes forem delegadas.

### SECÇÃO III Órgãos de conselho

#### Artigo 9.º Órgãos de conselho

1 — São órgãos de conselho do IESM:

- a)* O conselho científico;
- b)* O conselho pedagógico;
- c)* O conselho disciplinar;
- d)* Os conselhos de cursos.

2 — O conselho científico é o órgão competente para dar parecer sobre os assuntos relacionados com a orientação científica e técnica do ensino e da investigação.

3 — O conselho pedagógico é o órgão competente para dar parecer sobre os assuntos relacionados com a orientação pedagógica, a avaliação da formação e o rendimento escolar dos auditores e alunos.

4 — O conselho disciplinar é o órgão competente para dar parecer sobre assuntos de natureza disciplinar respeitantes a docentes civis e a discentes civis e estrangeiros, no âmbito das actividades escolares.

5 — Os conselhos de cursos são os órgãos competentes para dar parecer quando estejam em causa assuntos específicos de um curso, reunindo por convocação do director do IESM.

6 — Os órgãos de conselho são presididos pelo director do IESM, com possibilidade de delegação, excepto quando estejam em causa assuntos relacionados com o curso de promoção a oficial general ou equivalente.

**SECÇÃO IV****Órgãos de ensino, de investigação, desenvolvimento e inovação****Artigo 10.º****Órgãos de ensino, de investigação, desenvolvimento e inovação**

O IESM compreende os seguintes órgãos de ensino, de investigação, desenvolvimento e inovação:

- a) O Departamento de Ensino;
- b) O Departamento de Cursos;
- c) O CISDI.

**Artigo 11.º****Departamento de Ensino**

1 — Ao Departamento de Ensino incumbe o planeamento, programação, execução e controlo do ensino, conforme definido nos planos de estudos dos cursos.

2 — O Departamento de Ensino compreende áreas de ensino estruturadas de harmonia com critérios funcionais ligados à organização dos cursos e respeitantes à especialização dos conhecimentos, designadamente:

- a) Área de ensino de estratégia;
- b) Área de ensino de operações;
- c) Área de ensino de administração;
- d) Áreas de ensino específico dos ramos e da GNR.

3 — O Departamento de Ensino dispõe de um Gabinete de Planeamento e Programação (GPP) para o tratamento dos assuntos respeitantes à área académica.

4 — O director do Departamento de Ensino dirige as actividades do Departamento sob orientação do director do IESM.

**Artigo 12.º****Departamento de Cursos**

1 — Ao Departamento de Cursos incumbe enquadrar as turmas de auditores e de alunos durante a frequência dos cursos ou estágios, coordenar o seu funcionamento e avaliar a adequabilidade das matérias ministradas e das metodologias utilizadas.

2 — O Departamento de Cursos compreende:

- a) O curso de promoção a oficial general;
- b) O curso de estado-maior conjunto;
- c) O curso de promoção a oficial superior dos ramos e da GNR;
- d) Os cursos específicos dos ramos e da GNR;
- e) Outros cursos específicos, quando tal for determinado.

3 — O Departamento de Cursos compreende ainda um Gabinete de Estudos (GE), cuja função principal consiste em avaliar a adequabilidade das matérias ministradas e das metodologias utilizadas e acompanhar a evolução do normativo respeitante ao ensino superior, apresentando as propostas que permitam manter o normativo aplicável ao IESM devidamente actualizado.

4 — O director do Departamento de Cursos dirige as actividades do Departamento sob orientação do director do IESM.

5 — O curso de promoção a oficial general é dirigido pelo director do Departamento de Cursos.

## Artigo 13.º

**Centro de Investigação de Segurança e Defesa**

1 — Ao CISDI incumbe a promoção, ou participação em colaboração com outras instituições, na realização de projectos de investigação, no desenvolvimento e implementação de projectos inovadores, na promoção de projectos de investigação integrados e na divulgação do conhecimento científico, em áreas de especial interesse para as Forças Armadas e GNR e para a segurança e defesa nacional.

2 — O CISDI compreende os Núcleos de Estudos (NE) e o Centro de Recursos do Conhecimento (CRC), podendo o director do IESM criar unidades orgânicas de investigação, designadas por centros, laboratórios, institutos ou outra denominação apropriada, em função de uma área científica dominante e caracterizados pelo interesse estrutural e permanente das actividades desenvolvidas para a prossecução da missão do IESM.

3 — O CISDI dispõe de um quadro próprio de investigadores a quem podem ser atribuídas componentes lectivas.

4 — O CISDI assegura a avaliação e difusão dos resultados das actividades de investigação integradas na respectiva vocação disciplinar.

5 — O director do CISDI, habilitado com o grau de doutor, dirige as actividades do Centro sob orientação do director do IESM.

## SECÇÃO V

**Órgãos de apoio e outros**

## Artigo 14.º

**Serviços de apoio**

1 — Os serviços de apoio do IESM compreendem:

- a) O Serviço de Apoio Administrativo e Secretaria Central;
- b) O Serviço Financeiro;
- c) O Serviço de Sistemas de Informação e de Comunicações;
- d) O Serviço de Apoio Geral.

2 — Aos serviços de apoio incumbe assegurar o normal funcionamento das actividades de carácter logístico, administrativo e financeiro do IESM, garantindo a eficiência dos serviços próprios e a prontidão dos recursos disponíveis.

3 — Os serviços de apoio são chefiados por um capitão-de-mar-e-guerra ou coronel, indicado rotativamente pelo chefe do estado-maior de cada um dos ramos das Forças Armadas, nomeado pelo CEMGFA, mediante proposta do director do IESM.

4 — Os serviços de apoio do IESM integram militares da GNR.

5 — O regulamento do IESM define a organização, composição e funcionamento dos serviços de apoio.

## CAPÍTULO IV

**Recursos humanos e financeiros**

## Artigo 15.º

**Recursos humanos**

1 — O IESM dispõe de um quadro próprio de pessoal militar, docente e não docente, contendo a indicação dos efectivos militares necessários para o desenvolvimento das respectivas actividades, aprovado, mantido ou alterado pelo CEMGFA, sob proposta do director do IESM, ouvidos o CCEM e o comandante-geral da GNR relativamente aos seus efectivos.

2 — Os militares necessários ao cumprimento da missão do IESM são garantidos e indicados pelos ramos das Forças Armadas e pelo comandante-geral da GNR, de acordo com as necessidades, e nomeados pelo director do IESM.

3 — Os directores dos cursos, os coordenadores das áreas de ensino e os docentes militares das Forças Armadas são indigitados pelos respectivos ramos e nomeados por despacho do CEMGFA, sob proposta do director do IESM, ouvidos o conselho científico e o conselho pedagógico.

4 — Os militares no activo são nomeados para funções no IESM em regime de comissão normal de serviço por períodos de três anos, ficando adidos aos respectivos quadros de origem, nos termos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas e do Estatuto da Guarda Nacional Republicana.

5 — O mapa de pessoal civil, docente e não docente, incluindo os professores civis contratados, contendo a indicação do número de postos de trabalho de que o IESM carece para o desenvolvimento das respectivas actividades, é aprovado por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CEMGFA, ouvido o director do IESM.

6 — Sem prejuízo da aplicação do regime geral de aquisição de bens e serviços pelo Estado, os docentes civis podem ser contratados nos termos dos protocolos referidos na alínea b) do n.º 3 do artigo 7.º.

7 — O quadro de pessoal militar docente e o mapa de pessoal civil docente carecem de pareceres do conselho científico, do conselho pedagógico e do conselho do ensino superior militar.

#### Artigo 16.º

#### **Recursos financeiros**

Os recursos financeiros necessários ao funcionamento do IESM são fixados em dotação própria do orçamento do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

### CAPÍTULO V

#### **Guarda Nacional Republicana**

#### Artigo 17.º

#### **Cursos e planos de estudo**

1 — O IESM pode ainda ministrar cursos aos oficiais dos quadros permanentes da GNR, a solicitação do membro do Governo responsável pela área da administração interna, sob proposta do comandante-geral da GNR.

2 — A criação, suspensão e extinção de ciclos de estudos, bem como a aprovação e modificação das estruturas curriculares dos respectivos planos de estudos, quando ministrados aos oficiais da GNR, estão sujeitas a aprovação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional e da administração interna, sob proposta do director do IESM, ouvido o comandante-geral da GNR, e carecem de pareceres do conselho científico e do conselho pedagógico.

3 — O regime de acesso aos cursos e estágios do IESM ministrados a oficiais da GNR é definido por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional e da administração interna, ouvido o comandante-geral da GNR.

#### Artigo 18.º

#### **Recursos humanos**

1 — Os militares da GNR no activo são nomeados para funções no IESM em regime de comissão normal de serviço por períodos de três anos, nos termos do Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana.

2 — O coordenador da área de ensino específico da GNR, directores de cursos e docentes da GNR são indigitados pela GNR e nomeados por despacho do CEMGFA, sob proposta do director do IESM, ouvidos o conselho científico e o conselho pedagógico.

#### Artigo 19.º

#### **Participação institucional**

Os conselhos científico, pedagógico e disciplinar integram representantes da GNR, a nomear pelo membro do Governo responsável pela área da administração interna, sob proposta do respectivo comandante-geral, ouvido o director do IESM, sempre que estejam em causa matérias relativas aos cursos referidos no artigo 17.º.

### CAPÍTULO VI

#### **Disposições finais e transitórias**

#### Artigo 24.º

#### **Regulamentação**

A organização interna, o regime de acesso aos cursos e estágios, bem como os elementos de heráldica, símbolos, modelos de diplomas e prémios do IESM são definidos por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CEMGFA, ouvido o director do IESM.»

#### Artigo 3.º

#### **Ciclos de estudos**

1 — Tendo em vista o prosseguimento de estudos para a obtenção de grau académico ou diploma, as normas regulamentares a que se referem os artigos 15.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março, devem prever a possibilidade de ingresso nos respectivos ciclos de estudos por oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas e da GNR, visando a atribuição:

a) Do grau de mestre aos oficiais oriundos do ensino superior público universitário militar, habilitados com o grau de licenciado;

b) Do grau de licenciado ou de mestre aos oficiais oriundos do ensino superior público politécnico militar, habilitados com o grau de bacharel.

2 — As especialidades e as áreas de formação, bem como as condições de candidatura em que o IESM confere os graus de mestre e de licenciado referidos no número anterior, são aprovadas por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CEMGFA, ouvidos o conselho científico, o conselho pedagógico e o conselho de ensino superior militar (CESM).

#### Artigo 4.º

#### **Regulamento**

1 — O IESM procede, no prazo de 90 dias a contar da entrada em vigor do presente decreto-lei, à revisão do respectivo regulamento, em conformidade com o novo ordenamento jurídico.

2 — O regulamento do IESM, contendo as disposições necessárias para a execução do Estatuto, é aprovado por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CEMGFA, ouvidos o conselho científico, conselho pedagógico e o CESM, e, entre outras, define as seguintes matérias:

a) A autonomia do IESM nas suas diferentes vertentes;

b) A participação de docentes nos aspectos científicos e pedagógicos;

- c) A forma de participação dos discentes nos aspectos pedagógicos;
- d) O processo de auto-avaliação do IESM;
- e) Direitos e deveres dos discentes;
- f) Aproveitamento escolar, vida interna e a administração dos discentes;
- g) Condições de acesso e ingresso;
- h) Condições de frequência e de avaliação;
- i) Direitos e deveres do pessoal docente;
- j) Sistema interno de qualidade e de avaliação do ensino.

3 — O regulamento do IESM, na medida do que for aplicável, atenta a finalidade, organização, composição, competências e funcionamento, define ainda as matérias relativas aos seus órgãos e serviços.

#### Artigo 5.º

##### **Período transitório**

1 — Os requisitos fixados no n.º 3 do artigo 14.º e no n.º 5 do artigo 18.º do Estatuto e no n.º 5 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 161/2005, de 22 de Setembro, são exigíveis ao IESM a partir do ano lectivo 2013-2014, inclusive.

2 — Até à revisão do regulamento do IESM, aprovado pela Portaria n.º 1 153/2005, de 11 de Novembro, mantêm-se em vigor todas as suas disposições que não contrariem o Decreto-Lei n.º 161/2005, de 22 de Setembro, e o Estatuto do IESM.

3 — Até à aprovação do novo quadro do pessoal militar e do novo mapa de pessoal civil, docente e não docente, contendo a indicação dos efectivos militares e do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das respectivas actividades, continuam em vigor os quantitativos actualmente existentes.

#### Artigo 6.º

##### **Republicação**

É republicado no anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, o Decreto-Lei n.º 161/2005, de 22 de Setembro, com a redacção actual.

#### Artigo 7.º

##### **Entrada em vigor**

O presente decreto-lei entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Janeiro de 2010. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Fernando Teixeira dos Santos* — *Augusto Ernesto Santos Silva* — *Rui Carlos Pereira* — *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*.

Promulgado em 16 de Março de 2010.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 17 de Março de 2010.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO I  
**Republicação do Decreto-Lei n.º 161/2005, de 22 de Setembro**

CAPÍTULO I  
**Criação, natureza, missão e atribuições**

Artigo 1.º  
**Criação, natureza e sede**

- 1 — É criado o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).
- 2 — O IESM é um estabelecimento de ensino superior público universitário militar, na dependência do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA).
- 3 — O IESM tem sede em Lisboa.

Artigo 2.º  
**Missão e atribuições**

1 — O IESM tem por missão ministrar aos oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR) a formação nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares necessária ao desempenho das funções de comando, direcção, chefia e estado-maior, ao nível do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), dos ramos das Forças Armadas, da GNR e em forças conjuntas e combinadas e em organizações internacionais.

2 — São atribuições do IESM:

- a) A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei, nomeadamente em áreas de interesse para a segurança e defesa nacional;
- b) A realização de planos de estudos de cursos de formação complementar ao longo da carreira, organizados em unidades de créditos, nomeadamente cursos de promoção, qualificação, especialização e actualização de conhecimentos, bem como tirocínios ou estágios que habilitem os oficiais para o exercício de cargos e para o desempenho de funções de oficial general e oficial superior dos ramos e da GNR;
- c) A realização de actividades de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D+I), nomeadamente nas áreas da segurança e defesa, que potenciem a elaboração da doutrina militar conjunta, as doutrinas específicas dos ramos e da GNR e da prospectiva estratégica militar;
- d) A cooperação e o intercâmbio cultural e científico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, no âmbito da sua missão;
- e) A contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de língua portuguesa, os países europeus e outros países aliados membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte;
- f) A realização de conferências, colóquios e seminários, nomeadamente sobre temas relativos a áreas relevantes para as Forças Armadas, GNR e para a segurança e defesa;
- g) A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento;
- h) A transferência e valorização do conhecimento científico e doutrinário;
- i) A criação do ambiente educativo apropriado às suas finalidades;
- j) A produção e difusão do conhecimento e da cultura.

3 — O IESM, precedendo autorização do CEMGFA, mediante solicitação do chefe do estado-maior de cada ramo das Forças Armadas ou do comandante-geral da GNR, pode, nos termos da lei, ministrar cursos de formação específica e outras acções de formação.

4 — O IESM pode igualmente cooperar com estabelecimentos de ensino superior na realização de cursos conducentes à obtenção de graus académicos, nos termos da lei, no domínio da segurança e defesa, designadamente nas áreas dos estudos estratégicos, da informação estratégica, da logística, das relações internacionais e da administração e gestão dos recursos da defesa.

5 — Ao IESM compete, ainda, nos termos da lei, a concessão de equivalências e o reconhecimento de graus e habilitações académicos.

## **CAPÍTULO II**

### **Actividade científica e pedagógica**

#### **Artigo 3.º**

#### **Termos e limites da actividade científica e pedagógica**

1 — O IESM programa e executa os planos de estudos e de investigação e define os programas das disciplinas, os métodos de ensino e os regimes de avaliação de conhecimentos nos termos e com os limites dos números seguintes e do artigo 4.º.

2 — As acções a empreender pelo IESM nos âmbitos científico e pedagógico subordinam-se às grandes linhas da política de segurança e defesa nacional.

3 — Os planos de estudos relativos à componente formativa específica referida no n.º 2 do artigo 4.º e os regimes de avaliação desta, bem como dos cursos referidos no n.º 3 do artigo anterior, são definidos pelo CEMGFA, sob proposta dos chefes do estado-maior de cada ramo das Forças Armadas, precedido de pareceres do conselho científico e do conselho pedagógico.

#### **Artigo 4.º**

#### **Ciclos e planos de estudos**

1 — A criação, suspensão e extinção de ciclos de estudos bem como a aprovação e modificação das estruturas curriculares dos respectivos planos de estudos estão sujeitas a aprovação por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CEMGFA, ouvidos o conselho de chefes de estado-maior (CCEM), o conselho do ensino superior militar (CESM) e o director, o conselho científico e o conselho pedagógico do IESM.

2 — Os planos de estudos prevêem necessariamente uma componente formativa comum aos três ramos das Forças Armadas, uma componente formativa específica de cada ramo e uma componente formativa conjunta.

3 — Os ciclos de estudos do IESM estão sujeitos a acreditação nos termos fixados pelo título III do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

## **CAPÍTULO III**

### **Organização**

#### **SECÇÃO I**

#### **Disposições gerais**

#### **Artigo 5.º**

#### **Órgãos**

1 — O IESM compreende os seguintes órgãos:

- a) De direcção;
- b) De conselho;
- c) De ensino e de investigação, desenvolvimento e inovação;
- d) De apoio;
- e) Outros órgãos definidos no regulamento.

2 — O IESM pode integrar outros órgãos, nomeadamente de estudos, planeamento, avaliação e de qualidade.

3 — Os órgãos definidos no número anterior, se directamente relacionados com a actividade académica, científica ou docente, são chefiados por oficiais ou docentes civis habilitados com o grau de doutor ou mestre.

4 — A organização, composição e funcionamento dos diferentes órgãos do IESM são definidos no respectivo estatuto e regulamento.

## SECÇÃO II Órgãos de direcção

### Artigo 6.º Órgãos de direcção

1 — São órgãos de direcção do IESM:

- a) O director;
- b) Os subdirectores.

2 — O director e os subdirectores são nomeados em comissão de serviço por um período de três anos.

### Artigo 7.º Director

1 — O director é um vice-almirante ou tenente-general, nomeado por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, rotativamente por cada um dos ramos das Forças Armadas, sob proposta do CEMGFA, ouvido o CCEM, após indigitação do respectivo chefe do estado-maior.

2 — O director dirige as actividades do IESM e responde pelo cumprimento da respectiva missão, competindo-lhe:

a) Propor ao CEMGFA as áreas de formação e as especialidades em que o IESM confere, respectivamente, o grau de licenciado e de mestre, bem como os ramos do conhecimento e especialidades em que o IESM pode associar-se com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor;

b) Propor ao CEMGFA os planos de estudos, de estágios e de investigação, os programas das disciplinas, os métodos de ensino e os regimes de avaliação de conhecimentos, bem como proceder às respectivas alterações, ouvidos os conselhos científico e pedagógico, nos termos e com os limites dos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º e do artigo 4.º;

c) Promover o desenvolvimento da investigação científica, definindo as linhas de investigação a adoptar e criando as unidades orgânicas de investigação que se considerem necessárias, designadas por centros, laboratórios, institutos ou outra denominação apropriada e instituições de investigação que possam ser comuns a várias instituições de ensino superior militar universitárias ou politécnicas;

d) Convidar professores ou investigadores de outras instituições ou personalidades de reconhecida competência para integrarem o conselho científico ou o conselho pedagógico, no âmbito da missão do IESM;

e) Propor a nomeação dos directores dos cursos, dos coordenadores das áreas de ensino, do subdirector do Centro de Investigação de Segurança e Defesa (CISDI), coordenadores científicos dos núcleos de estudos, investigadores residentes e dos professores militares e civis;

f) Promover a realização de conferências, colóquios e seminários sobre temas relativos a áreas relevantes para as Forças Armadas, GNR e para a segurança e defesa nacional;

g) Dinamizar e promover parcerias estratégicas e outras formas de cooperação com instituições congéneres nacionais e estrangeiras, nomeadamente no âmbito das organizações internacionais de que Portugal faça parte e nas acções de cooperação técnico-militar;

h) Representar o IESM em actos oficiais.

3 — Ao director do IESM compete-lhe especialmente:

a) Outorgar os protocolos necessários às atribuições referidas nas alíneas *d)* e *e)* do n.º 1 e no n.º 3 do artigo 4.º do Estatuto do IESM;

b) Outorgar protocolos com instituições de ensino superior relativos à contratação de professores ou investigadores civis a tempo parcial, bem como praticar os demais actos para tal necessários.

4 — As competências referidas nos números anteriores podem ser delegadas em qualquer dos subdirectores.

#### **Artigo 8.º** **Subdirectores**

1 — Os subdirectores são contra-almirantes ou majores-generais, nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, um de cada ramo das Forças Armadas, sob proposta do CEMGFA, ouvidos o CCEM e o director do IESM, após indigitação do respectivo chefe do estado-maior.

2 — Os subdirectores desempenham, em acumulação e em regime de rotação por cada um dos ramos das Forças Armadas, os cargos de directores do Departamento de Ensino, do Departamento de Cursos e do CISDI.

3 — Os subdirectores coadjuvam o director, exercendo as competências que por este lhes forem delegadas.

### **SECÇÃO III** **Órgãos de conselho**

#### **Artigo 9.º** **Órgãos de conselho**

1 — São órgãos de conselho do IESM:

- a) O conselho científico;
- b) O conselho pedagógico;
- c) O conselho disciplinar;
- d) Os conselhos de cursos.

2 — O conselho científico é o órgão competente para dar parecer sobre os assuntos relacionados com a orientação científica e técnica do ensino e da investigação.

3 — O conselho pedagógico é o órgão competente para dar parecer sobre os assuntos relacionados com a orientação pedagógica, a avaliação da formação e o rendimento escolar dos auditores e alunos.

4 — O conselho disciplinar é o órgão competente para dar parecer sobre assuntos de natureza disciplinar respeitantes a docentes civis e a discentes civis e estrangeiros, no âmbito das actividades escolares.

5 — Os conselhos de cursos são os órgãos competentes para dar parecer quando estejam em causa assuntos específicos de um curso, reunindo por convocação do director do IESM.

6 — Os órgãos de conselho são presididos pelo director do IESM, com possibilidade de delegação, excepto quando estejam em causa assuntos relacionados com o curso de promoção a oficial general ou equivalente.

### **SECÇÃO IV** **Órgãos de ensino, de investigação, desenvolvimento e inovação**

#### **Artigo 10.º** **Órgãos de ensino, de investigação, desenvolvimento e inovação**

O IESM compreende os seguintes órgãos de ensino, de investigação, desenvolvimento e inovação:

- a) O Departamento de Ensino;
- b) O Departamento de Cursos;
- c) O CISDI.

## Artigo 11.º

**Departamento de Ensino**

1 — Ao Departamento de Ensino incumbe o planeamento, programação, execução e controlo do ensino, conforme definido nos planos de estudos dos cursos.

2 — O Departamento de Ensino compreende áreas de ensino estruturadas de harmonia com critérios funcionais ligados à organização dos cursos e respeitantes à especialização dos conhecimentos, designadamente:

- a) Área de ensino de estratégia;
- b) Área de ensino de operações;
- c) Área de ensino de administração;
- d) Áreas de ensino específico dos ramos e da GNR.

3 — O Departamento de Ensino dispõe de um Gabinete de Planeamento e Programação (GPP) para o tratamento dos assuntos respeitantes à área académica.

4 — O director do Departamento de Ensino dirige as actividades do Departamento sob orientação do director do IESM.

## Artigo 12.º

**Departamento de Cursos**

1 — Ao Departamento de Cursos incumbe enquadrar as turmas de auditores e de alunos durante a frequência dos cursos ou estágios, coordenar o seu funcionamento e avaliar a adequabilidade das matérias ministradas e das metodologias utilizadas.

2 — O Departamento de Cursos compreende:

- a) O curso de promoção a oficial general;
- b) O curso de estado-maior conjunto;
- c) O curso de promoção a oficial superior dos ramos e da GNR;
- d) Os cursos específicos dos ramos e da GNR;
- e) Outros cursos específicos, quando tal for determinado.

3 — O Departamento de Cursos compreende ainda um Gabinete de Estudos (GE), cuja função principal consiste em avaliar a adequabilidade das matérias ministradas e das metodologias utilizadas e acompanhar a evolução do normativo respeitante ao ensino superior, apresentando as propostas que permitam manter o normativo aplicável ao IESM devidamente actualizado.

4 — O director do Departamento de Cursos dirige as actividades do Departamento sob orientação do director do IESM.

5 — O curso de promoção a oficial general é dirigido pelo director do Departamento de Cursos.

## Artigo 13.º

**Centro de Investigação de Segurança e Defesa**

1 — Ao CISDI incumbe a promoção, ou participação em colaboração com outras instituições, na realização de projectos de investigação, no desenvolvimento e implementação de projectos inovadores, na promoção de projectos de investigação integrados e na divulgação do conhecimento científico, em áreas de especial interesse para as Forças Armadas e GNR e para a segurança e defesa nacional.

2 — O CISDI compreende os Núcleos de Estudos (NE) e o Centro de Recursos do Conhecimento (CRC), podendo o director do IESM criar unidades orgânicas de investigação, designadas por centros, laboratórios, institutos ou outra denominação apropriada, em função de uma área científica dominante e caracterizados pelo interesse estrutural e permanente das actividades desenvolvidas para a prossecução da missão do IESM.

3 — O CISDI dispõe de um quadro próprio de investigadores a quem podem ser atribuídas componentes lectivas.

4 — O CISDI assegura a avaliação e difusão dos resultados das actividades de investigação integradas na respectiva vocação disciplinar.

5 — O director do CISDI, habilitado com o grau de doutor, dirige as actividades do Centro sob orientação do director do IESM.

## SECÇÃO V **Órgãos de apoio e outros**

### Artigo 14.º **Serviços de apoio**

1 — Os serviços de apoio do IESM compreendem:

- a) O Serviço de Apoio Administrativo e Secretaria Central;
- b) O Serviço Financeiro;
- c) O Serviço de Sistemas de Informação e de Comunicações;
- d) O Serviço de Apoio Geral.

2 — Aos serviços de apoio incumbe assegurar o normal funcionamento das actividades de carácter logístico, administrativo e financeiro do IESM, garantindo a eficiência dos serviços próprios e a prontidão dos recursos disponíveis.

3 — Os serviços de apoio são chefiados por um capitão-de-mar-e-guerra ou coronel, indicado rotativamente pelo chefe do estado-maior de cada um dos ramos das Forças Armadas, nomeado pelo CEMGFA, mediante proposta do director do IESM.

4 — Os serviços de apoio do IESM integram militares da GNR.

5 — O regulamento do IESM define a organização, composição e funcionamento dos serviços de apoio.

## CAPÍTULO IV **Recursos humanos e financeiros**

### Artigo 15.º **Recursos humanos**

1 — O IESM dispõe de um quadro próprio de pessoal militar, docente e não docente, contendo a indicação dos efectivos militares necessários para o desenvolvimento das respectivas actividades, aprovado, mantido ou alterado pelo CEMGFA, sob proposta do director do IESM, ouvidos o CCEM e o comandante-geral da GNR, relativamente aos seus efectivos.

2 — Os militares necessários ao cumprimento da missão do IESM são garantidos e indicados pelos ramos das Forças Armadas e pelo comandante-geral da GNR, de acordo com as necessidades, e nomeados pelo director do IESM.

3 — Os directores dos cursos, os coordenadores das áreas de ensino e os docentes militares das Forças Armadas são indigitados pelos respectivos ramos e nomeados por despacho do CEMGFA, sob proposta do director do IESM, ouvidos o conselho científico e o conselho pedagógico.

4 — Os militares no activo são nomeados para funções no IESM em regime de comissão normal de serviço por períodos de três anos, ficando adidos aos respectivos quadros de origem, nos termos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas e do Estatuto da Guarda Nacional Republicana.

5 — O mapa de pessoal civil, docente e não docente, incluindo os professores civis contratados, contendo a indicação do número de postos de trabalho de que o IESM carece para o desenvolvimento das

respectivas actividades, é aprovado por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CEMGFA, ouvido o director do IESM.

6 — Sem prejuízo da aplicação do regime geral de aquisição de bens e serviços pelo Estado, os docentes civis podem ser contratados nos termos dos protocolos referidos na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 7.º.

7 — O quadro de pessoal militar docente e o mapa de pessoal civil docente carecem de pareceres do conselho científico, do conselho pedagógico e do conselho do ensino superior militar.

#### Artigo 16.º

#### **Recursos financeiros**

Os recursos financeiros necessários ao funcionamento do IESM são fixados em dotação própria do orçamento do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

### CAPÍTULO V

#### **Guarda Nacional Republicana**

#### Artigo 17.º

#### **Cursos e planos de estudo**

1 — O IESM pode ainda ministrar cursos aos oficiais dos quadros permanentes da GNR, a solicitação do membro do Governo responsável pela área da administração interna, sob proposta do comandante-geral da GNR.

2 — A criação, suspensão e extinção de ciclos de estudos, bem como a aprovação e modificação das estruturas curriculares dos respectivos planos de estudos, quando ministrados aos oficiais da GNR, estão sujeitas a aprovação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional e da administração interna, sob proposta do director do IESM, ouvido o comandante-geral da GNR, e carecem de pareceres do conselho científico e do conselho pedagógico.

3 — O regime de acesso aos cursos e estágios do IESM ministrados a oficiais da GNR é definido por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional e da administração interna, ouvido o comandante-geral da GNR.

#### Artigo 18.º

#### **Recursos humanos**

1 — Os militares da GNR no activo são nomeados para funções no IESM em regime de comissão normal de serviço por períodos de três anos, nos termos do Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana.

2 — O coordenador da área de ensino específico da GNR, directores de cursos e docentes da GNR são indigitados pela GNR e nomeados por despacho do CEMGFA, sob proposta do director do IESM, ouvidos o conselho científico e o conselho pedagógico.

#### Artigo 19.º

#### **Participação institucional**

Os conselhos científico, pedagógico e disciplinar integram representantes da GNR, a nomear pelo membro do Governo responsável pela área da administração interna, sob proposta do respectivo comandante-geral, ouvido o director do IESM, sempre que estejam em causa matérias relativas aos cursos referidos no artigo 17.º.

## CAPÍTULO VI

### Disposições finais e transitórias

#### Artigo 20.º

##### Início de funcionamento

O IESM inicia o seu funcionamento no ano lectivo de 2005-2006.

#### Artigo 21.º

##### Instalações

O IESM funciona nas instalações actualmente utilizadas pelo Instituto de Altos Estudos Militares.

#### Artigo 22.º

##### Extinção de organismos

1 — São extintos o Instituto Superior Naval de Guerra, o Instituto de Altos Estudos Militares e o Instituto de Altos Estudos da Força Aérea.

2 — As actividades actualmente desenvolvidas nos institutos referidos no número anterior e que não se integrem na missão do IESM continuam a desenvolver-se no âmbito dos ramos das Forças Armadas, nos termos definidos pelos respectivos chefes de estado-maior.

3 — Todas as referências legislativas ou regulamentares aos Institutos mencionados no n.º 1 consideram-se como relativas ao IESM, com as necessárias adaptações.

4 — Os ramos das Forças Armadas são depositários do património histórico e dos símbolos dos Institutos referidos no n.º 1.

#### Artigo 23.º

##### Regime transitório

1 — Durante o ano 2005, os recursos financeiros necessários ao funcionamento do IESM são suportados pelos três ramos das Forças Armadas, em condições a definir pelo Ministro da Defesa Nacional, ouvido o conselho de chefes de estado-maior.

2 — Até à entrada em vigor da portaria referida no artigo 24.º, os funcionários dos quadros de pessoal civil dos ramos das Forças Armadas afectos ao Instituto Superior Naval de Guerra, ao Instituto de Altos Estudos Militares e ao Instituto de Altos Estudos da Força Aérea desempenham funções no IESM em regime de destacamento.

3 — As instalações do Instituto Superior Naval de Guerra e do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea podem ser utilizadas, total ou parcialmente, pelo IESM, durante o ano lectivo de 2005-2006, em condições a definir pelo Ministro da Defesa Nacional.

#### Artigo 24.º

##### Regulamentação

A organização interna, o regime de acesso aos cursos e estágios, bem como os elementos de heráldica, símbolos, modelos de diplomas e prémios do IESM são definidos mediante portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CEMGFA, ouvido o director do IESM.

#### Artigo 25.º

##### Diplomas revogados

São revogados:

- a) O Decreto-Lei n.º 30 264, de 10 de Janeiro de 1940;

- b) O Decreto-Lei n.º 37 130, de 4 de Novembro de 1948, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 40 969, de 5 de Janeiro de 1957, e 248/78, de 23 de Agosto;
- c) O Decreto-Lei n.º 338/76, de 12 de Maio;
- d) O Decreto-Lei n.º 318/78, de 4 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 250/85, de 15 de Julho;
- e) O Decreto Regulamentar n.º 31/94, de 1 de Setembro;
- f) O Decreto Regulamentar n.º 55/94, de 3 de Setembro.

## ANEXO II

### Estatuto do Instituto de Estudos Superiores Militares

#### CAPÍTULO I

##### Natureza e missão

##### Artigo 1.º

##### Natureza

1 — O Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) é um estabelecimento de ensino superior público universitário militar, na dependência do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA).

2 — O IESM enquanto estabelecimento de ensino superior público universitário militar é uma instituição de alto nível orientado para a criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação e do desenvolvimento experimental.

3 — As acções a empreender pelo IESM nos âmbitos científico e pedagógico subordinam-se às grandes linhas da política de segurança e defesa nacional.

##### Artigo 2.º

##### Missão

O IESM tem por missão ministrar aos oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR) a formação nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares necessária ao desempenho das funções de comando, direcção, chefia e estado-maior, ao nível do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), dos ramos das Forças Armadas, da GNR e em forças conjuntas e combinadas e em organizações internacionais.

#### CAPÍTULO II

##### Especificidades, atribuições e autonomia

##### Artigo 3.º

##### Especificidades

O ensino superior ministrado no IESM está inserido no sistema de ensino superior público, ainda que adaptado em exclusivo à satisfação das necessidades das Forças Armadas e dos respectivos ramos, assim como da GNR, e caracteriza-se por:

a) Visar a preparação de quadros altamente qualificados, inseridos numa estrutura hierarquizada, com competências e capacidade para comandar e dirigir em situações de risco e incerteza típicas do combate armado, do apoio a missões de protecção civil inerentes a situações de acidentes graves ou catástrofes e no cumprimento de missões de segurança interna e de interesse público, em resposta às exigências da segurança e da defesa nacional;

b) Formação comportamental consubstanciada numa sólida educação militar, moral e cívica tendo em vista desenvolver nos alunos qualidades de comando, direcção e chefia inerentes à condição militar.

#### Artigo 4.º **Atribuições**

1 — São atribuições do IESM:

a) A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei, nomeadamente em áreas de interesse para a segurança e defesa nacional;

b) A realização de planos de estudos de cursos de formação complementar ao longo da carreira, organizados em unidades de créditos, nomeadamente cursos de promoção, qualificação, especialização e actualização de conhecimentos, bem como tirocínios ou estágios que habilitem os oficiais para o exercício de cargos e para o desempenho de funções de oficial general e oficial superior dos ramos e da GNR;

c) A realização de actividades de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D+I), nomeadamente nas áreas da segurança e defesa, que potenciem a elaboração da doutrina militar conjunta, as doutrinas específicas dos ramos e da GNR e da prospectiva estratégica militar;

d) A cooperação e o intercâmbio cultural e científico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, no âmbito da sua missão;

e) A contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de língua portuguesa, os países europeus e outros países aliados membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte;

f) A realização de conferências, colóquios e seminários, nomeadamente sobre temas relativos a áreas relevantes para as Forças Armadas, GNR e para a segurança e defesa;

g) A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento;

h) A transferência e valorização do conhecimento científico e doutrinário;

i) A criação do ambiente educativo apropriado às suas finalidades;

j) A produção e difusão do conhecimento e da cultura.

2 — O IESM, precedendo autorização do CEMGFA, mediante solicitação do chefe do estado-maior de cada ramo das Forças Armadas ou do comandante-geral da GNR, pode, nos termos da lei, ministrar cursos de formação específica e outras acções de formação.

3 — O IESM pode igualmente cooperar com estabelecimentos de ensino superior na realização de cursos conducentes à obtenção de graus académicos, nos termos da lei, no domínio da segurança e defesa, designadamente nas áreas dos estudos estratégicos, da informação estratégica, da logística, das relações internacionais e da gestão dos recursos da defesa.

4 — Ao IESM compete, ainda, nos termos da lei, a concessão de equivalências e o reconhecimento de graus e habilitações académicos.

5 — O IESM programa e executa os planos de estudos e de investigação e define os programas das disciplinas, os métodos de ensino e os regimes de avaliação de conhecimentos no âmbito das respectivas autonomias, nos termos e limites estabelecidos no artigo 23.º.

#### Artigo 5.º **Autonomia**

1 — O IESM goza de autonomia científica, pedagógica, cultural, administrativa e disciplinar, atenta a especificidade do ensino superior público militar.

2 — A autonomia científica concretiza-se na capacidade de definir, programar e executar o ensino, a investigação e demais actividades científicas.

3 — A autonomia pedagógica concretiza-se na capacidade para elaborar os planos de estudos, definir o objecto das unidades curriculares, definir os métodos de ensino, afectar os recursos e escolher os processos de avaliação de conhecimentos.

4 — A autonomia cultural concretiza-se na capacidade para definir o seu programa de formação e de iniciativas culturais.

5 — A autonomia administrativa concretiza-se na aprovação de normas internas, directivas ou determinações, celebração de acordos, convénios e protocolos e na prática de actos administrativos nos termos previstos na lei.

6 — A autonomia disciplinar concretiza-se na adopção de um regime disciplinar escolar próprio.

### **CAPÍTULO III**

#### **Organização**

##### **SECÇÃO I**

##### **Disposições gerais**

###### **Artigo 6.º**

###### **Órgãos**

1 — O IESM compreende os seguintes órgãos:

- a) De direcção;
- b) De conselho;
- c) De ensino e de investigação, desenvolvimento e inovação;
- d) De apoio;
- e) Outros órgãos e serviços definidos no regulamento.

2 — O regulamento do IESM desenvolve a organização, composição e funcionamento dos diferentes órgãos e serviços.

##### **SECÇÃO II**

##### **Órgãos de direcção**

###### **Artigo 7.º**

###### **Órgãos de direcção**

1 — São órgãos de direcção do IESM:

- a) O director;
- b) Os subdirectores.

2 — O director e os subdirectores são nomeados em comissão de serviço por um período de três anos.

###### **Artigo 8.º**

###### **Director**

1 — O director é um vice-almirante ou tenente-general, nomeado por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, rotativamente por cada um dos ramos das Forças Armadas, sob proposta do CEMGFA, ouvido o conselho de chefes de estado-maior (CCEM), após indigitação do respectivo chefe de estado-maior.

2 — O director dirige as actividades do IESM e responde pelo cumprimento da respectiva missão, competindo-lhe:

a) Propor ao CEMGFA as áreas de formação e as especialidades em que o IESM confere, respectivamente, o grau de licenciado e de mestre, bem como os ramos do conhecimento e especialidades em que o IESM pode associar-se com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor;

b) Propor ao CEMGFA os planos de estudos, de estágios e de investigação, os programas das disciplinas, os métodos de ensino e os regimes de avaliação de conhecimentos, bem como proceder às respectivas alterações, ouvidos os conselhos científico e pedagógico nos termos e limites estabelecidos no artigo 23.º do Estatuto;

c) Promover o desenvolvimento da investigação científica, definindo as linhas de investigação a adoptar e criando as unidades orgânicas de investigação que se considerem necessárias, designadas por centros, laboratórios, institutos ou outra denominação apropriada e instituições de investigação que possam ser comuns a várias instituições de ensino superior militar universitárias ou politécnicas;

d) Convidar professores ou investigadores de outras instituições ou personalidades de reconhecida competência para integrarem o conselho científico ou o conselho pedagógico, no âmbito da missão do IESM;

e) Propor a nomeação dos directores dos cursos, dos coordenadores das áreas de ensino, do subdirector do Centro de Investigação de Segurança e Defesa (CISDI), coordenadores científicos dos núcleos de estudos, investigadores residentes e dos professores militares e civis;

f) Promover a realização de conferências, colóquios e seminários sobre temas relativos a áreas relevantes para as Forças Armadas, GNR e para a segurança e defesa nacional;

g) Dinamizar e promover parcerias estratégicas e outras formas de cooperação com instituições congéneres nacionais e estrangeiras, nomeadamente no âmbito das organizações internacionais de que Portugal faça parte e nas acções de cooperação técnico-militar;

h) Representar o IESM em actos oficiais.

3 — Ao director do IESM compete-lhe especialmente:

a) Outorgar os protocolos necessários às atribuições referidas nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 4.º e no n.º 3 do mesmo artigo do Estatuto do IESM;

b) Outorgar protocolos com instituições de ensino superior relativos à contratação de professores ou investigadores civis a tempo parcial, bem como praticar os demais actos para tal necessários.

4 — As competências referidas nos números anteriores podem ser delegadas em qualquer dos subdirectores.

### Artigo 9.º Subdirectores

1 — Os subdirectores são contra-almirantes ou maiores-generais, nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, um de cada ramo das Forças Armadas, sob proposta do CEMGFA, ouvidos o CCEM e o director do IESM, após indigitação do respectivo chefe do estado-maior.

2 — Os subdirectores desempenham, em acumulação e em regime de rotação por cada um dos ramos das Forças Armadas, os cargos de directores do Departamento de Ensino, do Departamento de Cursos e do Centro de Investigação de Segurança e Defesa (CISDI).

3 — Os subdirectores coadjuvam o director, exercendo as competências que por este lhes forem delegadas.

### SECÇÃO III Órgãos de conselho

#### Artigo 10.º Órgãos de conselho

1 — São órgãos de conselho do IESM:

a) O conselho científico;

- b) O conselho pedagógico;
- c) O conselho disciplinar;
- d) Os conselhos de cursos.

2 — O conselho científico é o órgão competente para dar parecer sobre os assuntos relacionados com a orientação científica e técnica do ensino e da investigação.

3 — O conselho pedagógico é o órgão competente para dar parecer sobre os assuntos relacionados com a orientação pedagógica, a avaliação da formação e o rendimento escolar dos auditores e alunos.

4 — O conselho disciplinar é o órgão competente para dar parecer sobre assuntos de natureza disciplinar respeitantes a docentes civis e a discentes civis e estrangeiros, no âmbito das actividades escolares.

5 — Os conselhos de cursos são os órgãos competentes para dar parecer quando estejam em causa assuntos específicos de um curso, reunindo por convocação do director do IESM.

6 — A composição e funcionamento dos conselhos de cursos são fixados no regulamento do IESM.

7 — Sempre que estejam em causa matérias que impliquem a audição do conselho científico e do conselho pedagógico, por decisão do director do IESM, podem os dois órgãos reunir em sessão conjunta.

8 — Os órgãos de conselho são presididos pelo director do IESM, com possibilidade de delegação, excepto quando estejam em causa assuntos relacionados com o curso de promoção a oficial general ou equivalente.

9 — O regulamento do IESM pode fixar a participação nos órgãos de conselho das chefias de órgãos directamente relacionadas com a actividade académica, científica ou docente, designadamente de estudos, planeamento, avaliação e de qualidade.

#### Artigo 11.º

##### **Composição do conselho científico**

O conselho científico do IESM é constituído pelos seguintes membros:

- a) Director do IESM, que preside;
- b) Director do Departamento de Ensino;
- c) Director do Departamento de Cursos;
- d) Director do Centro de Investigação de Segurança e Defesa;
- e) Quatro representantes nomeados de entre os professores militares efectivos, sendo um de cada ramo e um da GNR;
- f) Três representantes nomeados de entre os professores e investigadores de carreira;
- g) Três representantes nomeados de entre os restantes professores e investigadores em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano, que sejam titulares do grau de doutor, qualquer que seja a natureza do seu vínculo à instituição;
- h) Membros convidados pelo director, de entre professores ou investigadores de outras instituições ou personalidades de reconhecida competência no âmbito da missão do IESM.

#### Artigo 12.º

##### **Composição do conselho pedagógico**

O conselho pedagógico do IESM é constituído pelos seguintes membros:

- a) Director do IESM, que preside;
- b) Director do Departamento de Ensino;
- c) Director do Departamento de Cursos;
- d) Director do Centro de Investigação de Segurança e Defesa;
- e) Quatro representantes nomeados de entre os professores militares efectivos, sendo um de cada ramo e um da GNR;

- f) Três representantes nomeados de entre os professores e investigadores de carreira;
- g) Três representantes nomeados de entre os restantes professores e investigadores em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano, que sejam titulares do grau de doutor, qualquer que seja a natureza do seu vínculo à instituição;
- h) Nove representantes dos auditores e alunos;
- i) Membros convidados pelo director, de entre professores ou investigadores de outras instituições ou personalidades de reconhecida competência no âmbito da missão do IESM.

#### Artigo 13.º

#### **Composição do conselho disciplinar**

O conselho disciplinar do IESM é constituído pelos seguintes membros:

- a) Director do IESM, que preside;
- b) Director do Departamento de Ensino;
- c) Director do Departamento de Cursos;
- d) Director do Centro de Investigação de Segurança e Defesa do IESM;
- e) Directores de cursos;
- f) Coordenadores de área de ensino.

#### Artigo 14.º

#### **Nomeações**

- 1 — Os membros dos órgãos de conselho são nomeados por despacho do director do IESM.
- 2 — O director do IESM pode solicitar a presença em reunião dos conselhos científico e pedagógico, sem direito a voto, de individualidades militares ou civis, com vista a colaboração e apreciação de assuntos técnicos relacionados com a organização e realização de actividades complementares de formação ou de investigação.
- 3 — O conselho científico é composto por membros detentores do grau de doutor, não podendo ultrapassar o número total de 25 membros.
- 4 — Os órgãos de conselho nomeiam os respectivos secretários, cooptados de entre os membros militares de menor antiguidade relativa.

### SECÇÃO IV

#### **Ensino, investigação, desenvolvimento e inovação**

#### Artigo 15.º

#### **Órgãos de ensino, de investigação, desenvolvimento e inovação**

O IESM compreende os seguintes órgãos de ensino, de investigação, desenvolvimento e inovação:

- a) O Departamento de Ensino;
- b) O Departamento de Cursos;
- c) O Centro de Investigação de Segurança e Defesa.

#### Artigo 16.º

#### **Departamento de Ensino**

- 1 — Ao departamento de ensino incumbe o planeamento, programação, execução e controlo do ensino, conforme definido nos planos de estudos dos cursos.

2 — O Departamento de Ensino compreende áreas de ensino estruturadas de harmonia com critérios funcionais ligados à organização dos cursos e respeitantes à especialização dos conhecimentos, designadamente:

- a) Área de ensino de estratégia;
- b) Área de ensino de operações;
- c) Área de ensino de administração;
- d) Áreas de ensino específico dos ramos e da GNR.

3 — O Departamento de Ensino dispõe de um Gabinete de Planeamento e Programação (GPP) para o tratamento dos assuntos respeitantes à área académica.

4 — O director do Departamento de Ensino dirige as actividades do Departamento sob orientação do director do IESM.

#### Artigo 17.º

#### **Departamento de Cursos**

1 — Ao Departamento de Cursos incumbe enquadrar as turmas de auditores e de alunos durante a frequência dos cursos ou estágios, coordenar o seu funcionamento e avaliar a adequabilidade das matérias ministradas e das metodologias utilizadas.

2 — O Departamento de Cursos compreende:

- a) A direcção dos cursos;
- b) O curso de promoção a oficial general;
- c) O curso de estado-maior conjunto;
- d) O curso de promoção a oficial superior dos ramos e da GNR;
- e) Os cursos específicos dos ramos e da GNR;
- f) Outros cursos específicos, quando tal for determinado.

3 — O Departamento de Cursos compreende ainda um Gabinete de Estudos (GE), cuja função principal consiste em avaliar a adequabilidade das matérias ministradas e das metodologias utilizadas e acompanhar a evolução do normativo respeitante ao ensino superior, apresentando as propostas que permitam manter o normativo aplicável ao IESM devidamente actualizado.

4 — O director do Departamento de Cursos dirige as actividades do Departamento sob orientação do director do IESM.

5 — O curso de promoção a oficial general é dirigido pelo director do Departamento de Cursos.

#### Artigo 18.º

#### **Centro de Investigação de Segurança e Defesa**

1 — Ao Centro de Investigação de Segurança e Defesa do IESM (CISDI) incumbe a promoção, ou participação em colaboração com outras instituições, na realização de projectos de investigação, no desenvolvimento e implementação de projectos inovadores, na promoção de projectos de investigação integrados e na divulgação do conhecimento científico, em áreas de especial interesse para as Forças Armadas e GNR e para a segurança e defesa nacional.

2 — O CISDI compreende os Núcleos de Estudos (NE) e o Centro de Recursos do Conhecimento (CRC), podendo o director do IESM criar unidades orgânicas de investigação, designadas por centros, laboratórios, institutos ou outra denominação apropriada, em função de uma área científica dominante e caracterizados pelo interesse estrutural e permanente das actividades desenvolvidas para a prossecução da missão do IESM.

3 — O CISDI dispõe de um quadro próprio de investigadores a quem podem ser atribuídas componentes lectivas.

4 — O CISDI assegura a avaliação e difusão dos resultados das actividades de investigação integradas na respectiva vocação disciplinar.

5 — O director do CISDI, habilitado com o grau de doutor, dirige as actividades do Centro sob orientação do director do IESM.

## SECÇÃO V

### Órgãos de apoio e outros

#### Artigo 19.º

#### Serviços de apoio

1 — Os serviços de apoio do IESM compreendem:

- a) O Serviço de Apoio Administrativo e Secretaria Central;
- b) O Serviço Financeiro;
- c) O Serviço de Sistemas de Informação e de Comunicações;
- d) O Serviço de Apoio Geral.

2 — Aos serviços de apoio incumbe assegurar o normal funcionamento das actividades de carácter logístico, administrativo e financeiro do IESM, garantindo a eficiência dos serviços próprios e a prontidão dos recursos disponíveis.

3 — Os serviços de apoio são chefiados por um capitão-de-mar-e-guerra ou coronel, indicado rotativamente pelo chefe do estado-maior de cada um dos ramos das Forças Armadas, nomeado pelo CEMGFA, mediante proposta do director do IESM.

4 — Os serviços de apoio do IESM integram militares da GNR.

#### Artigo 20.º

#### Outros órgãos

1 — O IESM pode integrar outros órgãos, nomeadamente de estudos, planeamento, avaliação e de qualidade, cuja organização, composição e competências são definidas no regulamento.

2 — Os órgãos definidos no número anterior, se directamente relacionados com a actividade académica, científica ou docente, são chefiados por oficiais ou docentes civis habilitados com o grau de doutor ou mestre.

## CAPÍTULO IV

### Organização do ensino

#### Artigo 21.º

#### Graus académicos

1 — O IESM confere os graus académicos de licenciado e de mestre.

2 — O IESM pode associar-se com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março.

3 — No caso previsto no número anterior, cabe à universidade a atribuição do grau de doutor.

#### Artigo 22.º

#### Atribuição dos graus académicos

1 — As áreas de formação e as especialidades em que o IESM confere, respectivamente, o grau de licenciado e de mestre são aprovadas por despacho do membro do Governo responsável pela área da

defesa nacional, sob proposta do CEMGFA, ouvido o CCEM, o director do IESM e o conselho do ensino superior militar.

2 — Os ramos do conhecimento e especialidades em que o IESM se pode associar com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor são fixados por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CEMGFA, ouvido o CCEM e o director do IESM e o conselho do ensino superior militar.

3 — Nos casos em que o doutoramento se destine a militares da GNR, o disposto no número anterior exige ainda o parecer do respectivo comandante-geral.

4 — A associação com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor exige que o IESM reúna os requisitos fixados pelo artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

#### Artigo 23.º

##### **Actividades de ensino e formação**

As actividades de ensino e formação no IESM desenvolvem-se através de aulas teóricas, teórico-práticas, práticas e seminários, complementados por conferências, nacionais e internacionais, e por trabalhos de aplicação, exercícios de campo, estágios, visitas e missões de estudo, de acordo com a pedagogia mais aconselhável ao processo de ensino e aprendizagem em matérias das áreas curriculares que integram os planos de estudos.

#### Artigo 24.º

##### **Actividades de investigação**

1 — No domínio das áreas científicas que integram os planos dos cursos, o IESM promove actividades de investigação científica, desenvolvimento e inovação que visem a produção e desenvolvimento da ciência, de doutrina, a formação metodológica dos seus alunos, a procura constante de novas soluções pedagógicas, a melhoria do ensino em geral e o desenvolvimento do conhecimento em áreas de especial interesse para as Forças Armadas e para a segurança e defesa.

2 — O director do IESM pode criar instituições de investigação que possam ser comuns a várias instituições de ensino superior militar universitárias ou politécnicas ou suas unidades orgânicas.

#### Artigo 25.º

##### **Ciclos e planos de estudos**

A criação, suspensão e extinção de ciclos de estudos bem como a aprovação e modificação das estruturas curriculares dos respectivos planos de estudos carecem de pareceres do conselho científico e do conselho pedagógico e estão sujeitas:

a) A aprovação por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CEMGFA, ouvido o director do IESM, o conselho de chefes de estado-maior (CCEM) e o conselho do ensino superior militar (CESM), quando ministrados aos oficiais das Forças Armadas;

b) A aprovação por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional e da administração interna, sob proposta do director do IESM, ouvido o comandante-geral da GNR, quando ministrados aos oficiais da GNR.

**Artigo 26.º****Sistema de créditos curriculares**

1 — As estruturas curriculares e os planos de estudos dos cursos ministrados pelo IESM expressam em créditos o trabalho que deve ser efectuado pelo estudante em cada área científica ou unidade curricular, bem como a área científica em que esta se integra.

2 — O número de créditos a atribuir às unidades curriculares e aos trabalhos de dissertação e de tese previstos, para a obtenção de graus académicos ou de diplomas de cursos, é fixado tendo em consideração o tempo médio normal estimado como necessário à sua preparação e avaliação, medido em anos lectivos ou fracção, correspondendo um ano lectivo de trabalho a 60 créditos.

3 — O conselho científico e o conselho pedagógico fixam as condições de aplicação do sistema de créditos curriculares aos cursos ministrados pelo IESM.

4 — A aplicação do sistema de créditos curriculares é objecto de apreciação no quadro do sistema de avaliação e acompanhamento do ensino superior e de acreditação dos seus estabelecimentos de ensino e cursos.

**Artigo 27.º****Júri do mestrado**

O júri a que se refere o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, é nomeado pelo director do IESM, sob proposta do conselho científico.

**Artigo 28.º****Normas regulamentares da licenciatura e mestrado**

1 — O CEMGFA, sob proposta do director do IESM, precedida de pareceres do conselho científico e do conselho pedagógico, aprova as normas relativas às matérias constantes dos artigos 14.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

2 — Nos casos em que a licenciatura ou o mestrado se destine à GNR, o disposto no número anterior exige ainda o parecer do respectivo comandante-geral.

**Artigo 29.º****Avaliação e acreditação**

1 — Os ciclos de estudos do IESM estão sujeitos a acreditação nos termos fixados pelo título III do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, no respeito pelas especificidades do ensino superior público universitário militar.

2 — O incumprimento dos requisitos legais ou das disposições estatutárias ou a não observância dos critérios que justificaram a acreditação e o registo dos ciclos de estudos determinam a sua revogação.

3 — A entrada em funcionamento no IESM de ciclos de estudos que visem conferir graus académicos carece de acreditação e de subsequente registo.

4 — A avaliação e a acreditação do sistema de ensino superior público universitário militar é acompanhada pelo conselho do ensino superior militar.

**Artigo 30.º****Fiscalização e inspecção**

1 — O IESM está sujeito aos poderes de fiscalização do Estado e às visitas de inspecção dos serviços competentes do ensino superior, que para o efeito podem fazer-se acompanhar de especialistas nas áreas relevantes.

2 — Por razões de segurança militar, a fiscalização do Estado e as visitas de inspecção estão condicionadas a aviso e autorização prévia dos órgãos competentes das Forças Armadas.

## Artigo 31.º

**Ligação com o conselho do ensino superior militar**

Sem prejuízo das competências próprias do CEMGFA, o IESM desenvolve as suas actividades em estreita ligação com o conselho do ensino superior militar, tendo em conta a missão e as atribuições deste órgão, que assegura a concepção e coordenação e acompanha a execução das políticas que, no domínio do ensino superior público militar, cabem ao Ministério da Defesa Nacional.

## Artigo 32.º

**Registo de graus e diplomas, certidões e cartas**

1 — Dos graus e diplomas conferidos é lavrado registo subscrito pelo conselho científico ou técnico-científico do estabelecimento de ensino superior público militar.

2 — A titularidade dos graus e diplomas é comprovada por certidão do registo referido no número anterior, genericamente denominada diploma, e também, para os estudantes que o requeiram, por carta de curso, para os graus de licenciado e de mestre.

3 — Os documentos a que se refere o número anterior podem ser plurilingues.

4 — De acordo com as orientações aprovadas no âmbito do Processo de Bolonha, e nos termos do disposto no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, a emissão de qualquer dos documentos a que se refere o n.º 2 é acompanhada da emissão de um suplemento ao diploma.

5 — A emissão da certidão do registo não pode ser condicionada à solicitação de emissão ou pagamento dos documentos a que se refere o n.º 2.

6 — O valor cobrado pela emissão de qualquer dos documentos a que se refere o n.º 2 não pode exceder o custo do serviço respectivo.

## CAPÍTULO V

**Corpo docente**

## Artigo 33.º

**Constituição e funções**

1 — O IESM dispõe de um corpo docente próprio, constituído por todos os professores e investigadores militares e civis que, a qualquer título, designadamente através de convénios com instituições de ensino superior, nele desenvolvam actividade docente.

2 — Ao corpo docente compete directamente a realização dos fins educativos do IESM.

3 — Aos docentes compete em especial:

- a) Reger as disciplinas;
- b) Leccionar as aulas teóricas, teórico-práticas e práticas;
- c) Dirigir e realizar trabalhos de investigação, de laboratório e de campo;
- d) Cooperar na orientação e coordenação científica e pedagógica de uma disciplina ou de um grupo de disciplinas;
- e) Participar activamente nas tarefas de gestão de ensino e no desempenho das suas funções que nessa área lhe forem cometidas.

4 — A atribuição de funções aos docentes civis é feita de acordo com a categoria que possuam na carreira docente do ensino superior ou nos termos do contrato estabelecido.

5 — Ao corpo docente compete ainda o desempenho de cargos ou funções que, no âmbito da actividade escolar e de funcionamento do próprio IESM, lhe for atribuído, a título transitório ou permanente.

6 — Os professores podem ser coadjuvados por instrutores, militares ou civis, ou por outros elementos que prestem serviço nos locais onde decorram acções externas, em actividades lectivas, em aulas práticas e em trabalhos de laboratório ou de campo.

**Artigo 34.º****Requisitos**

O corpo docente do IESM deve satisfazer os requisitos estabelecidos no artigo 47.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro.

**Artigo 35.º****Docência**

1 — As unidades curriculares nas áreas científicas das ciências exactas e das ciências sociais e humanas são ministradas por professores doutorados da carreira docente do ensino superior ou por individualidades civis contratadas com o mesmo grau e por professores militares, habilitados com o grau de doutor ou de mestre, de reconhecida competência científica e pedagógica.

2 — As unidades curriculares relativas às ciências e técnicas militares são ministradas, em regra, por professores militares dos ramos das Forças Armadas, habilitados com o grau de doutor ou de mestre, ou ainda com o grau de licenciado, de reconhecida competência científica, técnica e pedagógica.

**Artigo 36.º****Docentes militares**

1 — Os professores e investigadores militares são docentes de reconhecida experiência e competência profissional e detentores dos atributos curriculares específicos imprescindíveis para o exercício das funções educativas e de formação que lhes estão cometidas.

2 — Por proposta do director do IESM ao CEMGFA, pode ser aberto convite ou concurso para professores ou investigadores militares, com requisitos funcionais especiais que aconselhem esta forma de selecção.

**Artigo 37.º****Docentes civis**

1 — Os professores e investigadores civis são docentes da carreira docente do ensino superior ou individualidades com qualificação e competência científica e pedagógica comprovada.

2 — Sem prejuízo da aplicação do regulamento do IESM e do contrato celebrado, aos professores e investigadores civis é aplicável o estatuto das respectivas carreiras.

3 — O recrutamento e selecção de professores e investigadores civis são feitos através de concurso nas condições estabelecidas na lei e no regulamento do IESM e no respeito pelo previsto no Estatuto da Carreira Docente Universitária, no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico e no Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

4 — As condições de candidatura e os regimes de contratação e de prestação de serviço são igualmente definidos na lei e no regulamento do IESM.

5 — Sem prejuízo da aplicação do regime geral de aquisição de bens e serviços pelo Estado, os docentes civis podem ser contratados nos termos dos protocolos referidos na alínea b) do n.º 3 do artigo 8.º do Estatuto do IESM.

**Artigo 38.º****Estabilidade do corpo docente**

1 — A fim de garantir a sua autonomia científica e pedagógica, o IESM deve dispor de um quadro de pessoal militar e de um mapa de pessoal civil permanente de professores e investigadores beneficiários

de um estatuto reforçado de estabilidade no emprego, com a dimensão e nos termos estabelecidos nos estatutos das carreiras docentes e de investigação científica.

2 — A estabilidade do corpo docente prevista no número anterior é extensível aos professores e investigadores militares, sendo-lhes devido igualmente um estatuto reforçado de estabilidade no cargo ou na função.

## **CAPÍTULO VI**

### **Corpo discente**

#### **Artigo 39.º**

#### **Constituição**

1 — O corpo discente do IESM é constituído por todos os auditores e alunos inscritos para a frequência de cursos, estágios, tirocínios, unidades curriculares ou quaisquer outras actividades de ensino.

2 — No âmbito da cooperação internacional da segurança e defesa, os cursos ministrados pelo IESM podem ser frequentados por oficiais estrangeiros, ao abrigo e nos termos de protocolos celebrados para o efeito.

#### **Artigo 40.º**

#### **Acesso e ingresso**

1 — O acesso aos cursos, estágios ou tirocínios ministrados pelo IESM aos oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas e da GNR são, entre outros, os estabelecidos, respectivamente, no Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) e no Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana.

2 — As condições de acesso e ingresso aos ciclos de estudos conferentes de grau académico são idênticas ao que estiver estabelecido para o ensino superior público, sem prejuízo das exigências específicas fixadas no regulamento do IESM e dos próprios cursos.

#### **Artigo 41.º**

#### **Regime do corpo discente**

1 — A administração do corpo discente é regulada por normas próprias, estabelecidas por despacho do CEMGFA, sob proposta do director do IESM, ouvidos o conselho científico e o conselho pedagógico.

2 — Os critérios de frequência, avaliação e certificação carecem de parecer do conselho do ensino superior militar.

#### **Artigo 42.º**

#### **Direitos e deveres**

1 — Sem prejuízo da aplicação do Regulamento de Disciplina Militar (RDM) em relação aos oficiais dos ramos das Forças Armadas e da GNR, do Regulamento de Disciplina da Polícia de Segurança Pública (RDPSP) ou dos respectivos regulamentos de disciplina de outras forças de segurança, nacionais ou estrangeiras, os auditores e alunos enquanto discentes do IESM têm os direitos e os deveres consignados na lei e estão sujeitos, nas condições a fixar no regulamento do IESM, a regimes especiais, designadamente disciplinar e escolar.

2 — Os discentes civis do IESM têm os direitos e deveres consignados na lei para os alunos dos estabelecimentos de ensino superior, com as especificidades fixadas no regulamento do IESM.

3 — O regulamento do IESM fixa as condições de frequência, avaliação, eliminação e de desistência dos seus cursos.

## **CAPÍTULO VII**

### **Recursos humanos**

#### **Artigo 43.º**

##### **Quadros de pessoal militar**

1 — O IESM dispõe de um quadro próprio de pessoal militar, docente e não docente, contendo a indicação dos efectivos militares necessários para o desenvolvimento das respectivas actividades, aprovado, mantido ou alterado pelo CEMGFA, sob proposta do director do IESM, ouvidos o CCEM e o comandante-geral da GNR relativamente aos seus efectivos.

2 — O quadro de pessoal militar docente carece de parecer do conselho científico, do conselho pedagógico e do conselho do ensino superior militar.

3 — Os militares necessários ao cumprimento da missão do IESM são garantidos e indicados pelos ramos das Forças Armadas e pelo comandante-geral da GNR, de acordo com as necessidades, e nomeados pelo director do IESM.

4 — Os directores dos cursos, os coordenadores das áreas de ensino e os docentes militares das Forças Armadas são indigitados pelos respectivos ramos e nomeados por despacho do CEMGFA, sob proposta do director do IESM, ouvidos o conselho científico e o conselho pedagógico.

5 — Os militares no activo são nomeados para funções no IESM em regime de comissão normal de serviço por períodos de três anos, ficando adidos aos respectivos quadros de origem, nos termos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas e do Estatuto da Guarda Nacional Republicana.

6 — O coordenador da área de ensino específico da GNR, directores de cursos e docentes da GNR são indigitados pela GNR e nomeados por despacho do CEMGFA, sob proposta do director do IESM, ouvidos o conselho científico e o conselho pedagógico.

#### **Artigo 44.º**

##### **Mapas de pessoal civil**

1 — O mapa de pessoal civil, docente e não docente, incluindo os professores civis contratados, contendo a indicação do número de postos de trabalho de que o IESM carece para o desenvolvimento das respectivas actividades, é aprovado por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CEMGFA, ouvido o director do IESM.

2 — O mapa de pessoal civil docente carece de parecer do conselho científico, do conselho pedagógico e do conselho do ensino superior militar.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Recursos financeiros**

#### **Artigo 45.º**

##### **Encargos dos cursos ministrados a outras entidades**

Os encargos resultantes do funcionamento dos cursos ministrados em proveito de outras entidades ou instituições são suportados por estas na proporção dos custos a eles associados.

## Artigo 46.º

**Receitas e despesas**

Constituem receitas do IESM, para além das dotações que lhe forem atribuídas:

- a) As verbas obtidas dos cursos que ministra;
- b) O produto das vendas de publicações e trabalhos de investigação;
- c) As comparticipações, subsídios e liberalidades resultantes de actividades de investigação e desenvolvimento e de cooperação e protocolos com outras instituições;
- d) As verbas provenientes de fundos comunitários;
- e) Os subsídios que lhe sejam atribuídos por qualquer entidade, nacional ou estrangeira;
- f) Os donativos, heranças ou legados a qualquer título;
- g) Quaisquer outras receitas que por lei, acto ou contrato lhe sejam atribuídas.

## Artigo 47.º

**Alojamento e alimentação**

1 — O IESM assegura, nos termos da lei, a alimentação e o alojamento ao pessoal militar do corpo docente e discente e dos serviços de apoio.

2 — O regulamento do IESM desenvolve as matérias referidas no número anterior.

## Artigo 48.º

**Alojamento e alimentação**

1 — A assistência médica e medicamentosa ao pessoal militar do corpo docente e discente e dos serviços de apoio é garantida, nos termos da lei, pelos ramos de origem e pela GNR.

2 — Aos oficiais estrangeiros que, no âmbito da cooperação internacional, frequentem cursos ministrados pelo IESM, a assistência médica e medicamentosa é assegurada nos termos dos acordos de cooperação celebrados para o efeito.

3 — O regulamento do IESM desenvolve as matérias referidas nos números anteriores.

---

**II — PORTARIAS****Ministérios das Finanças e da Administração Pública****Portaria n.º 172-A/2010  
de 22 de Março de 2010**

O Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, prevê, no seu artigo 6.º, que a fixação do número máximo de estagiários a seleccionar anualmente para o Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC) seja feita através de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, mediante proposta dos restantes membros do Governo. E, nesse âmbito, e nos termos daquela disposição legal, este mesmo diploma regulamentar fixa igualmente, mediante proposta dos respectivos membros do Governo, o número de estagiários por cada entidade promotora, de acordo com as áreas de formação académica, no respeito pela determinação de cada ministro.

Sendo desde logo este o objecto desta portaria e constando a restante regulamentação do PEPAC daquela prevista no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, no que designadamente respeita a aspectos relativos às suas condições de acesso e ao seus termos de execução, a presente portaria tem ainda como objecto a calendarização de certas fases procedimentais.

Nomeadamente, são fixados os prazos dentro dos quais podem ser apresentadas as candidaturas, em que se efectua a avaliação curricular dos candidatos de forma informatizada e centralizada no sítio do PEPAC e a subsequente selecção. Fica também definida a data de início dos estágios.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado e das Finanças, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, o seguinte:

#### **Artigo 1.º** **Número de estagiários**

1 — O número de estagiários admitidos à frequência da edição do PEPAC com início no ano de 2010 é 5 000.

2 — O número de estagiários destinado às entidades promotoras de acordo com as áreas de educação e formação (CNAEF) consta do anexo à presente portaria.

#### **Artigo 2.º** **Prazo de apresentação de candidaturas**

O prazo para apresentação de candidaturas decorre de 29 de Março a 9 de Abril de 2010.

#### **Artigo 3.º** **Prazos relativos à ordenação e selecção dos candidatos**

1 — Até ao dia 19 de Abril de 2010, os candidatos admitidos são, para efeitos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, listados alfabeticamente no sítio do PEPAC e agrupados pelas áreas de educação e formação e pelos distritos em que o candidato se disponibilizou para realizar o estágio.

2 — Até ao dia 22 de Abril de 2010, os candidatos são ordenados no sítio do PEPAC, através da aplicação da fórmula de avaliação curricular referida no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, obtendo-se listas com a ordenação decrescente das suas classificações, por cada entidade promotora, dentro de cada área de educação e formação, e por cada distrito, quando aplicável.

3 — Até ao dia 26 de Maio de 2010, no respeito pela ordenação referida no número anterior, os candidatos são seleccionados, em face das vagas disponíveis, por cada entidade promotora, por cada área de educação e formação, e por cada distrito.

#### **Artigo 4.º** **Início dos estágios**

1 — Os estágios do PEPAC de 2010 iniciam-se no dia 1 de Julho de 2010.

2 — Os estágios promovidos por estabelecimentos de ensino iniciam-se em 1 de Setembro de 2010.

#### **Artigo 5.º** **Entrada em vigor**

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*, em 19 de Março de 2010.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
MADRP .....	Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.	3	314 Economia.
		1	380 Direito.
		4	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Autoridade de Gestão do PROMAR .....	1	314 Economia.
		1	345 Gestão e Administração.
	Autoridade Florestal Nacional .....	1	225 História e Arqueologia.
		2	314 Economia.
		3	523 Electrónica e Automação.
	Direcção de Serviços Veterinários da Região do Algarve	1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		18	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
		2	640 Ciências Veterinárias.
	Direcção de Serviços Veterinários da Região Centro .....	1	380 Direito.
		1	481 Ciências Informáticas.
		1	621 Produção Agrícola e Animal.
	Direcção de Serviços Veterinários da Região de Lisboa e de Vale do Tejo.	2	640 Ciências Veterinárias.
		5	640 Ciências Veterinárias.
		1	345 Gestão e Administração.
	Direcção de Serviços Veterinários da Região do Alentejo	1	640 Ciências Veterinárias.
		5	640 Ciências Veterinárias.
		1	314 Economia.
	Direcção Regional das Florestas de Lisboa e Vale do Tejo	1	380 Direito.
		1	523 Electrónica e Automação.
		5	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Direcção Regional das Florestas do Alentejo .....	1	314 Economia.
		1	380 Direito.
		1	523 Electrónica e Automação.
	Direcção Regional das Florestas do Algarve .....	10	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
		1	314 Economia.
		1	346 Secretariado e Trabalho Administrativo.
	Direcção Regional das Florestas do Centro .....	1	380 Direito.
		2	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
		2	314 Economia.
	Direcção Regional das Florestas do Norte .....	1	380 Direito.
		2	523 Electrónica e Automação.
		17	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.	2	314 Economia.
		1	380 Direito.
		2	523 Electrónica e Automação.
	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo	21	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
		2	214 Design.
		3	314 Economia.
		2	342 Marketing e Publicidade.
		4	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		1	346 Secretariado e Trabalho Administrativo.
		1	421 Biologia e Bioquímica.
		2	541 Indústrias Alimentares.
		2	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
		3	314 Economia.
		1	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve	1	314 Economia.
		2	523 Electrónica e Automação.
		1	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural	2	314 Economia.
		2	380 Direito.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		5	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura .....	1	314 Economia.
		1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		1	380 Direito.
		2	421 Biologia e Bioquímica.
	Direcção-Geral de Veterinária .....	1	214 Design.
		1	462 Estatística.
		2	481 Ciências Informáticas.
		4	640 Ciências Veterinárias.
		1	727 Ciências Farmacêuticas.
	Gabinete de Planeamento e Políticas .....	4	345 Gestão e Administração.
		2	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Inspecção-Geral da Agricultura e Pescas .....	1	380 Direito.
		1	523 Electrónica e Automação.
		1	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Instituto da Vinha e do Vinho, I. P. ....	2	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		2	342 Marketing e Publicidade.
		2	345 Gestão e Administração.
		2	443 Ciências da Terra.
		2	523 Electrónica e Automação.
	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.	1	312 Sociologia e Outros Estudos.
		3	314 Economia.
		1	342 Marketing e Publicidade.
		3	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		6	380 Direito.
		4	443 Ciências da Terra.
		2	462 Estatística.
		2	481 Ciências Informáticas.
		1	523 Electrónica e Automação.
		9	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P. ....	1	225 História e Arqueologia.
		1	342 Marketing e Publicidade.
		1	345 Gestão e Administração.
		11	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P. ....	1	380 Direito.
	Laboratório de Investigação Agrária .....	1	314 Economia.
		2	442 Química.
		3	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Laboratório de Investigação das Pescas e do Mar .....	1	314 Economia.
		1	421 Biologia e Bioquímica.
		1	442 Química.
	Laboratório de Investigação Veterinária .....	1	314 Economia.
		1	421 Biologia e Bioquímica.
		2	640 Ciências Veterinárias.
		2	725 Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica.
		4	727 Ciências Farmacêuticas.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
MAI .....	Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. ....	1	313 Ciência Política e Cidadania.
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		1	345 Gestão e Administração.
	Autoridade Nacional de Protecção Civil .....	2	314 Economia.
		2	380 Direito.
		3	481 Ciências Informáticas.
		3	581 Arquitectura e Urbanismo.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		2	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
		5	861 Protecção de Pessoas e Bens.
	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária .....	1	314 Economia.
		1	321 Jornalismo e Reportagem.
		1	342 Marketing e Publicidade.
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		23	380 Direito.
		1	461 Matemática.
		1	481 Ciências Informáticas.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
	Direcção-Geral da Administração Interna .....	2	312 Sociologia e Outros Estudos.
		3	313 Ciência Política e Cidadania.
		1	321 Jornalismo e Reportagem.
		1	380 Direito.
		1	462 Estatística.
		2	581 Arquitectura e Urbanismo.
	Direcção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos .....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		1	481 Ciências Informáticas.
	Estrutura de Missão para a Gestão dos Fundos Comunitários	2	314 Economia.
		1	380 Direito.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
	Governo Civil — Aveiro. ....	1	380 Direito.
	Governo Civil — Braga. ....	1	314 Economia.
		1	762 Trabalho Social e Orientação.
	Governo Civil — Bragança. ....	1	481 Ciências Informáticas.
		1	581 Arquitectura e Urbanismo.
	Governo Civil — Castelo Branco. ....	1	314 Economia.
		1	762 Trabalho Social e Orientação.
	Governo Civil — Coimbra. ....	1	314 Economia.
		1	380 Direito.
	Governo Civil — Évora. ....	1	314 Economia.
		1	380 Direito.
	Governo Civil — Faro. ....	1	481 Ciências Informáticas.
	Governo Civil — Guarda .....	1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		1	481 Ciências Informáticas.
	Governo Civil — Leiria .....	1	314 Economia.
		1	380 Direito.
	Governo Civil — Lisboa .....	1	314 Economia.
		2	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Governo Civil — Portalegre. ....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
	Governo Civil — Santarém.....	1	581 Arquitectura e Urbanismo.
		1	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Governo Civil — Setúbal.....	1	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	314 Economia.
		1	380 Direito.
	Governo Civil — Viana do Castelo.....	1	481 Ciências Informáticas.
	Governo Civil — Vila Real.....	1	314 Economia.
		1	345 Gestão e Administração.
	Governo Civil — Viseu.....	1	380 Direito.
	Guarda Nacional Republicana.....	2	142 Ciências da Educação.
		3	223 Língua e Literatura Materna.
		5	311 Psicologia.
		4	312 Sociologia e Outros Estudos.
		2	313 Ciência Política e Cidadania.
		2	314 Economia.
		1	321 Jornalismo e Reportagem.
		6	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		2	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		6	345 Gestão e Administração.
		6	380 Direito.
		1	421 Biologia e Bioquímica.
		2	461 Matemática.
		2	462 Estatística.
		7	481 Ciências Informáticas.
		2	521 Metalurgia e Metalomecânica.
		2	523 Electrónica e Automação.
		1	581 Arquitectura e Urbanismo.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		1	762 Trabalho Social e Orientação.
		2	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Polícia de Segurança Pública.....	2	223 Língua e Literatura Materna.
		4	311 Psicologia.
		3	314 Economia.
		3	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		1	342 Marketing e Publicidade.
		3	343 Finanças, Banca e Seguros.
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		4	345 Gestão e Administração.
		4	380 Direito.
		6	481 Ciências Informáticas.
		1	521 Metalurgia e Metalomecânica.
		1	581 Arquitectura e Urbanismo.
		2	726 Terapia e Reabilitação.
		1	862 Segurança e Higiene no Trabalho.
	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	2	314 Economia.
		1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		1	342 Marketing e Publicidade.
		1	345 Gestão e Administração.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
MAOT .....	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras .....	1	223 Língua e Literatura Materna.
		2	313 Ciência Política e Cidadania.
		2	314 Economia.
		5	380 Direito.
		4	481 Ciências Informáticas.
	Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana .....	2	762 Trabalho Social e Orientação.
	Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública .....	2	762 Trabalho Social e Orientação.
	Unidade de Tecnologias de Informação de Segurança .....	1	343 Finanças, Banca e Seguros.
		4	481 Ciências Informáticas.
	Administração de Região Hidrográfica do Alentejo, I. P.	1	314 Economia.
		3	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Administração de Região Hidrográfica do Algarve, I. P.	1	321 Jornalismo e Reportagem.
		1	345 Gestão e Administração.
		1	380 Direito.
		1	442 Química.
		1	443 Ciências da Terra.
		1	581 Arquitectura e Urbanismo.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		1	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Administração de Região Hidrográfica do Centro, I. P.	1	314 Economia.
		1	380 Direito.
		2	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		2	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Administração de Região Hidrográfica do Norte, I. P.	1	321 Jornalismo e Reportagem.
		1	345 Gestão e Administração.
		1	380 Direito.
		1	442 Química.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		4	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Administração de Região Hidrográfica do Tejo, I. P.	1	321 Jornalismo e Reportagem.
		2	442 Química.
		3	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		3	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Agência Portuguesa do Ambiente .....	1	321 Jornalismo e Reportagem.
		2	345 Gestão e Administração.
		1	380 Direito.
		1	441 Física.
		1	442 Química.
		2	481 Ciências Informáticas.
		3	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.	1	380 Direito.
		1	442 Química.
		1	443 Ciências da Terra.
		4	581 Arquitectura e Urbanismo.
		4	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.	2	314 Economia.
		1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		2	345 Gestão e Administração.
		1	380 Direito.
		1	481 Ciências Informáticas.
		1	581 Arquitectura e Urbanismo.
		3	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.	1 3 2 2 1	314 Economia. 380 Direito. 481 Ciências Informáticas. 581 Arquitectura e Urbanismo. 851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.	1 1 1 1 1 1 1 1 3	314 Economia. 344 Contabilidade e Fiscalidade. 345 Gestão e Administração. 380 Direito. 443 Ciências da Terra. 481 Ciências Informáticas. 581 Arquitectura e Urbanismo. 582 Construção Civil e Engenharia Civil. 851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.	2 2 4 1 1 1 4	314 Economia. 345 Gestão e Administração. 443 Ciências da Terra. 481 Ciências Informáticas. 581 Arquitectura e Urbanismo. 582 Construção Civil e Engenharia Civil. 851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais.	2 1	443 Ciências da Terra. 851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.	2 1 2 1 2	345 Gestão e Administração. 380 Direito. 443 Ciências da Terra. 481 Ciências Informáticas. 581 Arquitectura e Urbanismo.
	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P.	1 1 2 3	314 Economia. 345 Gestão e Administração. 380 Direito. 851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território.	2 2 1	345 Gestão e Administração. 380 Direito. 443 Ciências da Terra.
	Instituto da Água, I. P. ....	1 1 1 1 2 2 2	314 Economia. 345 Gestão e Administração. 380 Direito. 442 Química. 443 Ciências da Terra. 481 Ciências Informáticas. 582 Construção Civil e Engenharia Civil. 851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
MC .....	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.	1	345 Gestão e Administração.
		2	380 Direito.
		1	481 Ciências Informáticas.
		2	581 Arquitectura e Urbanismo.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		4	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P	1	311 Psicologia.
		1	312 Sociologia e Outros Estudos.
		2	345 Gestão e Administração.
		2	380 Direito.
		2	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		3	762 Trabalho Social e Orientação.
	Instituto Geográfico Português .....	1	345 Gestão e Administração.
		7	443 Ciências da Terra.
		2	481 Ciências Informáticas.
	Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.	1	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	314 Economia.
		1	321 Jornalismo e Reportagem.
		2	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		1	345 Gestão e Administração.
		1	380 Direito.
		1	862 Segurança e Higiene no trabalho.
	Arquivo Distrital da Guarda. ....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Arquivo Distrital de Aveiro. ....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Arquivo Distrital de Beja .....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Arquivo Distrital de Bragança .....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Arquivo Distrital de Castelo Branco .....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Arquivo Distrital de Évora. ....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Arquivo Distrital de Faro .....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Arquivo Distrital de Leiria. ....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Arquivo Distrital de Lisboa. ....	1	225 História e Arqueologia.
	Arquivo Distrital de Portalegre .....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Arquivo Distrital de Santarém .....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Arquivo Distrital de Setúbal. ....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Arquivo Distrital de Viana do Castelo .....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Arquivo Distrital de Vila Real .....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
	Arquivo Distrital de Viseu. ....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Arquivo Distrital do Porto. ....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Biblioteca Nacional de Portugal. ....	4	312 Sociologia e Outros Estudos.
		2	342 Marketing e Publicidade.
		1	345 Gestão e Administração.
	Biblioteca Pública de Évora .....	1	225 História e Arqueologia.
		2	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Centro Português de Fotografia .....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
	Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo .....	1	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	342 Marketing e Publicidade.
		1	581 Arquitectura e Urbanismo.
	Direcção Regional de Cultura do Alentejo .....	3	225 História e Arqueologia.
		1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		1	342 Marketing e Publicidade.
		1	345 Gestão e Administração.
		1	481 Ciências Informáticas.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		2	812 Turismo e Lazer.
	Direcção Regional de Cultura do Algarve .....	1	225 História e Arqueologia.
		1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		2	342 Marketing e Publicidade.
		1	481 Ciências Informáticas.
	Direcção Regional de Cultura do Centro .....	2	211 Belas-Artes.
		1	214 Design.
		5	225 História e Arqueologia.
		2	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	314 Economia.
		2	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		3	581 Arquitectura e Urbanismo.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
	Direcção Regional de Cultura do Norte .....	11	225 História e Arqueologia.
		1	314 Economia.
		1	345 Gestão e Administração.
		1	523 Electrónica e Automação.
		2	581 Arquitectura e Urbanismo.
	Direcção-Geral das Artes .....	2	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		1	342 Marketing e Publicidade.
		1	345 Gestão e Administração.
		2	481 Ciências Informáticas.
	Direcção-Geral de Arquivos. ....	1	342 Marketing e Publicidade.
		2	481 Ciências Informáticas.
	Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas .....	1	225 História e Arqueologia.
		1	313 Ciência Política e Cidadania.
		2	380 Direito.
		1	581 Arquitectura e Urbanismo.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.	1	313 Ciência Política e Cidadania.
		2	314 Economia.
		1	380 Direito.
	Inspecção-Geral das Actividades Culturais .....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		1	342 Marketing e Publicidade.
		2	481 Ciências Informáticas.
	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.	1	223 Língua e Literatura Materna.
		7	225 História e Arqueologia.
		1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		4	342 Marketing e Publicidade.
		1	345 Gestão e Administração.
		1	380 Direito.
		1	421 Biologia e Bioquímica.
		1	481 Ciências Informáticas.
		2	811 Hotelaria e Restauração.
		3	812 Turismo e Lazer.
	Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. ....	2	345 Gestão e Administração.
	Instituto dos Museus e da Conservação, I. P. ....	1	214 Design.
		2	225 História e Arqueologia.
		1	345 Gestão e Administração.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
	Museu da Música. ....	1	225 História e Arqueologia.
	Museu da Terra de Miranda. ....	1	225 História e Arqueologia.
	Museu de Cerâmica. ....	1	225 História e Arqueologia.
	Museu de D. Diogo de Sousa. ....	1	225 História e Arqueologia.
	Museu de Évora. ....	1	225 História e Arqueologia.
	Museu de Lamego. ....	1	225 História e Arqueologia.
	Museu do Abade de Baçal .....	1	225 História e Arqueologia.
	Museu dos Biscainhos. ....	1	225 História e Arqueologia.
	Museu Francisco Tavares Proença Júnior .....	1	225 História e Arqueologia.
	Secretaria-Geral do Ministério da Cultura .....	1	213 Áudio-Visuais e Produção dos Media.
		2	314 Economia.
		2	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		1	345 Gestão e Administração.
		2	481 Ciências Informáticas.
		1	521 Metalurgia e Metalomecânica.
		1	523 Electrónica e Automação.
		1	581 Arquitectura e Urbanismo.
MCTES .....	Escola Náutica Infante D. Henrique .....	1	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	481 Ciências Informáticas.
	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra .....	1	213 Áudio-Visuais e Produção dos Media.
		1	345 Gestão e Administração.
		1	481 Ciências Informáticas.
	Escola Superior de Enfermagem de Lisboa .....	1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		3	345 Gestão e Administração.
	Escola Superior de Enfermagem do Porto .....	1	223 Língua e Literatura Materna.
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		1	481 Ciências Informáticas.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	1	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	342 Marketing e Publicidade.
		1	345 Gestão e Administração.
	Instituto Politécnico da Guarda .....	2	314 Economia.
		1	321 Jornalismo e Reportagem.
		3	481 Ciências Informáticas.
	Instituto Politécnico de Beja .....	2	213 Áudio-Visuais e Produção dos Media.
		1	313 Ciência Política e Cidadania.
		1	321 Jornalismo e Reportagem.
		1	342 Marketing e Publicidade.
	Instituto Politécnico de Castelo Branco .....	1	214 Design.
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
	Instituto Politécnico de Coimbra .....	1	213 Áudio-Visuais e Produção dos Media.
		3	321 Jornalismo e Reportagem.
		5	345 Gestão e Administração.
		1	347 Enquadramento na Organização/ Empresa.
		1	481 Ciências Informáticas.
		1	521 Metalurgia e Metalomecânica.
		1	725 Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica.
		1	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Instituto Politécnico de Leiria .....	1	311 Psicologia.
		1	313 Ciência Política e Cidadania.
		1	314 Economia.
		1	321 Jornalismo e Reportagem.
		1	345 Gestão e Administração.
		2	380 Direito.
		1	421 Biologia e Bioquímica.
		1	481 Ciências Informáticas.
		1	762 Trabalho Social e Orientação.
		1	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Instituto Politécnico de Lisboa .....	10	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		8	345 Gestão e Administração.
		1	380 Direito.
	Instituto Politécnico de Portalegre .....	1	213 Áudio-visuais e Produção dos Media.
		4	214 Design.
		1	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	313 Ciência Política e Cidadania.
		2	321 Jornalismo e Reportagem.
		1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		1	342 Marketing e Publicidade.
		1	345 Gestão e Administração.
		2	346 Secretariado e Trabalho Administrativo.
		1	442 Química.
		6	481 Ciências Informáticas.
		1	523 Electrónica e Automação.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		1	762 Trabalho Social e Orientação.
		3	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
	Instituto Politécnico de Santarém.....	1	314 Economia.
		2	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		3	345 Gestão e Administração.
		1	346 Secretariado e Trabalho Administrativo.
		1	380 Direito.
		1	481 Ciências Informáticas.
		1	523 Electrónica e automação.
	Instituto Politécnico de Setúbal.....	2	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	314 Economia.
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		2	345 Gestão e Administração.
	Instituto Politécnico de Tomar.....	1	211 Belas-Artes.
		4	213 Áudio-Visuais e Produção dos Media.
		1	214 Design.
		1	321 Jornalismo e Reportagem.
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		3	345 Gestão e Administração.
		1	380 Direito.
		1	521 Metalurgia e Metalomecânica.
		2	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.....	1	314 Economia.
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		1	345 Gestão e Administração.
		1	380 Direito.
		5	481 Ciências Informáticas.
		1	726 Terapia e Reabilitação.
		1	813 Desporto.
	Instituto Politécnico do Porto.....	2	142 Ciências da Educação.
		1	213 Áudio-Visuais e Produção dos Media.
		1	321 Jornalismo e Reportagem.
		3	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		1	342 Marketing e Publicidade.
		2	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		6	345 Gestão e Administração.
		3	346 Secretariado e Trabalho Administrativo.
		1	347 Enquadramento na Organização/ Empresa.
		1	380 Direito.
		6	481 Ciências Informáticas.
		2	862 Segurança e Higiene no Trabalho.
	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.....	1	142 Ciências da Educação.
		1	311 Psicologia.
		2	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	313 Ciência Política e Cidadania.
		1	314 Economia.
		2	321 Jornalismo e Reportagem.
		1	345 Gestão e Administração.
		2	346 Secretariado e Trabalho Administrativo.
		6	481 Ciências Informáticas.
		3	581 Arquitectura e Urbanismo.
	Instituto Tecnológico e Nuclear, I. P.....	1	421 Biologia e Bioquímica.
		1	442 Química.
		1	523 Electrónica e Automação.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
	Universidade da Beira Interior .....	1	225 História e Arqueologia.
		1	313 Ciência Política e Cidadania.
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		1	345 Gestão e Administração.
		2	481 Ciências Informáticas.
	Universidade de Aveiro.....	1	311 Psicologia.
		2	321 Jornalismo e Reportagem.
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		1	345 Gestão e Administração.
		1	346 Secretariado e Trabalho Administrativo.
		4	481 Ciências Informáticas.
	Universidade de Coimbra .....	3	223 Língua e Literatura Materna.
		3	312 Sociologia e Outros Estudos.
		2	313 Ciência Política e Cidadania.
		3	314 Economia.
		2	321 Jornalismo e Reportagem.
		2	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		1	342 Marketing e Publicidade.
		4	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		12	345 Gestão e Administração.
		7	380 Direito.
		1	462 Estatística.
		3	481 Ciências Informáticas.
		1	581 Arquitectura e Urbanismo.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
	Universidade de Lisboa. ....	1	213 Áudio-Visuais e Produção dos Media.
		3	311 Psicologia.
		2	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	313 Ciência Política e Cidadania.
		3	314 Economia.
		2	321 Jornalismo e Reportagem.
		4	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		5	342 Marketing e Publicidade.
		3	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		7	345 Gestão e Administração.
		1	346 Secretariado e Trabalho Administrativo.
		7	380 Direito.
		4	421 Biologia e Bioquímica.
		1	442 Química.
		5	481 Ciências Informáticas.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		2	762 Trabalho Social e Orientação.
	Universidade do Algarve. ....	1	313 Ciência Política e Cidadania.
		1	345 Gestão e Administração.
		1	481 Ciências Informáticas.
	Universidade do Minho. ....	4	314 Economia.
		2	321 Jornalismo e Reportagem.
		10	345 Gestão e Administração.
		2	380 Direito.
		2	481 Ciências Informáticas.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
MDN.....	Universidade do Porto. ....	1	321 Jornalismo e Reportagem.
		2	481 Ciências Informáticas.
	Universidade Técnica de Lisboa. ....	2	213 Áudio-Visuais e Produção dos Media.
		1	311 Psicologia.
		2	313 Ciência Política e Cidadania.
		2	314 Economia.
		4	321 Jornalismo e Reportagem.
		1	342 Marketing e Publicidade.
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		4	345 Gestão e Administração.
		3	346 Secretariado e Trabalho Administrativo.
		1	380 Direito.
		1	481 Ciências Informáticas.
		1	521 Metalurgia e Metalomecânica.
		6	581 Arquitectura e Urbanismo.
	Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa	1	380 Direito.
	Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar	1	142 Ciências da Educação.
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		3	345 Gestão e Administração.
		1	380 Direito.
	Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional	4	313 Ciência Política e Cidadania.
		2	380 Direito.
	Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental.	1	380 Direito.
		8	421 Biologia e Bioquímica.
		3	443 Ciências da Terra.
		3	481 Ciências Informáticas.
	Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar .....	1	313 Ciência Política e Cidadania.
		1	321 Jornalismo e Reportagem.
		2	380 Direito.
		4	421 Biologia e bioquímica.
		1	481 Ciências informáticas.
	Inspecção-Geral da Defesa Nacional .....	1	380 Direito.
	Instituto de Acção Social das Forças Armadas .....	3	311 Psicologia.
		10	723 Enfermagem.
		2	725 Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica.
		6	726 Terapia e Reabilitação.
		4	762 Trabalho Social e Orientação.
	Instituto de Estudos Superiores Militares .....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		2	523 Electrónica e Automação.
	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.....	1	213 Áudio-Visuais e Produção dos Media.
		1	214 Design.
		1	314 Economia.
		3	321 Jornalismo e Reportagem.
		1	342 Marketing e Publicidade.
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		2	345 Gestão e Administração.
		2	380 Direito.
		9	481 Ciências Informáticas.
		1	521 Metalurgia e Metalomecânica.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
ME .....	Agência Nacional para a Gestão do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida.	5	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	345 Gestão e Administração.
	Agência Nacional para a Qualificação, I. P. ....	2	142 Ciências da Educação.
		2	312 Sociologia e Outros Estudos.
		2	321 Jornalismo e Reportagem.
		1	345 Gestão e Administração.
		1	346 Secretariado e Trabalho Administrativo.
		1	481 Ciências Informáticas.
	Direcção Regional de Educação do Algarve .....	8	142 Ciências da Educação.
		5	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		2	345 Gestão e Administração.
		6	380 Direito.
		1	481 Ciências Informáticas.
		5	581 Arquitectura e Urbanismo.
		5	726 Terapia e Reabilitação.
		12	762 Trabalho Social e Orientação.
	Direcção Regional de Educação do Centro .....	2	213 Áudio-Visuais e Produção dos Media.
		55	311 Psicologia.
		9	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		10	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		15	380 Direito.
		1	461 Matemática.
		1	481 Ciências Informáticas.
		8	581 Arquitectura e Urbanismo.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		9	726 Terapia e Reabilitação.
	Direcção Regional de Educação do Norte .....	23	142 Ciências da Educação.
		1	223 Língua e Literatura Materna.
		41	311 Psicologia.
		2	321 Jornalismo e Reportagem.
		6	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		16	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		3	345 Gestão e Administração.
		20	380 Direito.
		28	481 Ciências Informáticas.
		5	581 Arquitectura e Urbanismo.
		22	726 Terapia e Reabilitação.
		7	761 Serviços de Apoio a Crianças e Jovens.
	Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo	29	142 Ciências da Educação.
		57	311 Psicologia.
		3	312 Sociologia e Outros Estudos.
		15	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		3	345 Gestão e Administração.
		10	380 Direito.
		13	481 Ciências Informáticas.
		11	726 Terapia e Reabilitação.
		24	761 Serviços de Apoio a Crianças e Jovens.
	Direcção Regional de Educação do Alentejo .....	2	223 Língua e Literatura Materna.
		19	311 Psicologia.
		1	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
MEID .....	Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular	2	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		2	345 Gestão e Administração.
		2	380 Direito.
		6	481 Ciências Informáticas.
		1	581 Arquitectura e Urbanismo.
		6	726 Terapia e Reabilitação.
		8	761 Serviços de Apoio a Crianças e Jovens.
		11	762 Trabalho Social e Orientação.
		4	142 Ciências da Educação.
		6	345 Gestão e Administração.
		1	380 Direito.
		1	462 Estatística.
		2	481 Ciências Informáticas.
		2	813 Desporto.
		1	345 Gestão e Administração.
		3	380 Direito.
	Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação	1	312 Sociologia e Outros Estudos.
	Gabinete Coordenador de Segurança Escolar .....	1	345 Gestão e Administração.
	Gabinete Coordenador do Sistema de Informação do Ministério da Educação.	4	481 Ciências Informáticas.
	Gabinete de Avaliação Educacional .....	1	312 Sociologia e Outros Estudos.
	Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	1	462 Estatística.
		1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		3	345 Gestão e Administração.
	Gabinete de Gestão Financeira .....	1	380 Direito.
		1	481 Ciências Informáticas.
		5	345 Gestão e Administração.
	Inspeção-Geral da Educação .....	2	380 Direito.
		1	481 Ciências Informáticas.
		2	380 Direito.
	Secretaria-Geral do Ministério da Educação .....	4	481 Ciências Informáticas.
		3	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
	Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e de Publicidade.	5	345 Gestão e Administração.
		1	481 Ciências Informáticas.
		1	314 Economia.
	Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo	4	380 Direito.
		1	314 Economia.
		2	347 Enquadramento na Organização/ Empresa.
	Direcção Regional da Economia do Algarve .....	1	521 Metalurgia e Metalomecânica.
	Direcção Regional da Economia do Norte .....	1	523 Electrónica e Automação.
		2	314 Economia.
		1	345 Gestão e Administração.
	Direcção-Geral das Actividades Económicas .....	2	313 Ciência Política e Cidadania.
		3	314 Economia.
		1	380 Direito.
	Direcção-Geral de Energia e Geologia .....	2	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		1	313 Ciência Política e Cidadania.
		3	314 Economia.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
MFAP .....	Direcção-Geral do Consumidor. ....  Gabinete de Estratégia e Estudos. .... Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I. P. Instituto do Turismo de Portugal, I. P. ....          Instituto Português da Qualidade, I. P. ....  Observatório QREN .....   Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público     Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.         Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros.     Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública.      Direcção-Geral do Orçamento .....	1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		2	380 Direito.
		3	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		1	314 Economia.
		1	345 Gestão e Administração.
		3	380 Direito.
		7	314 Economia.
		2	313 Ciência Política e Cidadania.
		28	314 Economia.
		3	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		5	345 Gestão e Administração.
		8	380 Direito.
		6	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		5	314 Economia.
		2	321 Jornalismo e Reportagem.
		3	345 Gestão e Administração.
		1	481 Ciências Informáticas.
		2	581 Arquitectura e Urbanismo.
		2	347 Enquadramento na Organização/ Empresa.
		1	314 Economia.
		1	380 Direito.
		1	481 Ciências Informáticas.
		7	380 Direito.
		1	311 Psicologia.
		1	312 Sociologia e Outros Estudos.
		2	314 Economia.
		2	345 Gestão e Administração.
		4	380 Direito.
		21	314 Economia.
		3	342 Marketing e Publicidade.
		4	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		34	345 Gestão e Administração.
		6	380 Direito.
		2	442 Química.
		2	481 Ciências Informáticas.
		2	345 Gestão e Administração.
		2	380 Direito.
		1	461 Matemática.
		7	481 Ciências Informáticas.
		5	314 Economia.
		2	321 Jornalismo e Reportagem.
		2	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		5	345 Gestão e Administração.
		4	380 Direito.
		2	481 Ciências Informáticas.
		5	314 Economia.
		1	380 Direito.
		2	481 Ciências Informáticas.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças .....	9	343 Finanças, Banca e Seguros.
		3	380 Direito.
		2	481 Ciências Informáticas.
		2	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
	Direcção-Geral dos Impostos .....	4	311 Psicologia.
		22	345 Gestão e Administração.
		383	380 Direito.
		16	461 Matemática.
		7	481 Ciências Informáticas.
		7	521 Metalurgia e Metalomecânica.
		3	523 Electrónica e Automação.
		3	581 Arquitectura e Urbanismo.
		10	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.	1	313 Ciência Política e Cidadania.
		8	314 Economia.
		2	380 Direito.
		1	481 Ciências Informáticas.
	Inspecção-Geral de Finanças .....	1	343 Finanças, Banca e Seguros.
		4	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		5	380 Direito.
	Instituto de Informática. ....	2	380 Direito.
		2	461 Matemática.
		2	481 Ciências Informáticas.
	Instituto Nacional de Administração, I. P. ....	1	142 Ciências da Educação.
		2	312 Sociologia e Outros Estudos.
		2	313 Ciência Política e Cidadania.
		1	314 Economia.
		1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		6	345 Gestão e Administração.
		3	380 Direito.
		3	481 Ciências Informáticas.
	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública.	2	314 Economia.
		2	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		3	380 Direito.
		2	481 Ciências Informáticas.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
	Serviços Sociais da Administração Pública .....	1	311 Psicologia.
		3	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		2	380 Direito.
		1	541 Indústrias Alimentares.
		1	811 Hotelaria e Restauração.
		3	812 Turismo e Lazer.
MJ .....	Direcção-Geral da Administração da Justiça .....	5	311 Psicologia.
		2	314 Economia.
		2	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
		1	342 Marketing e Publicidade.
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		9	345 Gestão e Administração.
		464	380 Direito.
		1	462 Estatística.
		2	481 Ciências Informáticas.
		1	522 Electricidade e Energia.
		1	581 Arquitectura e Urbanismo.
		2	862 Segurança e Higiene no Trabalho.
	Direcção-Geral da Política de Justiça .....	1	313 Ciência Política e Cidadania.
		2	380 Direito.
	Direcção-Geral de Reinserção Social .....	1	223 Língua e Literatura Materna.
		6	311 Psicologia.
		2	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	313 Ciência Política e Cidadania.
		1	314 Economia.
		1	321 Jornalismo e Reportagem.
		1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		3	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		2	346 Secretariado e Trabalho Administrativo.
		1	347 Enquadramento na Organização/ Empresa.
		5	380 Direito.
		1	462 Estatística.
		2	481 Ciências Informáticas.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		2	862 Segurança e Higiene no Trabalho.
	Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P.	1	314 Economia.
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		2	345 Gestão e Administração.
		3	380 Direito.
		2	481 Ciências Informáticas.
		1	521 Metalurgia e Metalomecânica.
		1	581 Arquitectura e Urbanismo.
		2	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		1	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Instituto dos Registos e do Notariado, I. P .....	1	345 Gestão e Administração.
		5	380 Direito.
		1	581 Arquitectura e Urbanismo.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
	Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P .....	1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		1	725 Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica.
		1	727 Ciências Farmacêuticas.
MNE .....	Direcção-Geral de Política Externa .....	3	314 Economia.
		3	342 Marketing e Publicidade.
		3	346 Secretariado e Trabalho Administrativo.
		3	380 Direito.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
MOPTC .....	Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas.	4	313 Ciência Política e Cidadania.
		4	380 Direito.
		4	481 Ciências Informáticas.
		4	762 Trabalho Social e Orientação.
	Direcção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos	1	313 Ciência Política e Cidadania.
		1	314 Economia.
		1	380 Direito.
	Instituto Camões, I. P. ....	2	380 Direito.
	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.	3	314 Economia.
		3	345 Gestão e Administração.
		2	380 Direito.
		2	481 Ciências Informáticas.
	Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros	1	225 História e Arqueologia.
		3	313 Ciência Política e Cidadania.
		2	314 Economia.
		4	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		5	345 Gestão e Administração.
		5	380 Direito.
		11	481 Ciências Informáticas.
	Gabinete de Investigação de Segurança e de Acidente Ferroviários.	1	380 Direito.
	Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.	2	313 Ciência Política e Cidadania.
		2	345 Gestão e Administração.
		1	462 Estatística.
		1	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Gabinete do Metro Sul do Tejo .....	2	314 Economia
		2	380 Direito.
		1	521 Metalurgia e Metalomecânica.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
	ICP — Autoridade Nacional de Comunicações .....	1	313 Ciência Política e Cidadania.
		3	314 Economia.
		3	380 Direito.
		1	481 Ciências Informáticas.
		3	523 Electrónica e Automação.
	Inspecção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.	4	345 Gestão e Administração.
	Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P. ....	2	314 Economia.
		2	380 Direito.
		4	481 Ciências Informáticas.
		3	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.	2	311 Psicologia.
		9	314 Economia.
		9	345 Gestão e Administração.
		27	380 Direito.
		1	443 Ciências da Terra.
		4	481 Ciências Informáticas.
		19	521 Metalurgia e Metalomecânica.
		3	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		7	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
		1	862 Segurança e Higiene no Trabalho.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
MS .....	Instituto das Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P. ....	1	314 Economia.
		1	380 Direito.
		1	481 Ciências Informáticas.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		1	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P. ....	3	314 Economia.
		1	481 Ciências Informáticas.
		2	521 Metalurgia e metalomecânica.
	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.	1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		5	314 Economia.
		5	380 Direito.
		2	443 Ciências da Terra.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
	Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P. ....	2	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
		1	214 Design.
		3	345 Gestão e Administração.
		1	347 Enquadramento na Organização/ Empresa.
		1	380 Direito.
		1	442 Química.
		1	481 Ciências Informáticas.
		1	521 Metalurgia e Metalomecânica.
		1	523 Electrónica e Automação.
		4	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
	Programa Operacional Temático Valorização do Território	3	314 Economia.
		4	345 Gestão e Administração.
		3	380 Direito.
	Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.	1	314 Economia.
		1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		1	345 Gestão e Administração.
		2	481 Ciências Informáticas.
		1	581 Arquitectura e Urbanismo.
	Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. ....	3	380 Direito.
		1	421 Biologia e Bioquímica.
		1	462 Estatística.
		4	481 Ciências Informáticas.
		2	521 Metalurgia e Metalomecânica.
		1	522 Electricidade e Energia.
		1	523 Electrónica e Automação.
		2	581 Arquitectura e Urbanismo.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		1	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P. ....	8	311 Psicologia.
		3	314 Economia.
		4	345 Gestão e Administração.
		2	481 Ciências Informáticas.
		1	521 Metalurgia e Metalomecânica.
		1	522 Electricidade e Energia.
		1	581 Arquitectura e Urbanismo.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		14	726 Terapia e Reabilitação.
		5	762 Trabalho Social e Orientação.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
	Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P. ....	5 1 2 6 10 1 1 2 10 4 4	311 Psicologia. 312 Sociologia e Outros Estudos. 314 Economia. 345 Gestão e Administração. 481 Ciências Informáticas. 581 Arquitectura e Urbanismo. 582 Construção Civil e Engenharia Civil. 724 Ciências Dentárias. 726 Terapia e Reabilitação. 762 Trabalho Social e Orientação. 851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. ....	18 1 15 31 14 1 22 23 12 4	311 Psicologia. 312 Sociologia e Outros Estudos. 314 Economia. 345 Gestão e Administração. 481 Ciências Informáticas. 521 Metalurgia e Metalomecânica. 724 Ciências Dentárias. 726 Terapia e Reabilitação. 762 Trabalho Social e Orientação. 853 Serviços de Saúde Pública.
	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.	45 3 2 1 62 1 2 22 3 3 5 5 23 89 45 3	311 Psicologia. 312 Sociologia e Outros Estudos. 314 Economia. 344 Contabilidade e Fiscalidade. 345 Gestão e Administração. 421 Biologia e Bioquímica. 462 Estatística. 481 Ciências Informáticas. 521 Metalurgia e Metalomecânica. 522 Electricidade e Energia. 581 Arquitectura e Urbanismo. 582 Construção Civil e Engenharia Civil. 724 Ciências Dentárias. 726 Terapia e Reabilitação. 762 Trabalho Social e Orientação. 851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
	Administração Regional de Saúde do Norte, I. P. ....	8 23 48 10 2 20 23 69 2	311 Psicologia. 314 Economia. 345 Gestão e Administração. 481 Ciências Informáticas. 582 Construção Civil e Engenharia Civil. 724 Ciências Dentárias. 725 Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica. 726 Terapia e Reabilitação. 762 Trabalho Social e Orientação.
	Autoridade para os Serviços de Sangue e da Transplantação	1 1 1	421 Biologia e Bioquímica. 462 Estatística. 481 Ciências Informáticas.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
MTSS .....	Direcção-Geral da Saúde .....	3	313 Ciência Política e Cidadania.
		1	314 Economia.
		2	345 Gestão e Administração.
		3	380 Direito.
		3	421 Biologia e Bioquímica.
		1	441 Física.
		1	461 Matemática.
		1	462 Estatística.
		2	481 Ciências Informáticas.
		1	724 Ciências Dentárias.
	INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.	1	314 Economia.
		2	345 Gestão e Administração.
		1	347 Enquadramento na Organização/ Empresa.
		2	421 Biologia e Bioquímica.
		1	481 Ciências Informáticas.
		9	727 Ciências Farmacêuticas.
	Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P. ....	1	314 Economia.
		1	346 Secretariado e Trabalho Administrativo.
		1	380 Direito.
		3	481 Ciências Informáticas.
	Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I. P. ....	6	345 Gestão e Administração.
		2	421 Biologia e Bioquímica.
		2	462 Estatística.
		2	481 Ciências Informáticas.
		4	726 Terapia e Reabilitação.
	Instituto Português do Sangue, I. P. ....	1	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		1	380 Direito.
		1	421 Biologia e Bioquímica.
		2	481 Ciências informáticas.
	Autoridade para as Condições do Trabalho .....	2	311 Psicologia.
		3	321 Jornalismo e Reportagem.
		2	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		4	345 Gestão e Administração.
		3	380 Direito.
	Casa Pia de Lisboa, I. P. ....	3	345 Gestão e Administração.
		1	380 Direito.
		1	521 Metalurgia e Metalomecânica.
		1	582 Construção Civil e Engenharia Civil.
		3	726 Terapia e Reabilitação.
		4	762 Trabalho Social e Orientação.
		1	851 Tecnologia de Protecção do Ambiente.
		1	862 Segurança e Higiene no Trabalho.
	Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho	1	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	314 Economia.
		1	321 Jornalismo e Reportagem.
		2	346 Secretariado e Trabalho Administrativo.
		7	380 Direito.
		1	481 Ciências Informáticas.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
	Gabinete de Estratégia e Planeamento .....	1 3 7 1 1 2 1 1 1 1	214 Design. 312 Sociologia e Outros Estudos. 314 Economia. 344 Contabilidade e Fiscalidade. 345 Gestão e Administração. 380 Direito. 461 Matemática. 481 Ciências Informáticas. 523 Electrónica e Automação.
	Instituto da Segurança Social, I. P. ....	2 8 13 18 4 37 10 19 32 7 79 1 2 2 2 58 2	142 Ciências da Educação. 222 Línguas e Literaturas Estrangeiras. 311 Psicologia. 312 Sociologia e Outros Estudos. 313 Ciência Política e Cidadania. 314 Economia. 342 Marketing e Publicidade. 344 Contabilidade e Fiscalidade. 345 Gestão e Administração. 347 Enquadramento na Organização/ Empresa. 380 Direito. 462 Estatística. 521 Metalurgia e Metalomecânica. 522 Electricidade e Energia. 582 Construção Civil e Engenharia Civil. 762 Trabalho Social e Orientação. 862 Segurança e Higiene no Trabalho.
	Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P. ....	1 1 2	345 Gestão e Administração. 380 Direito. 481 Ciências Informáticas.
	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.	1 7 1 12 5 3	213 Áudio-Visuais e Produção dos Media. 314 Economia. 344 Contabilidade e Fiscalidade. 345 Gestão e Administração. 380 Direito. 582 Construção Civil e Engenharia Civil.
	Instituto de Informática, I. P. ....	1 1 1 6 1 3 1 8 3	314 Economia. 342 Marketing e Publicidade. 344 Contabilidade e Fiscalidade. 345 Gestão e Administração. 347 Enquadramento na Organização/ Empresa. 461 Matemática. 462 Estatística. 481 Ciências Informáticas. 523 Electrónica e Automação.
	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.	25 75 75 10 10 5	312 Sociologia e Outros Estudos. 314 Economia. 345 Gestão e Administração. 481 Ciências Informáticas. 521 Metalurgia e Metalomecânica. 582 Construção Civil e Engenharia Civil.

Ministério	Entidade promotora	Número de estágios	Área de educação e formação
PCM .....	Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. ....	1	321 Jornalismo e Reportagem.
		1	345 Gestão e Administração.
		1	380 Direito.
		1	481 Ciências Informáticas.
		1	762 Trabalho Social e Orientação.
	Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.	3	314 Economia.
		3	345 Gestão e Administração.
		3	380 Direito.
	Agência para a Modernização Administrativa, I. P. ....	2	314 Economia.
		2	345 Gestão e Administração.
		2	380 Direito.
		3	481 Ciências Informáticas.
	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.	2	312 Sociologia e Outros Estudos.
		1	313 Ciência Política e Cidadania.
		1	314 Economia.
		1	342 Marketing e Publicidade.
		1	380 Direito.
	Centro de Gestão da Rede Informática do Governo .....	1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		1	481 Ciências Informáticas.
	Centro Jurídico .....	3	223 Língua e Literatura Materna.
		4	380 Direito.
	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género .....	2	311 Psicologia.
		1	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD).
		4	380 Direito.
		2	481 Ciências Informáticas.
	Direcção-Geral das Autarquias Locais .....	1	344 Contabilidade e Fiscalidade.
		2	345 Gestão e Administração.
		1	481 Ciências Informáticas.
	Gabinete para os Meios de Comunicação Social .....	1	314 Economia.
		1	380 Direito.
		1	481 Ciências Informáticas.
		1	812 Turismo e Lazer.
	Inspecção-Geral da Administração Local .....	2	380 Direito.
	Instituto do Desporto de Portugal, I. P. ....	5	813 Desporto.
	Instituto Nacional de Estatística, I. P. ....	2	314 Economia.
		2	345 Gestão e Administração.
		2	462 Estatística.
		4	481 Ciências Informáticas.
	Instituto Português da Juventude, I. P. ....	2	314 Economia.
		1	321 Jornalismo e Reportagem.
		2	345 Gestão e administração.
		1	380 Direito.
		1	481 Ciências Informáticas.
	Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros	1	225 História e Arqueologia.
		1	314 Economia.
		1	342 Marketing e Publicidade.
		1	380 Direito.
		1	522 Electricidade e Energia.

**Ministérios das Finanças e da Administração Pública, da Economia, da Inovação e do  
Desenvolvimento e do Trabalho e da Solidariedade Social**

**Portaria n.º 172-B/2010  
de 22 de Março de 2010**

O Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, prevê no seu artigo 20.º que a regulamentação do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC) seja efectuada por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração pública, da economia, da inovação e do desenvolvimento e do trabalho e da solidariedade social, designadamente em matéria de acesso ao programa de estágios e respectivos termos de execução.

Pela presente portaria é assumida a opção pela centralização da apresentação e do tratamento das candidaturas, bem como dos procedimentos subsequentes de recrutamento e selecção, numa aplicação informática única, colocando a Administração no contexto de um novo paradigma de desenvolvimento da sua actividade na relação com os particulares, inovando-se na tradicional forma de participação em procedimentos de idêntica natureza.

Adicionalmente, além da consagração normativa de certas competências necessárias à operacionalização do Programa, a presente portaria regulamenta, entre outros, aspectos atinentes à questão da assiduidade e da duração do tempo efectivo de estágio diário, bem como vicissitudes do estágio.

Assim:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças, da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e do Trabalho e da Solidariedade Social, ao abrigo do disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, o seguinte:

**Artigo 1.º  
Objecto**

A presente portaria regulamenta o novo Programa de Estágios Profissionais na Administração Central do Estado instituído pelo Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, adiante designado por PEPAC.

**Artigo 2.º  
Processamento em suporte electrónico**

A apresentação e o processamento das candidaturas, incluindo a selecção dos candidatos, são integralmente realizados em suporte electrónico no sítio da Internet do PEPAC (<https://www.bep.gov.pt/pages/estagios/default.aspx>), acessível no portal da Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)).

**Artigo 3.º  
Registo, candidatura e código de acesso**

1 — Para efeitos do previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, as candidaturas são apresentadas exclusivamente através do preenchimento de formulário de candidatura *on-line*, disponível no sítio referido no artigo anterior, nos termos dos números seguintes.

2 — Caso o interessado seja titular de duas ou mais licenciaturas pode preencher dois formulários de candidatura, optando em cada por uma área de formação.

3 — A apresentação de candidatura é precedida de registo no sítio do PEPAC.

4 — No formulário de candidatura, o candidato indica os seus dados de identificação pessoal e fornece os elementos para a sua avaliação curricular, referidos nos artigos seguintes.

5 — O formulário previsto no n.º 1 deve conter ainda:

a) Declaração de cumprimento, à data do fim do prazo de candidatura, dos requisitos legais da mesma, nomeadamente que se encontra nas condições referidas no artigo 4.º e no n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março;

b) A seguinte indicação: «Declaro, sob compromisso de honra, que as informações prestadas são verdadeiras.»

6 — A prestação de informações falsas determina a exclusão de qualquer edição do PEPAC, bem como de qualquer programa de estágios profissionais financiados pelo Estado.

7 — Não podem candidatar-se os cidadãos que se encontrem a frequentar ou tenham frequentado programas de estágios profissionais financiados pelo Estado.

8 — O prazo durante o qual decorrem as candidaturas é definido pela portaria prevista no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março.

9 — Após o preenchimento do formulário de candidatura e a sua submissão, o candidato recebe a confirmação da mesma e dos dados introduzidos, juntamente com um código de acesso para acompanhamento do processo, no endereço de correio electrónico indicado nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo seguinte.

#### Artigo 4.º

#### **Informação exigível**

1 — São considerados dados de identificação de preenchimento obrigatório no formulário de candidatura:

- a) O nome;
- b) A data de nascimento;
- c) O número de identificação fiscal;
- d) O endereço de correio electrónico e o número telefónico móvel, a utilizar em contacto posterior no âmbito do procedimento de candidatura.

2 — O candidato que seja portador de incapacidade igual ou superior a 60 % e pretenda beneficiar do regime previsto no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, deve assinalar no campo respectivo.

3 — O candidato indica ainda obrigatoriamente no formulário de candidatura, para efeitos de avaliação curricular, os seguintes elementos:

- a) A área de formação académica, com indicação da respectiva licenciatura e referência à respectiva classificação final, arredondada à unidade;
- b) Outras habilitações académicas de grau superior à licenciatura;
- c) Classificação final do 12.º ano ou equivalente, arredondada à primeira casa decimal;
- d) Competências linguísticas;
- e) Competências informáticas;
- f) A experiência profissional.

4 — Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, o candidato indica a sua área de educação e formação correspondente ao elenco da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação — CNAEF, aprovada pela Portaria n.º 256/2005, de 16 de Março.

5 — O registo das informações e dados referidos nos números anteriores apenas pode ser alterado dentro do prazo fixado para apresentação de candidaturas.

6 — O candidato deve assinalar os distritos em que aceita frequentar o estágio, apenas podendo ser objecto de selecção para entidades promotoras nos distritos assinalados.

7 — Ao candidato pode ser solicitada, na proposta prevista no artigo 6.º, outra informação julgada relevante, nomeadamente com vista à confirmação da idoneidade do candidato para o estágio.

### Artigo 5.º

#### **Avaliação curricular**

1 — Compete a cada uma das entidades promotoras, durante o prazo para apresentação de candidaturas, definir e inserir no sítio do PEPAC as respectivas fórmulas da avaliação curricular dos candidatos por cada área de educação e formação, no respeito pelos parâmetros definidos pela Direcção-Geral de Administração e Emprego Público (DGAEP) nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º.

2 — Caso a entidade promotora não proceda à definição e à inserção previstas no número anterior, é aplicada a fórmula definida pela DGAEP para estas situações nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º.

3 — A eventual redefinição das fórmulas de avaliação curricular pela entidade promotora deve ser solicitada à DGAEP, não podendo ter lugar para além do prazo previsto no n.º 1.

4 — As fórmulas utilizadas por cada entidade promotora e por cada área de educação e formação permanecem disponíveis no sítio do PEPAC até ao final da sua respectiva edição.

### Artigo 6.º

#### **Ordenação e selecção dos candidatos**

1 — No prazo máximo de 10 dias úteis após o encerramento do período das candidaturas, os candidatos admitidos são listados alfabeticamente no sítio do PEPAC, agrupados pelas áreas de educação e formação indicadas nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 4.º.

2 — No prazo máximo de 10 dias úteis após o decurso do prazo previsto no número anterior, os candidatos são classificados através da aplicação da fórmula de avaliação curricular prevista no n.º 1 do artigo anterior, obtendo-se listas com a ordenação decrescente das suas classificações, por cada entidade promotora, dentro de cada área de educação e formação, e por cada distrito, quando aplicável.

3 — No prazo máximo de 35 dias úteis após a ordenação referida no número anterior, os candidatos são seleccionados, em face das vagas disponíveis, por cada entidade promotora, por cada área de educação e formação e por cada distrito, no respeito por aquela ordenação.

4 — Para efeitos do disposto no número anterior, o candidato é notificado, mediante o envio de mensagens padronizadas para o seu endereço de correio electrónico e para o seu número de contacto telefónico, da existência de uma proposta a consultar no sítio do PEPAC.

5 — A proposta disponível no sítio do PEPAC contém:

- a*) Descrição sumária do conteúdo funcional do estágio;
- b*) Indicação do local de realização do estágio;
- c*) A eventual solicitação de informação complementar referida no n.º 7 do artigo 4.º.

6 — A resposta às propostas referidas no número anterior é feita *on-line*, no prazo máximo de 48 horas.

7 — Para efeitos do previsto no número anterior, com a aceitação de uma proposta ficam rejeitadas as demais, caso existam, deixando o candidato de poder ser destinatário de novas propostas.

8 — A ausência de resposta no prazo previsto no n.º 5 é considerada como recusa em realizar o estágio proposto.

9 — As listas dos estagiários seleccionados em cada entidade promotora são divulgadas no sítio do PEPAC no termo do período de selecção definido na portaria prevista no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 18/1020, de 19 de Março.

10 — As listas referidas nos n.ºs 2 e 9 ficam disponíveis do sítio do PEPAC até ao final da sua edição.

**Artigo 7.º****Candidatos portadores de deficiência**

1 — Para efeitos do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, em cada edição do PEPAC é assegurada uma quota de 5 % da totalidade dos estágios a ser preenchida por pessoas portadoras de deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 %.

2 — O processamento referido no artigo 2.º assegura o cumprimento da quota referida no número anterior em cada entidade promotora e em cada área de educação e formação.

**Artigo 8.º****Comprovação dos requisitos**

1 — No prazo de 10 dias úteis após a divulgação das listas previstas no n.º 8 do artigo 6.º, o candidato deve efectuar, junto da entidade promotora, prova documental do cumprimento:

- a) Dos requisitos previstos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março;
- b) Dos restantes elementos constantes no formulário de candidatura, com excepção dos referidos na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º;
- c) Sendo o caso, da informação complementar solicitada nos termos do n.º 7 do artigo 4.º.

2 — A não comprovação dos requisitos nos termos do número anterior constitui motivo de exclusão de qualquer edição do PEPAC.

**Artigo 9.º****Contrato de formação**

1 — No início do estágio, a entidade promotora celebra com o estagiário um contrato de formação em contexto de trabalho previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, que obedece ao modelo previsto na subalínea ii) da alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º, onde se prevejam os correspondentes direitos e deveres.

2 — O contrato previsto no presente artigo é assinado, em duplicado, pelo candidato e pelo dirigente máximo da respectiva entidade promotora.

**Artigo 10.º****Início dos estágios**

A data de início dos estágios é fixada pela portaria prevista no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março.

**Artigo 11.º****Estágios em serviços desconcentrados**

Até ao fim do 1.º mês de estágio em entidade promotora que possua serviços desconcentrados, pode haver mobilidade geográfica dos estagiários, dentro da mesma entidade promotora, mediante acordo das partes.

**Artigo 12.º****Duração**

O estágio tem a duração de 12 meses, não prorrogável.

**Artigo 13.º****Bolsa de estágio e outros apoios**

1 — Para efeitos do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, o processamento dos pagamentos aos estagiários são efectuados pela entidade onde estes decorram ou, quando assim o determine o membro do Governo que tutele a entidade promotora, por outra entidade do mesmo ministério.

2 — A negociação centralizada do seguro de acidentes de trabalho compete à Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

**Artigo 14.º****Formação inicial**

1 — O plano do estágio integra uma sessão de formação inicial.

2 — Compete ao Instituto Nacional de Administração, I. P., desenvolver e ministrar a formação prevista no número anterior, em articulação com as entidades promotoras dos estágios.

**Artigo 15.º****Informação sobre o estágio**

Compete às entidades promotoras dos estágios registar no sítio do PEPAC, em área apenas acessível pela DGAEP, todos os dados relevantes para o acompanhamento e avaliação dos estágios, nomeadamente:

- a) Data de início dos estágios;
- b) Períodos de suspensão e cessação dos estágios, com as respectivas justificações;
- c) Relatórios de avaliação dos estagiários;
- d) Relatório do estágio em cada entidade promotora.

**Artigo 16.º****Avaliação e certificação dos estagiários**

1 — Os estagiários são avaliados de acordo com as regras, as componentes e os critérios da avaliação definidos pela DGAEP nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo seguinte.

2 — As componentes referidas no número anterior integram obrigatoriamente os objectivos dos estágios e as competências individuais.

3 — Aos estagiários aprovados são entregues certificados comprovativos da frequência e aprovação final no estágio, de acordo com o modelo definido pela DGAEP nos termos da subalínea v) da alínea c) do n.º 1 do artigo seguinte.

4 — Compete à entidade promotora do estágio anexar ao certificado referido no número anterior uma descrição das actividades desenvolvidas e dos conhecimentos adquiridos.

**Artigo 17.º****Gestão e coordenação do PEPAC**

1 — Sem prejuízo das competências de gestão e coordenação do PEPAC previstas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, compete à DGAEP, enquanto entidade responsável pela gestão e coordenação do PEPAC, definir e disponibilizar no sítio do PEPAC:

a) Os parâmetros de avaliação curricular a aplicar a todas as candidaturas e a fórmula prevista no n.º 2 do artigo 5.º;

b) As regras, as componentes e os critérios de avaliação final dos estagiários;

c) Os seguintes instrumentos:

i) Formulário de candidatura;

ii) Modelo do contrato de formação em contexto de trabalho;

iii) Modelo do relatório de avaliação do estagiário;

iv) Modelo do relatório de avaliação dos estágios por cada entidade promotora;

v) Modelo do certificado de frequência e aprovação do estagiário;

vi) Instruções de preenchimento dos modelos previstos nas subalíneas anteriores.

2 — A DGAEP elabora um relatório final de execução de cada edição do PEPAC, com base em informação recolhida no sítio do PEPAC, prestada por cada entidade promotora nos termos do artigo 15.º.

#### Artigo 18.º

##### **Frequência e assiduidade**

1 — É aplicável ao estagiário, com as devidas adaptações, o regime de faltas e de descanso diário e semanal dos trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas.

2 — O controlo da pontualidade e da assiduidade dos estagiários é efectuado pelo orientador do estágio previsto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, o qual deve dar conhecimento do resultado desse controlo à entidade responsável pelo processamento e pagamento dos valores pecuniários devidos aos estagiários.

#### Artigo 19.º

##### **Suspensão**

1 — A entidade promotora pode suspender o contrato de formação em contexto de trabalho:

a) Por facto a ela relativo, nomeadamente reorganização dos serviços, nos termos legais aplicáveis, durante um período não superior a dois meses;

b) Por facto relativo ao estagiário, nomeadamente doença, maternidade, paternidade ou adopção, durante um período não superior a seis meses.

2 — Durante o período da suspensão não são devidos a bolsa de estágio e o subsídio de refeição previstos nos n.ºs 1 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março.

#### Artigo 20.º

##### **Cessação**

1 — O contrato de formação em contexto de trabalho cessa por:

a) Mútuo acordo;

b) Denúncia de qualquer das partes;

c) Caducidade;

d) Impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva, de o estagiário frequentar o estágio ou a entidade promotora lho proporcionar;

e) Efeito de faltas injustificadas, pelo período mínimo de 5 dias consecutivos ou 10 dias interpolados;

f) Incumprimento reiterado, por parte do estagiário, dos deveres previstos no contrato a que se refere o n.º 1 do artigo 9.º.

2 — A denúncia prevista na alínea b) do número anterior não confere o direito a qualquer indemnização e deve ser comunicada por carta registada à outra parte, com a antecedência mínima de 30 dias, com indicação do respectivo motivo.

3 — O estagiário que denunciar o contrato não pode submeter nova candidatura a estágio no âmbito do PEPAC.

4 — Se o contrato cessar nos primeiros 30 dias após o seu início, pode a entidade promotora celebrar novo contrato de formação em contexto de trabalho para substituição daquele, observando-se a ordenação prevista no n.º 2 do artigo 6.º.

#### Artigo 21.º

#### **Entrada em vigor**

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Em 19 de Março de 2010. O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, *José António Fonseca Vieira da Silva*. — A Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, *Maria Helena dos Santos André*.

#### **Portaria n.º 175/2010**

#### **de 15 de Fevereiro de 2010**

A Portaria n.º 640/2008, de 1 de Abril, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 134, de 14 de Julho de 2008, na redacção dada pela Portaria n.º 191/2009, de 22 de Janeiro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 28, de 10 de Fevereiro de 2009, alterada pela Portaria n.º 621/2009, de 27 de Abril, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 119, de 23 de Junho de 2009, definiu a participação militar de Portugal no âmbito da ISAF — International Security Assistance Force, sob o comando da NATO.

Revela-se necessário reforçar a equipa de apoio à formação do exército afegão, constituída por 16 elementos do Exército, com mais 4 elementos do Exército.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 12.º e da alínea n) do n.º 3 do artigo 14.º, ambos da Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de Julho, e nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro, determina o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, que o artigo 3.º da Portaria n.º 621/2009, de 27 de Abril, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 119, de 23 de Junho de 2009, passe a ter a seguinte redacção:

«3.º A equipa de apoio à formação do exército afegão referida no n.º 1, alínea b), é constituída por 20 elementos do Exército.»

O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

**Portaria n.º 202/2010**  
**de 01 de Março de 2010**

A Lei n.º 97-A/2009, de 9 de Setembro, que define a natureza, missão e atribuições da Polícia Judiciária Militar (PJM), determina, no seu artigo 13.º, os meios através dos quais se identificam os trabalhadores da Polícia Judiciária Militar. Assim, a identificação das autoridades de polícia criminal, demais investigadores e do pessoal de apoio directo à investigação criminal deve ser efectuada por intermédio de distintivo metálico e cartão de livre trânsito, enquanto a identificação dos restantes trabalhadores é efectuada através de cartão de modelo próprio.

De acordo com o n.º 4 desse artigo 13.º, esses modelos e meios de identificação são aprovados por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

O cartão de identificação dos trabalhadores da Polícia Judiciária Militar contém a indicação das prerrogativas e direitos do respectivo titular, não só para facultar ao respectivo titular o exercício dos direitos que dependem da exibição do cartão mas também por permitir aos cidadãos reconhecerem se o titular actua no respeito pelos direitos, liberdades e garantias consignados na Constituição e na lei.

Assim:

Ao abrigo do n.º 4 do artigo 13.º da Lei n.º 97-A/2009, de 3 de Setembro, manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

1.º São aprovados os modelos de distintivo metálico e de cartão de livre trânsito para identificação dos trabalhadores mencionados no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 97-A/2009, de 3 de Setembro, constantes nos anexos I e II, que são parte integrante da presente portaria.

2.º É aprovado o modelo do cartão de identificação dos trabalhadores a que se refere o n.º 2 do artigo 13.º da Lei n.º 97-A/2009, de 3 de Setembro, representado no anexo III da presente portaria, da qual é parte integrante.

3.º Os modelos de cartão referidos nos números anteriores são exclusivos da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

4.º Os cartões são autenticados pelo director-geral da Polícia Judiciária Militar ou pelo seu substituto legal, mediante assinatura.

5.º Os cartões são substituídos sempre que se verificar a alteração de pelo menos um dos elementos neles inscritos.

6.º São objecto de registo, de preferência em suporte informático, a emissão, distribuição, substituição e devolução dos cartões.

7.º Em caso de extravio, destruição ou deterioração, é atribuído um novo distintivo metálico ou passada uma segunda via do cartão, conforme os casos, sendo esta situação igualmente objecto de registo.

8.º Sempre que ocorra extinção, suspensão da relação jurídica de emprego, cessação da comissão nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 300/2009, de 19 de Outubro, suspensão preventiva nos termos do estatuto disciplinar ou utilização de um qualquer instrumento de mobilidade, o distintivo metálico e os cartões a que alude a presente portaria são obrigatoriamente devolvidos.

9.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

## ANEXO I

## Distintivo metálico



Medidas: 41 mm × 51 mm.

Descrição: distintivo metálico *tombak* dourado em fundo azul, com a legenda «Polícia Judiciária Militar» em preto, numerado no verso.

## ANEXO II

## Cartão de livre trânsito

Frente

Verso



Texto do verso:

«O presente cartão assegura o reconhecimento da identidade do seu titular e, nos termos da Lei n.º 97-A/2009, de 3 de Setembro, que define a natureza, missão e atribuições da Polícia Judiciária Militar, e demais legislação aplicável aos trabalhadores da Polícia Judiciária Militar, faculta-lhe o exercício dos direitos seguintes: *a)* uso e porte de arma; *b)* livre acesso a locais onde se realizem acções de prevenção, detecção, ou investigação criminal ou de coadjuvação judiciária, nos termos do artigo 14.º da mesma lei; *c)* acesso a unidades, estabelecimentos e órgãos militares, repartições ou serviços públicos, empresas comerciais ou industriais e outras instalações públicas ou privadas; *d)* livre acesso, em todo o território nacional, aos transportes colectivos terrestres, fluviais e marítimos; *e)* utilização, em todo o território nacional, dos transportes colectivos terrestres, fluviais e marítimos.

O titular pode, nos casos em que a lei o prevê, proceder à identificação de qualquer pessoa e à detenção de suspeitos.

Lisboa, ... de ... de 20...

Director-Geral:

Assinatura do titular:»

### ANEXO III

#### Cartão de livre trânsito

Frente

Verso



Texto do verso (todas as carreiras):

«O presente cartão assegura o reconhecimento da identidade do seu titular e, nos termos da Lei n.º 97-A/2009, de 3 de Setembro, que define a natureza, missão e atribuições da Polícia Judiciária Militar, e demais legislação aplicável aos trabalhadores da Polícia Judiciária Militar, faculta-lhe o exercício do direito de, quando em missão de serviço, acesso a repartições ou serviços públicos, empresas comerciais ou industriais e outras instalações públicas ou privadas.

Lisboa, ... de ... de 20...

Director-Geral:

Assinatura do titular:»

**Portaria n.º 236/2010**  
**de 17 de Março de 2010**

Portugal, como membro da União Europeia (UE), tem satisfeito os compromissos internacionais assumidos pela UE no âmbito militar, nomeadamente através de missões de carácter humanitário e de manutenção de paz.

Mantendo-se o quadro de instabilidade e de violência e considerando a necessidade de viabilizar a consolidação do processo de restabelecimento de um ambiente de segurança e desenvolvimento no caminho da paz e estabilidade da Somália, o Conselho da União Europeia, através da Decisão n.º 2010/96/CFSP, de 15 de Fevereiro, e em estreita cooperação e coordenação com a União Africana, aprovou o estabelecimento de uma missão para contribuir para o treino das forças de segurança da Somália, a UE Training Mission (EUTM) Somália, no Uganda.

Portugal participará com um contingente constituído por 17 militares para, a partir do primeiro trimestre de 2010, integrar a missão da UE, em cooperação com a União Africana, para treino de forças somalis.

O Conselho Superior de Defesa Nacional, nos termos do disposto no artigo 17.º, n.º 1, alínea g), Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de Julho, emitiu, em 14 de Janeiro de 2010, parecer favorável à participação de Portugal nesta missão.

De acordo com o estipulado no artigo 3.º da Lei n.º 46/2003, de 22 de Agosto, a decisão do Governo de envolver contingentes militares nesta missão foi comunicada à Assembleia da República.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 12.º e nas alíneas n) e f) do n.º 3 do artigo 14.º, ambos da Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de Julho, e nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro, determina o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, que:

1 — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com vista à participação portuguesa na missão EUTM Somália, apronte e empregue uma missão militar, constituída por 17 militares, que ficará na sua dependência directa.

2 — A missão, com início previsto no primeiro trimestre de 2010, terá uma duração de um ano.

3 — Nos termos do disposto no n.º 5.º da portaria n.º 87/99, de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 28 de Janeiro de 1999, os militares que integram o contingente nacional desempenham funções em países de classe C.

4 — Os encargos decorrentes da presente participação nacional na operação militar em causa serão suportados pela dotação orçamental inscrita para as Forças Nacionais Destacadas.

O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

**III — DESPACHOS**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios dos Negócios Estrangeiros,  
das Finanças e da Administração Pública, da Defesa Nacional,  
da Administração Interna, da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento,  
da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.**

**Despacho n.º 5 300/2010**  
**de 17 de Março de 2010**

Em 28 de Novembro de 2007 foi publicada a Lei n.º 66/2007, relativa à execução da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sobre a Sua Destruição, adiante designada por Convenção, ou CPAQ, que, no n.º 1 do seu artigo 5.º, criou a Autoridade

Nacional para a Proibição das Armas Químicas (ANPAQ), órgão de ligação com a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), estabelecida pela Convenção e com os restantes Estados Partes.

O mesmo diploma determinou a sua composição, prevendo, igualmente, no n.º 3 do artigo 5.º, que o seu regulamento de funcionamento seria aprovado por despacho conjunto dos membros do Governo que tutelam as diferentes áreas das suas atribuições.

Deste modo e em conformidade com o n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 66/2007, de 28 de Novembro, o Primeiro-Ministro, os Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros, de Estado e das Finanças, da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior aprovam o Regulamento de Funcionamento Interno da ANPAQ, anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante, o qual entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*. — O Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, *José António Fonseca Vieira da Silva*. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

## ANEXO

### **Regulamento de Funcionamento Interno da Autoridade Nacional para a Proibição das Armas Químicas — ANPAQ**

#### Artigo 1.º

##### **Objecto**

O presente Regulamento fixa as normas de funcionamento interno da Autoridade Nacional para a Proibição das Armas Químicas — ANPAQ — criada pela Lei n.º 66/2007, de 28 de Novembro.

#### Artigo 2.º

##### **Composição**

1 — A ANPAQ é composta pelos membros indicados no n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 66/2007, de 28 de Novembro.

2 — O presidente da ANPAQ pode convidar, por deliberação dos representantes, técnicos e especialistas nas matérias agendadas para participar nas reuniões, sem direito a voto, sempre que se justifique em razão da especificidade dos assuntos a tratar.

#### Artigo 3.º

##### **Substituição**

Os representantes dos Ministérios junto da ANPAQ podem fazer-se substituir nas suas faltas, ausências ou impedimentos nos termos legais.

#### Artigo 4.º

##### **Deveres funcionais dos membros da ANPAQ**

1 — Constituem deveres funcionais de cada um dos membros da ANPAQ:

a) Comparecer às reuniões para as quais forem convocados;

b) Desempenhar as funções de que tenham sido incumbidos e participar nas discussões e deliberações;

c) Apresentar requerimentos e propostas, bem como solicitar informações ou esclarecimentos;

d) Ser informado e informar sobre as actividades levadas a cabo no âmbito da ANPAQ.

2 — No exercício das suas funções o presidente e os membros da ANPAQ estão vinculados pelos deveres de zelo e diligência, tendo, designadamente, o dever de assegurar a interligação com todos os serviços que, nos respectivos Ministérios, forem necessários para a prossecução dos objectivos da CPAQ.

3 — Os membros ou representantes da ANPAQ, quando em missão no estrangeiro, carecem de credenciação, devendo, após o regresso e dentro de um prazo de 15 dias úteis, apresentar o respectivo relatório ao presidente da ANPAQ.

4 — Caso um representante falte a duas reuniões seguidas ou a três interpoladas no espaço de um ano de exercício, o presidente informará o respectivo ministério sectorial do potencial comprometimento do regular funcionamento da ANPAQ.

#### Artigo 5.º

##### **Sigilo**

Os membros da ANPAQ e do STAN, bem como o respectivo pessoal, estão especialmente obrigados a guardar sigilo dos factos cujo conhecimento lhes advenha pelo exercício das suas funções, mesmo após o termo destas, e que não possam ser divulgados nos termos do disposto na lei.

#### Artigo 6.º

##### **Presidente da ANPAQ**

Compete ao presidente da ANPAQ, para além das competências inerentes ao exercício da presidência de um órgão colegial:

a) Representar a ANPAQ, para todos os efeitos legais;

b) Enviar à OPAQ as declarações nacionais e demais informações exigidas pela CPAQ com a periodicidade nela estatuída;

g) Apreciar e decidir as reclamações que lhe forem apresentadas;

h) Apresentar os instrumentos de gestão adequados ao funcionamento da ANPAQ, nomeadamente orçamentos, planos de actividades e relatórios anuais;

i) Distribuir e difundir aos membros da ANPAQ as informações e solicitações recebidas, respeitando a classificação da informação;

j) Designar membros da ANPAQ ou do STAN para a execução de tarefas específicas e representarem a ANPAQ em reuniões de carácter técnico da CPAQ.

#### Artigo 7.º

##### **Secretário da ANPAQ**

A ANPAQ é secretariada por um membro da ANPAQ eleito pelos representantes que a compõem, a quem compete lavrar as actas e assiná-las, depois de aprovadas.

#### Artigo 8.º

##### **Apoio técnico-científico (STAN)**

1 — No âmbito do STAN, previsto no n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 66/2007, de 28 de Novembro, funciona uma estrutura de natureza técnico-científica composta por cientistas, especialistas e técnicos em matérias relacionadas com os objectos da Convenção, designados pelo presidente da ANPAQ, ouvidos os respectivos membros, ou mediante proposta dos mesmos.

## 2 — Compete ao STAN:

- a) Organizar os dados a remeter à OPAQ pelo presidente da ANPAQ, nomeadamente as declarações nacionais e demais informação exigida pela Convenção, com a periodicidade nela estatuída;
- b) Recolher de todas as entidades envolvidas, compilar e arquivar a informação a incluir nas declarações nacionais periódicas a submeter à OPAQ, verificando previamente a correcção das informações transmitidas por essas entidades;
- c) Propor a colaboração das autoridades consideradas necessárias e competentes para a realização das actividades de verificação e controlo;
- d) Garantir o cumprimento dos requisitos de confidencialidade de todos os dados a manipular, de acordo com a Convenção e as instruções recebidas da ANPAQ;
- e) Participar, pelo menos uma vez por ano, em ensaios de demonstração de competência organizados pela OPAQ, nos termos das previsões contidas no n.º 2 do artigo 13.º da Lei n.º 66/2007, de 28 de Novembro;
- f) Participar na negociação com a OPAQ sobre os acordos de instalação previstos na Convenção;
- g) Emitir pareceres, sempre que solicitados pela ANPAQ;
- h) Assegurar o cumprimento de outras tarefas que lhe forem cometidas pela ANPAQ;
- i) Manter uma actualização regular em formação especializada em áreas técnicas relevantes para poder levar a cabo as tarefas que lhe estão cometidas.

## Artigo 9.º

### **Equipa Nacional de Acompanhamento**

A Equipa Nacional de Acompanhamento, prevista no artigo 13.º da Lei n.º 66/2007, de 28 de Novembro, inclui as entidades competentes em matéria de processo de contra-ordenação, previstas no artigo 26.º do mesmo diploma.

## Artigo 10.º

### **Reuniões**

1 — A ANPAQ reúne trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que, nos termos legais, for convocada pelo presidente.

2 — A ANPAQ reúne em local designado pelo presidente.

## Artigo 11.º

### **Classificação e divulgação de informação**

1 — O presidente promove a atribuição da adequada classificação de segurança às matérias tratadas, nos termos legais.

2 — Ouvidos os membros da ANPAQ, o presidente determina, sem prejuízo das normas sobre o acesso aos documentos administrativos, quais as matérias tratadas, não classificadas, a que deve ser dada divulgação pública.

## Artigo 12.º

### **Financiamento e apoio das actividades**

1 — As despesas individualmente imputáveis, decorrentes das actividades do presidente e dos restantes membros da ANPAQ, bem como dos membros do STAN, serão assumidas pelas entidades que representem ou a que estejam afectos.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, os custos gerais de funcionamento da ANPAQ, incluindo o STAN, serão assumidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

3 — A Direcção-Geral de Política Externa, através da Direcção de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa, assegura o apoio necessário à ANPAQ.

### Artigo 13.º

### Disposições finais

Ao presente Regulamento são aplicáveis as normas e os princípios gerais respeitantes à actividade administrativa do Estado.

## Ministério da Defesa Nacional

### Despacho n.º 4 922/2010

de 10 de Março de 2010

1 — Ao abrigo do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, delego no chefe do meu Gabinete, major-general **Rui António Faria de Mendonça**, a competência para a prática dos seguintes actos:

- a) Autorizar actos relativos à gestão do pessoal do meu Gabinete, ou a ele afecto;
- b) Autorizar actos relativos à gestão do orçamento do Gabinete, incluindo a autorização de alterações das rubricas orçamentais, nos termos do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril, que se revelem necessárias à sua execução e que não careçam de autorização do Ministro de Estado e das Finanças;
- c) Autorizar a constituição do fundo de maneiio, bem como as despesas por conta do mesmo, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
- d) Autorizar a requisição de passaportes de serviço oficial, nos termos dos artigos 30.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de Maio, com as alterações do Decreto-Lei n.º 278/2000, de 10 de Novembro, Decreto-Lei n.º 108/2004, de 11 de Maio, Lei n.º 13/2005, de 26 de Janeiro, e Decreto-Lei n.º 138/2006, de 26 de Julho, a favor de individualidades designadas por mim para se deslocarem ao estrangeiro e cuja viagem constitua encargo do Gabinete;
- e) Autorizar a prática de actos correntes relativos às funções específicas do Gabinete sobre os quais tenha havido orientação prévia;
- f) Autorizar a inscrição e a participação do pessoal do Gabinete, ou a ele afecto, em estágios, congressos, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional ou no estrangeiro;
- g) Autorizar deslocações do pessoal do Gabinete em serviço ao estrangeiro, de acordo com o Decreto-Lei n.º 192/95, de 18 de Julho, bem como o correspondente processamento das despesas;
- h) Autorizar o processamento de despesas resultantes de deslocações em serviço, com ou sem abono antecipado de ajudas de custo, nos termos do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;
- i) Autorizar a requisição de guias de transporte, incluindo por via aérea, ou a utilização de viatura própria a favor de individualidades que tenham de se deslocar em serviço do Gabinete;
- j) Autorizar os membros do Gabinete e restante pessoal a ele afecto a conduzir viaturas do Estado e a utilizar em serviço veículos próprios, nos termos do previsto no Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de Agosto;
- l) Autorizar as despesas com refeições do pessoal do Gabinete ou afectos ao mesmo, nos termos das disposições legais aplicáveis;
- m) Autorizar trabalho extraordinário, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 27.º, e trabalho em dias de descanso semanal e de descanso complementar e em feriados, nos termos do n.º 5 do artigo 33.º

do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, e dos artigos 158.º a 165.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro;

n) Autorizar a realização de despesas com a aquisição de bens e serviços, por conta das dotações orçamentais do Gabinete, até ao limite dos montantes previstos nas competências atribuídas aos directores-gerais, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

2 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 1 de Março de 2010.

O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

### **Estado-Maior General das Forças Armadas**

#### **Despacho n.º 4 706/2010 de 03 de Março de 2010**

Nos termos dos n.ºs 4 e 5, do despacho n.º 795/2010, de 21 de Dezembro de 2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 13 de Janeiro de 2010, subdelego no major-general **Manuel Mateus Costa da Silva Couto**, chefe do meu Gabinete, a competência para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços até €99 000.

É revogado o Despacho n.º 26 028/2009, de 13 de Novembro de 2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 231, de 27 de Novembro de 2009.

O presente despacho produz efeitos desde a data da sua publicação no *Diário da República*.

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Valença Pinto*, general.

#### **Despacho n.º 4 707/2010 de 03 de Março de 2010**

Nos termos dos n.ºs 4 e 5, do despacho n.º 795/2010, de 21 de Dezembro de 2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 13 de Janeiro de 2010, subdelego no tenente-general **José Artur Paula Quesada Pastor**, comandante Operacional Conjunto, as competências referidas no n.º 1, alínea a), do mesmo despacho, bem como no n.º 2, alínea a), até €99 000.

O presente despacho produz efeitos desde 28 de Janeiro de 2010, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Valença Pinto*, general.

#### **Despacho n.º 4 708/2010 de 03 de Março de 2010**

Nos termos dos n.ºs 4 e 5, do despacho n.º 795/2010, de 21 de Dezembro de 2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 13 de Janeiro de 2010, subdelego no major-general **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**, chefe da Centro de Informações e Segurança Militares, as competências referidas no n.º 2, alínea a), do mesmo despacho até €99 000.

O presente despacho produz efeitos desde 04 de Janeiro de 2010, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Valença Pinto*, general.

**Despacho n.º 4 709/2010**  
**de 03 de Março de 2010**

Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do despacho n.º 795/2010, de 21 de Dezembro de 2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 13 de Janeiro de 2010, subdelego no major-general **João Miguel de Castro Rosas Leitão**, comandante operacional da Madeira:

- 1) As competências referidas no seu n.º 1, alíneas a) e b);
- 2) As competências referidas no seu n.º 2, alíneas a), c) e d), até • 99 000.

É revogado o despacho n.º 26 026/2009, de 13 de Novembro de 2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 231, de 27 de Novembro de 2009.

O presente despacho produz efeitos desde a data da publicação deste despacho no *Diário da República*, salvo no que respeita às competências acima referidas no n.º 1), cujos efeitos se reportam a 26 de Outubro de 2009, ficando por este meio ratificados todos os actos nele incluídos e entretanto praticados.

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Valença Pinto*, general.

**Instituto de Estudos Superiores Militares**

**Despacho n.º 4 222/2010**  
**de 18 de Fevereiro de 2010**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do despacho n.º 2 752/2010, de 27 de Janeiro, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, de 11 de Fevereiro de 2010, subdelego no chefe dos Serviços de Apoio do Instituto de Estudos Superiores Militares, coronel de cavalaria **Carlos José Vicente Sernadas**, no âmbito da missão e dos objectivos definidos para o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), a competência para:

a) Autorizar o processamento de despesas resultantes de deslocações em serviço, com ou sem abono antecipado de ajudas de custo, nos termos legalmente previstos e de acordo com as orientações definidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2006, de 5 de Maio;

b) Autorizar a requisição de guias de transporte, incluindo por via aérea, ou a utilização de viatura própria a favor de individualidades que tenham que se deslocar em serviço do IESM;

c) Autorizar despesas eventuais de representação dos serviços, bem como as de carácter excepcional;

d) Autorizar as despesas resultantes de indemnizações a terceiros ou da recuperação de bens afectos ao serviço danificados por acidentes com intervenção de terceiros;

e) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;

f) Autorizar, nos termos do Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de Agosto, funcionários e agentes a conduzir viaturas do Estado que estejam afectas ao IESM.

2 — Ficam por este meio ratificados todos os actos praticados pelo chefe dos Serviços de Apoio, desde o dia 26 de Outubro de 2009 até ao dia de entrada em vigor do presente despacho, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Director do Instituto de Estudos Superiores Militares, *Álvaro Sabino Guerreiro*, vice-almirante.

**Estado-Maior do Exército****Despacho n.º 18/2010  
de 27 de Janeiro de 2010**

Considerando que:

- a) O Conselho Superior de Disciplina é o mais alto órgão consultivo do chefe do estado-maior de cada ramo das Forças Armadas em matéria disciplinar, tendo a constituição e as competências previstas no Regulamento da Disciplina Militar, aprovado pela Lei Orgânica n.º 2/2009, de 22 de Julho;
- b) Estabelece o artigo 138.º desse regulamento, que cada conselho superior de disciplina deve elaborar o seu regimento, que será aprovado por despacho do chefe de estado-maior do respectivo ramo;
- c) O regimento deve conter as normas de funcionamento interno do referido conselho.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 138.º do Regulamento de Disciplina Militar, aprovado pela Lei Orgânica n.º 2/2009, de 22 de Julho, aprovo o Regimento do Conselho Superior de Disciplina do Exército, constante do anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

**ANEXO****Regimento do Conselho Superior de Disciplina do Exército****Artigo 1.º  
Natureza**

O Conselho Superior de Disciplina do Exército, adiante designado por Conselho, é o mais alto órgão consultivo do chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) em matéria disciplinar.

**Artigo 2.º  
Competências****1. Compete ao Conselho, no âmbito do Regulamento de Disciplina Militar:**

- a) Assistir o CEME em todas as matérias de natureza disciplinar que por este forem submetidas à sua consideração;
- b) Dar parecer obrigatório sobre a aplicação das penas de reforma compulsiva e de separação de serviço;
- c) Dar parecer sobre a conduta dos militares, quando estes o requeiram e o pedido lhes seja deferido pelo CEME, no intuito de ilibarem a sua honra posta em duvida por factos cuja natureza possa reflectir-se no seu prestígio militar e sobre os quais não tenha recaído decisão disciplinar ou judicial ou não haja procedimento pendente;
- d) Dar parecer sobre os recursos de revisão de processos disciplinares;
- e) Exercer as demais competências que lhe forem conferidas por lei.

**2. Compete ao Conselho, no âmbito do Estatuto dos Militares das Forças Armadas:**

- a) Dar parecer sobre a não satisfação da primeira condição geral de promoção (cumprimento dos deveres militares), devendo obrigatoriamente ouvir o militar em causa e outras pessoas de reconhecido interesse;
- b) Emitir parecer relativamente à promoção de prisioneiros de guerra.

3. Compete ao Conselho, no âmbito do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, dar parecer sobre as propostas de concessão das medalhas militares, quando solicitado pelo CEME.

#### Artigo 3.º

##### **Composição e funcionamento**

1. O Conselho é composto por cinco oficiais gerais, de preferencia no activo, nomeados anualmente pelo CEME, o mais antigo dos quais é o presidente.

2. Não podem fazer parte do Conselho os juizes militares, o Vice-CEME e o Ajudante-General do Exército.

3. Quando for submetida à apreciação do Conselho a conduta de um oficial general, os membros do Conselho devem, sempre que possível, ser mais antigos do que aquele, podendo, para esse efeito, ser nomeados membros *ad hoc*.

#### Artigo 4.º

##### **Presidente**

Ao presidente do Conselho compete, em especial:

- a) Fixar a data das reuniões do Conselho e proceder à sua abertura e encerramento;
- b) Presidir às reuniões e dirigir as discussões, tendo por finalidade assegurar o cumprimento das normas e a regularidade das deliberações;
- c) Superintenderem todos os assuntos de organização e funcionamento do Conselho.

#### Artigo 5.º

##### **Vogais**

1. Os membros do Conselho designam-se por vogais, à excepção do presidente.

2. Aos vogais compete, em especial:

- a) Participar nas reuniões do Conselho, com direito a voto;
- b) Colaborar no estudo dos processos;
- c) Apreciar os quesitos apresentados pelo relator, podendo reclamá-los ou propor a formulação de outros.

#### Artigo 6.º

##### **Secretário**

1. O Conselho dispõe de um secretário, que é um oficial superior na situação de reserva ou activo.

2. Ao secretário compete, em especial:

- a) Autuar os processos recebidos pelo Conselho;
- b) Chefiar a secretaria, à qual incumbe assegurar o expediente e o apoio administrativo ao Conselho;
- c) Assistir às reuniões do Conselho, quando convocado, mas sem direito a voto.

#### Artigo 7.º

##### **Apoio jurídico**

1. O CEME nomeará um jurista, sempre que necessário, para prestar apoio jurídico ao Conselho.

2. O jurista referido no número anterior assiste às reuniões do Conselho, quando convocado, mas sem direito a voto.

**Artigo 8.º****Relator**

1. Para cada processo a apreciar é nomeado um relator, de entre os vogais, segundo o critério da antiguidade, iniciando-se a nomeação pelo mais moderno,

2. O relator faz uma apreciação preliminar do processo, extrai cópias dos factos considerados relevantes e, para cada um deles, formula os quesitos julgados necessários.

3. As cópias dos factos e os respectivos quesitos são distribuídos aos restantes membros do Conselho, permanecendo o processo original na posse do secretário.

**Artigo 9.º****Assessor**

1. O Conselho pode dispor de um assessor, a fim de coadjuvar os vogais do Conselho quando nomeados relatores de processos e exercer as demais funções que lhe forem atribuídas.

2. O assessor é um oficial superior na situação de reserva ou activo e pode assistir às reuniões do Conselho, quando convocado, sem direito de voto.

**Artigo 10.º****Diligências**

1. O Conselho pode deliberar sobre a realização de quaisquer diligências complementares que se mostrem convenientes para a elaboração do seu parecer, designadamente pedir informações e documentos aos órgãos competentes, bem como proceder à audição de pessoas de reconhecido interesse.

2. No âmbito das competências previstas no n.º 1 do artigo 2.º, o Conselho pode ouvir o militar cuja conduta é objecto de apreciação, no caso de considerar essa diligência necessária para a elaboração do seu parecer.

**Artigo 11.º****Conferência e deliberação**

1. Reunido o Conselho, o presidente procede à abertura da sessão, indicando a respectiva ordem de trabalhos e dando de seguida a palavra ao relator.

2. O relator expõe os factos julgados relevantes, insertos no processo em apreciação, e para cada um desses factos apresenta os respectivos quesitos, previamente distribuídos aos membros do Conselho.

3. O Conselho apreciará os quesitos formulados, os quais constituirão a base do parecer a elaborar pelo relator.

4. O presidente do Conselho pode dispensar a formulação por escrito dos quesitos sempre que o processo em apreciação, pela sua simplicidade, o justifique, sendo redigido então apenas o parecer.

5. O parecer deve ser fundamentado e concluir de modo expresse e claro sobre a apreciação dos factos extraídos do processo.

6. As deliberações do Conselho são votadas nominalmente e aprovadas por maioria simples dos membros presentes,

**Artigo 12.º****Votação**

1. O Conselho não pode deliberar com menos de quatro membros presentes, dispondo o seu presidente de voto de qualidade em caso de empate.

2. O voto é pessoal e não é permitida a abstenção.

3. Os membros do Conselho podem fazer constar da acta o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.

#### Artigo 13.º

##### **Acta da reunião**

1. De cada reunião será lavrada uma acta indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e o resultado das respectivas votações.

2. A acta é lavrada pelo secretário e submetida à aprovação pelos membros do Conselho.

3. As páginas da acta, depois de aprovada, são rubricadas e a última assinada pelo presidente do Conselho, pelos vogais e pelo secretário.

#### Artigo 14.º

##### **Dever de sigilo**

Os membros do Conselho e os restantes participantes nas suas reuniões, bem como todo o pessoal de apoio técnicos administrativo, têm o dever de sigilo quanto ao objecto e conteúdo das reuniões.

#### Artigo 15.º

##### **Envio das deliberações**

Depois de aprovadas, as deliberações do Conselho são enviadas ao CEME, no prazo de cinco dias, para efeitos de decisão.

#### **Despacho n.º 3 684/2010**

**de 27 de Janeiro de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro (Lei Orgânica do Exército), delego no comandante da Academia Militar, tenente-general **Fernando Manuel Paiva Monteiro**, a competência para a prática dos seguintes actos no âmbito da Academia Militar:

a) Autorizar deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos da lei;

b) Autorizar o abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença ao pessoal civil;

c) Celebrar protocolos, na área do ensino e da formação, entre a Academia Militar e outros estabelecimentos de ensino integrados no sistema universitário português, ou com institutos superiores, desde que não envolvam encargos relativos a mais de um ano económico.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, delego na mesma entidade a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 99 759,58, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o n.º 5 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 796/2010, de 21 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série,

n.º 8, de 13 de Janeiro de 2010, subdelego na entidade referida nos números anteriores a competência para, no âmbito da Academia Militar, autorizar despesas:

a) Com a locação e aquisição de bens e serviços, e com empreitadas de obras públicas, até €250 000, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

b) Com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efectivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de €5 000.

4 — As competências referidas no n.º 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no director dos Serviços Gerais da Academia Militar.

5 — O disposto no n.º 3 produz efeitos desde 26 de Outubro de 2009, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo Comandante da Academia Militar que se incluam no respectivo âmbito.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

### **Despacho n.º 3 685/2010**

**de 27 de Janeiro de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro (Lei Orgânica do Exército), delego no Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, tenente-general **Mário de Oliveira Cardoso**, a competência para a prática dos seguintes actos:

a) Despachar assuntos de gestão corrente com o Ajudante-General do Exército, o Quartel-Mestre-General, o Comandante das Forças Terrestres e o Comandante da Instrução e Doutrina, com excepção dos relativos à gestão do orçamento, ao levantamento de forças para operações no estrangeiro e às Forças Nacionais Destacadas;

b) Proceder à nomeação de militares para a cooperação técnico-militar e de oficiais para o desempenho de funções de comando de unidades de escalão batalhão da componente operacional do sistema de forças;

c) Autorizar a condução de viaturas oficiais, nos termos da lei;

d) Autorizar a apresentação à Junta Médica de Recurso do Exército e homologar os respectivos pareceres;

e) Autorizar deslocações em serviço no território nacional do pessoal militar e civil do Exército, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos da lei;

f) Autorizar o abono do suplemento de serviço aerotransportado, nos termos do Decreto-Lei n.º 180/94, de 29 de Junho;

g) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença ao pessoal civil.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, delego na mesma entidade a competência para a prática dos seguintes actos:

a) Autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o n.º 5 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro;

b) Autorizar e realizar despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até ao limite de €99 759,58, que me é conferida pela alínea a) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o n.º 5 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Exército.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 796/2010, de 21 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 13 de Janeiro de 2010, subdelego na entidade referida nos números anteriores a competência para a prática dos seguintes actos:

a) Autorizar despesas:

1) Com a locação e aquisição de bens e serviços, até ao montante de €1 000 000, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

2) Com empreitadas de obras públicas, até ao montante de €1000 000, prevista na mesma disposição legal, conjugado com o previsto no artigo 343.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;

3) Relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até ao montante de €1 246 994,70, prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

4) Com indemnizações a terceiros, resultantes de decisão judicial ou de acordo com o lesado, decorrentes da efectivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército.

b) Autorizar deslocações em missão oficial ao estrangeiro previstas em planos de actividades aprovados pelo Chefe do Estado-Maior do Exército.

4 — A competência para autorizar despesas relativas a construções e grandes reparações fica limitada a €299 278,74.

5 — A competência referida na alínea a) do n.º 2 pode ser subdelegada, no todo ou em parte, no director de História e Cultura Militar e no chefe do Centro de Finanças Geral, podendo aquele subdelegá-la no subdirector de História e Cultura Militar.

6 — O disposto no n.º 3 produz efeitos desde 26 de Outubro de 2009, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo vice-chefe do Estado-Maior do Exército que se incluam no respectivo âmbito.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

**Despacho n.º 3 686/2010  
de 27 de Janeiro de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro (Lei Orgânica do Exército), delego no Ajudante-General do Exército, comandante do Pessoal, tenente-general **Eduardo Manuel de Lima Pinto**, a competência que me é atribuída por lei para a prática dos seguintes actos:

a) Aprovar instruções e normas técnicas no âmbito da administração dos recursos humanos do Exército;

b) Proceder à nomeação, colocação e transferência de pessoal militar, militarizado e civil, com excepção de:

(1) Oficiais gerais e coronéis tirocinados;

(2) Oficiais em missão no estrangeiro em funções de comando de forças nacionais destacadas ou em quartéis-generais internacionais, ou em missões diplomáticas;

(3) Oficiais para o desempenho de funções de comando de regimento e de unidades de escalão batalhão da componente operacional do sistema de forças;

(4) Oficiais, sargentos-mores e técnicos superiores do MPCE no Gabinete do CEME.

c) Nomear militares para a frequência de cursos, tirocínios e estágios, com excepção da nomeação de oficiais para a frequência do Curso de Promoção a Oficial General, do Curso de Estado-Maior e de cursos no estrangeiro;

d) Nomear júris para a selecção dos candidatos a admitir por concurso aos quadros permanentes (QP) nas diversas categorias de militares;

e) Homologar as listas de candidatos a admitir aos QP nas diversas categorias de militares;

f) Promover militares por diuturnidade e antiguidade nas diversas categorias;

g) Graduar militares nos postos em que a promoção é efectuada nas modalidades referidas na alínea anterior;

h) Promover o pessoal militarizado;

i) Decidir sobre a contagem do tempo de serviço e sobre requerimentos relativos a contagens de tempo de serviço;

j) Decidir sobre a mudança de situação, no que concerne às situações de activo, reserva e reforma, bem como à prestação de serviço e sua efectividade;

k) Autorizar a prestação de serviço efectivo a militares na reserva, excepto oficiais gerais e coronéis tirocinados, dentro dos condicionalismos previstos na lei;

l) Aprovar as listas de antiguidade do pessoal militar, militarizado e civil do Exército;

m) Autorizar a emissão de bilhetes de identidade militar, de cartões de identificação militar, de cartas-patentes e registos de encarte das promoções;

n) Actos relativos a necessidades de formação e de desempenho de funções para a carreira de cada militar, bem como os relativos a satisfação de condições de promoção, com excepção da dispensa de condições especiais de promoção;

o) Adiamento da frequência de cursos de promoção;

p) Autorizar o abate aos QP;

q) Nomear militares e trabalhadores do MPCE para júris de procedimentos concursais e provas de selecção;

r) Conceder licença registada a militares dos QP e licença ilimitada ao pessoal militarizado e a praças dos QP;

s) Conceder licença para estudos a militares;

t) Autorizar a matrícula em cursos civis aos militares, excepto oficiais gerais, sem prejuízo para o serviço;

u) Autorizar o exercício de funções de natureza civil por militares, excepto oficiais gerais, sem prejuízo para o serviço;

v) Praticar os actos relativos às actividades concernentes ao recenseamento militar e ao Dia da Defesa Nacional;

w) Autorizar concursos de admissão para o recrutamento normal;

x) Nomear júris para a classificação e selecção dos candidatos a admitir nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC);

y) Decidir sobre a candidatura à prestação de serviço em RV e RC nas diversas categorias de militares;

z) Autorizar a celebração de contratos para a prestação de serviço militar em RV e RC, de acordo com os modelos aprovados;

aa) Autorizar o adiamento ou a antecipação da incorporação;

bb) Decidir sobre justificações apresentadas por cidadãos quanto a faltas às provas de classificação e selecção ou reclassificação e não apresentação à incorporação, nos termos dos artigos 21.º e 35.º da Lei do Serviço Militar;

cc) Autorizar a prorrogação da prestação de serviço de militares em RV e RC;

dd) Decidir sobre a rescisão dos contratos para prestação de serviço em RV e RC, nos termos do n.º 3 e da alínea b) do n.º 4 do artigo 300.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR);

*ee)* Autorizar a dispensa das provas de classificação e selecção de cadetes do Curso de Formação de Oficiais de Polícia que a requeiram, nos termos do n.º 1 do artigo 65.º do Regulamento da Lei do Serviço Militar;

*ff)* Autorizar os militares em RV e RC a concorrerem aos estabelecimentos militares de ensino superior, a concursos na Administração Pública e ao alistamento nas forças de segurança;

*gg)* Autorizar a abertura de procedimentos concursais de ingresso no MPCE e a prática de todos os actos subsequentes, com excepção da decisão de recursos hierárquicos;

*hh)* Nomear, prover e exonerar o pessoal do MPCE;

*ii)* Celebrar, prorrogar e rescindir contratos de pessoal civil;

*jj)* Decidir sobre a conversão da nomeação provisória em definitiva do pessoal do MPCE;

*kk)* Autorizar comissões de serviço, requisições, destacamentos, transferências e permutas do pessoal do MPCE;

*ll)* Autorizar a modificação da relação jurídica de emprego do pessoal civil, nas suas diversas modalidades;

*mm)* Propor a apresentação do pessoal civil à junta médica competente, para efeitos de verificação de incapacidade para o serviço;

*nn)* Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de faltas por doença;

*oo)* Autorizar a concessão de licenças sem vencimento ao pessoal do MPCE, de curta e longa duração, bem como autorizar o seu regresso à actividade;

*pp)* Autorizar a prática de todos os actos respeitantes ao regime de trabalho a tempo parcial a conceder ao pessoal do MPCE;

*qq)* Decidir sobre reclamações das listas de antiguidade do pessoal do MPCE;

*rr)* Autorizar a passagem à aposentação do pessoal do MPCE;

*ss)* Decidir sobre processos por acidente ou doença, excepto nos casos em que tenha ocorrido a morte ou o desaparecimento da vítima;

*tt)* Proferir decisão nos processos disciplinares por acidente de viação, a que se referem os §§ 1.º, 2.º e 3.º do artigo 7.º da Portaria n.º 22.396, de 27 de Dezembro de 1966, quando se encontrem abrangidos por amnistia ou quando não haja lugar à aplicação de pena, desde que do acidente não resulte qualquer dispêndio para a Fazenda Nacional;

*uu)* Determinar o cancelamento definitivo das cartas de condução militares, nos termos do artigo 35.º da portaria referida na alínea anterior, excepto nos casos em que o cancelamento estiver conexo com a prática de infracção disciplinar que deva ser apreciada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército;

*vv)* Determinar a restituição de cartas de condução militares no âmbito de processos disciplinares por acidente de viação que forem decididos ao abrigo da competência referida na alínea *uu)*;

*ww)* Homologar os pareceres da CPIP/Direcção de Saúde sobre a verificação do nexo causal entre o serviço e os acidentes ou doenças ocorridos, excepto nos casos em que tenha ocorrido a morte ou o desaparecimento da vítima, e determinar o envio dos respectivos processos à entidade competente para proferir a decisão final sempre que o interessado tenha requerido a qualificação como deficiente das Forças Armadas ou deficiente civil das Forças Armadas;

*xx)* Autorizar o uso de medalhas e insígnias nacionais não militares;

*yy)* Conceder e cancelar as condecorações de comportamento exemplar e comemorativas;

*zz)* Autorizar o uso e o averbamento de distintivos militares e não militares;

*aaa)* Autorizar o averbamento de condecorações colectivas;

*bbb)* Autorizar o averbamento e a junção aos documentos de matrícula de medalhas e louvores concedidos por entidades nacionais ou estrangeiras;

*ccc)* Praticar os actos respeitantes a remunerações, suplementos, subsídios e demais abonos e descontos do pessoal militar, militarizado e civil do Exército, bem como proferir decisão sobre requerimentos e exposições respeitantes às mesmas matérias;

*ddd)* Autorizar o pagamento de remunerações aos militares na situação de reserva e de pensões provisórias de invalidez, reforma e aposentação ao pessoal militar e civil do Exército;

- eee)* Autorizar o abono de alimentação em numerário;
- fff)* Autorizar deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos legais;
- ggg)* Reconhecer o direito a ser remunerado por posto superior;
- hhh)* Autorizar o pagamento de despesas com trasladações, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 308/83, de 1 de Julho;
- iii)* Autorizar despesas com a reparação de danos emergentes de acidentes em serviço do pessoal militar e civil do Exército, cujos encargos sejam da responsabilidade deste ramo, até ao montante de • 10 000;
- jjj)* Actos relativos ao funcionamento do Estabelecimento Prisional Militar;
- kkk)* Proferir decisão nos processos do âmbito do Exército relativos à Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas;
- lll)* Autorizar a assistência aos familiares dos militares e funcionários civis do Exército falecidos;
- mmm)* Autorizar a inscrição e renovação de beneficiários da Assistência na Doença aos Militares;
- nnn)* Decidir sobre as actividades da Banda do Exército, Orquestra Ligeira do Exército e Fanfarra do Exército.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, deogo na mesma entidade a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de • 99 759,58, que me é conferida pela alínea *a)* do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o n.º 5 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 796/2010, de 21 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 13 de Janeiro de 2010, subdelego na entidade referida nos números anteriores a competência para autorizar despesas:

- a)* Com a locação e aquisição de bens e serviços, e com empreitadas de obras públicas, até • 250 000, prevista na alínea *c)* do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
- b)* Com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efectivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de • 5 000.

4 — As competências referidas nos n.ºs 1 e 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos directores, comandantes e chefes na dependência directa do Comandante do Pessoal, podendo estes subdelegá-las nos comandantes, directores ou chefes dos estabelecimentos e órgãos que se encontrem na respectiva dependência directa.

5 — O disposto no n.º 3 produz efeitos desde 26 de Outubro de 2009, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo Ajudante-General do Exército que se incluam no respectivo âmbito.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

**Despacho n.º 3 687/2010  
de 02 de Fevereiro de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro (Lei Orgânica do Exército), deogo no Adjunto para o Planeamento, tenente-general **António Carlos de Sá Campos Gil**, a competência para a praticados seguintes actos no âmbito do Estado-Maior do Exército:

a) Autorizar deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos da lei;

b) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença ao pessoal civil.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, delegeo na mesma entidade a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o n.º 5 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 796/2010, de 21 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 13 de Janeiro de 2010, subdelego na entidade referida nos números anteriores a competência para, no âmbito do Estado-Maior do Exército, autorizar despesas:

a) Com a locação e aquisição de bens e serviços, e com empreitadas de obras públicas, até €250 000, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

b) Com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efectivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de €5 000.

4 — As competências referidas no n.º 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no Director-Coordenador do Estado-Maior do Exército, podendo este subdelegá-las no Comandante da Unidade de Apoio.

5 — Ratifico todos os actos praticados pelo Adjunto para o Planeamento desde 2 de Dezembro de 2009, bem como os que vierem a ser praticados até à data da publicação deste despacho, no âmbito dos poderes abrangidos pela presente delegação e subdelegação.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

**Despacho n.º 3 688/2010  
de 17 de Fevereiro de 2010**

1 — Ao do disposto no n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro (Lei Orgânica do Exército), delegeo no chefe do meu gabinete, major-general **Rui Manuel Xavier Fernandes Matias**, a competência para a prática dos seguintes actos no âmbito do referido gabinete:

a) Autorizar deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos da lei;

b) Autorizar a prestação pelo pessoal civil de trabalho extraordinário, nos termos da lei, bem como o pagamento dos respectivos abonos;

c) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença ao pessoal civil;

d) Despachar os assuntos de gestão corrente do Gabinete.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, delegeo na mesma entidade a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o n.º 5 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 796/2010, de 21 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 13 de Janeiro de 2010, subdelego na entidade referida nos números anteriores a competência para autorizar despesas com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efectivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de €5 000.

4 — O disposto no n.º 3 produz efeitos desde 26 de Outubro de 2009, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo Chefe do meu Gabinete que se incluam no respectivo âmbito.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

**Despacho n.º 3 689/2010**  
**de 17 de Fevereiro de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro (Lei Orgânica do Exército), delego no Inspector-Geral do Exército, tenente-general **João Nuno Jorge Vaz Antunes**, a competência para a prática dos seguintes actos no âmbito da Inspeção-Geral do Exército:

a) Autorizar deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos legais;

b) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença ao pessoal civil;

c) Autorizar a prestação pelo pessoal civil de trabalho extraordinário, nos termos da lei, bem como o pagamento dos respectivos abonos.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, delego na mesma entidade a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o n.º 5 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 796/2010, de 21 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 13 de Janeiro de 2010, subdelego na entidade referida nos números anteriores a competência para, no âmbito da Inspeção-Geral do Exército, autorizar despesas:

a) Com a locação e aquisição de bens e serviços, e com empreitadas de obras públicas, até €250 000, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

b) Com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efectivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de €5 000.

4 — O disposto no n.º 3 produz efeitos desde 26 de Outubro de 2009, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo Inspector-Geral do Exército que se incluam no respectivo âmbito.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

**Despacho n.º 3 840/2010  
de 18 de Fevereiro de 2010**

**Estrutura curricular e planos de estudos dos cursos da academia militar**

O Despacho n.º 26 754/2009, de 12 de Junho, do Director-Geral do Ensino Superior, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Dezembro de 2009, registou a adequação dos cursos de licenciatura ministrados na Academia Militar aos actuais ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre.

Assim, e nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março, e no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, conjugados com o disposto na Portaria n.º 1099/2009, de 24 de Setembro, bem como no n.º 6 do citado Despacho n.º 26 754/2009, de 12 de Junho, do Director-Geral do Ensino Superior, determino o seguinte:

1 — Proceda-se à publicação das estruturas curriculares e dos planos de estudos dos cursos da Academia Militar a seguir indicados, que constam dos anexos A a F ao presente despacho e que dele fazem parte integrante:

- a) Ciências Militares, na especialidade de Infantaria;
- b) Ciências Militares, na especialidade de Artilharia;
- c) Ciências Militares, na especialidade de Cavalaria;
- d) Administração Militar;
- e) Ciências Militares, na especialidade de Segurança (GNR);
- f) Administração da Guarda Nacional Republicana.

2 — Os planos de estudos referidos no número anterior encontram-se estruturados de forma a assegurar a educação integral do aluno nos domínios da formação académica, científica, técnica, social e humanística, em simultâneo com a formação militar, comportamental e física, o treino e a actividade militar adequados ao objectivo de cada curso.

3 — O disposto no presente despacho aplica-se aos cursos concluídos a partir do ano lectivo de 2007-2008, inclusive.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

**ANEXO A**

**Curso de Ciências Militares, na especialidade de Infantaria**

**Parte I**

**Estrutura curricular e plano de estudos do Mestrado Integrado em Ciências Militares,  
na especialidade de Infantaria (registado com o número R/B-AD — 104/2009)**

- 1 — Estabelecimento de ensino: Academia Militar.
- 2 — Unidade orgânica: não aplicável.
- 3 — Curso: Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria.
- 4 — Grau ou diploma: Mestre.
- 5 — Área científica predominante do curso: Ciências Militares.
- 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 300 ECTS.

7 — Duração normal do curso: 10 Semestres.

8 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture: não aplicável.

9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau de mestre em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria:

### Áreas científicas e créditos

#### QUADRON.º 1

Área científica	Sigla	Créditos
Matemática, Informática e Representação Gráfica .....	N1	44
Física e Química .....	N2	12
Ciências da Terra e do Espaço .....	N3	13
Organização, Tática e Logística .....	M1	42
Material e Tiro .....	M2	19
Comando e Estratégia Militar .....	M3	13
História e Relações Internacionais .....	M4	18
Engenharia Electrotécnica .....	E3	4
Economia, Gestão e Administração .....	H1	16
Ciências Sócio-comportamentais .....	H2	18
Ciências Jurídicas .....	H3	21
Motricidade Humana .....	H4	4
Inglês .....	I1	16
Ciências e Tecnologias Militares (Infantaria) .....	TPO	60
<i>Total</i> .....		300

10 — Plano de estudos do Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria:

1.º ano, 1.º semestre

#### QUADRON.º 2

Unidades curriculares    (1)	Área científica    (2)	Tipo    (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos    (6)	Obs:    (7)
			Total   (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Matemática Geral I .....	N1	Semestral ...	200		75						8	
Química .....	N2	Semestral ...	150		75						6	
Geografia .....	M3	Semestral ...	100		45						4	
Metodologia da Comunicação .....	H2	Semestral ...	100		45						4	
Noções Fundamentais de Direito .....	H3	Semestral ...	150		45						6	
Inglês I .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 1.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º3

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)							Créditos  (6)	Obs:  (7)	
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
Álgebra Linear .....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Introdução à Programação .....		Semestral ...	150		45						6	
Organização Militar .....	M1	Semestral ...	75		45						3	
Organização do Terreno .....		Semestral ...	100		45						4	
História de Portugal .....	M4	Semestral ...	100		45						4	
Introdução às Ciências Sociais .....	H2	Semestral ...	125		45						5	
Inglês II.....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º4

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Matemática Geral II .....	N1	Semestral ...	175		75						7	
Topografia I .....	N3	Semestral ...	150		60						6	
História Militar I .....	M4	Semestral ...	100		30						4	
Tática Geral e Operações Militares I..	M1	Semestral ...	100		45						4	
Sociologia Militar.....	H2	Semestral ...	100		45						4	
Sistemas Computacionais e de Comunicação..	E3	Semestral ...	100		45						4	
Inglês III .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º5

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
Física .....	N2	Semestral ...	150		75						6	
Topografia II .....	N3	Semestral ...	175		60						7	
Bases de Dados .....	N1	Semestral ...	125		45						5	
Táctica Geral e Operações Militares II	M1	Semestral ...	100		45						4	
Noções Gerais de Direito Administrativo	H3	Semestral ...	125		60						5	
Inglês IV .....	II	Semestral ...	50		45						2	

## 3.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º6

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
Probabilidades e Estatística .....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Logística .....	M1	Semestral ...	100		45						4	
História Militar II .....	M4	Semestral ...	125		45						5	
Introdução à Gestão .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Noções Fundamentais de Ciência												
Política e Direito Constitucional .....	H3	Semestral ...	125		60						5	
Inglês V .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 3.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º7

Unidades curriculares   (1)	Área científica   (2)	Tipo   (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos   (6)	Obs:   (7)
			Total   (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Investigação Operacional .....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Gestão da Comunicação .....	H2	Semestral ...	125		45						5	
Elementos de Armamento .....	M2	Semestral ...	100		45						4	
Pedagogia da Educação Física.....	H4	Semestral ...	100		45						4	
Gestão de Recursos Humanos .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados .....	H3	Semestral ...	125		45						5	
Inglês VI .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 4.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º8

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)							Créditos	Obs:	
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
Ética e Liderança .....	M3	Semestral ...	125		60						5	
Teoria das Relações Internacionais .....	M4	Semestral ...	125		60						5	
Sistemas de Armas da Manobra e Tiro	M2	Semestral ...	225	30	30						9	
Táctica de Infantaria I.....	M1	Semestral ...	275	40	80						11	
Inglês VII.....	I1	Semestral ...	50		30						2	

## 4.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º 9

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Teoria Geral da Estratégia .....	M3	Semestral ...	100		45						4	
Administração e Finanças Públicas .....	H1	Semestral ...	100		45						4	
Sistemas de Armas de Infantaria .....	M2	Semestral ...	175	30	45						7	
Tática de Infantaria II .....	M1	Semestral ...	275	40	95						11	
Inglês VIII .....	I1	Semestral ...	50		30						2	

## Tirocínio para Oficial de Infantaria

## 5.º ano, 9.º e 10.º semestres

## QUADRON.º 10

Unidades curriculares   (1)	Área científica   (2)	Tipo   (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos   (6)	Obs:   (7)
			Total   (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Formação Geral Militar, Técnica e Tática de Infantaria .....	Ciências e Tecnologias	Semestral	750								30	
Estágio de Natureza Profissional (*) .	Militares (Infantaria)	Semestral	750								30	

(\*) Ou dissertação ou Trabalho de Projecto

## Parte II

## Instrução e Treino

Em simultâneo com a formação científica de base e índole técnica e tecnológica, é ainda ministrada ao longo do curso uma carga horária mínima, nas áreas da formação comportamental, formação geral militar e educação física, de acordo com o seguinte quadro:

## QUADRON.º 11

	Horas
Formação Geral Militar (FGM) .....	405
Educação Física (EF) .....	675
<i>Total</i> .....	1080

## ANEXO B

**Curso de Ciências Militares, na especialidade de Artilharia****Parte I****Estrutura Curricular e Plano de estudos do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Artilharia (registado com o número R/B-AD — 102/2009)**

- 1 — Estabelecimento de ensino: Academia Militar.
- 2 — Unidade orgânica: não aplicável.
- 3 — Curso: Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Artilharia.
- 4 — Grau ou diploma: Mestre.
- 5 — Área científica predominante do curso: Ciências Militares.
- 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 300 ECTS.
- 7 — Duração normal do curso: 10 Semestres.
- 8 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture: não aplicável.
- 9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau de mestre em Ciências Militares, na especialidade de Artilharia:

**Áreas científicas e créditos****QUADRO N.º 1**

Área científica	Sigla	Créditos
Matemática, Informática e Representação Gráfica .....	N1	44
Física e Química .....	N2	12
Ciências da Terra e do Espaço .....	N3	13
Organização, Tática e Logística .....	M1	35
Material e Tiro .....	M2	26
Comando e Estratégia Militar .....	M3	13
História e Relações Internacionais .....	M4	18
Engenharia Electrotécnica .....	E3	4
Economia, Gestão e Administração .....	H1	16
Ciências Sócio-comportamentais .....	H2	18
Ciências Jurídicas .....	H3	21
Motricidade Humana .....	H4	4
Inglês .....	I1	16
Ciências e Tecnologias Militares (Artilharia) .....	TPO	60
<i>Total</i> .....		300

## 10 — Plano de estudos do Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Artilharia:

## 1.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Matemática Geral I.....	N1	Semestral ...	200		75						8	
Química .....	N2	Semestral ...	150		75						6	
Geografia .....	M3	Semestral ...	100		45						4	
Metodologia da Comunicação .....	H2	Semestral ...	100		45						4	
Noções Fundamentais de Direito .....	H3	Semestral ...	150		45						6	
Inglês I .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 1.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Álgebra Linear .....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Introdução à Programação .....		Semestral ...	150		45						6	
Organização Militar .....	M1	Semestral ...	75		45						3	
Organização do Terreno .....		Semestral ...	100		45						4	
História de Portugal .....	M4	Semestral ...	100		45						4	
Introdução às Ciências Sociais .....	H2	Semestral ...	125		45						5	
Inglês II.....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º4

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)							Créditos	Obs:	
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Matemática Geral II .....	N1	Semestral ...	175		75						7	
Topografia I .....	N3	Semestral ...	150		60						6	
História Militar I .....	M4	Semestral ...	100		30						4	
Tática Geral e Operações Militares I..	M1	Semestral ...	100		45						4	
Sociologia Militar .....	H2	Semestral ...	100		45						4	
Sistemas Computacionais e de Comunicação .....	E3	Semestral ...	100		45						4	
Inglês III .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º5

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
Física .....	N2	Semestral ...	150		75						6	
Topografia II .....	N3	Semestral ...	175		60						7	
Bases de Dados .....	N1	Semestral ...	125		45						5	
Tática Geral e Operações Militares II .....	M1	Semestral ...	100		45						4	
Noções Gerais de Direito Administrativo .....	H3	Semestral ...	125		60						5	
Inglês IV .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 3.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º6

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)							Créditos	Obs:	
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Probabilidades e Estatística .....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Logística .....	M1	Semestral ...	100		45						4	
História Militar II .....	M4	Semestral ...	125		45						5	
Introdução à Gestão .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Noções Fundamentais de Ciência												
Política e Direito Constitucional .....	H3	Semestral ...	125		60						5	
Inglês V .....	II	Semestral ...	50		45						2	

## 3.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º7

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	T C	S	E	O T		
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
Investigação Operacional .....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Gestão da Comunicação .....	H2	Semestral ...	125		45						5	
Elementos de Armamento .....	M2	Semestral ...	100		45						4	
Pedagogia da Educação Física.....	H4	Semestral ...	100		45						4	
Gestão de Recursos Humanos .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados .....	H3	Semestral ...	125		45						5	
Inglês VI .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 4.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º8

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Ética e Liderança .....	M3	Semestral ...	125		60						5	
Teoria das Relações Internacionais .....	M4	Semestral ...	125		60						5	
Sistemas de Armas de Artilharia e Tiro I .....	M2	Semestral ...	225	30	75						9	
Táctica de Artilharia I .....	M1	Semestral ...	175	25	35						7	
Balística .....	M2	Semestral ...	75	45							3	
Inglês VII .....	I1	Semestral ...	50		30						2	

## 4.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º9

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Teoria Geral da Estratégia .....	M3	Semestral ...	100		45						4	
Administração e Finanças Públicas .....	H1	Semestral ...	100		45						4	
Sistemas de Armas de Artilharia e Tiro II .....	M2	Semestral ...	250	30	90						10	
Táctica de Artilharia II .....	M1	Semestral ...	225	30	60						9	
Inglês VIII .....	I1	Semestral ...	50		30						2	

## Tirocínio para Oficial de Artilharia

## 5.º ano, 9.º e 10.º semestres

## QUADRON.º10

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Formação Geral Militar, Técnica e Táctica de Artilharia .....	Ciências e Tecnologias	Semestral	750								30	
Estágio de Natureza Profissional (*) .	Militares (Artilharia)	Semestral	750								30	

(\*) Ou dissertação ou Trabalho de Projecto

## Parte II

### Instrução e Treino

Em simultâneo com a formação científica de base e índole técnica e tecnológica, é ainda ministrada ao longo do curso uma carga horária mínima, nas áreas da formação comportamental, formação geral militar e educação física, de acordo com o seguinte quadro:

QUADRON.º 11

	Horas
Formação Geral Militar (FGM) .....	405
Educação Física (EF) .....	675
<i>Total</i> .....	1080

## ANEXO C

### Curso de Ciências Militares, na especialidade de Cavalaria

#### Parte I

#### Estrutura Curricular e Plano de estudos do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Cavalaria (registado com o número R/B-AD — 103/2009)

- 1 — Estabelecimento de ensino: Academia Militar.
- 2 — Unidade orgânica: não aplicável.
- 3 — Curso: Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Cavalaria.
- 4 — Grau ou diploma: Mestre.
- 5 — Área científica predominante do curso: Ciências Militares.
- 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 300 ECTS.
- 7 — Duração normal do curso: 10 Semestres.
- 8 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture: não aplicável.
- 9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau de mestre em Ciências Militares, na especialidade de Cavalaria:

#### Áreas científicas e créditos

QUADRON.º 1

Área científica	Sigla	Créditos
Matemática, Informática e Representação Gráfica .....	N1	44
Física e Química .....	N2	12
Ciências da Terra e do Espaço .....	N3	13
Organização, Tática e Logística .....	M1	41
Material e Tiro .....	M2	20
Comando e Estratégia Militar .....	M3	13
História e Relações Internacionais .....	M4	18
Engenharia Electrotécnica .....	E3	4
Economia, Gestão e Administração .....	H1	16
Ciências Sócio-comportamentais .....	H2	18
Ciências Jurídicas .....	H3	21
Motricidade Humana .....	H4	4
Inglês .....	I1	16
Ciências e Tecnologias Militares (Cavalaria) .....	TPO	60
<i>Total</i> .....		300

## 10 — Plano de estudos do Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Cavalaria.

## 1.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º2

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)							Créditos  (6)	Obs:  (7)	
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
Matemática Geral I.....	N1	Semestral ...	200		75						8	
Química .....	N2	Semestral ...	150		75						6	
Geografia .....	M3	Semestral ...	100		45						4	
Metodologia da Comunicação .....	H2	Semestral ...	100		45						4	
Noções Fundamentais de Direito.....	H3	Semestral ...	150		45						6	
Inglês I .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 1.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º3

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Álgebra Linear .....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Introdução à Programação .....		Semestral ...	150		45						6	
Organização Militar .....	M 1	Semestral ...	75		45						3	
Organização do Terreno .....		Semestral ...	100		45						4	
História de Portugal .....	M4	Semestral ...	100		45						4	
Introdução às Ciências Sociais .....	H2	Semestral ...	125		45						5	
Inglês II.....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º4

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
Matemática Geral II .....	N1	Semestral ...	175		75						7	
Topografia I .....	N3	Semestral ...	150		60						6	
História Militar I .....	M4	Semestral ...	100		30						4	
Tática Geral e Operações Militares I..	M1	Semestral ...	100		45						4	
Sociologia Militar.....	H2	Semestral ...	100		45						4	
Sistemas Computacionais e de												
Comunicação .....	E3	Semestral ...	100		45						4	
Inglês III .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º5

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Física .....	N2	Semestral ...	150		75						6	
Topografia II .....	N3	Semestral ...	175		60						7	
Bases de Dados .....	N1	Semestral ...	125		45						5	
Tática Geral e Operações Militares II .....	M1	Semestral ...	100		45						4	
Noções Gerais de Direito Administrativo .....	H3	Semestral ...	125		60						5	
Inglês IV .....	II	Semestral ...	50		45						2	

## 3.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º6

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)							Créditos  (6)	Obs:  (7)	
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
Probabilidades e Estatística.....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Logística .....	M1	Semestral ...	100		45						4	
História Militar II.....	M4	Semestral ...	125		45						5	
Introdução à Gestão .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Noções Fundamentais de Ciência Política e Direito Constitucional.....	H3	Semestral ...	125		60						5	
Inglês V.....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 3.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º7

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)							Créditos	Obs:	
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Investigação Operacional .....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Gestão da Comunicação .....	H2	Semestral ...	125		45						5	
Elementos de Armamento .....	M2	Semestral ...	100		45						4	
Pedagogia da Educação Física.....	H4	Semestral ...	100		45						4	
Gestão de Recursos Humanos .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados .....	H3	Semestral ...	125		45						5	
Inglês VI .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 4.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º8

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Ética e Liderança .....	M3	Semestral ...	125		60						5	
Teoria das Relações Internacionais .....	M4	Semestral ...	125		60						5	
Sistemas de Armas da Manobra e Tiro I .....	M2	Semestral ...	225	30	30						9	
Táctica de Cavalaria I .....	M1	Semestral ...	275	35	70						11	
Inglês VII.....	II	Semestral ...	50		30						2	

## 4.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º9

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Teoria Geral da Estratégia .....	M3	Semestral ...	100		45						4	
Administração e Finanças Públicas .....	H1	Semestral ...	100		45						4	
Sistemas de Armas de Cavalaria .....	M2	Semestral ...	175	35	40						7	
Táctica de Cavalaria II .....	M1	Semestral ...	275	35	70						11	
Inglês VIII .....	I1	Semestral ...	50		30						2	

## Tirocínio para Oficial de Cavalaria

## 5.º ano, 9.º e 10.º semestres

## QUADRON.º10

Unidades curriculares   (1)	Área científica   (2)	Tipo   (3)	Tempo de trabalho (horas)							Créditos   (6)	Obs:   (7)	
			Total   (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
Formação Geral Militar, Técnica e Táctica de Cavalaria .....	Ciências e Tecnologias	Semestral	750							30		
Estágio de Natureza Profissional (*).	Militares (Cavalaria)	Semestral	750							30		

(\*) Ou dissertação ou Trabalho de Projecto

## Parte II

### Instrução e Treino

Em simultâneo com a formação científica de base e índole técnica e tecnológica, é ainda ministrada ao longo do curso uma carga horária mínima, nas áreas da formação comportamental, formação geral militar e educação física, de acordo com o seguinte quadro:

QUADRON.º 11

	Horas
Formação Geral Militar (FGM) .....	405
Educação Física (EF) .....	765
<i>Total</i> .....	1170

## ANEXO D

### Curso de Administração Militar

#### Parte I

#### Estrutura Curricular e Plano de estudos do Mestrado Integrado em Administração Militar, (registado com o número R/B-AD — 101/2009)

- 1 — Estabelecimento de ensino: Academia Militar.
- 2 — Unidade orgânica: não aplicável.
- 3 — Curso: Mestrado em Administração Militar.
- 4 — Grau ou diploma: Mestre.
- 5 — Área científica predominante do curso: Gestão.
- 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 300 ECTS.
- 7 — Duração normal do curso: 10 Semestres.
- 8 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture: não aplicável.
- 9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau de mestre em Administração Militar:

#### Áreas científicas e créditos

QUADRON.º 1

Área científica	Sigla	Créditos
Matemática, Informática e Representação Gráfica .....	N1	24
Ciências da Terra e do Espaço .....	N3	6
Organização, Tática e Logística .....	M1	37
Material e Tiro .....	M2	4
Comando e Estratégia Militar .....	M3	13
História e Relações Internacionais .....	M4	14
Engenharia Electrotécnica .....	E3	4
Economia, Gestão e Administração .....	H1	97
Ciências Sócio-comportamentais .....	H2	8
Ciências Jurídicas .....	H3	17
Inglês .....	I1	16
Ciências e Tecnologias Militares (Administração) .....	TPO	60
<i>Total</i> .....		300

## 10 — Plano de estudos do Mestrado em Administração Militar.

## 1.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	P L	T C	S	E	O T		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Matemática I.....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Geografia .....	M3	Semestral ...	100		45						4	
Introdução à Gestão .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Economia I .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Noções Fundamentais de Direito.....	H3	Semestral ...	150		45						6	
Inglês I.....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 1.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)							Créditos	Obs:	
			Total	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)							(6)	(7)	
Matemática II .....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Economia II .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Sistemas Computacionais e de Comunicação .....	E3	Semestral ...	100		45						4	
História Económica e Social .....	M4	Semestral ...	125		45						5	
Organização do Terreno .....	M1	Semestral ...	100		45						4	
Organização Militar .....	M1	Semestral ...	75		45						3	
Inglês II.....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º4

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Topografia I .....	N3	Semestral ...	150		60						6	
Direito Empresarial .....	H3	Semestral ...	150		45						6	
Táctica Geral e Operações Militares I..	M1	Semestral ...	100		45						4	
Probabilidades e Estatística .....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Contabilidade Financeira I.....	H1	Semestral ...	150		60						6	
Inglês III .....	II	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º5

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)							Créditos  (6)	Obs:  (7)	
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
Tática Geral e Operações Militares II	M1	Semestral ...	100		45						4	
Cálculo e Instrumentos Financeiros .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Gestão dos Recursos Humanos .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Contabilidade Financeira II .....	H1	Semestral ...	150		60						6	
Fiscalidade .....	H1	Semestral ...	150		60						6	
Inglês IV .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 3.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º6

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
Logística .....	M1	Semestral ...	100		45						4	
História Militar I .....	M4	Semestral ...	100		30						4	
Gestão Financeira I .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Sociologia Militar .....	H2	Semestral ...	100		45						4	
Contabilidade de Gestão. ....	H1	Semestral ...	150		75						6	
Finanças Públicas .....	H1	Semestral ...	100		45						4	
Inglês V .....	II	Semestral ...	50		45						2	

## 3.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º7

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
Investigação Operacional .....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Elementos de Armamento .....	M2	Semestral ...	100		45						4	
Gestão Financeira II .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Gestão Estratégica .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Tática de Administração Militar I .....	M1	Semestral ...	150		45						6	
Inglês VI .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 4.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º8

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)							Créditos  (6)	Obs:  (7)	
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
Ética e Liderança .....	M3	Semestral ...	125		60						5	
Noções Gerais de Direito Administrativo .....	H3	Semestral ...	125		60						5	
História Militar II .....	M4	Semestral ...	125		45						5	
Contabilidade Pública .....	H1	Semestral ...	100		45						4	
Auditoria .....	H1	Semestral ...	100		45						4	
Análise de Investimentos .....	H1	Semestral ...	100		45						4	
Inglês VII.....	II	Semestral ...	50		30						2	

## 4.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º9

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)							Créditos	Obs:	
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
Tática de Administração Militar II .....	M1	Semestral ...	150		45						6	
Sistemas de Informação de Gestão .....	H1	Semestral ...	100		45						4	
Logística II .....	M1	Semestral ...	150		60						6	
Teoria Geral da Estratégia .....	M3	Semestral ...	100		45						4	
Administração e Gestão Pública .....	H1	Semestral ...	125		45						5	
Psicossociologia das Organizações .....	H1	Semestral ...	100		45						4	
Inglês VIII .....	II	Semestral ...	50		30						2	

## Tirocínio para Oficial de Administração Militar

## 5.º ano, 9.º e 10.º semestres

## QUADRON.º10

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)							Créditos  (6)	Obs:  (7)	
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
Formação Geral Militar, Técnica e Tática de Administração Militar ..... Estágio de Natureza Profissional (*).	Ciências e Tecnologias Militares (Administração)	Semestral Semestral	750 750								30 30	

(\*) Ou dissertação ou Trabalho de Projecto

## Parte II

### Instrução e Treino

Em simultâneo com a formação científica de base e índole técnica e tecnológica, é ainda ministrada ao longo do curso uma carga horária mínima, nas áreas da formação comportamental, formação geral militar e educação física, de acordo com o seguinte quadro:

QUADRON.º 11

	Horas
Formação Geral Militar (FGM) .....	405
Educação Física (EF) .....	675
<i>Total</i> .....	1080

## ANEXO E

### Parte I

**Estrutura curricular e plano de estudos do Mestrado Integrado em Curso de Ciências Militares, na especialidade de Segurança Ciências Militares, na especialidade de Segurança (registado com o número R/B-AD — 105/2009).**

- 1 — Estabelecimento de ensino: Academia Militar.
- 2 — Unidade orgânica: não aplicável.
- 3 — Curso: Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança.
- 4 — Grau ou diploma: mestre.
- 5 — Área científica predominante do curso: Ciências Militares.
- 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 300 ECTS.
- 7 — Duração normal do curso: 10 Semestres.
- 8 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture: não aplicável.
- 9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau de mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança:

### Áreas científicas e créditos

QUADRON.º 1

Área científica	Sigla	Créditos
Matemática, Informática e Representação Gráfica .....	N1	10
Ciências da Terra e do Espaço .....	N3	6
Organização, Tática e Logística .....	M1	29
Material e Tiro .....	M2	11
Comando e Estratégia Militar .....	M3	13
História e Relações Internacionais .....	M4	9
Engenharia Electrotécnica .....	E3	4
Economia, Gestão e Administração .....	H1	12
Ciências Sócio-comportamentais .....	H2	22
Ciências Jurídicas .....	H3	104
Motricidade Humana .....	H4	4
Inglês .....	I1	16
Ciências e Tecnologias Militares (GNR Armas) .....	TPO	60
<i>Total</i> .....		300

## 10 — Plano de estudos do Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança:

## 1.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º2

Unidades curriculares   (1)	Área científica   (2)	Tipo   (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos   (6)	Obs:   (7)
			Total   (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Sociologia Militar.....	H2	Semestral ...	100		45						4	
Geografia .....	M3	Semestral ...	100		45						4	
Metodologia da Comunicação .....	H2	Semestral ...	100		45						4	
Introdução às Ciências Sociais .....	H2	Semestral ...	125		45						5	
Introdução ao Estudo do Direito I .....	H3	Semestral ...	125		75						5	
Ciência Política e Direito Constitucional I .....	H3	Semestral ...	125		45						5	
Inglês I .....	II	Semestral ...	50		45						2	

## 1.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
História Militar .....	M4	Semestral ...	100		45						4	
Introdução ao Estudo do Direito II .....	H3	Semestral ...	125		45						5	
Ciência Política e Direito Constitucional II ....	H3	Semestral ...	125		45						5	
Sistemas Computacionais e de Comunicação .....	E3	Semestral ...	100		45						4	
Organização Militar .....	M1	Semestral ...	75		45						3	
Elementos de Armamento .....	M2	Semestral ...	100		45						4	
Pedagogia da Educação Física .....	H4	Semestral ...	100		45						4	
Inglês II.....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º4

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)							Créditos	Obs:	
			Total	Contacto								
				T	T P	P L	T C	S	E			O T
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Táctica Geral e Operações Militares I..	M 1	Semestral ...	100		45						4	
Topografia I .....	N3	Semestral ...	150		60						6	
Matemática e Estatística para as Ciências Sociais I .....	N1	Semestral ...	125		60						5	
Introdução à Gestão .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Direito Administrativo I .....	H3	Semestral ...	200		75						8	
Inglês III .....	II	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º5

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)							Créditos  (6)	Obs:  (7)	
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
Tática Geral e Operações Militares II	M 1	Semestral ...	100		45						4	
Matemática e Estatística para as Ciências Sociais .....	N1	Semestral ...	125		60						5	
Logística .....	M 1	Semestral ...	100		45						4	
Direito Comunitário .....	H3	Semestral ...	150		60						6	
Direito Administrativo II .....	H3	Semestral ...	200		75						8	
Inglês IV .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 3.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º6

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Organização das Forças e Serviços de Segurança .....	M1	Semestral ...	150		45						6	
Sistema de Armas da GNR e Tiro .....	M2	Semestral ...	175		75						7	
Tática da GNR I.....	M1	Semestral ...	100		45						4	
Direitos Fundamentais .....	H3	Semestral ...	150		45						6	
Direito Penal I .....	H3	Semestral ...	200		75						8	
Inglês V .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 3.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º7

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
Teoria das Relações Internacionais .....	M4	Semestral ...	125		60						5	
Gestão dos Recursos Humanos .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Direito Penal II .....	H3	Semestral ...	200		75						8	
Direito do Ambiente .....	H3	Semestral ...	150		75						6	
Inglês VI .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 4.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º8

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)							Créditos	Obs:	
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)							(6)	(7)	
Tática da GNR II .....	M1	Semestral ...	100		45						4	
Criminalística .....	H3	Semestral ...	100		45						4	
Direito Processual Penal .....	H3	Semestral ...	150		60						6	
Direito de Ordenação Social .....	H3	Semestral ...	125		60						5	
Ética e Liderança .....	M3	Semestral ...	125		60						5	
Gestão da Comunicação .....	H2	Semestral ...	125		45						5	
Inglês VII.....	I1	Semestral ...	50		30						2	

## 4.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º9

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)							Créditos  (6)	Obs:  (7)	
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
Sociologia Policial .....	H2	Semestral ...	100		60						4	
Medicina Legal .....	H3	Semestral ...	100		45						4	
Direito Fiscal .....	H3	Semestral ...	125		60						5	
Direito Rodoviário .....	H3	Semestral ...	125		60						5	
Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados .....	H3	Semestral ...	125		45						5	
Teoria Geral da Estratégia .....	M3	Semestral ...	100		45						4	
Inglês VIII .....	I1	Semestral ...	50		30						2	

## Tirocínio para Oficial das Armas da GNR

## 5.º ano, 9.º e 10.º semestres

## QUADRON.º10

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)							Créditos	Obs:	
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
Formação Geral Militar, Técnica e Tática das Armas da GNR .....	Ciências e Tecnologias Militares (Infantaria e Cavalaria)	Semestral	750								30	
Estágio de Natureza Profissional (*) .		Semestral	750								30	

(\*) Ou dissertação ou Trabalho de Projecto

## Parte II

### Instrução e Treino

Em simultâneo com a formação científica de base e índole técnica e tecnológica, é ainda ministrada ao longo do curso uma carga horária mínima, nas áreas da formação comportamental, formação geral militar e educação física, de acordo com o seguinte quadro:

QUADRON.º 11

	Horas
Formação Geral Militar (FGM) .....	405
Educação Física (EF) .....	675
<i>Total</i> .....	1080

## ANEXO F

### Curso de Administração da Guarda Nacional Republicana

#### Parte I

#### Estrutura curricular e plano de estudos do Mestrado Integrado em Administração da Guarda Nacional Republicana (registado com o número R/B-AD — 100/2009).

- 1 — Estabelecimento de ensino: Academia Militar.
- 2 — Unidade orgânica: não aplicável.
- 3 — Curso: Mestrado em Administração da Guarda Nacional Republicana.
- 4 — Grau ou diploma: mestre.
- 5 — Área científica predominante do curso: Gestão.
- 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 300 ECTS.
- 7 — Duração normal do curso: 10 Semestres.
- 8 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture: não aplicável.
- 9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau de mestre em Administração da Guarda Nacional Republicana:

#### Áreas científicas e créditos

QUADRON.º 1

Área científica	Sigla	Créditos
Matemática, Informática e Representação Gráfica .....	N1	24
Ciências da Terra e do Espaço .....	N3	6
Organização, Tática e Logística .....	M1	21
Material e Tiro .....	M2	4
Comando e Estratégia Militar .....	M3	13
História e Relações Internacionais .....	M4	9
Engenharia Electrotécnica .....	E3	4
Economia, Gestão e Administração .....	H1	97
Ciências Sócio-comportamentais .....	H2	12
Ciências Jurídicas .....	H3	34
Inglês .....	I1	16
Ciências e Tecnologias Militares (GNR, Administração) .....	TPO	60
<i>Total</i> .....		300

## 10 — Plano de estudos do Mestrado, em Administração da Guarda Nacional Republicana.

## 1.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º2

Unidades curriculares   (1)	Área científica   (2)	Tipo   (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos   (6)	Obs:   (7)
			Total   (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Matemática I.....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Geografia .....	M3	Semestral ...	100		45						4	
Introdução à Gestão .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Economia I .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Noções Fundamentais de Direito.....	H3	Semestral ...	150		45						6	
Inglês I.....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 1.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)							Créditos	Obs:	
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Matemática II .....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Economia II .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Sistemas Computacionais e de Comunicação .....	E3	Semestral ...	100		45						4	
História Económica e Social .....	M4	Semestral ...	125		45						5	
História Militar .....	M4	Semestral ...	100		45						4	
Organização Militar .....	M1	Semestral ...	75		45						3	
Inglês II.....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º4

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Topografia I .....	N3	Semestral ...	150		60						6	
Direito Empresarial .....	H3	Semestral ...	150		45						6	
Táctica Geral e Operações Militares I..	M1	Semestral ...	100		45						4	
Probabilidades e Estatística .....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Contabilidade Financeira I.....	H1	Semestral ...	150		60						6	
Inglês III .....	II	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º5

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Tática Geral e Operações Militares II	M 1	Semestral ...	100		45						4	
Cálculo e Instrumentos Financeiros .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Gestão dos Recursos Humanos .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Contabilidade Financeira II .....	H1	Semestral ...	150		60						6	
Fiscalidade .....	H1	Semestral ...	150		60						6	
Inglês IV .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 3.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º6

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)							Créditos	Obs:	
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)							(6)	(7)	
Logística .....	M 1	Semestral ...	100		45						4	
Organização das Forças e Serviços de Segurança .....	M 1	Semestral ...	150		45						6	
Gestão Financeira I .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Sociologia Militar .....	H2	Semestral ...	100		45						4	
Contabilidade de Gestão. ....	H1	Semestral ...	150		75						6	
Finanças Públicas. ....	H1	Semestral ...	100		45						4	
Inglês V .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 3.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º7

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)							Créditos	Obs:	
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
Investigação Operacional .....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Elementos de Armamento .....	M2	Semestral ...	100		45						4	
Gestão Financeira II .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Gestão Estratégica .....	H1	Semestral ...	150		45						6	
Sociologia Policial .....	H2	Semestral ...	100		60						4	
Inglês VI .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 4.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º8

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Ética e Liderança .....	M3	Semestral ...	125		60						5	
Noções Gerais de Direito Administrativo .....	H3	Semestral ...	125		60						5	
Direitos Fundamentais .....	H3	Semestral ...	150		45						6	
Contabilidade Pública .....	H1	Semestral ...	100		45						4	
Auditoria .....	H1	Semestral ...	100		45						4	
Análise de Investimentos .....	H1	Semestral ...	100		45						4	
Inglês VII.....	II	Semestral ...	50		30						2	

## 4.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º9

Unidades curriculares   (1)	Área científica   (2)	Tipo   (3)	Tempo de trabalho (horas)							Créditos   (6)	Obs:   (7)	
			Total   (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
Direito Comunitário .....	H3	Semestral ...	150		60						6	
Sistemas de Informação de Gestão .....	H1	Semestral ...	100		45						4	
Direito Penal e Processual Penal .....	H3	Semestral ...	125		45						5	
Teoria Geral da Estratégia .....	M3	Semestral ...	100		45						4	
Administração e Gestão Pública .....	H1	Semestral ...	125		45						5	
Psicossociologia das Organizações .....	H2	Semestral ...	100		45						4	
Inglês VIII .....	I1	Semestral ...	50		30						2	

## Tirocínio para Oficial de Administração da GNR

## 5.º ano, 9.º e 10.º semestres

## QUADRON.º10

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)							Créditos	Obs:	
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)							(6)	(7)	
Formação Geral Militar, Técnica e Tática de Administração da GNR ....	Ciências e Tecnologias	Semestral	750							30		
Estágio de Natureza Profissional (*) .	Militares (GNR/Adi-nistração)	Semestral	750							30		

(\*) Ou dissertação ou Trabalho de Projecto

## Parte II

### Instrução e Treino

Em simultâneo com a formação científica de base e índole técnica e tecnológica, é ainda ministrada ao longo do curso uma carga horária mínima, nas áreas da formação comportamental, formação geral militar e educação física, de acordo com o seguinte quadro:

QUADRON.º 11

	Horas
Formação Geral Militar (FGM) .....	405
Educação Física (EF) .....	675
<i>Total</i> .....	1080

### Despacho n.º 3 994/2010 de 18 de Fevereiro de 2010

#### Estrutura curricular e planos de estudos dos cursos de Engenharia da Academia Militar

O Despacho n.º 26 754/2009, de 12 de Junho, do Director-Geral do Ensino Superior, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Dezembro de 2009, registou a adequação dos cursos de licenciatura ministrados na Academia Militar aos actuais ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre.

Assim, e nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março, e no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, conjugados com o disposto na Portaria n.º 1 099/2009, de 24 de Setembro, bem como no n.º 6 do citado Despacho n.º 26 754/2009, de 12 de Junho, do Director-Geral do Ensino Superior, determino o seguinte:

1 — Proceda-se à publicação das estruturas curriculares e dos planos de estudos dos cursos da Academia Militar a seguir indicados, que constam dos anexos A a D ao presente despacho e que dele fazem parte integrante:

- a) Engenharia Militar;
- b) Engenharia Electrotécnica Militar, na especialidade de Transmissões;
- c) Engenharia Electrotécnica Militar, na especialidade de Material;
- d) Engenharia Mecânica Militar.

2 — Os planos de estudos referidos no número anterior encontram-se estruturados de forma a assegurar a educação integral do aluno nos domínios da formação académica, científica, técnica, social e humanística, em simultâneo com a formação militar, comportamental e física, o treino e a actividade militar adequados ao objectivo de cada curso.

3 — De acordo com o disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 1 099/2009, de 24 de Setembro, os cursos de Engenharia Militar, Engenharia Electrotécnica Militar e Engenharia Mecânica Militar incluem um período de formação militar complementar.

4 — O disposto no presente despacho aplica-se aos cursos concluídos a partir do ano lectivo de 2006-2007, inclusive.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

## ANEXO A

## Curso de Engenharia Militar

## Parte I

## Estrutura curricular e plano de estudos do Mestrado Integrado em Engenharia Militar

(registado com o número R/B-AD — 109/2009)

- 1 — Estabelecimento de ensino: Academia Militar.
- 2 — Unidade orgânica: não aplicável.
- 3 — Curso: Mestrado em Engenharia Militar.
- 4 — Grau ou diploma: Mestre.
- 5 — Área científica predominante do curso: Engenharia Militar.
- 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 360 ECTS.
- 7 — Duração normal do curso: 12 Semestres.
- 8 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture: não aplicável.
- 9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau de mestre em Engenharia Militar:

## Áreas científicas e créditos

## QUADRON.º 1

Área científica	Sigla	Créditos
Matemática, Informática e Representação Gráfica .....	N1	63,5
Física e Química .....	N2	22
Ciências da Terra e do Espaço .....	N3	16,5
Organização, Tática e Logística .....	M1	23
Material e Tiro .....	M2	4
Comando e Estratégia Militar .....	M3	13
História e Relações Internacionais .....	M4	4
Engenharia Civil .....	E1	167
Economia, Gestão e Administração .....	H1	6
Ciências Sócio-comportamentais .....	H2	1,5
Inglês .....	I1	9,5
Dissertação .....	Diss	30
<i>Total</i> .....		360

## 10 — Plano de estudos do Mestrado em Engenharia Militar:

## 1.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º2

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)							Créditos  (6)	Obs:  (7)	
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
Álgebra Linear .....	N1	Semestral ...	150	45	75						6	
Cálculo Diferencial e Integral I .....		Semestral ...	150		15					6		
Química .....	N2	Semestral ...	150		75						6	
Gestão .....	H1	Semestral ...	150		60						6	
Geografia .....	M3	Semestral ...	100		45						4	
Inglês I .....	L1	Semestral ...	50		45						2	

## 1.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º3

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Cálculo Diferencial e Integral II .....	N1	Semestral ...	188	60	15						7,5	
Electromagnetismo e Óptica .....	N2	Semestral ...	150	45	15						6	
Introdução à Metodologia da Comunicação .....	H2	Semestral ...	38		30						1,5	
Programação .....	N1	Semestral ...	150	45	15						6	
História Militar .....	M4	Semestral ...	100		45						4	
Organização Militar .....	M1	Semestral ...	75		45						3	
Inglês II.....	L1	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º4

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Análise Complexa e Equações Diferenciais .....	N1	Semestral ...	188	60	15						7,5	
Desenho Técnico .....	N1	Semestral ...	113	60							4,5	
Mecânica I.....	E1	Semestral ...	150	45	30						6	
Topografia.....	N3	Semestral ...	150		60						6	
Táctica Geral e Operações Militares I.....	M1	Semestral ...	100		45						4	
Inglês III .....	L1	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º5

Unidades curriculares  <
--

## 3.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º6

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Hidráulica I.....	E1	Semestral ...	150	30	30						6	
Probabilidades e Estatística.....	N1	Semestral ...	150	45	30						6	
Arquitectura .....	E1	Semestral ...	150	30	45						6	
Física das Construções.....	E1	Semestral ...	150	30	45						6	
Mineralogia e Geologia .....	N3	Semestral ...	150	45	30						6	

## 3.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º7

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Investigação Operacional .....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Resistência de Materiais I .....	E1	Semestral ...	150	45	15	15					6	
Hidráulica II .....	E1	Semestral ...	150	45	30						6	
Teoria Geral da Estratégia .....	M3	Semestral ...	100		45						4	
Logística. ....	M1	Semestral ...	100		45						4	
Elementos de Armamento .....	M2	Semestral ...	100		45						4	

## 4.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º8

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Resistência de Materiais II.....	E1	Semestral ...	163	45	15	15					6,5	
Materiais de Construção I.....	E1	Semestral ...	163	45		30					6,5	
Gestão e Teoria da Decisão.....	N1	Semestral ...	150	45	30						6	
Hidrologia e Recursos Hídricos. ....	E1	Semestral ...	150	45		30					6	
Ética e Liderança .....	M3	Semestral ...	125		60						5	

## 4.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º9

Unidades curriculares    (1)	Área científica   (2)	Tipo    (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos    (6)	Obs:    (7)
			Total   (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Planeamento Regional e Urbano .....	E1	Semestral ...	150	30	30						6	
Mecânica dos Solos e das Rochas.....	E1	Semestral ...	150	45	15	15					6	
Análise de Estruturas I.....	E1	Semestral ...	150	45	30						6	
Transportes.....	E1	Semestral ...	100	30	15	15					4	
Fortificação e Arquitectura Militar .....	M1	Semestral ...	100	45							4	
Táctica de Engenharia .....	M1	Semestral ...	100		45						4	

## 5.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º10

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Estruturas Metálicas .....	E1	Semestral ...	126	28	21						4,5	
Estruturas de Betão I.....		Semestral ...	168	42	21						6	
Análise de Estruturas Geotécnicas .....		Semestral ...	168	42	14	7					6	
Tecnologia da Construção de Edifícios.....		Semestral ...	168	42	21						6	
Vias de Comunicação .....		Semestral ...	168	42	21						6	
Desafios Ambientais e da Sustentabilidade em Engenharia .....		Semestral ...	42	14	45						1,5	



## Parte II

### Instrução e Treino

Em simultâneo com a formação científica de base e índole técnica e tecnológica, é ainda ministrada ao longo do curso uma carga horária mínima, nas áreas da formação comportamental, formação geral militar e educação física, de acordo com o seguinte quadro:

#### QUADRON.º 14

	Horas
Formação Geral Militar (FGM) .....	360
Educação Física (EF) .....	720
<i>Total</i> .....	1080

## Parte III

### Formação Militar Complementar

A Formação Militar Complementar tem a duração de um ano lectivo, sendo a sua organização, conteúdo e aplicação fixados em despacho próprio, nos termos do artigo 4.º, da Portaria n.º 1 099/2009, de 24 de Setembro.

## ANEXO B

### Curso de Engenharia Electrotécnica Militar, na especialidade de Transmissões

#### Parte I

#### Estrutura curricular e plano de estudos do Mestrado Integrado em Engenharia Electrotécnica Militar, na especialidade de Transmissões (registado com o número R/B-AD — 107/2009)

- 1 — Estabelecimento de ensino: Academia Militar.
- 2 — Unidade orgânica: não aplicável.
- 3 — Curso: Mestrado em Engenharia Electrotécnica Militar, na especialidade de Transmissões.
- 4 — Grau ou diploma: Mestre.
- 5 — Área científica predominante do curso: Engenharia Electrotécnica.
- 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 360 ECTS.
- 7 — Duração normal do curso: 12 Semestres.
- 8 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estrutura: não aplicável.
- 9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau de mestre em Engenharia Electrotécnica Militar, na especialidade de Transmissões:

**Áreas científicas e créditos****QUADRON.º 1**

Área científica	Sigla	Créditos
Matemática, Informática e Representação Gráfica .....	N1	43,5
Física e Química .....	N2	24
Ciências da Terra e do Espaço .....	N3	6
Organização, Tática e Logística .....	M1	22
Material e Tiro .....	M2	4
Comando e Estratégia Militar .....	M3	13
História e Relações Internacionais .....	M4	4
Engenharia Electrotécnica .....	E3	167
Engenharia Electrotécnica (Computadores) .....	E3 C	
Engenharia Electrotécnica (Electrónica) .....	E3 E	
Engenharia Electrotécnica (Sistemas de Informação) .....	E3 S	
Engenharia Electrotécnica (Telecomunicações) .....	E3 T	
Economia, Gestão e Administração .....	H1	6
Ciências Sócio-comportamentais .....	H2	1,5
Inglês .....	L1	8
Dissertação .....	Diss	30
<i>Total</i> .....		360

10 — Plano de estudos do Mestrado em Engenharia Electrotécnica Militar, na especialidade de Transmissões:

**(Opções: Telecomunicações e Computadores)**

1.º ano, 1.º semestre

**QUADRON.º 2**

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)							Créditos  (6)	Obs:  (7)	
			Total  (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
Álgebra Linear .....	N1	Semestral ...	150	45	75						6	
Cálculo Diferencial e Integral I .....		Semestral ...	150		15					6		
Química .....	N2	Semestral ...	150		75						6	
Gestão .....	H1	Semestral ...	150		60						6	
Geografia .....	M3	Semestral ...	100		45						4	
Inglês I .....	L1	Semestral ...	50		45						2	

## 1.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
Cálculo Diferencial e Integral II .....	N1	Semestral ...	188	60	15						7,5	
Programação .....		Semestral ...	150	45	15						6	
Electromagnetismo e Óptica .....	N2	Semestral ...	150	45	15						6	
Introdução à Metodologia da Comunicação .....	H2	Semestral ...	38		30						1,5	
Organização Militar .....	M4	Semestral ...	75		45						3	
História Militar .....	M1	Semestral ...	100		45						4	
Inglês II.....	L1	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º4

Unidades curriculares   (1)	Área científica   (2)	Tipo   (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos   (6)	Obs:   (7)
			Total   (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Análise Complexa e Equações Diferenciais .....	N1	Semestral ...	188	60	15						7,5	
Mecânica e Ondas .....	N2	Semestral ...	150	45	15						6	
Sistemas Digitais .....	E3	Semestral ...	150	45		30					6	
Táctica Geral e Operações Militares I. ....	M1	Semestral ...	100		45						4	
Topografia I .....	N3	Semestral ...	150		60						6	
Inglês III .....	L1	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º5

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:	
			Total	Contacto									
				T	T P	PL	TC	S	E	OT			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)	
Análise de Circuitos .....	E3	Semestral ...	150	45	15	15						6	
Arquitectura de Computadores .....		Semestral ...	150	45		30						6	
Termodinâmica e Estrutura da Matéria	N2	Semestral ...	150	45	15							6	
Matemática Computacional .....	N1	Semestral ...	113	45								4,5	
Táctica Geral e Operações Militares II	M1	Semestral ...	100		45							4	
Inglês IV. ....	L1	Semestral ...	50		45							2	



## 4.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º9

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Fundamentos de Telecomunicações .....	E3	Semestral ...	163	45	30						6,5	
Instrumentação e Medidas .....		Semestral ...	163	45		30					6,5	
Redes de Computadores. ....		Semestral ...	163	45		30					6,5	
Redes e Instalações Eléctricas. ....		Semestral ...	163	45		30					6,5	
Táctica de Transmissões .....	M1	Semestral ...	100		45						4	

## 5.º ano, 1.º semestre

## Opção: Telecomunicações

## QUADRON.º10

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:	
			Total	Contacto									
				T	T P	PL	TC	S	E	OT			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)	
Transmissão Digital .....	E3 T	Semestral ...	168	42			21					6	
Microondas .....	E3 T	Semestral ...	168	42			21					6	
Redes com Integração de Serviços .....	E3 C	Semestral ...	168	42			21					6	
Sistemas Informação e Bases de Dados	E3 S	Semestral ...	168	42			21					6	

## 5.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º11

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:	
			Total	Contacto									
				T	T P	PL	T C	S	E	O T			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)	
Antenas .....	E3 T	Semestral ...	168	42			21					6	
Sistemas de comunicações Móveis .....	E3 T	Semestral ...	168	42			21					6	
Sistemas e Redes de Telecomunicações	E3 T	Semestral ...	168	42			21					6	
Sistemas Electrónicos de Processamento de Sinal. ....	E3 E	Semestral ...	168	42			21					6	

5.º ano, 1.º semestre

**Opção: Computadores****QUADRON.º 12**

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)	
			Total  (4)	Contacto									
				T	T P	PL	TC	S	E	OT			
				(5)									
Transmissão Digital .....	E3 T	Semestral ...	168	42			21					6	
Compiladores .....	E3 C	Semestral ...	168	42			21					6	
Redes com Integração de Serviços .....	E3 C	Semestral ...	168	42			21					6	
Sistemas Informação e Bases de Dados	E3 S	Semestral ...	168	42			21					6	

5.º ano, 2.º semestre

**QUADRON.º 13**

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:	
			Total	Contacto									
				T	T P	PL	TC	S	E	OT			
				(5)									
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)	
Antenas .....	E3 T	Semestral ...	168	42			21					6	
Electrónica das Interfaces .....	E3 E	Semestral ...	168	42			21					6	
Sistemas Computacionais .....	E3 C	Semestral ...	168	42			21					6	
Software das Telecomunicações .....	E3 C	Semestral ...	168	42			21					6	

5.º ano, 1.º semestre

**Opção Livre: Opção Telecomunicações e Computadores****QUADRON.º 14**

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Opção Livre .....	E3	Semestral ...	168	42		21					6	

5.º ano, 2.º semestre

**Competências Transversais: Opção Telecomunicações e Computadores****QUADRON.º 15**

Unidades curriculares     (1)	Área científica     (2)	Tipo     (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos     (6)	Obs:     (7)
			Total    (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Gestão de Projectos de Engenharia .....	E3	Semestral .	168	42		21					6	

6.º ano, 1.º semestre

**Opção: Telecomunicações****QUADRON.º 16**

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:	
			Total	Contacto									
				T	T P	PL	TC	S	E	OT			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)	
Sistemas de Telecomunicações Via Rádio	E3 T	Semestral	168	42			21					6	
Radiopropagação .....	E3 T	Semestral	168	42			21					6	
Sistemas Electrónicos das Telecomunicações	E3 E	Semestral	168	42			21					6	
Redes de acesso .....	E3 C	Semestral	168	42			21					6	

6.º ano, 1.º semestre

**Opção: Computadores****QUADRON.º 17**

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:	
			Total	Contacto									
				T	T P	PL	TC	S	E	OT			
				(5)									
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)	
Redes de acesso .....	E3 C	Semestral ...	168	42			21					6	
Projecto de Sistemas Digitais .....	E3 C	Semestral ...	168	42			21					6	
Sistemas Operativos e Distribuídos .....	E3 C	Semestral ...	168	42			21					6	
Sistemas de Telecomunicações Via Rádio	E3 T	Semestral ...	168	42			21					6	

6.º ano, 1.º semestre

**Competências Transversais: Opção Telecomunicações e Computadores**

QUADRON.º 18

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Empreendedorismo, Inovação e Transferência de Tecnologia.....	E3	Semestral ...	168	42		21					6	

6.º ano, 1.º semestre

**Opção Telecomunicações e Computadores**

QUADRON.º 19

Unidades curriculares     (1)	Área científica     (2)	Tipo     (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos     (6)	Obs:     (7)
			Total     (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Dissertação de Mestrado (Diss) .....	Diss	Semestral ...	840								30	

**Parte II****Instrução e Treino**

Em simultâneo com a formação científica de base e índole técnica e tecnológica, é ainda ministrada ao longo do curso uma carga horária mínima, nas áreas da formação comportamental, formação geral militar e educação física, de acordo com o seguinte quadro:

QUADRON.º 20

	Horas
Formação Geral Militar (FGM) .....	360
Educação Física (EF) .....	720
<i>Total</i> .....	1080

**Parte III****Formação Militar Complementar**

A Formação Militar Complementar tem a duração de um ano lectivo, sendo a sua organização, conteúdo e aplicação fixados em despacho próprio, nos termos do artigo 4.º, da Portaria n.º 1 099/2009, de 24 de Setembro.

## ANEXO C

## Curso de Engenharia Electrotécnica Militar, na especialidade de Material

## Parte I

**Estrutura curricular e plano de estudos do Mestrado Integrado  
em Engenharia Electrotécnica Militar, na especialidade  
de Material (registado com o número R/B-AD — 106/2009)**

- 1 — Estabelecimento de ensino: Academia Militar.  
 2 — Unidade orgânica: não aplicável.  
 3 — Curso: Mestrado em Engenharia Electrotécnica Militar, na especialidade de Material  
 4 — Grau ou diploma: Mestre.  
 5 — Área científica predominante do curso: Engenharia Electrotécnica.  
 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 360 ECTS.  
 7 — Duração normal do curso: 12 Semestres.  
 8 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture: não aplicável.  
 9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau de mestre em Engenharia Electrotécnica Militar, na especialidade de Material:

## Áreas científicas e créditos

## QUADRON.º 1

Área científica	Sigla	Créditos
Matemática, Informática e Representação Gráfica .....	N1	43,5
Física e Química .....	N2	24
Ciências da Terra e do Espaço .....	N3	6
Organização, Tática e Logística .....	M1	22
Material e Tiro .....	M2	4
Comando e Estratégia Militar .....	M3	13
História e Relações Internacionais .....	M4	4
Engenharia Electrotécnica .....	E3	126
Engenharia Electrotécnica — Electrónica .....	E3-Electr	48
Engenharia Electrotécnica — Computadores .....	E3-Comp	6
Engenharia Electrotécnica — Energia .....	E3-Energ	18*
Engenharia Electrotécnica — Sistemas, Decisão e Controlo .....	E3-SDC	18*
Economia, Gestão e Administração .....	H1	6
Ciências Sócio-comportamentais .....	H2	1,5
Inglês .....	I1	8
Dissertação .....	Diss	30
<i>Total</i> .....		360

\* Áreas de Especialização (Somar um dos valores).

10 — Plano de estudos do Mestrado em Engenharia Electrotécnica Militar, na Especialidade de Material:

1.º ano, 1.º semestre

QUADRON.º2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:	
			Total	Contacto									
				T	T P	PL	TC	S	E	OT			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)	
Álgebra Linear .....	N1	Semestral ...	150	45	75							6	
Cálculo Diferencial e Integral I .....		Semestral ...	150		15						6		
Química .....	N2	Semestral ...	150		75						6		
Gestão .....	H1	Semestral ...	150		60						6		
Geografia .....	M3	Semestral ...	100		45						4		
Inglês I .....	L1	Semestral ...	50		45						2		

1.º ano, 2.º semestre

QUADRON.º3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Cálculo Diferencial e Integral II .....	N1	Semestral ...	188	60	15						7,5	
Programação .....		Semestral ...	150	45	15						6	
Electromagnetismo e Óptica .....	N2	Semestral ...	150	45	15						6	
Introdução à Metodologia da Comunicação	H2	Semestral ...	38		30						1,5	
Organização Militar .....	M1	Semestral ...	75	45							3	
História Militar .....	M4	Semestral ...	100		45						4	
Inglês II .....	L1	Semestral ...	50		45						2	

2.º ano, 1.º semestre

QUADRON.º4

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:	
			Total	Contacto									
				T	T P	PL	TC	S	E	OT			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)	
Análise Complexa e Equações Diferenciais .....	N1	Semestral ...	188	60	15							7,5	
Mecânica e Ondas.....	N2	Semestral ...	150	45	15							6	
Sistemas Digitais .....	E3	Semestral ...	150	45		30						6	
Táctica Geral e Operações Militares I.....	M1	Semestral ...	100		45							4	
Topografia I .....	N3	Semestral ...	150		60							6	
Inglês III .....	L1	Semestral ...	50		45							2	

## 2.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º5

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Análise de Circuitos .....	E3	Semestral ...	150	45	15	15					6	
Arquitectura de Computadores .....		Semestral ...	150	45		30					6	
Termodinâmica e Estrutura da Matéria	N2	Semestral ...	150	45	15						6	
Matemática Computacional .....	N1	Semestral ...	113	45							4,5	
Táctica Geral e Operações Militares II	M1	Semestral ...	100		45						4	
Inglês IV. ....	L1	Semestral ...	50		45						2	

## 3.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º6

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
Algoritmos e Estrutura de Dados .....	E3	Semestral ...	175	45		30					7	
Sinais e Sistemas .....		Semestral ...	175	45		30					6	
Fundamentos de Electrónica .....		Semestral ...	175	45	30						7	
Probabilidades e Estatística. ....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Fortificação de Campanha .....	M1	Semestral ...	75	30							3	

## 3.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º7

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Electrónica I .....	E3	Semestral ...	150	45		30					6	
Programação de Sistemas .....		Semestral ...	150	45		30				6		
Electrotecnia Teórica .....		Semestral ...	150	45	30					7		
Logística. ....	M1	Semestral ...	100	45						4		
Elementos de Armamento .....	M2	Semestral ...	100	45						4		
Teoria Geral da Estratégia .....	M3	Semestral ...	100	45						4		

## 4.º ano 1º semestre

## QUADRON.º 8

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
Controlo .....	E3	Semestral ...	163	45	15	15					6,5	
Electrónica II .....		Semestral ...	150	45		30					6	
Propagação e Radiação Ondas Electromagnéticas .....		Semestral ...	163	45	30						6,5	
Fundamentos de Energia Eléctrica. ....		Semestral ...	150	45	15	15					6	
Ética e Liderança .....	M3	Semestral ...	125		60						5	

## 4.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º 9

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	T C	S	E	O T		
Fundamentos de Telecomunicações .....	E3	Semestral ...	163	45	30						6,5	
Instrumentação e Medidas .....		Semestral ...	163	45		30					6,5	
Redes de Computadores. ....		Semestral ...	163	45		30					6,5	
Redes e Instalações Eléctricas. ....		Semestral ...	163	45		30					6,5	
Táctica de Transmissões .....	M3	Semestral ...	100		45						4	

## 5.º ano, 1.º semestre

Área de Especialização em Electrónica (*major em Electrónica*)

## QUADRON.º 10

Unidades curriculares   (1)	Área científica   (2)	Tipo   (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos   (6)	Obs:   (7)
			Total   (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
Electrónica Rápida .....	E3-Electr	Semestral ...	168	42	10,5	10,5					6	
Simulação e Testes de Sistemas Electrónicos .....		Semestral ...	168	42	21					6		
Electrónica de Potência.....		Semestral ...	168	42	7	21				6		
Opção Livre. ....	E3	Semestral ...	168	42		21					6	



**Área Secundária em Energia (*minor em Energia*)**

5.º ano, 1.º semestre

**QUADRON.º 14**

Unidades curriculares     (1)	Área científica     (2)	Tipo     (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos     (6)	Obs:     (7)
			Total    (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Sistemas Electromecânicos I .....	E3-Energ	Semestral ...	168	42	10,5	10,5					6	

5.º ano, 2.º semestre

**QUADRON.º 15**

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Sistemas Electromecânicos II .....	E3-Energ	Semestral ...	168	42	10,5	10,5					6	

6.º ano, 1.º semestre

**QUADRON.º 16**

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Accionamentos e Veículos Eléctricos ...	E3-Energ	Semestral ...	168	42	7	14					6	

**Área Secundária em Sistemas, Decisão e Controlo (*minor em SDC*)**

5.º ano, 1.º semestre

**QUADRON.º 17**

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Automação de Processos Industriais ...	E3-SDC	Semestral ...	168	42	7	14					6	

## 5.º ano, 2.º Semestre

## QUADRON.º 18

Unidades curriculares     (1)	Área científica     (2)	Tipo     (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos     (6)	Obs:     (7)	
			Total     (4)	Contacto									
				T	T P	PL	TC	S	E	OT			
				(5)									
Modelação e Controlo de Sistemas de Manufaturas .....	E3-SDC	Semestral ...	168	42	21							6	

## 6.º ano, 1.º Semestre

## QUADRON.º 19

Unidades curriculares     (1)	Área científica     (2)	Tipo     (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos     (6)	Obs:     (7)
			Total    (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Robótica .....	E3-SDC	Semestral ...	168	42		28					6	

## ANEXO D

## Curso de Engenharia Mecânica Militar

## Parte I

**Estrutura curricular e plano de estudos do Mestrado Integrado  
em Engenharia Mecânica Militar  
(registado com o número R/B-AD — 108/2009)**

- 1 — Estabelecimento de ensino: Academia Militar.
- 2 — Unidade orgânica: não aplicável.
- 3 — Curso: Mestrado em Engenharia Mecânica Militar.
- 4 — Grau ou diploma: Mestre.
- 5 — Área científica predominante do curso: Engenharia Mecânica.
- 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 360 ECTS.
- 7 — Duração normal do curso: 12 Semestres.
- 8 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estrutura: não aplicável.
- 9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau de mestre em Engenharia Mecânica Militar:

**Áreas científicas e créditos****QUADRON.º 1**

Área científica	Sigla	Créditos
Matemática, Informática e Representação Gráfica .....	N1	53
Física e Química .....	N2	22
Organização, Tática e Logística .....	M1	22
Material e Tiro .....	M2	7
Comando e Estratégia Militar .....	M3	13
História e Relações Internacionais .....	M4	4
Engenharia Mecânica .....	E2	193,5
Engenharia Mecânica — Ambiente e Energia .....	E2 - AE	
Engenharia Mecânica — Controlo, Automação e Informática Industrial .....	E2 - CAII	
Engenharia Mecânica — Mecânica Estrutural Computacional .....	E2 - MEC	
Engenharia Mecânica — Projecto de Mecânico e Materiais Estruturais .....	E2 - PMME	
Engenharia Mecânica — Tecnologia Mecânica e Gestão Industrial .....	E2 - TMGI	
Engenharia Mecânica — Termofluidos e Tecnologias de Conversão de Energia	E2 - TTCE	
Economia, Gestão e Administração .....	H1	6
Ciências Sócio-comportamentais .....	H2	1,5
Inglês .....	I1	8
Dissertação .....	Diss	30
<i>Total</i> .....		360

**10 — Plano de estudos do Mestrado em Engenharia Mecânica Militar:****1.º ano, 1.º semestre****QUADRON.º 2**

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)							Créditos  (6)	Obs:  (7)	
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E			OT
				(5)								
Álgebra Linear .....	N1	Semestral ...	150	45	75						6	
Cálculo Diferencial e Integral I .....		Semestral ...	150		15					6		
Química .....	N2	Semestral ...	150		75						6	
Gestão .....	H1	Semestral ...	150		60						6	
Geografia .....	M3	Semestral ...	100		45						4	
Inglês I .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 1.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Cálculo Diferencial e Integral II .....	N1	Semestral ...	188	60	15						7,5	
Programação .....		Semestral ...	150	45	15						6	
Electromagnetismo e Óptica .....	N2	Semestral ...	150	45	15						6	
Introdução à Metodologia da Comunicação .....	H2	Semestral ...	38	30							1,5	
Organização Militar .....	M1	Semestral ...	75		45						3	
História Militar .....	M4	Semestral ...	100		45						4	
Inglês II .....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 2.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º4

Unidades curriculares   <
--

## QUADRON.º5

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Matemática Computacional .....	N1	Semestral ...	113	45							4,5	
Desenho e Modelação Geométrica II ...		Semestral ...	125			60					5	
Química de Explosivos .....	N2	Semestral ...	100	45							4	
Materiais em Engenharia .....	E2	Semestral ...	163	45	15	15					6,5	
Táctica Geral e Operações Militares II .....	M1	Semestral ...	100		45						4	
Teoria Geral da Estratégia .....	M4	Semestral ...	100		45						4	
Inglês IV. ....	I1	Semestral ...	50		45						2	

## 3.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º6

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Probabilidades e Estatística. ....	N1	Semestral ...	150		75						6	
Mecânica dos Materiais ....	E2	Semestral ...	150	45	30						6	
Mecânica Aplicada I ....		Semestral ...	150	45	30						6	
Sistemas Eléctricos e Electromecânicos		Semestral ...	150	45	15						6	
Fortificação de Campanha. ....	M1	Semestral ...	75	30							3	
Balística ....	M2	Semestral ...	75		45						3	

## 3.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º7

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Mecânica Aplicada II .....	E2	Semestral ...	150	30	30	15					6	
Mecânica dos Fluidos I .....		Semestral ...	150	45	15	15				6		
Vibrações e Ruído .....		Semestral ...	150	45	15	15				6		
Logística. ....	M1	Semestral ...	100		45					4		
Táctica do Serviço de Material .....	M1	Semestral ...	100		45					4		
Elementos de Armamento .....	M2	Semestral ...	100		45					4		

## Tronco Comum

## 4.º Ano, 1.º Semestre

## QUADRON.º8

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
Mecânica dos Sólidos .....	E2	Semestral ...	163	45	15	15					6,5	
Termodinâmica I. ....		Semestral ...	150	45	15	15					6	
Mecânica dos Fluidos II .....		Semestral ...	163	45	15	15					6,5	
Electrónica e Instrumentação. ....		Semestral ...	150	45	15	15					6	
Ética e Liderança .....	M3	Semestral ...	125		60						5	

**Tronco Comum**

4.º Ano, 2.º Semestre

**QUADRON.º 9**

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
Controlo de Sistemas .....	E2	Semestral ...	150	45	15						6	
Mecânica Computacional .....		Semestral ...	150	45	15	15					6	
Termodinâmica II.....		Semestral ...	150	45	15	15					6	
Automação Industrial. ....		Semestral ...	150	45	15	15					6	
Tecnologia Mecânica .....		Semestral ...	150	45	15	15					6	

5.º Ano, 1.º Semestre

**QUADRON.º 10**

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
Mecânica Estrutural .....	E2-MEC	Semestral	168	42	14	7					6	
Projecto Mecânico. ....	E2-PMME	Semestral	168	42	21						6	
Transmissão de Calor .....	E2-TTCE	Semestral	168	42	14	7					6	

5.º Ano, 2.º Semestre

**QUADRON.º 11**

Unidades curriculares   (1)	Área científica   (2)	Tipo   (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos   (6)	Obs:   (7)
			Total   (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
Gestão de Projectos .....	E2-TMGI	Semestral ...	168	42	21						6	

## 6.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º 12

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)								(6)	(7)
Gestão da Produção .....	E2 -TMGI	Semestral ...	126	28	21						4,5	
Gestão de Energia. ....		Semestral ...	126	28	21						4,5	
Ecologia Industrial* .....		Semestral ...	126	28	21						4,5	
Inovação e Desenvolvimento Sustentável*	E2 -AE	Semestral ...	126					28		28	4,5	
Segurança Industrial* .....		Semestral ...	126	28	21						4,5	
Energia nos Transportes* .....	E2 -TTCE	Semestral ...	126	28	21						4,5	
Metrologia e Qualidade* .....	E2 -TMGI	Semestral ...	126	28	14	7					4,5	
Programação por Objectos e Bases de Dados*. . . . .	E2 -CAII	Semestral ...	126	28	14	7					4,5	
Tribologia e Manutenção* .....		E2 -PMME	Semestral ...	126	28	21					4,5	
UC de Qualquer Área de Especialização* ..	E2	Semestral ...									4,5	

Opcional — escolher 4,5 ECTS

## 6.º Ano, 2.º Semestre

## QUADRON.º 13

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Dissertação de Mestrado .....	Diss	Semestral ...	840							28	30	

## 5.º Ano, 1.º Semestre

## Área de Especialização em Energia

## QUADRON.º 14

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Aerodinâmica .....	E2 -TTCE	Semestral ...	168	42	14	7					6	
Complementos de Tecnologia Mecânica .....	E2 -TMGI	Semestral ...	168	42	14	7					6	

## 5.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º 15

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
Combustão .....	E2-TTCE	Semestral ...	168	42	14	7					6	
Complementos de Transmissão de Calor .....		Semestral ...	168	42	14	7					6	
Equipamentos Térmicos * .....		Semestral ...	168	42	21						6	
Mecânica de Fluidos Computacional * .....		Semestral ...	168	42	21						6	
Turbomáquinas * .....		Semestral ...	168	42	14	7					6	
UC de Qualquer Área de Especialização*	E2	Semestral ...									6	

Opcional — escolher 12 ECTS

## 6.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º 16

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)							Créditos  (6)	Obs:  (7)	
			Total  (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E			OT
Motores Térmicos .....	E2 -TTCE	Semestral ...	168	42	7	14					6,0	
Energias Renováveis * .....		Semestral ...	126	28	21						4,5	
Frio Industrial * .....		Semestral ...	126	28	21						4,5	
Métodos Experimentais em Energia e Ambiente * .....	E2 -AE	Semestral ...	126	28		21					4,5	
Climatização de Edifícios ** .....	E2 -TTCE	Semestral ...	168	42	21						6,0	
UC de Qualquer Área de Especialização **	E2										6,0	

\*Opcional — escolher 4,5 ECTS

\*\*Opcional — escolher 6 ECTS

## 5.º Ano, 1.º Semestre

## Área de Especialização em Produção

## QUADRON.º 17

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
				(5)								
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Comportamento Mecânico dos Materiais	E2-PMME	Semestral ...	168	42	14	7					6,0	
Enformação Plástica .....	E2-TMGI	Semestral ...	168	42	14	7					6,0	

## 5.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º18

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
Órgãos de Máquinas .....	E2-PMME	Semestral ...	168	42	21						6,0	
Maquinagem .....	E2 -TMGI	Semestral ...	168	42	21						6,0	
Processos de Ligação .....		Semestral ...	168	42	14	7					6,0	
Máquinas-Ferramenta * .....		Semestral ...	168	28	21	21					6,0	
Dinâmica de Sistemas Mecânicos * .....	E2-MEC	Semestral ...	168	42	14	7					6,0	
UC de Qualquer Área de Especialização *	E2	Semestral ...	168								6,0	

\*Opcional — escolher 6 ECTS

## 6.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º19

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)							Créditos	Obs:	
			Total	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E			OT
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Fundição e Prototipagem Rápida .....	E2-TMGI	Semestral ...	168	42	21						6,0	
Transformação de Polímeros e Cerâmicos * .....		Semestral ...	126	28	14	7					4,5	
Projecto Integrado por Computador *.	E2-MEC	Semestral ...	126	28	21						4,5	
Desenvolvimento de Produto e Empreendedorismo** .....	E2-PMME	Semestral ...	168	42	21						6,0	
Materiais Compósitos Laminados** ...		Semestral ...	168	42	14	7					6,0	
UC de Qualquer Área de Especialização **	E2	Semestral ...	168								6,0	

\*Opcional — escolher 4,5 ECTS

\*\*Opcional — escolher 6 ECTS

## 5.º ano, 1.º semestre

## Área de Especialização em Sistemas

## QUADRON.º20

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)								Créditos	Obs:
			Total	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)							(6)	(7)
Complementos de Tecnologia Mecânica	E2 -TMGI	Semestral ...	168	42	14	7					6,0	
Controlo Ótimo .....	E2 -CAII	Semestral ...	168	42	14	7					6,0	

## 5.º ano, 2.º semestre

## QUADRON.º21

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	TP	PL	TC	S	E	OT		
Controlo Integrado da Produção .....	E2 -CAII	Semestral ...	168	42		21					6,0	
Robótica de Manipulação .....		Semestral ...	168	42	14	7					6,0	
Sistemas Inteligentes .....		Semestral ...	168	42	21						6,0	
Controlo de Sistemas Mecânicos * .....		Semestral ...	168	42	14	7					6,0	
UC de Qualquer Área de Especialização *	E2	Semestral ...	168								6,0	

\*Opcional — escolher 6 ECTS

## 6.º ano, 1.º semestre

## QUADRON.º22

Unidades curriculares  (1)	Área científica  (2)	Tipo  (3)	Tempo de trabalho (horas)								Créditos  (6)	Obs:  (7)
			Total  (4)	Contacto								
				T	T P	PL	TC	S	E	OT		
Optimização e Decisão .....	E2 -CAII	Semestral ...	126	28	21						4,5	
Sistemas Estocásticos .....		Semestral ...	168	42	21						6,0	
Sistemas Mecatrónicos * .....		Semestral ...	168	56							6,0	
UC de Qualquer Área de Especialização *	E2	Semestral ...	168								6,0	

\*Opcional — escolher 6 ECTS

## Parte II

### Instrução e Treino

Em simultâneo com a formação científica de base e índole técnica e tecnológica, é ainda ministrada ao longo do curso uma carga horária mínima, nas áreas da formação comportamental, formação geral militar e educação física, de acordo com o seguinte quadro:

## QUADRON.º23

	Horas
Formação Geral Militar (FGM) .....	360
Educação Física (EF) .....	720
<i>Total</i> .....	1080

## Parte III

## Formação Militar Complementar

A Formação Militar Complementar tem a duração de um ano lectivo, sendo a sua organização, conteúdo e aplicação fixados em despacho próprio, nos termos do artigo 4.º, da Portaria n.º 1 099/2009, de 24 de Setembro.

**Despacho n.º 4 306/2010**  
**de 02 de Março de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 8.º da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro, delegeo no National Contingent Commander dos Elementos Nacionais Destacados da EUFOR, TCOR INF (08211788) **João Paulo Ribeiro Junqueira**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens moveis e serviços ate ao limite de €5 000, prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 179/99, de 08 de Junho, aplicável por força do artigo 14.º n.º 1 alínea *f*) do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, conjugada com o n.º 5 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Exército.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de Janeiro de 2010, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

**Despacho n.º 5 169/2010**  
**de 01 de Março de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro (Lei Orgânica do Exército), delegeo no Comandante das Forças Terrestres, tenente-general **Vítor Manuel Amaral Vieira**, a competência para a prática dos seguintes actos no âmbito do Comando das Forças Terrestres:

*a*) Aprovar instruções e normas técnicas no âmbito dos assuntos operacionais, de comunicações e sistemas de informação e de informações e segurança militar no Exército;

*b*) Planear e coordenar o emprego de forças e meios em situações de calamidade pública e em outras missões de interesse público;

*c*) Autorizar deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos legais;

*d*) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença ao pessoal civil.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, delegeo na mesma entidade a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, ate ao limite de €99 759,58, que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o n.º 5 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 796/2010, de 21 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 13 de Janeiro de 2010, subdelego na entidade referida nos números anteriores a competência para, no âmbito do Comando das Forças Terrestres, autorizar despesas:

*a*) Com a locação e aquisição de bens e serviços, e com empreitadas de obras públicas, até €250 000, prevista na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

*b*) Com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efectivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de €5 000.

4 — As competências referidas no n.º 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos directores, comandantes e chefes na dependência directa do Comandante das Forças Terrestres, podendo estes subdelegá-las nos segundos-comandantes das Brigadas e Zonas Militares e comandantes, directores ou chefes das unidades, estabelecimentos e órgãos que se encontrem na respectiva dependência directa.

5 — Ratifico todos os actos praticados pelo Comandante das Forças Terrestres desde 07 de Janeiro de 2010, bem como os que vierem a ser praticados até à data da publicação deste despacho, no âmbito dos poderes abrangidos pela presente delegação e subdelegação.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

**Despacho n.º 5 170/2010**  
**de 15 de Março de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro (Lei Orgânica do Exército), delego no Comandante da Instrução e Doutrina, tenente-general **Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros**, a competência para a prática dos seguintes actos no âmbito do Comando da Instrução e Doutrina:

a) Aprovar instruções e normas técnicas nos domínios da doutrina, da educação, da formação militar, da formação profissional, da educação física, dos desportos e do tiro no Exército;

b) Praticar todos os actos administrativos respeitantes a vida escolar nos estabelecimentos militares de ensino e nos estabelecimentos de ensino militar, com excepção da Academia Militar, nomeadamente proferir decisão sobre requerimentos, exposições e outros documentos apresentados por alunos, candidatos a aluno ou encarregados de educação;

c) Autorizar deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos da lei;

d) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença ao pessoal civil;

e) Planear, coordenar, executar e inspeccionar os cursos de formação geral comum de praças, bem como para o controlo e tratamento dos dados relativos às actividades de instrução das unidades onde se realizam aqueles cursos;

f) Aprovar a calendarização dos cursos que integram o Plano de Formação Contínua, depois de aprovados pelo Chefe do Estado-Maior do Exército.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, delego na mesma entidade a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o n.º 5 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 796/2010, de 21 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 13 de Janeiro de 2010, subdelego na entidade referida nos números anteriores a competência para, no âmbito do Comando da Instrução e Doutrina, autorizar despesas:

a) Com a locação e aquisição de bens e serviços, e com empreitadas de obras públicas, até €250 000, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, desde Junho;

b) Com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efectivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de €5 000.

4 — A competência referida na alínea b) do n.º 1 pode ser subdelegada no Director de Educação, podendo este subdelegá-la, no todo ou em parte, nos directores dos estabelecimentos de ensino que se encontrem na sua dependência directa.

5 — As competências referidas no n.º 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos directores, comandantes e chefes na dependência directa do Comandante da Instrução e Doutrina, podendo estes subdelegadas nos comandantes, directores ou chefes das unidades, estabelecimentos e órgãos que se encontrem na respectiva dependência directa.

6 — Ratifico todos os actos praticados pelo Comandante da Instrução e Doutrina desde 9 de Março de 2010, bem como os que vierem a ser praticados até à data da publicação deste despacho, no âmbito dos poderes abrangidos pela presente delegação e subdelegação.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

#### **Comando do Pessoal**

**Despacho n.º 5 405/2010**

**de 11 de Março de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 3 686/2010, de 27 de Janeiro, do general chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 01 de Março, subdelego no coronel **Francisco António Coelho Nogueira**, chefe do Centro de Finanças do Comando do Pessoal, a competência em mim delegada no n.º 2 do Despacho n.º 3 686/2010, de 27 de Janeiro, do general chefe do Estado-Maior do Exército para, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas até €12 500.

2 — Ao abrigo do mesmo despacho, as competências referidas nos números anteriores podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no Subchefe do Centro de Finanças do Comando do Pessoal.

3 — Este despacho produz efeitos a partir de 05 de Fevereiro de 2010, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Ajudante-General do Exército, *Eduardo Manuel de Lima Pinto*, tenente-general.

**Despacho n.º 5 406/2010**

**de 11 de Março de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do despacho n.º 3 686/2010, de 27 de Janeiro, do general chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 1 de Março, subdelego no major-general **José António Henriques Dinis**, director da DJD, a competência em mim delegada para a prática dos seguintes actos:

a) Proferir decisão nos processos disciplinares por acidente de viação, a que se referem os §§ 1.º, 2.º e 3.º do artigo 7.º da Portaria 22 396, de 27 de Dezembro de 1966, quando se encontrem abrangidos por amnistia ou quando não haja lugar à aplicação de pena, desde que do acidente não resulte qualquer dispêndio para a Fazenda Nacional;

b) Determinar o cancelamento definitivo das cartas de condução militares, nos termos do artigo 35.º da portaria referida na alínea anterior, excepto nos casos em que o cancelamento estiver conexo com a prática de infracção disciplinar que deva ser apreciada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército;

c) Determinar a restituição de cartas de condução militares no âmbito dos processos disciplinares por acidente de viação que forem decididos ao abrigo da competência referida na anterior alínea b);

d) Homologar os pareceres da CPIP/DS sobre a verificação do nexo causal entre o serviço e os acidentes ou doenças ocorridos nas ex-províncias ultramarinas, excepto nos casos em que tenha ocorrido a morte ou o desaparecimento da vítima, e determinar o envio dos respectivos processos à entidade competente para proferir a decisão final sempre que o interessado tenha requerido a qualificação como deficiente das Forças Armadas ou deficiente civil das Forças Armadas;

e) Autorizar o uso de medalhas e insígnias nacionais não militares;

f) Conceder e cancelar as condecorações de comportamento exemplar e comemorativas;

g) Autorizar o uso e o averbamento de distintivos militares e não militares;

h) Autorizar o averbamento de condecorações colectivas;

i) Autorizar o averbamento e a junção aos documentos de matrícula de medalhas e louvores concedidos por entidades nacionais ou estrangeiras;

j) Actos relativos ao funcionamento do Estabelecimento Prisional Militar;

k) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de faltas por doença ao pessoal sob a sua dependência hierárquica.

2 — Ao abrigo do mesmo despacho, as competências referidas nos números anteriores podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos comandantes, directores ou chefes dos estabelecimentos e órgãos que se encontrem na dependência directa do director da DJD.

3 — Este despacho produz efeitos a partir de 27 de Janeiro de 2010, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Ajudante-General do Exército, *Eduardo Manuel de Lima Pinto*, tenente-general.

**Despacho n.º 5 407/2010  
de 11 de Março de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 3 686/2010, de 27 de Janeiro, do general chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 01 de Março, subdelego no coronel **José António Coelho Rebelo**, chefe do Estado-Maior do Comando do Pessoal, a competência em mim delegada para a praticados seguintes actos:

a) Decidir sobre as actividades no âmbito de prevenção e combate à droga e alcoolismo;

b) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de faltas por doença ao pessoal sob a sua dependência hierárquica.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 27 de Janeiro de 2010, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Ajudante-General do Exército, *Eduardo Manuel de Lima Pinto*, tenente-general.

**Despacho n.º 5 408/2010**  
**de 11 de Março de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do despacho n.º 3 686/2010, de 27 de Janeiro, do general chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 1 de Março, subdelego no tenente-coronel **Paulo Jorge da Cruz Lourenço**, comandante da Unidade de Apoio do Comando do Pessoal, a competência em mim delegada no n.º 2 do despacho n.º 3 686/2010, de 27 de Janeiro, do general chefe do Estado-Maior do Exército, para, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas até €12 500.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 27 de Janeiro de 2010, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Ajudante-General do Exército, *Eduardo Manuel de Lima Pinto*, tenente-general.

**Despacho n.º 5 409/2010**  
**de 11 de Março de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 3 686/2007, de 27 de Janeiro, do general chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 01 de Março, subdelego no major-general **Jorge de Jesus dos Santos**, Director da Direcção de Obtenção de Recursos Humanos, a competência em mim delegada para a prática dos seguintes actos:

- a) Praticar os actos relativos às actividades concernentes ao recenseamento militar e ao Dia da Defesa Nacional;
- b) Autorizar concursos de admissão para o recrutamento normal;
- c) Nomear júris para a classificação e selecção dos candidatos a admitir nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC);
- d) Decidir sobre a candidatura à prestação de serviço em RV e RC nas diversas categorias de militares;
- e) Decidir sobre a justificação apresentadas por cidadãos quanto a falta às provas de classificação e selecção ou reclassificação e não apresentação à incorporação, nos termos dos artigos 21.º e 35.º da Lei do Serviço Militar;
- f) Autorizar a celebração de contratos para a prestação de serviço militar em RV e RC, de acordo com os modelos aprovados;
- g) Autorizar o adiamento ou a antecipação da incorporação;
- h) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de faltas por doença ao pessoal sob a sua dependência hierárquica.

2 — Ao abrigo do mesmo despacho, as competências referidas nos números anteriores podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos comandantes, directores ou chefes dos estabelecimentos e órgãos que se encontrem na dependência directa do Director da DORH.

3 — Este despacho produz efeitos a partir de 27 de Janeiro de 2010, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Ajudante-General do Exército, *Eduardo Manuel de Lima Pinto*, tenente-general.

**Despacho n.º 5 410/2010**  
**de 11 de Março de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 3 686/2010, de 27 de Janeiro, do general chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 01 de Março, subdelego no tenente-coronel **Luís Filipe Martins Andrade**, comandante do Estabelecimento Prisional Militar, a competência em mim delegada no n.º 2 do Despacho n.º 3 686/2010, de 27 de Janeiro, do general chefe do Estado-Maior do Exército para, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas até €12 500.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 27 de Janeiro de 2010, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Ajudante-General do Exército, *Eduardo Manuel de Lima Pinto*, tenente-general.

**Despacho n.º 5 411/2010**  
**de 11 de Março de 2010**

1. Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 3 686/2010, de 27 de Janeiro, do general chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 01 de Março, subdelego no major-general **Adelino Rosário Aleixo**, director dos Serviços de Pessoal, a competência em mim delegada para a prática dos seguintes actos:

a. Praticar os actos respeitantes a remunerações, suplementos, subsídios e demais abonos e descontos do pessoal militar, militarizado e civil do Exército, bem como proferir decisão sobre requerimentos e exposições respeitantes às mesmas matérias;

b. Autorizar o pagamento de remunerações aos militares na situação de reserva e de pensões provisórias de invalidez, reforma e aposentação ao pessoal militar e civil do Exército;

c. Autorizar o abono de alimentação em numerário;

d. Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de faltas por doença ao pessoal sob a sua dependência hierárquica;

e. Autorizar a inscrição e renovação de beneficiários da ADM;

f. Decidir sobre as actividades da Banda do Exército, Banda Militar do Porto, Banda Militar de Évora, Orquestra Ligeira do Exército e Fanfarra do Exército, desde que não impliquem o direito a abono de ajudas de custo.

2. Subdelego ainda na mesma entidade, a competência em mim delegada no n.º 2 do referido Despacho n.º 3 686/2010, de 27 de Janeiro do general chefe do Estado-Maior do Exército para, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas até €49 879,80.

3. Ao abrigo do mesmo despacho, as competências referidas nos números anteriores podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no Subdirector da DSP.

4. O presente despacho produz efeitos desde 27 de Janeiro de 2010, ficando por este meio ratificado todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Ajudante-General do Exército, *Eduardo Manuel de Lima Pinto*, tenente-general.

**Despacho n.º 5 412/2010**  
**de 12 de Março de 2010**

1. Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho 3 686/2010, de 27 de Janeiro, do general chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 01 de Março, subdelego no major-general **Rui Manuel da Silva Rodrigues**, director de Administração de Recursos Humanos, a competência em mim delegada para a prática dos seguintes actos:

- a. Nomear, colocar, transferir militares, até ao posto de major, inclusive, e de pessoal militarizado, em território nacional;
- b. Nomear militares para a frequência de cursos, tirocínios e estágios nacionais, excepto para o curso de Promoção a Oficial General, Estágio de comandantes e curso de Estado-Maior;
- c. Promover e graduar militares por diuturnidade e antiguidade nas diversas categorias;
- d. Autorizar trocas de colocação e prorrogação de deslocamentos aos militares, até ao posto de major inclusive;
- e. Autorizar requerimentos de mudança de Guarnição Militar de Preferência;
- f. Autorizar pedidos de demora na apresentação de militares, até ao posto de capitão inclusive;
- g. Averbar cursos, estágios e especialidades normalizadas a militares;
- h. Averbar aumentos de tempo de serviço;
- i. Aprovar a lista de antiguidades de pessoal militarizado e civil;
- j. Autorizar a passagem à reserva de Oficiais e Sargentos nos termos das alíneas a) e c) do artigo 152.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR);
- k. Autorizar a passagem à reforma de militares nos termos das alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, bem como nos termos do n.º 3 do mesmo artigo;
- l. Promover a passagem à reforma extraordinária de militares nos termos do artigo 160.º do EMFAR;
- m. Decidir sobre requerimentos de militares na situação de reserva, até ao posto de tenente-coronel inclusive, para voltarem à efectividade de serviço, de acordo com as normas em vigor;
- n. Decidir sobre requerimentos de militares, excepto Oficiais Generais, na situação de reserva para continuarem na efectividade de serviço, de acordo com as normas em vigor ou para desistirem da continuidade na efectividade antes do termo do prazo concedido;
- o. Autorizar a emissão de Bilhetes de Identidade Militar, de Cartões de Identificação Militar, de Cartas-patentes, excepto de Oficiais Generais e de Diplomas de encarte das promoções;
- p. Nomear militares até ao posto de sargento-chefe, a ceder para o exterior do Exército em condições já regulamentadas;
- q. Autorizar o adiamento da frequência de cursos de promoção dos Sargentos, nos termos do artigo 197.º do EMFAR;
- r. Equivalência de condições de promoção de Sargentos;
- s. Nomear militares e funcionários do MPCE para júris de concursos diversos e para provas de selecção;
- t. Conceder licença registada aos Sargentos e praças dos QP, nos termos do Artigo 204.º do EMFAR e aos sargentos e praças RV/RC, nos termos dos artigos 308.º e 313.º do EMFAR;
- u. Conceder licença ilimitada ao pessoal militarizado;
- v. Autorizar a matrícula em cursos civis aos militares, excepto Oficiais Generais, sem prejuízo para o serviço;
- w. Autorizar o exercício de funções de natureza civil aos militares, excepto Oficiais Generais, sem prejuízo para o serviço;
- x. Autorizar a admissão de militares em Regime de Voluntariado (RV) e Regime de Contrato (RC) e bem assim, a prorrogação e cessação da prestação de serviço com excepção das situações previstas no artigo 300.º, n.º 3, alíneas e) e f) do EMFAR;

- y. Autorizar o concurso e alistamento nas Forças de Segurança de militares em RV e RC;
- z. Nomear pessoal do MPCE, excepto das carreiras de técnico superior ou equivalente;
- aa. Accionar os concursos de pessoal do MPCE, com excepção dos respeitantes às carreiras de técnico superior ou equivalente, depois de aprovada a sua abertura;
- bb. Promover pessoal militarizado;
- cc. Mudança de colocação, no âmbito de Exército, de pessoal militarizado e civil, excepto técnicos superiores ou equivalente;
- dd. Conceder licença sem vencimento ao pessoal do MPCE;
- ee. Autorizar a modificação da relação jurídica de emprego do pessoal civil, nas suas diversas modalidades, excepto para pessoal das carreiras de técnico superior ou equivalente;
- ff. Propor a apresentação à Junta Médica de pessoal do MPCE;
- gg. Autorizar a abertura dos concursos internos condicionados, de pessoal militarizado e civil, excepto para técnicos superiores ou equivalentes;
- hh. Averbos cursos e estágios a pessoal do MPCE e militarizado;
- ii. Homologar os pareceres de juntas de pessoal deficiente;
- jj. Autorizar a apresentação à JHI dos militares e do pessoal do MPCE e militarizado;
- kk. Apreciar requerimentos e reclamações respeitantes à lista de antiguidades de pessoal civil;
- ll. Confirmar as condições de progressão de pessoal militarizado e civil;
- mm. Autorizar a prática de todos os actos respeitantes ao regime de trabalho a tempo parcial a conceder ao pessoal do MPCE;
- nn. Autorizar a acumulação de funções de pessoal do MPCE, excepto técnicos superiores ou equivalente;
- oo. Autorizar a passagem à aposentação de pessoal do MPCE;
- pp. Autorizar a emissão do termo de posse ou de aceitação de pessoal militarizado e civil do Exército;
- qq. Homologar os pareceres da CPIP/DS sobre a definição e verificação do nexo causal entre o serviço e os acidentes ou doenças ocorridos no continente e regiões autónomas, excepto nos casos em que tenha ocorrido a morte ou o desaparecimento da vítima, e determinar o envio dos respectivos processos à entidade competente para proferir a decisão final;
- rr. Apreciar a transferência de obrigações militares de pessoal na disponibilidade;
- ss. Autorizar o alistamento nas Forças de Segurança a militares na disponibilidade;
- tt. Tratamento e hospitalização de Praças na disponibilidade;
- uu. Autorizar a continuação ao serviço de pessoal militarizado com mais de 56 anos;
- vv. Autorizar averbamentos a introduzir nos processos individuais do pessoal na situação de reforma;
- ww. Apreciar assuntos relativos aos militares auxiliados da ATFA;
- xx. Propor a apresentação à JHI de pessoal deficiente para atribuição ou modificação da percentagem de invalidez;
- yy. Apreciar requerimentos solicitando a passagem de certificados;
- zz. Visar os processos de falecimento a enviar ao Ministério da Defesa Nacional;
- aaa. Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de faltas por doença ao pessoal sob a sua dependência hierárquica.

2. Ao abrigo do mesmo despacho, a competência para os actos constantes no presente Despacho, podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no subdirector e nos chefes de Repartição na dependência directa do director da Direcção de Administração de Recursos Humanos.

3. Este despacho produz efeitos desde 27 de Janeiro de 2010, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Ajudante-General do Exército, *Eduardo Manuel de Lima Pinto*, tenente-general.

**Comando da Logística****Despacho n.º 4 730/2010****de 05 de Março de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, conjugado com a alínea *a)* do n.º 2, as alíneas *e)*, *f)* e *g)* do n.º 1, o n.º 5 e n.º 6 do Despacho n.º 2 768/2010, de 25 de Janeiro de 2010, do general chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, de 11 de Fevereiro de 2010, subdelego no director da Direcção de Saúde, major-general **Esmeraldo Correia da Silva Alfarroba**, a competência para:

*a)* Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €24 939,90.

*b)* Autorizar a apresentação a junta hospitalar de inspecção (JHI) de pessoal militar, militarizado e civil, bem como de deficientes, para a atribuição ou modificação da percentagem de incapacidade, e homologar os respectivos pareceres.

*c)* Aprovar as medidas de profilaxia e tratamento das doenças dos animais pertencentes ao Exército.

*d)* Proferir decisão nos processos do âmbito do Exército relativos a Prevenção e Combate a Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas.

2 — Autorizo a subdelegação das competências mencionadas no n.º 1 alínea *a)* nos directores dos Hospitais e Centros de Saúde na sua directa dependência.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2010, ficando ratificados, por este meio, todos os actos entretanto praticados.

O Quartel-Mestre General, *Joaquim Formeiro Monteiro*, tenente-general.

**Despacho n.º 4 731/2010****de 05 de Março de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, conjugado com o n.º 2 alínea *a)* e n.º 5 do Despacho n.º 2 768/2010, de 25 de Janeiro de 2010, do general chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, de 11 de Fevereiro de 2010, subdelego no chefe do Centro de Áudio-Visuais do Exército, tenente-coronel **Rodrigo Leite Ribeiro Moura**, a competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €12 469,95.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2010, ficando ratificados, por este meio, todos os actos entretanto praticados.

O Quartel-Mestre General, *Joaquim Formeiro Monteiro*, tenente-general.

**Despacho n.º 4 732/2010****de 05 de Março de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo,

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, conjugado com o n.º 2 alínea *a*) do Despacho n.º 2 768/2010, de 25 de Janeiro de 2010, do general chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, de 11 de Fevereiro de 2010, subdelego no comandante da Unidade de Apoio Amadora/Sintra, coronel **Luís Correia Afonso**, a competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €12 469,95.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2010, ficando ratificados, por este meio, todos os actos entretanto praticados.

O Quartel-Mestre General, *Joaquim Formeiro Monteiro*, tenente-general.

**Despacho n.º 4 733/2010**  
**de 05 de Março de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, conjugado com o n.º 2 alínea *a*), n.º 5 e n.º 6 do Despacho n.º 2 768/2010, de 25 de Janeiro de 2010, do general chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, de 11 de Fevereiro de 2010, subdelego no director da Direcção de Infra-Estruturas, major-general **José António Carneiro Rodrigues da Costa**, a competência para:

*a*) Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €24 939,90.

*b*) Emitir pareceres que a lei comete ao Exército sobre planos directores municipais, planos gerais de urbanização, loteamentos, estabelecimentos hoteleiros e similares, construções escolares e hospitalares, vias de comunicação, gasodutos e oleodutos.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2010, ficando ratificados, por este meio, todos os actos entretanto praticados.

O Quartel-Mestre General, *Joaquim Formeiro Monteiro*, tenente-general.

**Despacho n.º 4 734/2010**  
**de 05 de Março de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, conjugado com o n.º 2 alínea *a*) e n.º 5 do Despacho n.º 2 768/2010, de 25 de Janeiro de 2010, do general chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, de 11 de Fevereiro de 2010, subdelego no director da Direcção de Material e Transportes, major-general **Alfredo Oliveira Gonçalves Ramos**, a competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €24 939,90.

2 — Autorizo a subdelegação das competências mencionadas no n.º 1 nos Comandantes, Directores ou Chefes das Unidades, Estabelecimentos ou órgãos que se encontrem na sua directa dependência,

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2010, ficando ratificados, por este meio, todos os actos entretanto praticados.

O Quartel-Mestre General, *Joaquim Formeiro Monteiro*, tenente-general.

**Despacho n.º 4 735/2010**  
**de 05 de Março de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, conjugado com o n.º 2 alínea *a*) e n.º 5 do Despacho n.º 2 768/2010, de 25 de Janeiro de 2010, do general chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, de 11 de Fevereiro de 2010, subdelego no director do Instituto Geográfico do Exército, coronel **José Manuel dos Ramos Rossa**, a competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços ate ao limite de €12 469,95.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2010, ficando ratificados, por este meio, todos os actos entretanto praticados.

O Quartel-Mestre General, *Joaquim Formeiro Monteiro*, tenente-general.

**Despacho n.º 4 807/2010**  
**de 05 de Março de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, conjugado com o n.º 2 alínea *a*), n.º 5 e n.º 6 do despacho n.º 2 768/2010, de 25 de Janeiro de 2010, do general chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, de 11 de Fevereiro de 2010, subdelego no director da Direcção de Finanças, major-general **José de Jesus da Silva**, a competência para:

*a*) Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €24 939,90.

*b*) Determinar a transferência dos meios financeiros necessários ao pagamento de remunerações e pensões no Exército.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2010, ficando ratificados, por este meio, todos os actos entretanto praticados.

O Quartel-Mestre General, *Joaquim Formeiro Monteiro*, tenente-general.

**Despacho n.º 4 808/2010**  
**de 05 de Marco de 2010**

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, conjugado com o n.º 2 alínea *a*), do Despacho n.º 2 768/2010, de 25 de Janeiro de 2010, do general chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, de 11 de Fevereiro de 2010, subdelego no chefe da Repartição de Apoio Geral do Comando da Logística, tenente-coronel de cavalaria **António Maria Vilaça Delgado dos Anjos Galego**, a competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €12 469,95.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2010, ficando ratificados, por este meio, todos os actos entretanto praticados.

O Quartel-Mestre General, *Joaquim Formeiro Monteiro*, tenente-general.

**Direcção de Material e Transportes****Despacho n.º 3 690/2010  
de 18 de Março de 2009**

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 18/08 de 29 de Janeiro e no artigo 36.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, conjugado com o Despacho n.º 29 813/2007, de 12 de Novembro de 2007 do tenente-general QMG, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 249, de 27 de Dezembro de 2007, subdelego no comandante do Centro Militar de Electrónica, coronel (engenheiro) de material **António José Rodrigues Bastos**, a competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €5 000.

2 — Este despacho produz efeitos desde 11 de Março de 2009, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

O Director de Material e Transportes, *Alfredo Oliveira Gonçalves Ramos*, major-general.

**Despacho n.º 4 307/2010  
de 09 de Julho de 2009**

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 18/08 de 29 de Janeiro e no artigo 36.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, conjugado com o Despacho n.º 29 813/2007, de 12 de Novembro de 2007 do tenente-general QMG, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 249, de 27 de Dezembro de 2007, subdelego no Director do Depósito Geral de Material do Exército, tenente-coronel material **Jorge Manuel Lopes Gurita**, a competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €5 000.

2 — Este despacho produz efeitos desde 03 de Junho de 2009, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

O Director de Material e Transportes, *Alfredo Oliveira Gonçalves Ramos*, major-general.

**Comando Operacional****Brigada Mecanizada****Despacho n.º 4 924/2010  
de 19 de Outubro de 2009**

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo n.º 2 do Despacho n.º 25 978/2007, de 19 de Outubro, do tenente-general comandante operacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219 de 14 de Novembro de 2007, subdelego no COR INF (19888079), **Elias Lopes Inácio**, adjunto do comandante da Brigada Mecanizada para o Campo Militar de Santa Margarida, sob minha directa dependência, competências para autorizar e realizar despesas com empreitadas de obras publicas e aquisição de bens e serviços até €12 500.

2 — Este despacho produz efeitos desde 19 de Outubro de 2009, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados por este oficial, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante da Brigada Mecanizada, *António Noé Pereira Agostinho*, major-general.

**Brigada de Reacção Rápida****Despacho n.º 4 722/2010  
de 04 de Janeiro de 2010**

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 24 704/2009, de 24 de Abril de 2009, do tenente-general comandante operacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219 de 11 de Novembro de 2009, subdelego no comandante do Centro de Tropas de Operações Especiais, COR INF (19801582), **Diogo Maria Silva Pinto Sepúlveda Velloso**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais actos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro até ao limite de €24 939,89.

2 — O despacho produz efeitos a partir de 16 de Março de 2009, ficando por este meio ratificado todos os actos entretanto praticados pelo comandante do Centro de Tropas de Operações Especiais que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O comandante da Brigada de Reacção Rápida, *Raúl Luís de Moraes Lima Ferreira da Cunha*, major-general.

**Despacho n.º 4 723/2010  
de 04 de Janeiro de 2010**

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 24 794/2009, de 24 de Abril de 2009, do tenente-general comandante operacional, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 219 de 11 de Novembro de 2009, subdelego no comandante do Regimento de Infantaria N.º 3, COR INF (02941183), **Fernando António Pereira de Figueiredo**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais actos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro até ao limite de €24 939,89.

2 — O despacho produz efeitos a partir de 16 de Março de 2009, ficando por este meio ratificado todos os actos entretanto praticados pelo comandante do Regimento de Infantaria N.º 3 que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O comandante da Brigada de Reacção Rápida, *Raúl Luís de Moraes Lima Ferreira da Cunha*, major-general.

**Despacho n.º 4 724/2010  
de 04 de Janeiro de 2010**

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 24 794/2009, de 24 de Abril de 2009, do tenente-general comandante operacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219 de 11 de Novembro de 2009, subdelego no comandante do Regimento de Infantaria N.º 15, COR INF (12284883), **César Nunes da Fonseca**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais actos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro ate ao limite de €24 939,89.

2 — O despacho produz efeitos a partir de 16 de Março de 2009, ficando por este meio ratificado todos os actos entretanto praticados pelo comandante do Regimento de Infantaria N.º 15 que se incluíam no âmbito desta subdelegação de competências.

O comandante da Brigada de Reacção Rápida, *Raúl Luís de Moraes Lima Ferreira da Cunha*, major-general.

**Despacho n.º 4 725/2010**  
**de 04 de Janeiro de 2010**

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 24 794/2009, de 24 de Abril de 2009, do tenente-general comandante operacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219 de 11 de Novembro de 2009, subdelego no adjunto do comandante da Brigada de Reacção Rápida, COR CAV (11826781), **João Henrique Cordeiro de Jesus Neves**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais actos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro até ao limite de €24 939,89.

2 — O despacho produz efeitos a partir de 16 de Março de 2009, ficando por este meio ratificado todos os actos entretanto praticados pelo adjunto do comandante da Brigada de Reacção Rápida que se incluíam no âmbito desta subdelegação de competências.

O comandante da Brigada de Reacção Rápida, *Raúl Luís de Moraes Lima Ferreira da Cunha*, major-general.

**Despacho n.º 4 726/2010**  
**de 04 de Janeiro de 2010**

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 24 794/2009, de 24 de Abril de 2009, do tenente-general comandante operacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219 de 11 de Novembro de 2009, subdelego no comandante do Regimento de Infantaria n.º 10, COR INF (08413982), **Carlos José Soares de Figueiredo Pereira**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais actos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro até ao limite de €24 939,89.

2 — O despacho produz efeitos a partir de 16 de Março de 2009, ficando por este meio ratificado todos os actos entretanto praticados pelo comandante do Regimento de Infantaria N.º 10 que se incluíam no âmbito desta subdelegação de competências.

O comandante da Brigada de Reacção Rápida, *Raúl Luís de Moraes Lima Ferreira da Cunha*, major-general.

**Despacho n.º 4 727/2010**  
**de 04 de Janeiro de 2010**

Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 24 794/2009, de 24 de Abril de 2009, do tenente-general comandante operacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219 de 11 de Novembro de 2009,

subdelego no comandante do Regimento de Artilharia N.º 4, COR ART (08756682), **José da Silva Rodrigues**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais actos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro ate ao limite de €24 939,89.

O despacho produz afeitos a partir de 16 de Março de 2009, ficando por este meio ratificado todos os actos entretanto praticados pelo comandante do Regimento de Artilharia N.º 4 que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O comandante da Brigada de Reacção Rápida, *Raúl Luís de Moraes Lima Ferreira da Cunha*, major-general.

**Despacho n.º 4 728/2010**  
**de 04 de Janeiro de 2010**

Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 24 794/2009, de 24 de Abril de 2009, do tenente-general comandante operacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219 de 11 de Novembro de 2009, subdelego no comandante de Tropas Comandos, COR INF “CMD” (00806482), **Jorge Manuel Soeiro Graça** competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais actos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro ate ao limite de €24 939,89.

O despacho produz efeitos a partir de 16 de Março de 2009, ficando por este meio ratificado todos os actos entretanto praticados pelo comandante do Centro de Tropas Comandos que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O comandante da Brigada de Reacção Rápida, *Raúl Luís de Moraes Lima Ferreira da Cunha*, major-general.

**Despacho n.º 4 729/2010**  
**de 04 de Janeiro de 2010**

Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 24 794/2009, de 24 de Abril de 2009, do tenente-general comandante operacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219 de 11 de Novembro de 2009, subdelego no comandante da Escola de Tropas Pára-quedistas, COR INF (00140284), **Frederico Manuel Assoreira Almendra**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais actos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro até ao limite de €24 939,89.

O despacho produz efeitos a partir de 16 de Março de 2009, ficando por este meio ratificado todos os actos entretanto praticados pelo comandante da Escola de Tropas Pára-quedistas que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O comandante da Brigada de Reacção Rápida, *Raúl Luís de Moraes Lima Ferreira da Cunha*, major-general.

#### IV — DECLARAÇÕES

##### **Declaração de rectificação n.º 538/2010 de 04 de Janeiro de 2010**

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 24 794/2009 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 11 de Novembro de 2009, relativo a subdelegação de competências, rectifica-se que onde se lê «previstos no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho» deve ler-se «previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro».

O comandante da Brigada de Reacção Rápida, *Raúl Luís de Moraes Lima Ferreira da Cunha*, major-general.

**O Chefe do Estado-Maior do Exército**  
*José Luís Pinto Ramalho*, general.

Está conforme:

**O Ajudante-General do Exército**

*Eduardo Manuel de Lima Pinto*, tenente-general.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DA OE/DARH  
ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

2.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 03/31 DE MARÇO DE 2010

Publica-se ao Exército o seguinte:

## I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

### Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de ouro de serviços distintos o MGEN (07251372) **Alfredo Nunes da Cunha Piriquito**, ao abrigo do disposto nos artigos 14.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal.

(Por despacho de 7 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, nos termos do disposto nos artigos 16.º, alínea *a*) e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o MGEN (07355876) **José Alberto Martins Ferreira**.

(Por despacho de 27 de Novembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, nos termos do disposto nos artigos 16.º, alínea *a*) e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o COR MED (00163673) **Manuel D' Assunção Gonçalves Mendonça**.

(Por despacho de 28 de Janeiro de 2010)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º, atento ao disposto no artigo 13.º e na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 16.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, conceder a medalha militar de serviços distintos, grau prata, ao COR ART (10523283) **João Jorge Vieira Botelho Borges**.

(Por portaria de 25 de Janeiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, condecorar com a medalha militar de serviços distintos, grau prata, o COR INF (00371884) **Paulo Emanuel Maia Pereira**.

(Por despacho de 7 de Janeiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, condecorar com a medalha militar de serviços distintos, grau prata, o TCOR INF (09091485) **Paulo Jorge da Ponte Figueiredo**.

(Por despacho de 18 de Janeiro de 2010)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º, atento ao disposto no artigo 13.º e na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 16.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, condecorar com a medalha de serviços distintos, grau prata, o TCOR ADMIL (00200982) **Raúl Manuel Leão Baptista**.

(Por portaria de 25 de Janeiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de serviços distintos, grau prata por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo da alínea *b*), n.º 1, do artigo 16.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02 de 27 de Dezembro, o TCOR INF (08893286) **Mário Alexandre de Menezes Patrício Álvares**.

(Por despacho de 25 de Novembro de 2009)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º, atento ao disposto no artigo 13.º e na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 16.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, condecorar com a medalha de serviços distintos, grau prata, o MAJ SGE (15297178) **Fernando dos Santos Guedes**.

(Por portaria de 25 de Janeiro de 2010)

Por decreto do Presidente da República de 8 de Fevereiro de 2010, foi agraciado com a medalha de serviços distintos, grau cobre, o SCH TM (02990582) **Carlos Duarte de Sousa Moraes**.

(DR II Série n.º 40 de 26 de Fevereiro de 2010)

Por decreto do Presidente da República de 13 de Janeiro de 2010, foi agraciado com a Grã-Cruz da medalha de mérito militar, o TGEN (10711567) **João Soares Guerreiro Rodrigues**.

(DR II Série n.º 27 de 9 de Fevereiro de 2010)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º, atento ao disposto no artigo 20.º, na alínea *a*) do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 23.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, conceder a medalha de mérito militar de 1.ª classe ao COR ART (18794480) **Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira**.

(Por portaria de 25 de Janeiro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o TCOR INF (01427181) **João José Claro dos Santos Cravo**.

(Por despacho de 27 de Fevereiro de 2010)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento ao disposto no n.º 1 do artigo 20.º, da alínea *b*) do artigo 22.º e do n.º 2 do artigo 23.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, conceder a medalha de mérito militar de 2.ª classe o TCOR INF (02033185) **Manuel Joaquim Moreno Ratão**.

(Por portaria de 25 de Janeiro de 2010)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento ao disposto no n.º 1 do artigo 20.º, da alínea *b*) do artigo 22.º e do n.º 2 do artigo 23.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, conceder a medalha de mérito militar de 2.ª classe o TCOR MAT (00253282) **José Manuel Valente Castelhana**.

(Por portaria de 25 de Janeiro de 2010)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento ao disposto no n.º 1 do artigo 20.º, na alínea *b*) do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 23.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, conceder a medalha de mérito militar de 2.ª classe o TCOR TM (18941587) **José António da Silva Vieira**.

(Por portaria de 25 de Janeiro de 2010)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento ao disposto no n.º 1 do artigo 20.º, na alínea *b*) do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 23.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, conceder a medalha de mérito militar de 2.ª classe o TCOR ADMIL (01105085) **Aquilino José António Torrado**.

(Por portaria de 25 de Janeiro de 2010)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento ao disposto no n.º 1 do artigo 20.º, na alínea *b*) do artigo 22.º e do n.º 2 do artigo 23.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, conceder a medalha de mérito militar de 2.ª classe o TCOR INF (06681488) **Luís Fernando Machado Barroso**.

(Por portaria de 25 de Janeiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o TCOR TM (01860184) **Fernando Dias de Matos**.

(Por despacho de 27 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 20.º, 22.º, 23.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe, o MAJ ART (01282188) **Manuel João Favita Marchã**.

(Por despacho de 30 de Setembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o MAJ INF GNR (1880561) **Joaquim José Frade Figueiredo**.

(Por despacho de 27 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 3.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o CAP INF GNR (1940738) **António Duarte Rodrigues Lobo de Carvalho**.

(Por despacho de 27 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 3.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o SMOR SGE (01917677) **Manuel João Ferreira de Oliveira Carvalho**.

(Por despacho de 27 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o SCH ENG (14081281) **José Henrique dos Santos**.

(Por despacho de 27 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o SCH TM (01261581) **Mário Augusto Martins Pires**.

(Por despacho de 27 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o SAJ TM (06091184) **João Soares Fernandes Ribeiro**.

(Por despacho de 27 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o SAJ MAT (10683487) **Paulo Alexandre Teixeira de Oliveira Leite Monteiro**.

(Por despacho de 27 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o 1SAR TM (15443886) **Serafim Paulo Fernandes Moreira**.

(Por despacho de 27 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o 1SAR SGE (10823191) **Carlos Alberto Gomes Barbosa**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do artigo 34.º, atento ao disposto no artigos 25.º, na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 26.º e na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 27.º todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, conceder a medalha da Defesa Nacional de 1.ª classe ao COR TIR ART (02507881) **António Pacheco Dias Coimbra**.

(Por portaria de 26 de Janeiro de 2010)

Atento o louvor concedido pelo director-geral de Política de Defesa Nacional ao sargento-chefe de infantaria (19817283) João Carlos Andrade Madeira de Moraes, em 15 de Setembro de 2009;

Considerando que os serviços prestados pelo sargento-chefe de infantaria João Carlos Andrade Madeira de Moraes satisfazem os requisitos expressos no artigo 25.º, na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 26.º e na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 27.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro:

Manda o Ministro da Defesa Nacional sob proposta do director-geral de Política de Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, conceder a medalha da Defesa Nacional de 4.ª classe, ao SCH INF (19817283) **João Carlos Andrade Madeira de Moraes**.

(Por portaria de 22 de Janeiro de 2009)

Considerando que o major-general (01354980) José Carlos Filipe Antunes Calçada tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a oficial general;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGEN (01354980) **José Carlos Filipe Antunes Calçada**.

(Por despacho de 13 de Janeiro de 2010)

Considerando que o major-general (02007474) Luís Jorge Almeida Duarte tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a oficial general;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGEN (02007474) **Luís Jorge Almeida Duarte**.

(Por despacho de 13 de Janeiro de 2010)

Considerando que o major-general (17073280) José Filipe da Silva Arnaut Moreira tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a oficial general;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGEN (17073280) **José Filipe da Silva Arnaut Moreira**.

(Por despacho de 13 de Janeiro de 2010)

Considerando que o major-general (03726880) Francisco Miguel da Rocha Grave Pereira tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a oficial general;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGEN (03726880) **Francisco Miguel da Rocha Grave Pereira**.

(Por despacho de 13 de Janeiro de 2010)

Considerando que o major-general (08733481) Fernando Celso Vicente de Campos Serafino tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a oficial general;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGEN (08733481) **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**.

(Por despacho de 13 de Janeiro de 2010)

Considerando que o major-general (02041678) José Manuel Picado Esperança da Silva tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a oficial general;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do diploma legal, o MGEN (02041678) **José Manuel Picado Esperança da Silva**.

(Por despacho de 10 de Fevereiro de 2010)

Considerando que o major-general (14078977) Agostinho Dias da Costa tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a oficial general;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGEN (14078977) **Agostinho Dias da Costa**.

(Por despacho de 10 de Fevereiro de 2010)

Considerando que o major-general (02498480) Isidro de Moraes Pereira tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a oficial general;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGEN (02498480) **Isidro de Moraes Pereira**.

(Por despacho de 10 de Fevereiro de 2010)

Considerando que o major-general (02507881) António José Pacheco Dias Coimbra tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a oficial general;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGEN (02507881) **António José Pacheco Dias Coimbra**.

(Por despacho de 10 de Fevereiro de 2010)

Considerando que o major-general (12609179) Emílio de Oliveira Duarte tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a oficial general;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGEN (12609179) **Emílio de Oliveira Duarte**.

(Por despacho de 10 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o COR INF (08923580) **Óscar Humberto Almeida Megre Barbosa**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o COR MAT (14312080) **João António Fonseca Salvado Alves**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o COR ART RES (08591279) **António Francisco Fialho Gorrão**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCOR FARM (04608180) **Carlos Alberto do Amaral Souto**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCOR INF (12069184) **Joaquim do Cabo Sabino**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCOR INF (16583686) **Paulo José de Sousa Teles Serra Pedro**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCOR INF (13247083) **Paulo Júlio Lopes Pipa de Amorim**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCOR SGPQ (05944978) **Fernando Augusto Alves Pereira**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCOR SGE (08929478) **José Avelino Alves Rodrigues**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCOR SGE (09580374) **Álvaro da Silva Azenha**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o MAJ TMANMAT (09280876) **Víctor Manuel Domingues**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o MAJ INF (05337188) **Paulo Silvestre Paulino**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o MAJ SGE (16558379) **José Carlos Amaral da Cruz**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o MAJ TM (15182893) **João Francisco Branco Barreira**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o CAP TM (16117991) **Artur Jorge Fernandes Martins**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o CAP INF (09060699) **Amílcar Dias Fernandes**.

(Por despacho de 27 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TEN MED (05665797) **Frederico Nuno Faro Varandas**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TEN ADMIL (02371699) **Sérgio Américo Fernandes Enes**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TEN TTRANS (13241091) **Rui António Cordeiro Rodrigues**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TEN INF (16115201) **Nelson Filipe Neves Inácio**.

(Por despacho de 27 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCH INF (12224473) **Adriano da Silva Teixeira**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCH ART (01355781) **Ezequiel Aleixo dos Ramos**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCH CAV (01883483) **António José Nunes Salvador**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAJ MAT (19166683) **Armando Reis Abrantes**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAJ SGE (03020582) **Ricardo Alexandre Teixeira de Sousa**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAJ TM (19236085) **Ernesto Manuel Rodrigues da Silva**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAJ INF (16750687) **Armindo José Afonso Trindade**.

(Por despacho de 24 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAJ INF (03272086) **Jacinto António Fialho Murcho**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAJ PARA (09557187) **Fernando Júlio de Sá Matos Pereira**.

(Por despacho de 27 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAJ INF (00094487) **João Paulo Nora Pepe**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAJ MUS (09616088) **Pedro Manuel Malva Cipriano**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1SAR AM (04939188) **Celestino Campos Gameiro**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1SAR INF (05097190) **Rodrigo Manuel Matos Minhava**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1SAR INF (00734890) **Jorge Manuel Nunes Marçal**.

(Por despacho de 27 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1SAR TM (07877092) **Carlos Manuel Petulante da Silva**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1SAR MAT (07574492) **Hélder João Damásio Mamede**.

(Por despacho de 27 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1SAR PESSECR (16430097) **João Rodrigues Monteiro da Silva**.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

Condecorados com a Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

COR INF (19599583) João Vasco S. de Castro e Quadros;  
COR CAV (01778082) Viriato César Coelho do Amaral.

(Por despacho de 4 de Novembro de 2009)

COR INF (00492182) José Custódio Madaleno Geraldo;  
COR INF (10331783) Domingos Luís Dias Pascoal;  
COR INF (06767880) António Carlos Sequeira da Teodora;  
COR INF (04180880) Jorge Manuel Fernandes A. Oliveira;  
COR ART (02803883) António Emídio da Silva Salgueiro;  
COR CAV (14359083) Francisco Xavier Ferreira de Sousa;  
TCOR ADMIL (14567779) Jorge Carmo Costa;  
MAJ SGE (12320779) Manuel António Catarino Rato;  
SMOR TM (16297779) Joaquim Rodrigues Duarte;  
SMOR INF GNR (1816075) Amílcar José Teias Boeiro,  
SCH INF GNR (1816058) José António Moreira Rodrigues;  
SCH INF GNR (1816140) Francisco José Rodrigues Viegas;  
SCH INF GNR (1816187) Joaquim Manuel Ramalho Tendeiro;  
SAJ INF GNR (1800328) Virgílio Ventura Costa;  
CAB CH INF GNR (1816091) José dos Santos Borrego;  
CAB CH INF GNR (1816125) José Alberto Ribeiro Martins;  
CAB INF GNR (1816176) Ilídio de Oliveira Batista;  
CAB INF GNR (1810088) Jacinto dos Santos Carrapiço;  
CAB INF GNR (1810190) Arnaldo Alves Cordeiro;  
SOLD INF GNR (1801864) José António Fernandes Carvalho.

(Por despacho de 25 de Novembro de 2009)

TCOR CAV GNR (1840048) Pedro Osório Bandeira Calheiros;  
MAJ INF GNR (1816419) João Fernando Santarém da Silva;  
SMOR INF GNR (1790793) Arménio de Melo Moreira;  
SMOR SGE (14921678) Joaquim dos Santos Freitas;  
SAJ INF GNR (1811170) Américo Fernando de Sousa Marques;

CAB INF GNR (1810315) Marçal de Almeida Figueiredo;  
CAB INF GNR (1810301) Carlos Manuel de Jesus;  
CAB INF GNR (1810255) Álvaro Coelho de Almeida;  
CAB INF GNR (1810247) Abel da Graça Simões;  
CAB INF GNR (1810237) Luís Carlos da Costa C. Ferreira;  
CAB INF GNR (1810043) Adelino de Almeida Rebelo;  
CAB INF GNR (1810003) Afonso de Sousa Augusto Machado.

(Por despacho de 9 de Dezembro de 2009)

MAJ INF GNR (1810330) João José Ramos Bruno;  
MAJ QTPS GNR (1796019) Wilson Lopes Correia;  
SMOR INF GNR (1811246) António Manuel Mendes Ribeiro;  
SMOR INF GNR (1816138) Alfredo Grade Costeira;  
SCH INF GNR (1810072) José de Almeida Cunha;  
SCH INF GNR (1810747) Joaquim Manuel Candeias Lopes;  
SCH AM GNR (1810019) Carlos Alberto Pinto da Costa;  
SCH SH/CORN GNR (1810170) João Rodrigues de Almeida;  
SAJ INF GNR (1810345) Manuel Domingos Fernandes;  
CAB CH INF GNR (1810378) António Delfim C. de Almeida;  
CAB CH INF GNR (1810320) Manuel Silva Martinho;  
CAB CH INF GNR (1810370) Fernando Albertino Saramago;  
CAB CH INF GNR (1810007) António Almeida Frango;  
CAB INF GNR (1810064) Fernando Américo Leal Domingues;  
CAB INF GNR (1810260) José Augusto M. Lavado;  
CAB INF GNR (1816078) José António Lourenço Faísca;  
CAN INF GNR (1810006) Marcelino António G. de Matos;  
CAB INF GNR (1810743) Manuel B. da Conceição Seita;  
CAB INF GNR (1816181) José Joaquim Abrantes Saraiva;  
CAB INF GNR (1810868) Manuel da Silva da Costa Carvalho;  
CAB INF GNR (1810171) João Alberto Romão da Silva;  
CAB INF GNR (1810137) Manuel Adalmiro Telinhos;  
CAB INF GNR (1810049) António Manuel G. Palma Lampreia.

(Por despacho de 16 de Dezembro de 2009)

MAJ SGE (07760179) Carlos Alberto Jesus Pereira.

(Por despacho de 5 de Janeiro de 2010)

COR INF (06216582) José Luís Grossinho Diogo;  
COR INF (08891582) Jorge Manuel C. A. Correia da Silva;  
COR ART (05404981) José António Guedes da Silva;  
MAJ SGE (18142879) Fausto Gualter R. Duque Adão;  
MAJ SGE (02419882) Fernando da Conceição Menezes;  
MAJ TPESSECR GNR (1801394) Manuel Jerónimo Pereira;  
SMOR INF GNR (1801777) Óscar Maurício Pires Lousada;  
SMOR AM (15779779) Carlos Alberto Jácome Martins;  
SCH INF GNR (1810270) Júlio César Ferreira Guedes;  
SCH SGE (03742979) José António Cardoso Ferreira;  
SAJ INF GNR (1813170) José Manuel Tangarrinhas Rosa;  
CAB CH INF GNR (1816088) Francisco Esteves Cordeiro;  
CAB CH INF GNR (1800818) Octávio Guilharmino Pereira;  
CAB CH INF GNR (1816044) José António Jarmela Gouveia;  
CAB CH INF GNR (1810361) José Manuel C. de Almeida;  
CAB CH INF GNR (1816037) José Manuel Ribeiro;

CAB CH INF GNR (1810069) Manuel da Rocha Rosa;  
CAB CH INF GNR (1816005) José Manuel Paulo Dias;  
CAB CH INF GNR (1816095) António de Paiva Gonçalves;  
CAB CH INF GNR (1816403) Belmiro Gonçalves Felisberto;  
CAB CH TM GNR (1810106) José Francisco E. Raimundo;  
CAB CH TM GNR (1801849) David Carneiro de Carvalho;  
CAB INF GNR (1801501) Izaías da Assunção Pinto;  
CAB INF GNR (1800061) Carlos Alberto G. Tavares;  
CAB INF GNR (1816208) Celestino da Silva Loureiro;  
CAB INF GNR (1820205) Nicolau Nunes Martins;  
CAB INF GNR (1820587) Vitorino Picado Dias;  
CAB INF GNR (1801769) Manuel Joaquim G. Raposo;  
CAB INF GNR (1810265) Ramiro Borges Afonso;  
CAB INF GNR (1810774) José Serafim Conceição Januário;  
CAB INF GNR (18110341) Augusto Vieira Florêncio;  
CAB INF GNR (1810268) Manuel Silvino Luís Paredes;  
CAB INF GNR (1810026) Manuel João Gaspar Tavares;  
CAB INF GNR (18110057) Elias Lopes dos Santos;  
CAB TM GNR (1810103) José Batista Anselmo;  
CAB TM GNR (1811084) Guilherme António G. da Silva.

(Por despacho de 12 de Janeiro de 2010)

COR INF (17800677) Manuel Ferreira Antunes;  
COR INF (11124182) João Manuel de C. O. da Cunha Porto;  
COR ART (08055776) José Álvaro Raposo Brito da Silva;  
TCOR ENG (03233378) António Luís Nisa Pato;  
SMOR AM (09373979) Rogério Paulo Ferreira Pereira;  
SMOR MED (16776881) João Paulo Alves das Neves;  
SMOR SGE (11701479) Vítor Manuel da Graça Novais;  
SCH INF (03014480) Baltazar António Severino Horta;

(Por despacho de 20 de Janeiro de 2010)

COR INF (12355281) António José Almeida R. Marques;  
COR ENG (05826179) Manuel dos Santos Dias;  
TCOR SGE (07426478) Idelberto Eleutério;  
MAJ TPESSECR GNR (1816027) Manuel Maria Correia;  
MAJ TMANMAT (12655079) Joaquim Luís de Matos;  
SMOR ART (15088078) José Benigno Lopes da Costa;  
SMOR VET (03989177) António Palheiras Lopes da Silva;  
SCH INF GNR (1816203) José Fernandes dos Reis;  
SCH INF GNR (1816011) António Carlos Rodrigues;  
SCH CAV (02286779) Domingos Manuel M. Mariquitos;  
SCH TM (06131879) José Maria Pires Navarro;  
CAB CH CAV GNR (1840067) José Manuel Costa;  
CAB INF GNR (1810121) Júlio Monteiro da Costa;  
CAB INF GNR (1810163) Adriano da Rocha e Sousa;  
CAB INF GNR (1810179) Joaquim Ferreira;  
CAB INF GNR (1810292) Manuel Maria Rodrigues;  
CAB INF GNR (1816122) Adelino Luís Cardoso;  
CAB INF GNR (1816328) João Santos Pires;  
CAB INF GNR (1810851) Manuel Pereira Lopes;  
CAB CAV GNR (1810372) Luís de Jesus Teixeira;  
CAB CAV GNR (1810371) João Monteiro Pinto.

(Por despacho de 4 de Fevereiro de 2010)

COR INF (19416579) António Manuel Guerra Felício;  
COR ENG (13030683) Jorge Filipe M. M. Côrte-Real Andrade;  
COR TIR ADMIL (03341581) João Manuel Lopes N. dos Reis;  
TCOR TMANMAT (19194679) Mário Gregório Barata Rosa;  
MAJ SGE (15097079) António Agostinho S. Miranda;  
SCH INF (09771279) José Luís de J. Pimenta Coelho;  
CAB SEC (01085580) Matias Gomes Duarte.

(Por despacho de 9 de Fevereiro de 2010)

COR INF GNR (1840034) Francisco José Damião;  
COR INF GNR (1840037) Carlos Alberto;  
COR CAV GNR (1840046) Jorge Manuel Gaspar Esteves;  
MAJ INF GNR (1826571) António Marques R. Matias;  
MAJ INF GNR (1816416) João da Costa Ramos;  
MAJ SGE (18271779) Manuel Pereira Moreno;  
MAJ SGE (15317779) Fernando Rebelo Dias;  
SMOR INF (05885376) Anídio Ricardo Dias Paulo;  
SMOR INF GNR (1806102) José João de Andrade;  
SMOR INF GNR (1816131) António Dias Jorge;  
SMOR INF GNR (1816188) João Roma Miranda;  
SCH INF GNR (1820442) Arlindo Monteiro Guerra;  
SCH INF GNR (1816126) Albano José da Costa Torres;  
SCH TM GNR (1811031) Jorge A. da Fonseca Ribeiro;  
SCH TM GNR (1830873) José Manuel Martins Dias;  
SAJ INF GNR (1816010) Lourenço Augusto F. da Silva;  
CAB CH INF GNR (1816136) Domingos António Martins;  
CAB CH INF GNR (1810045) Miguel Lima da Silva;  
CAB CH INF GNR (1810062) Manuel Joaquim Afonso Alves;  
CAB CH INF GNR (1810249) Francisco Fernandes;  
CAB CH INF GNR (1816079) Rogério Marques Marchante;  
CAB INF GNR (1810949) Manuel Fernando de Barros Mendes;  
CAB INF GNR (1810052) José Valente dos Ramos;  
CAB INF GNR (1810176) Francisco X. de Jesus do Nascimento;  
CAB INF GNR (1810289) José Martins Sarmento;  
CAB INF GNR (1810467) Joaquim da Silva Santos;  
CAB INF GNR (1810516) Joaquim António Aleixo Bação;  
CAB INF GNR (1816021) Jorge Manuel Martins Afonso.

(Por despacho de 12 de Fevereiro de 2010)

1SAR AMAN (03571778) José Augusto Oliveira Chouriço.

(Por despacho de 16 de Fevereiro de 2010)

COR INF (05069482) Lúcio Agostinho B. dos Santos;  
COR INF (14046682) José Paulo Benardino Serra;  
COR ART (03783680) Carlos Alberto de Bigares Serra;  
TCOR SGE (12049279) António Carlos Martins Alves;  
MAJ SGE (02887680) José Augusto de Sá Pinheiro;  
MAJ SGE (16563378) Rui Manuel Vidigal Vaz;  
MAJ SGE RES (10977875) Joaquim José Matroca Balsinhas;  
SMOR INF (12901678) António Aurélio Henriques;  
SMOR INF (04937879) Emídio Maria T. da Costa Almeida;  
SMOR MED (17865481) Maximino de Sousa Passos;  
SMOR MED (19883481) Dinis Eugénio de Sousa;  
1SAR AMAN (18865376) António Joaquim Espada Ganchinho.

(Por despacho de 26 de Fevereiro de 2010)

Condecorados com a Medalha de Prata de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

1SAR INF GNR (1940063) Jorge Manuel Pereira Leitão;  
1SAR INF GNR (1810003) Afonso de S. Augusto Machado;  
1SAR INF GNR (1940108) Manuel Maria Alegre da Silva;  
CAB INF GNR (1810237) Luís Carlos da Costa C. Ferreira;  
CAB INF GNR (1940039) Fernando de Sousa Fernandes;  
CAB INF GNR (1940061) Jaime de Almeida Borges;  
CAB INF GNR (1940085) João Luís Matos Gonçalves;  
CAB INF GNR (1940412) António Manuel G. Marques;  
CAB INF GNR (1940468) Carlos José Coelho Monteiro;  
CAB INF GNR (1950282) José Henriques de Almeida Quintal;  
CAB INF GNR (1940670) Rui Manuel Mota de Sousa;  
CAB TM GNR (1940560) José Alfredo Nunes de Oliveira;  
CAB SS GNR (1940484) Narciso C. Marques de Almeida;  
SOLD INF GNR (1940011) José João Coutinho;  
SOLD INF GNR (1940130) Reinaldo Jorge Mesquita Sarmento;  
SOLD INF GNR (1940205) António Jorge da Costa Lopes;  
SOLD INF GNR (1940208) Marco António Ribeiro F. Bártolo;  
SOLD INF GNR (1940324) Luís Manuel Pereira;  
SOLD INF GNR (1940466) Manuel Roque Ferreira;  
SOLD INF GNR (1940509) Paulo Jorge Montezinho de Barros;  
SOLD INF GNR (1940514) Paulo Jorge de Almeida Rodrigues;  
SOLD INF GNR (1940626) António Jorge dos Anjos do C. da Silva;  
SOLD INF GNR (1940627) Paulo Jorge da Costa Rebelo;  
SOLD INF GNR (1940677) Carlos Fernando Chôa da Costa;  
SOLD INF GNR (1940681) Joaquim dos Santos Silva;  
SOLD INF GNR (1940710) José Fernando Oliveira Caseiro;  
SOLD TM GNR (1940600) Fernando Gomes S. dos Santos.

(Por despacho de 28 de Janeiro de 2010)

CAP ART (01685694) Simão Pedro da Costa de Sousa;  
CAP ADMIL (28234093) Ana Rosa Teles Chaleta;  
TEN TPESSECR (39752792) Nelson da Silva Lé;  
TEN TPESSECR (22679992) Nelson Cláudio da Silva Azenha;  
SAJ INF (08508088) Joaquim Rogério Rosa Santos;  
SAJ INF (06563782) Joaquim José G. Rocha Fernandes;  
1SAR ART (08211693) Jorge Manuel Timóteo Pires;  
1SAR MAT (25939091) José Manuel Ribeiro Cardoso;  
1SAR MAT (30983693) José Francisco S. N. Madeira Ramos;  
1SAR MAT (09720988) Maria Helena Caro Lucas;  
1SAR PESSECR (29179092) Erundino de Jesus Martins;  
1SAR PESSECR (25894492) Orlando Morais Marques;  
1 SAR PESSECR (26238592) Maria Inês Pereira Lopes;  
1SAR AMAN (13261977) Luís Filipe Ferreira.

(Por despacho de 1 de Fevereiro de 2010)

CAP INF (20569992) Pedro António Marques da Costa;  
CAP CAV (15993494) Fernando Casimiro G. Fernandes;  
1SAR CAV (03959593) José Augusto Ramos Ferreira;  
1SAR AM (03318393) José Roberto Gomes Tavares;  
1SAR MAT (21624492) Sérgio Alfredo Madeira Gomes.

(Por despacho de 4 de Fevereiro de 2010)

TEN ART (11280894) Nuno Filipe Batista Imperial;  
1SAR INF (10441091) Óscar António dos Santos L. Marques;  
1SAR ART (14970391) Paulo Jorge C. da Silva;  
1SAR ART (34387492) Hugo Miguel Rabaça Lucas;  
1SAR MAT (26650991) João Humberto F. Domingos;  
1SAR MAT (22467391) Frederico Martins Roriz;  
1SAR MAT (17604891) Paulo José G. dos Reis Sanches;  
1SAR MAT (24190693) Mário João Duarte Madaleno;  
1SAR MAT (22594292) Paulo Jorge dos Santos Vila Nova.

(Por despacho de 23 de Fevereiro de 2010)

CAP CAV GNR (1920817) Jaselino Gouveia Seabra Ferreira;  
CAP CAV GNR (1940730) Diogo Almeida e Brito M. Dores;  
SAJ INF GNR (1870070) Alexandre Domingos Moreira;  
SAJ INF GNR (1880468) Manuel Carlos Camilo;  
SAJ INF GNR (1920742) Amândio Luciano Azevedo Martins;  
1SAR INF GNR (1930651) Francisco António F. de Sousa;  
1SAR INF GNR (1940042) Carlos José Fonseca;  
1SAR CAV GNR (1940349) João Paulo de Almeida Gouveia;  
2SAR INF GNR (1980501) Emídio Alexandre da Silva Rodrigues;  
CAB CH AM GNR (1880019) Carlos Adelino Cordeiro Pinto;  
CAB INF GNR (1830267) José Carlos Cardoso;  
CAB INF GNR (1840423) Eduardo João Rodrigues;  
CAB INF GNR (1880094) Manuel José Rodrigues;  
CAB INF GNR (1880431) Artur Carolino Correia Neto;  
CAB INF GNR (1890514) Leonardo José Rocha Agostinho;  
CAB INF GNR (1940193) Gil Augusto Teixeira;  
CAB INF GNR (1950111) José Carlos Afonso Correia;  
CAB INF GNR (1950115) Vítor Manuel Gonçalves Mendes;  
CAB INF GNR (1950380) Paulo José Martins Santos;  
CAB INF GNR (1950478) José Carlos Vicente Simões;  
CAB CAV GNR (1940199) Rui Francisco Pires Camões;  
CAB CAV GNR (1940291) Luís Miguel M. Ferreira da Silva;  
CAB TM GNR (1870563) Hilário Ferreira Frias;  
CAB TM GNR (1890571) Duarte Jesus Pires Vitorino;  
CAB TM GNR (1940046) Adelino Branco Salgado;  
CAB TM GNR (1940048) António Mascarenhas Ruivo;  
CAB TM GNR (1940257) João Francisco Aleixo Mateus;  
CAB TM GNR (1970043) Roberto Carlos da Silva Diegues;  
SOLD INF GNR (1940037) Vítor Nuno Raposo Salgado;  
SOLD INF GNR (1940161) Amândio Marrão Fernandes;  
SOLD INF GNR (1950322) Carlos Manuel Alves Afonso;  
SOLD INF GNR (1970624) Pedro Jorge Gomes Morais;  
SOLD INF GNR (1960745) Carla Isabel B. L. Oliveira;  
SOLD INF GNR (2030502) Jorge António Oliveira L. Matos;  
SOLD INF GNR (1950494) João José Duarte Lopes;  
SOLD INF GNR (1950516) Carlos José Coelho Silva;  
SOLD INF GNR (1950588) Joaquim António Fonseca;  
SOLD INF GNR (1950603) Carlos Alberto Fernandes;  
SOLD CAV GNR (1940612) Miguel Augusto Vicente;  
SOLD TM GNR (1930584) Manuel Luís Flores Fernandes;  
SOLD TM GNR (1940081) António Fernandes Pires;  
SOLD TM GNR (1950181) José Carlos Pina Morais.

(Por despacho de 24 de Fevereiro de 2010)

Condecorados com a Medalha Cobre de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

SOLD INF GNR (2041019) Jorge Miguel Ala Fernandes.

(Por despacho de 14 de Dezembro de 2009)

TEN INF GNR (1991049) António da Silva Ramos;  
CAB INF GNR (1880052) Carlos António Graça Ferreira;  
CAB INF GNR (1836553) José Fernando Fernandes Reganha;  
CAB INF GNR (1836734) Manuel Baltazar Fernandes Aires;  
CAB INF GNR (1846072) José Alberto do Carmo Fernandes;  
CAB INF GNR (1846147) António Sebastião Marques da Silva;  
CAB INF GNR (1846191) Luís Manuel Gonçalves Ferreira Dias;  
CAB INF GNR (1870494) Manuel Francisco Capucho Ribeiro;  
SOLD INF GNR (2000296) Sónia Maria Ferreira Bôto;  
SOLD INF GNR (2030520) João Eduardo Afonso;  
SOLD INF GNR (2030973) João Manuel Medeiros Fernandes;  
SOLD INF GNR (1940214) Paulo Jorge Candeias Ricardo;  
SOLD CAV GNR (1910699) Hélder António Pereira Mendonça;  
SOLD CAV GNR (1940694) Rui Manuel Penacho Azevedo.

(Por despacho de 28 de Janeiro de 2010)

TEN INF GNR (2020010) Francisco José Castro Martins;  
TEN INF GNR (2020020) Rúben Pereira Ferreira;  
TEN INF GNR (2020028) Carlos M. de Almeida Canatário;  
ALF INF GNR (2031245) Emanuel Gomes Vicente;  
1SAR CAV GNR (1930713) José Miguel Sousa Velez;  
CAB INF GNR (2030918) Patrik Lourenço Mendonça;  
CAB INF GNR (2030904) Pedro José Ferreira Fonseca;  
CAB INF GNR (2030770) Vítor José da Silva Cardoso;  
CAB INF GNR (2030083) Carlos Manuel M. dos Santos;  
SOLD INF GNR (2030680) Nuno Miguel dos Santos A. Pereira;  
SOLD INF GNR (2020360) Sérgio Miguel Quinta Guerreiro;  
SOLD INF GNR (2030046) Rui Filipe de Castro Pinto;  
SOLD INF GNR (2030461) Hugo Fernando Marques da Silva;  
SOLD INF GNR (2030015) Rui Miguel Rodrigues Gonçalves;  
SOLD INF GNR (2020644) Bruno Alexandre Lopes Quintas;  
SOLD INF GNR (1990159) Paulo Jorge Alves Miranda;  
SOLD INF GNR (1980762) Luís Miguel dos Reis Frutuoso;  
SOLD INF GNR (2040476) José Manuel F. Coutinho;  
SOLD INF GNR (2031123) Tiago Manuel da Silva Assunção;  
SOLD INF GNR (2031106) Nuno Filipe do Carmo Guedes;  
SOLD INF GNR (2031101) Bruno Miguel dos Santos Teixeira;  
SOLD INF GNR (2031041) Bruno José Rijo Lopes;  
SOLD INF GNR (2031012) Jorge Miguel M. Freitas;  
SOLD INF GNR (2030977) Liliana Patrícia M. Oliveira;  
SOLD INF GNR (2030925) Eduarda Milene Tavares Rebelo;  
SOLD INF GNR (2030821) Maria Liliana Simões Batista;  
SOLD INF GNR (2030797) António José Matos da Cruz;  
SOLD INF GNR (2030743) Márcio Filipe Ferreira de Sousa;  
SOLD INF GNR (2030702) Hugo Miguel Correia Velho;  
SOLD INF GNR (2030696) Carla Sofia Matos Barata;

SOLD INF GNR (2030673) Hugo Manuel Pereira Gonçalves;  
SOLD INF GNR (2030605) Bruno Ricardo Simões Figueiredo;  
SOLD INF GNR (2030515) Miguel António Nunes Sequeira;  
SOLD INF GNR (2030512) José Francisco R. Adegas;  
SOLD INF GNR (2030407) Marco António Correia da Silva;  
SOLD INF GNR (2030387) Ivo Joaquim de Oliveira e Silva;  
SOLD INF GNR (2030324) Susana Alexandra Nande Costa;  
SOLD INF GNR (2030288) António José F. Domingues;  
SOLD INF GNR (2030235) Márcio Roberto de Jesus Lage;  
SOLD INF GNR (2030209) Filipe Miguel da Fonseca Macieira;  
SOLD INF GNR (2030206) Luís Carlos Lopes Novais;  
SOLD INF GNR (2030174) João Manuel Alves Varela;  
SOLD INF GNR (2030192) Mário Filipe M. de Almeida;  
SOLD INF GNR (2030157) Paulo Soares Carrola;  
SOLD INF GNR (2030130) Jerónimo Manuel Farinha Coelho;  
SOLD INF GNR (2030127) Sandra Sofia Correia Santos;  
SOLD INF GNR (2010198) Nuno Filipe Soares Pinto;  
SOLD CAV GNR (2060414) Nuno Miguel dos Santos Sousa;  
SOLD CAV GNR (2031128) Sérgio Paulo Ferraz Machado;  
SOLD TM GNR (2031045) Paulo Jorge Costa Domingues;  
SOLD TM GNR (2030768) Nuno Rui Melo Figueiredo.

(Por despacho de 29 de Janeiro de 2010)

MAJ INF (07623091) Ilídio Viveiros Freire;  
TEN INF (18093201) João Pedro Serens Rasteiro;  
TEN INF (16196898) Alexandre Miguel S. Costa;  
TEN ENG (07670299) Isabel Maria Abreu M. Faria;  
TEN ENG (10212501) Júlio Alexandre Couto Carilho;  
TEN MED (03649202) João Pedro Luz Niza;  
TEN MED (01228802) João Rui Carvalho N. e Silva;  
TEN DENT (03410902) Nicolas Andrew Fernandes;  
TEN MED (05721002) Sara Filipa Bordelo Dias;  
TEN MED (01272802) Maria Inês Ribeiro M. Nunes;  
TEN DENT (07817902) Diana Elisa Gomes Correia;  
TEN MED (12806902) Samuel Afonso Lima Ramos;  
TEN FARM (01493802) Francisco Alexandre C. Sampaio;  
TEN FARM (08167402) Joel Tomé C. Teixeira Mendes;  
1SAR INF (18783902) Fernando Rui Lima Rodrigues;  
1SAR TM (04325097) João Carlos Rebelo Alves;  
1SAR MED (05900599) Tânia Sofia Andrade Beja;  
1SAR MAT (36460793) Mário João de C. Gonçalves;  
1SAR MAT (11398998) Bruno Manuel Neves Mendes;  
2SAR TM (05583302) Susana Sequeira dos Santos Reis;  
2SAR MAT (17330400) Frederico Cláudio dos Santos.

(Por despacho de 1 de Fevereiro de 2010)

SOLD INF GNR (2020062) Rui Miguel Ramos Dias.

(Por despacho de 3 de Fevereiro de 2010)

TEN INF (09601501) Daniel Filipe de Carvalho Gomes;  
TEN INF (08593000) Bruno Miguel Paulo Baptista;  
TEN INF (18148100) João Carlos G. dos Reis;  
TEN INF (02995102) Ricardo Nuno Pires Borges;

TEN INF (17745102) Hugo Miguel M. Barrote Rodrigues;  
TEN INF (08821703) Bruno Aguiar Couto;  
TEN INF (17845899) Marco César M. de Sousa;  
TEN CAV (11947301) Hélio Pedro Cordeiro Caetano;  
TEN CAV (16011902) Ivo Miguel Montemor Caseiro;  
TEN ADMIL (06542102) Mário Sérgio Oliveira Miguel;  
TEN SAR (23437392) Guilherme Guimarães Peixoto;  
ALF INF (13610503) Bruno Alexandre N. V. Alves Santana;  
1SAR MAT (15762400) Hélder de Nóbrega Belim.

(Por despacho de 4 de Fevereiro de 2010)

COR ADMIL (02372981) Jorge Manuel L. Nunes dos Reis;  
TEN INF (19568401) Hugo Rodrigo Paulino S. Brigas;  
TEN INF (10823902) Hugo Filipe Matias A. Alvarenga;  
TEN INF (04259402) Sérgio Miguel Gorjão Marques;  
TEN INF (12269101) Hilário Diogo da Silva Costa;  
TEN INF (05953802) Jonathan Cardoso de Miranda.

(Por despacho de 23 de Fevereiro de 2010)

Por despacho do chefe de Repartição de Condecorações e Louvores da Direcção de Justiça e Disciplina, por subdelegação do Subdirector de Justiça e Disciplina após subdelegação recebida do tenente-general Comandante do Pessoal, e nos termos do n.º 1 do artigo 66.º do Decreto-Lei 316/02, de 27 de Dezembro, aprovada a perda do direito ao uso da medalha de comportamento exemplar, grau cobre e prata, respeitante ao seguinte militar:

SOLD INF GNR (1940121) Artur Agostinho L. Coelho da Silva.

(Por despacho de 2 de Fevereiro de 2010)

Por despacho do chefe de Repartição de Condecorações e Louvores da Direcção de Justiça e Disciplina, por subdelegação do Subdirector de Justiça e Disciplina após subdelegação recebida do tenente-general Comandante do Pessoal, e nos termos do n.º 1 do artigo 66.º do Decreto-Lei 316/02, de 27 de Dezembro, aprovada a perda do direito ao uso da medalha de comportamento exemplar, grau cobre, respeitante ao seguinte militar:

CAB INF GNR (1970529) Álvaro Cotrim Simões da Silva.

(Por despacho de 2 de Fevereiro de 2010)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 44.º, do n.º 1 do artigo 49.º e do n.º 2 do artigo 52.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, conceder a medalha dos feridos em campanha ao COR INF REF (50996311) **Amaro Eugénio Grilo Frade**.

(Por despacho de 25 de Janeiro de 2010)

Condecorados com a Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

1SAR TM (11644795) João José Martinho Henriques, “Afeganistão 2007”;  
1SAR MAT (03353791) Sérgio Paulo Lopes Fernandes, “Afeganistão 2007”.

(Por despacho de 22 de Fevereiro de 2010)

2SAR INF (10841102) Vítor Emanuel M. Rodrigues Moreira, “Afeganistão 2007”.

(Por despacho de 4 de Março de 2010)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

CAP ART (02275698) Diogo Lourenço Serrão, “Kosovo 2009”;  
CAP TEDT (14359089) Pedro Jorge Alagoa João, “Kosovo 2005-06”;  
1SAR INF (16606699) Arsénio José da Veiga Santos, “Timor 2009”;  
1SAR INF (18237600) Hugo Alexandre M. Fernandes, “Kosovo 2009”;  
1SAR INF (08258998) Jorge Moura, “Afeganistão 2008”;  
1SAR AM (22356792) Sérgio Manuel Braz Louro, “Kosovo 2005-06”;  
2SAR INF (13280601) Carlos Jorge Paulo Duarte, “Afeganistão 2008”.

(Por despacho de 5 de Fevereiro de 2010)

CAP CAV (01933196) Carlos Manuel Figueiredo Lopes, “Kosovo 2009”;  
TEN INF (08593000) Bruno Miguel Paulo Baptista, “Kosovo 2009”;  
SCH AM (15405070) Armando Vítor Pinto da Silva, “Moçambique 1994”;  
1SAR INF (11865389) Vítor Manuel Alonso Almendra, “Kosovo 2008-09”;  
1SAR INF (09663091) Abel da Rocha Clemente, “Kosovo 2009”;  
1SAR ART (34387492) Hugo Miguel Rabaça Lucas, “Bósnia 2001”;  
2SAR INF (11407203) Emanuel Santos Mota Fernandes, “Kosovo 2009”;  
2SAR INF (06096799) Joaquim Manuel Lopes de Sousa, “Kosovo 2009”.

(Por despacho de 9 de Fevereiro de 2010)

TCOR INF (06075085) Carlos António M. Bartolomeu, “Afeganistão 2008”;  
TCOR INF (10663685) Emídio Martins Ruivo, “Afeganistão 2006”;  
CAP INF (04274793) Hermano Torres Lee Chin, “Afeganistão 2005-06”;  
TEN INF (18787601) Duarte Miguel Gouveia Martins, “Kosovo 2009”;  
TEN INF (10824599) Nuno Alexandre Vieira Fernandes, “Kosovo 2009”;  
SCH INF (15927882) João Manuel Brás Bernardo, “Afeganistão 2008”;  
SAJ INF (11402185) Leonel Augusto Gomes Monteiro, “Timor 2001-02”;  
1SAR INF (13454196) António Paulo G. Freitas, “Kosovo 2009”;  
1SAR AM (03264093) Luís Miguel Castelo Rodrigues, “Afeganistão 2005-06”;  
1SAR PESSEC (03303493) António Pedro dos Santos Fortes, “Afeganistão 2006”;  
2SAR INF (19222602) Gonçalo Pocinho Rendeiro Cravo, “Afeganistão 2005-06”;  
2SAR INF (07662097) Ricardo Jorge Meireles, “Kosovo 2009”.

(Por despacho de 22 de Fevereiro de 2010)

Condecorados com a Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

1SAR MED (04531602) Joana Marisa Pereira Maciel, “Afeganistão 2009”.

(Por despacho de 16 de Dezembro de 2009)

CAP INF (12793694) Bruno Alexandre G. Oliveira, “Timor 2009”.

(Por despacho de 5 de Fevereiro de 2010)

TCOR MAT (07853887) Octávio Ramos Vieira, “Iraque 2007-08”;  
SAJ INF (03156186) António Miranda Montes, “Kosovo 2009”;  
ISAR INF (07815490) Paulo Jorge Teixeira Martins, “Kosovo 2009”;  
ISAR INF (10050096) Eurico Enes Borges, “Kosovo 2009”;  
ISAR INF (19037194) Filipe Fernando Massa Alves, “Kosovo 2009”;  
ISAR TRANS (31921392) José Adriano Costa Martins, “Líbano 2009-10”;  
2SAR INF (05119496) Carlos Jorge C. Nunes Faria, “Kosovo 2009”.

(Por despacho de 9 de Fevereiro de 2010)

COR INF (10541582) João Alexandre Gomes Teixeira, “Bósnia 2005-06”;  
COR INF (10541582) João Alexandre Gomes Teixeira, “Itália 2006-09”.

(Por despacho de 19 de Fevereiro de 2010)

TCOR ENG (15421988) Raúl Fernando R. Cabral Gomes, “Moçambique 2009-10”;  
MAJ ART (00440093) José Carlos Pinto Mimoso, “Moçambique 2009-10”;  
CAP ART (03928991) Carlos Miguel Cruto Lopes, “Kosovo 2008-09”;  
SCH INF (15927882) João Manuel Brás Bernardo, “Angola “1994-95”;  
SCH INF (15927882) João Manuel Brás Bernardo, “Angola” 2000-01”;  
SAJ INF (17833582) José António Pimenta Todo Bom, “Afeganistão 2007”;  
SAJ CAV (15268390) Hélder António Ribeiro Azevedo, “Timor 2003-04”;  
ISAR INF (08187494) Vasco José Miguel dos Santos, “Bósnia 2001”;  
ISAR INF (08187494) Vasco José Miguel dos Santos, “Afeganistão 2005-06”;  
ISAR INF (08187494) Vasco José Miguel dos Santos, “Afeganistão 2008-09”;  
ISAR INF (16218792) Carlos Jorge de Castro Alves, “Afeganistão 2006-07”;  
ISAR INF (09054093) João Manuel Varela dos Santos, “Kosovo 2009”;  
ISAR INF (18931193) Rui Manuel Rodrigues Madeira, “Kosovo 2009”;  
ISAR INF (10207792) João Paulo Pires da Silva, “Bósnia 2002”;  
ISAR INF (06728190) José Manuel C. Fernandes da Cruz, “Kosovo 2009”;  
ISAR INF (21730892) Rui Manuel Marques de Sousa, “Kosovo 2009”;  
ISAR TM (17880397) Simão Pedro de Barros Teixeira, “Bósnia 2005-06”;  
ISAR TM (10171991) Hélder José Ferreira Regada, “Timor 2000-01”.

(Por despacho de 22 de Fevereiro de 2010)

Por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 9 de Fevereiro de 2009, foram autorizados os militares indicados a aceitar as seguintes condecorações:

### **Medalha da EUFOR**

COR INF (01449384) João Paulo de Noronha da Silveira A. Caetano;  
COR ART (14358582) Eduardo Manuel V. Caetano de Sousa;  
COR ART (12720778) Delfim Fonseca Osório Nunes;  
TCOR INF (07147687) Paulo Raúl Cheu Guedes Vaz;  
TCOR ART (17337287) Luís Filipe Marinho Pereira;  
TCOR CAV (10978985) Paulo de Jesus Pereira Zagalo;  
MAJ INF (17592988) Armando José M. Maio Pontes Fernandes;  
MAJ TM (06262395) Raúl Carvalho Morgado;  
SMOR INF (04812184) Álvaro João Balsinha Matroca;  
SCH ART (14605284) António Manuel Ramos Nascimento;  
SCH CAV (07741384) Paulo José Antunes Rainho;  
SAJ INF (00683488) José de Jesus Pereira Teixeira;  
SAJ ART (05904088) João Manuel Vieira Cajadão;  
SAJ MAT (04346081) Paulo Filipe Diniz Rebelo;

SAJ TM (00634988) Paulo José Freitas Fiel;  
1SAR ART (18855991) Luís Miguel Pereira Ventura;  
1SAR ENG (35800293) Manuel Lopes Morais;  
1SAR ENG (19172791) Pedro Miguel Azenha Moço;  
1SAR TM (28851691) Paulo Jorge Batista de Sá;  
1SAR TM (19861492) Rui Filipe B. Pinto de Sousa;  
1SAR AM (22266492) Francisco da Cunha Castanho;  
1SAR AM (03906794) Rui Manuel Araújo Grácio;  
1SAR MED (15477391) Luís Manuel dos Santos Castanho;  
2SAR PESSEC (11624303) Aldo Dino Miranda Sousa.

### **Medalha da EUROFOR**

COR ART (14358582) Eduardo Manuel Vicente Caetano de Sousa.

### **Medalha da NATO**

COR MED (14251280) António José Reis Cruz;  
TCOR INF (15372686) Nuno Correia B. de Lemos Pires;  
MAJ INF (01035387) João Francisco da Costa Bernardino;  
MAJ INF (18689290) Ascendino da Silva Bernardes;  
MAJ INF (19886690) Carlos Alberto Mendes Ferreira;  
CAP ART (30737491) Paulo Fernando da Silva C. Rodrigues;  
CAP MAT (09310188) Joaquim Manuel C. Fernandes;  
SCH CAV (07741398) Paulo José Antunes Rainho;  
SCH TM (00751683) Alberto Victor do N. Barreiro;  
SAJ INF (07815490) Paulo Jorge Teixeira Martins;  
SAJ INF (18382085) António José Batista Ferreira;  
SAJ INF (11304285) João Francisco Miranda Costa;  
SAJ ENG (17400492) Rui Miguel Antunes Ferreira;  
SAJ MAT (13869284) Vítor Manuel de Jesus Pires Diz;  
1SAR AM (37738293) Paulo Jorge Martins de Lima;  
1SAR AM (15903092) Humberto Patrício Esteves;  
1SAR MAT (16598989) Carlos Manuel F. Cardoso;  
1SAR AMAN (04204687) Constantino Manuel M. Rodrigues;  
2SAR ENG (14177802) Hélder José Gonçalves Garcia.

### **Medalha da UNIFIL**

COR ENG (13910078) Firme Alves Gaspar;  
TCOR SGE (18071474) Levelino José Pães;  
MAJ ENG (02952792) Carlos Alberto Nunes Pires;  
MAJ SAR (06092171) Rui Pereira Peralta;  
CAP ENG (12644094) Pedro José da Silva G. Matias;  
CAP TMANMAT (01955989) Osvaldo José Maria;  
SAJ MED (02549588) Fernando Manuel de Oliveira Cunha;  
1SAR ENG (17400492) Rui Miguel Antunes Ferreira;  
1SAR ENG (14974595) Célio Marco G. Ansiães;  
1SAR TM (00221595) Rui Constantino Soares de Sousa;  
1SAR MAT (09937097) Bruno Miguel Ferreira Gonçalves;  
1SAR MAT (16768295) Paulo Alexandre Melo e Graça;  
1SAR TRANS (31921392) José Adriano Costa Martins.

### **Medalha da UNMIS/ETE**

SAJ CAV (17227387) Fernando Armandino M. da Silva.

### **Medalha de Prata For Cooperation And Friendship - Bósnia**

MAJ CAV (02306090) Fernando Luís Ferreira da Silva.

### **Louvores**

Louvo o TCOR TMANTM (10971178) **Luís Manuel Ferrarias Correia**, pela forma digna e competente como exerceu, durante cerca de três anos e meio, as funções de chefe do Centro de Comunicações da Presidência da República.

Oficial dotado de sólidos conhecimentos e capacidades técnicas e profissionais, o tenente-coronel Luís Correia revelou sempre um grande sentido de responsabilidade e do dever inerentes às particulares exigências do seu cargo, elevado sentido de disciplina e rigor no planeamento e execução das suas tarefas e na liderança dos projectos de desenvolvimento e modernização que levou a cabo no Centro de Comunicações.

A sua experiência profissional e especial aptidão para o trabalho em equipa contribuíram de forma decisiva para o excelente desempenho daquele Centro de Comunicações e para o sucesso das diversas actividades presidenciais em que participou, com especial relevância para as Cerimónias Comemorativas do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, confirmando desta forma as qualidades que lhe são reconhecidas no seu vasto currículo.

A uma sólida formação humana, ética e moral por que sempre pautou o seu desempenho e actuação, de que se destacam a integridade de carácter, a lealdade, a correcção e afabilidade de trato, aliou, ainda, o tenente-coronel Correia um assinalável dinamismo e entusiasmo evidenciados nas tarefas a seu cargo, que o creditaram como um excelente colaborador da Presidência da República e lhe granjearam a estima e a consideração de todos aqueles que com ele privaram.

Na altura em que passa à situação de reserva, terminando uma notável carreira de mais de 31 anos de serviço efectivo, o tenente-coronel Correia, pelas capacidades e qualidades evidenciadas e pelo seu assinalável espírito de missão, é merecedor deste público louvor com que agora é distinguido, devendo os seus serviços, de que resultou prestígio para as Forças Armadas, ser considerados como extraordinários relevantes e distintos.

28 de Janeiro de 2010. - O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Ao cessar as funções de vice-presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE), louvo o TGEN (09945064) **João Maria de Vasconcelos Piroto** pela forma exemplar como exerceu este cargo desde 15 de Novembro de 2005.

As suas características pessoais de lealdade e integridade, aliadas à permanente disponibilidade e competência, permitiram ao tenente-general Vasconcelos Piroto ultrapassar todos os desafios surgidos ao longo do seu mandato, no qual sempre assumiu uma atitude construtiva e pró-activa, ao serviço do interesse público.

A experiência profissional e o espírito empreendedor com que desempenhou o seu mandato foram mais-valias evidentes para a concretização das atribuições do CNPCE.

No desenvolvimento destas atribuições, o tenente-general Vasconcelos Piroto garantiu um alto nível de desempenho nomeadamente na definição das políticas do planeamento civil de emergência, promovendo a sua actualização permanente, de forma que, em situações de anomalia grave, crise internacional, ou tempo de guerra, possam ser garantidas as condições necessárias à continuidade da acção governativa neste domínio.

No âmbito da acção directiva do tenente-general Vasconcelos Piroto, foram desenvolvidos diversos planos de acção. Entre eles, destaca-se a criação de estruturas que permitem garantir uma capacidade de resposta eficaz, no âmbito de situações emergentes, apoiadas num plano de treinos eficiente e exaustivo, a participação em operações reais, relacionadas com catástrofes naturais ou resultantes de conflitos armados e, ainda, a execução do “Plano Regresso”.

Cumpre, ainda, salientar a participação do tenente-general Vasconcelos Piroto nos organismos congéneres da OTAN e da União Europeia, traduzida na representação de Portugal em diversas reuniões especializadas internacionais, onde contribuiu para a preparação e execução de diversos exercícios de gestão de crises e de assistência humanitária.

Conhecedor de toda a estrutura e actividade desenvolvida no âmbito do planeamento civil de emergência, destaca-se o trabalho por ele desenvolvido em articulação com as diversas entidades e estruturas nacionais sectoriais com competências nesta área. Nesta medida, a prestação do tenente-general Vasconcelos Piroto contribuiu para a afirmação do CNPCE em território nacional e no estrangeiro.

Pelo que antecede, é com gratidão que manifesto o reconhecimento público pelos serviços prestados pelo tenente-general João Maria de Vasconcelos Piroto ao CNPCE, sublinhando a sua elevada competência, profissionalismo, desempenho e relevantes qualidades pessoais, qualidades estas que contribuíram muito significativamente para o cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional na área do Planeamento Civil de Emergência.

7 de Janeiro de 2010. - O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Louvo o COR TIR ART (02507881) **António Pacheco Dias Coimbra**, pela forma altamente prestigiante, muito digna, proficiente e dedicada como tem vindo a exercer as funções de subdirector do Instituto da Defesa Nacional (IDN).

Possuidor de um vasto conjunto de qualidades pessoais e profissionais, que constituem garante do seu excepcional desempenho, o coronel Dias Coimbra tem-se afirmado como um valioso colaborador do director, numa altura particularmente delicada da reestruturação orgânica do IDN e da transformação dos seus cursos e actividades.

O coronel Dias Coimbra tem vindo a desenvolver acções relevantes no que concerne à reestruturação orgânica do IDN, ao regulamento, reestruturação e programação do Curso de Defesa Nacional e ao acompanhamento dos novos trabalhos de investigação final, situações em que tem vindo a revelar elevada capacidade de organização, grande ponderação, eficiência e especial rigor.

Metódico, sistemático, eficiente e inovador, o coronel Dias Coimbra tem ainda participado intensamente e de modo particularmente prestigiante em todas as actividades do IDN, desde seminários a cerimónias, passando pela organização cuidada do novo Curso de Gestão Civil de Cises e do Curso Intensivo de Segurança e Defesa (ministrado nos Açores), bem como pela representação do Instituto em vários encontros internacionais.

O coronel António Dias Coimbra tem servido devotadamente a instituição militar e o Instituto da Defesa Nacional, sendo de inteira justiça manifestar o meu reconhecimento público pelos serviços prestados, pela sua elevada competência, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional.

26 de Janeiro de 2010. – O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Louvo o COR ART (18794480) **Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira**, que exerceu desde Julho de 2007, com elevada competência profissional e zelo, exemplar dedicação, perseverança e sentido de missão, as funções de director de Serviços de Contratos, Programação e Controlo de Importações e Exportações da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa.

No desempenho das funções que lhe estiveram cometidas o coronel Cóias Ferreira, pautou a sua acção pelo estudo profundo e metódico das variadas questões sobre as quais foi solicitado a pronunciar-se, colocando em todos os actos de serviço um inexcedível rigor e profissionalismo e demonstrando uma superior aptidão e disponibilidade para servir em circunstâncias novas, diversificadas e intelectualmente complexas.

Enquanto director de serviços teve uma participação activa no acompanhamento e supervisão da execução material e orçamental da Lei de Programação Militar, a par da supervisão do controlo das operações comerciais de bens e tecnologias militares, tarefas que exerceu com muito senso, pragmatismo e espírito de bem servir. Foi o coronel Cóias Ferreira capaz de combinar todas estas qualidades com um notável sentido de organização e inteligência prática, que contribuíram para que o Ministério da Defesa Nacional pudesse dispor, atempadamente, da informação e das propostas de solução que se revelaram essenciais para a tomada de decisão nestes âmbitos.

Discreto na sua actuação mas dotado de elevado espírito de iniciativa e de reconhecidas lealdade e coragem moral, impulsionou pelo exemplo todos os que com ele trabalharam, criando em seu redor um excelente ambiente de trabalho, demonstrando, reiteradamente, as suas excepcionais qualidades humanas e competências profissionais, reveladores de um desempenho de excepção, considerando-o um oficial de muito e elevadíssimo mérito e assumindo-se como um permanente exemplo de serenidade e equilíbrio que claramente se manifestou nos resultados alcançados.

Por tudo o que ficou expresso, tendo cessado funções por ter sido nomeado para a frequência do curso de promoção a oficial general, é com grato prazer que dou público testemunho das excelentes qualidades e virtudes militares, dotes de carácter, abnegação, espírito de sacrifício e competência profissional do coronel Fernando Cóias Ferreira, reveladores de um desempenho de excepção, considerando-o um oficial de muito e elevadíssimo mérito, contribuindo significativamente para o cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional.

25 de Janeiro de 2010. – O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Louvo o COR ART (10523283) **João Jorge Vieira Botelho Borges**, pela forma altamente prestigiante, dedicada e muito competente como exerceu, durante cerca de 18 meses, as funções de assessor de estudos e de investigador no Instituto da Defesa Nacional (IDN), nas quais denotou, consistentemente, espírito de iniciativa e capacidade de trabalho inexcedíveis.

Aliando o seu elevado sentido de responsabilidade aos extraordinários dotes de carácter, o coronel Vieira Borges desenvolveu acções relevantes no que concerne ao apoio aos vários cursos de defesa nacional e à organização de uma série de eventos, em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente conferências e seminários no âmbito da segurança e defesa e coordenador de várias visitas ao IDN, em que denotou extraordinária competência profissional, excedendo frequentemente as expectativas no cumprimento das missões.

Entre as principais acções de que foi coordenador, destacam-se a nível nacional o ciclo de conferências “Contributos para uma estratégia nacional”, os colóquios “Pilares da estratégia nacional”, o ciclo de conferências internacional intitulado “Visões globais para a defesa”, o seminário “Portugal e a Aliança Atlântica”, as XXIV jornadas “A segurança e defesa na Europa” e as visitas ao IDN de delegações de Angola, Coreia do Sul, Índia, Timor e Espanha. No patamar internacional foi o delegado do IDN para as relações com a Espanha (CESEDEN), para com a NATO, em especial no “Conceito estratégico da NATO” e da ligação ao *Allied Command Transformation* (no âmbito do *Multiple Futures Project*), para com os EUA (ligação à FLAD, à NDU e ao Marshall Center), para com a América Latina com a participação na “X conferência de directores de colégios de defesa da Ibero-América” e gestor do protocolo com o IDN de Angola.

Do desempenho do coronel Vieira Borges salienta-se ainda, como delegado do MDN do “Erasmus militar”, a determinante acção para que os objectivos fossem claramente atingidos, levando à organização do Seminário de Política Europeia de Segurança e Defesa em que Portugal foi *lead nation*, num projecto inovador em que participaram cerca de 40 alunos de 18 academias militares europeias, para além de elevadas individualidades e peritos de grande prestígio.

Como investigador, o coronel Vieira Borges, além de autor do projecto de investigação “Estratégia global dos EUA e suas implicações para a EU e para Portugal”, desenvolveu outros trabalhos de excelente qualidade e criou conhecimento inovador, que publicou na *newsletter*, nos cadernos do IDN e noutras revistas, aliando a sua grande capacidade de trabalho aos elevados conhecimentos militares e a qualidades e virtudes que sempre cultivou, como a lealdade, a abnegação e o espírito de sacrifício.

O coronel Vieira Borges foi ainda director de edições do IDN, sendo responsável pela Revista *Nação e Defesa*, dando início à 4.ª série com uma nova linha editorial, um novo grafismo e um novo formato, Colecção Atena, nova publicação *Nunca de Antes* (Anuário do IDN), pelos cadernos do IDN e por digitalizar o DVD *Nação e Defesa* e de *Edições*, passando o IDN também a disponibilizar ao público em geral, quer através do seu *site*, quer através do DVD, parte significativa do seu espólio editorial. O coronel Vieira Borges imprimiu grande dinâmica e rigor científico nas publicações do IDN, o que constituiu uma assinalável divulgação do conhecimento produzido pelo IDN na área da segurança e defesa. Para além do investimento num novo grafismo, efectuou novos contratos editoriais, que em muito racionalizaram os custos, reforçando simultaneamente a distribuição para o grande público nacional e estrangeiro.

Conferencista dos diversos cursos ministrados no IDN e em outros fora no exterior, nas áreas do “Pensamento estratégico nacional” e da “Segurança e defesa em Portugal”, revelou sempre uma alta preparação e especialização nas temáticas granjeando prestígio para o IDN, acções em que demonstrou elevada capacidade de organização e em que soube honrar o bom nome do Instituto que tão devotadamente serviu.

O coronel Vieira Borges tem servido devotadamente a instituição militar e o Instituto da Defesa Nacional, sendo de inteira justiça manifestar o meu reconhecimento público pelos serviços prestados, que muito têm contribuído para o lustre, honra e prestígio do Instituto da Defesa Nacional e do Ministério da Defesa Nacional, pelo que os serviços por si prestados devem ser considerados como extraordinários, relevantes e distintos.

25 de Janeiro de 2010. – O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Louvo o TCOR INF (02033185) **Manuel Joaquim Moreno Ratão**, pelas excepcionais qualidades e virtudes militares reveladas ao longo dos quatro anos que desempenhou nas funções de professor na Área de Ensino Específica do Exército, no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

Colocado no Gabinete de Defensiva, o tenente-coronel Moreno Ratão, com grande entusiasmo, dedicação e elevada competência profissional, preparou e coordenou as actividades inerentes à sua função e responsabilidade, com elevado espírito de missão, denotando abnegação e lealdade para com os seus pares, alunos e superiores. Para além das aulas e participação em temas táticos, é de destacar a forma como planeou e dirigiu os exercícios CAX dos Cursos de Promoção a Oficial Superior das Armas e Serviços e do Curso de Estado-Maior/Exército.

Com apurado sentido crítico, entusiasmo e aturado labor, o tenente-coronel Moreno Ratão participou na elaboração dos diversos manuais que ao longo destes quatro anos foram elaborados, contribuindo, desse modo, para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do IESM e da Área de Ensino Específica do Exército, considerando-o com um exemplo para todos os que com ele servem neste Instituto.

Nomeado como director do Projecto 2 - Instituto Superior de Ensino Militar em Angola, representou exemplarmente o IESM, o Exército Português e Portugal, demonstrando elevado espírito de sacrifício e de obediência, amplamente reconhecidos pelos seus colaboradores no projecto e pelas entidades militares angolanas que com ele trabalharam e privaram. Face às permanentes solicitações e resolução de imprevistos que uma missão dessa importância acarreta para o prestígio de Portugal no estrangeiro, a competência profissional e o espírito de bem servir nas diferentes circunstâncias revelam a afirmação constante dos seus elevados dotes de carácter, lealdade e abnegação, facilmente identificados por quem colabora com o tenente-coronel Moreno Ratão.

Pelo que precede, é o tenente-coronel Moreno Ratão merecedor deste público reconhecimento e os serviços por si prestados devem ser considerados como relevantes e de muito elevado mérito, dos quais resultou honra e lustre para o IESM, as Forças Armadas e para o Ministério da Defesa Nacional.

25 de Janeiro de 2010. - O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Louvo o TCOR MAT (00253282) **José Manuel Valente Castelhana** pela forma muito dedicada, responsável e extraordinariamente competente como, durante três anos, desempenhou funções de técnico superior na área de gestão de projectos de armamento e equipamentos de defesa na Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa no Ministério da Defesa Nacional.

Oficial dotado de elevada e vasta competência técnica, o tenente-coronel Valente Castelhana soube, de forma exemplar, aplicá-la no desempenho das suas funções, com método, rigor e criatividade, tendo sempre por objectivo a procura das melhores soluções para a satisfação das necessidades das Forças Armadas e do seu reequipamento, de forma integrada e transversal aos diferentes ramos.

O empenho do tenente-coronel Valente Castelhana, o seu sentido de responsabilidade e a disponibilidade que colocou no exercício das suas atribuições, fizeram com que o vasto trabalho por si desenvolvido fosse muito ponderado e rigoroso, evidenciando uma grande qualidade.

Dos múltiplos projectos que contaram com a participação do tenente-coronel Valente Castelhana destaca-se o seu contributo no projecto das Viaturas Blindadas de Rodas 8 x 8, ao qual emprestou todo o seu conhecimento, experiência, iniciativa, empenho e espírito de equipa, o que muito contribuiu para ultrapassar a complexidade deste projecto, tendo pautado a sua postura pela defesa dos melhores interesses do Estado, colhendo o total reconhecimento de todas as partes.

A capacidade de intervenção e concretização do tenente-coronel Valente Castelhana para dar resposta às solicitações que lhe foram colocadas, nos mais diversos assuntos e áreas, granjearam-lhe a maior estima e reconhecimento de todos os que com ele trabalharam, tendo revelado uma grande capacidade de colaboração interdisciplinar e transversal, atributos que o creditam como um oficial especialmente habilitado ao desempenho de funções de gestão e coordenação de projectos complexos, abrangentes e de grande exigência.

Pelas excepcionais qualidades pessoais e competência profissional reveladas, o tenente-coronel Valente Castelhana dignificou a Instituição a que pertence e é justamente merecedor que os serviços por si prestados, dos quais resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para a Defesa Nacional, sejam considerados como relevantes e de muito elevado mérito.

25 de Janeiro de 2010. – O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Louvo o TCOR ADMIL (00200982) **Raúl Manuel Leão Baptista** pela forma abnegada, segura e eficaz como, ao longo de 29 meses, desempenhou funções de chefe de divisão de Processamento da Direcção de Serviços da Assistência na Doença aos Militares do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA).

Oficial profundamente conhecedor da missão do IASFA, o tenente-coronel Leão Baptista exerceu de modo muito competente e responsável a actividade financeira encarregue do processamento e liquidação da facturação correspondente aos serviços prestados pelas entidades convencionadas - privadas, públicas e militares - e farmácias.

Da iniciativa do tenente-coronel Leão Baptista, destaca-se a reorganização daquela Divisão, obtendo uma maior eficácia e eficiência no seu funcionamento, pela normalização dos procedimentos internos que garantiram uma maior agilidade e total legalidade de todos os actos praticados, pela aplicação de novas metodologias de trabalho rentabilizando os recursos humanos disponíveis e efectuando contributos para a melhoria das funcionalidades da aplicação informática de suporte.

São igualmente notórias as acções conducentes à renovação dos acordos anteriormente estabelecidos e ao desenvolvimento de outros com novas entidades, pela necessidade de adequá-los a nova legislação, tendo o tenente-coronel Leão Baptista sempre revelado grande espírito empreendedor e elevada proficiência.

Oficial sóbrio e discreto, respeitado e respeitador, estão nele evidentes um nobre espírito de missão e vontade de bem servir, dignos de maior relevo, e uma excepcional capacidade de liderança, sem a qual dificilmente se teria imposto de forma notável e consensual, levando a Divisão que chefiou a alcançar elevados níveis de desempenho num curto espaço de tempo.

Pelo seu elevado desempenho organizativo e profissional, pelas suas qualidades pessoais de que se relevam a abnegação, lealdade, o espírito de sacrifício e de bem servir, é o tenente-coronel Leão Baptista merecedor de que os serviços por si evidenciados no exercício do cargo de chefe da Divisão de Processamento da Assistência na Doença aos Militares, que muito tem contribuído para o lustre, honra e prestígio do IASFA e do Ministério da Defesa Nacional, sejam considerados extraordinários, relevantes e distintos.

25 de Janeiro de 2010. – O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Louvo o TCOR TM (18941587) **José António da Silva Vieira**, pela forma extraordinariamente competente, muito dedicada e altamente eficiente como se evidenciou no exercício de diversas funções que lhe foram confiadas, no decurso dos últimos dois anos e meio na área de ensino específico do Exército do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

Exercendo actividades de docência no Gabinete de Transmissões, o tenente-coronel Silva Vieira foi responsável por leccionar um conjunto diversificado de matérias, designadamente Doutrina das Operações e Tática de Pequenas Unidades da Arma de Transmissões, tendo demonstrado, em todas as circunstâncias, elevada competência profissional e destacadas qualidades pessoais e pedagógicas, reconhecidas por todos os que com ele privaram, em particular pelos alunos.

Oficial inteligente e permanentemente disponível para tudo o que lhe foi solicitado e exigido, realizou trabalho de reconhecido mérito, no planeamento e execução do curso de Planeamento de Operações Psicológicas que é anualmente ministrado neste Instituto, na importante e significativa colaboração na organização e condução de trabalhos de campo do curso de Estado-Maior-Exército e de exercícios CPX/CAX, na elaboração de doutrina, nomeadamente nos manuais de Operações Psicológicas, Sinais Convencionais Militares e de O Emprego das Forças do Exército e na orientação de trabalhos de investigação de grupo do curso de Estado-Maior-Exército e respectiva arguência.

Em todas estas actividades, o tenente-coronel Silva Vieira evidenciou elevados dotes de carácter, grande senso, ponderação e competência profissional, para além de uma notável capacidade de planeamento, que lhe permitiram cumprir de forma eficiente os objectivos estabelecidos, revelando excepcionais qualidades e virtudes militares.

Oficial calmo, discreto e possuidor de sólida formação ética e denotando grande espírito de sacrifício, abnegação, obediência e disciplina, o tenente-coronel Silva Vieira pautou sempre o seu comportamento na observância dos princípios da lealdade e da camaradagem e é justamente merecedor que os serviços por si prestados, dos quais resultou honra e lustre para o IESM, para as Forças Armadas e para o Ministério da Defesa Nacional, sejam considerados como relevantes e de muito elevado mérito.

25 de Janeiro de 2010. – O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Louvo o TCOR ADMIL (01105085) **Aquilino José António Torrado** pela forma muito dedicada, responsável e extraordinariamente competente como, durante cerca de cinco anos, desempenhou funções na Divisão de Administração, Programação e Execução de Contratos da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, no Ministério da Defesa Nacional.

A postura do tenente-coronel Aquilino Torrado pautou-se sempre por uma invulgar eficiência, com base em sólidos conhecimentos técnicos, a que aliou uma evidente experiência na área do

processamento administrativo dos procedimentos de aquisição de material militar, garantindo que as respectivas minutas de contratos e cadernos de encargos fossem atempadamente apresentados nas condições exigidas para aprovação.

A elevada competência profissional do tenente-coronel Aquilino Torrado foi visível na permanente atenção que dedicou aos inúmeros processos administrativos sob sua responsabilidade, efectuando estudos, pareceres e propostas de inegável contributo numa área extremamente complexa e crítica em termos técnico-jurídicos, constituindo-se assim como um imprescindível colaborador do director-geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, numa atitude de inquestionável lealdade e competência.

Importa ainda salientar o trabalho desenvolvido pelo tenente-coronel Aquilino Torrado no âmbito das várias comissões nomeadas para acompanhamento dos diferentes projectos e subprojectos da Lei de Programação Militar, destacando-se o núcleo de acompanhamento da sua execução, onde sempre prestou um apoio relevante na preparação das respectivas reuniões, bem como na elaboração dos correspondentes relatórios, actas e demais documentação, tendo sempre demonstrado grande rigor e qualidade nas suas apresentações.

Como chefe da Divisão de Administração, Programação e Execução de Contratos e dispondo de reduzidos recursos humanos, o tenente-coronel Aquilino Torrado evidenciou uma invulgar capacidade de organização e método de trabalho, dirigindo as diferentes tarefas à sua responsabilidade de forma a responder atempadamente às múltiplas solicitações que lhe foram colocadas.

Pelas excepcionais qualidades pessoais e competência profissional reveladas, o tenente-coronel Aquilino Torrado dignificou a instituição a que pertence e é justamente merecedor que os serviços por si prestados, dos quais resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para a Defesa Nacional, sejam considerados relevantes e de muito elevado mérito.

25 de Janeiro de 2010. - O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Louvo o TCOR INF (06681488) **Luís Fenando Machado Barroso**, pela dedicação e elevada competência profissional que tem demonstrado ao longo de cerca de quatro anos, no desempenho de funções na área de Ensino Específico do Exército, no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

O tenente-coronel Machado Barroso, revelando ainda excepcionais qualidades e virtudes militares e extraordinárias qualidades humanas, demonstra uma excepcional competência profissional e pedagógica pautando o exercício das suas funções pelo grande rigor conceptual.

No exercício das actividades de docência, o tenente-coronel Machado Barroso, inicialmente no Gabinete das Técnicas de Estado-Maior e, posteriormente, no Gabinete da Defensiva, da área de Ensino Específico do Exército, evidencia uma natural aptidão para as actividades de docência, consolidada nos profundos conhecimentos que possui e que com mestria aplica despertando, com naturalidade, o interesse nas audiências a que se dirige.

Oficial muito dinâmico e perspicaz, dotado de excepcional espírito de sacrifício e de obediência, elevada capacidade de iniciativa e sentido do dever, molda a sua acção pela afirmação constante de elevados dotes de carácter e de lealdade no desempenho das suas funções. De entre elas evidenciam-se o persistente empenho que coloca na actualização e reformulação, quer das aulas que ministra, bem como dos temas táticos que são aplicados aos diferentes cursos, de forma a permitir uma melhor compreensão e métodos de aprendizagem que melhor se adequem aos discentes, na demanda constante de níveis de excelência no ensino das matérias por que é responsável.

O tenente-coronel Machado Barroso, a par das actividades de docência, desenvolveu inúmeras actividades em prol de um melhor ensino neste Instituto e nas Forças Armadas, destacando-se a acção meritória na colaboração prestada na elaboração de diversas publicações doutrinárias, em artigos que, com regularidade, tem publicado no Boletim do IESM e noutras publicações ligadas à Defesa Nacional e na sua pronta disponibilidade para, participar noutros fora em representação do Instituto, de que são exemplo as “Jornadas da Infantaria” realizadas anualmente na Escola Prática de Infantaria, que muito têm contribuído para prestigiar o corpo docente do IESM.

Em todas as actividades em que esteve envolvido, o tenente-coronel Machado Barroso sempre pautou a sua acção pela clareza de propósitos, capacidade de análise e de decisão, evidenciado na qualidade de delegado do Exército Português para o grupo de trabalho LIMA - Effective Intelligence, da FINABEL, quer pela cuidada preparação para as reuniões em que tem participado, bem como na liderança dos trabalhos como Nação Piloto para um estudo, na reunião que teve lugar em Portugal, reveladores do elevado potencial e aptidão para organizar, chefiar ou comandar, que o apontam como um oficial particularmente dotado para o desempenho de cargos de grande responsabilidade.

Pelo que precede, é o tenente-coronel Machado Barroso merecedor deste público reconhecimento e os serviços por si prestados devem ser considerados como relevantes e de muito elevado mérito, dos quais resultou honra e lustre para o IESM, para as Forças Armadas e para o Ministério da Defesa Nacional.

25 de Janeiro de 2010. - O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos.Silva*.

Louvo o MAJ SGE (15297178) **Fernando dos Santos Guedes** pela forma altamente competente e pela extraordinária eficiência como, durante cerca de três anos, chefiou o Serviço de Apoio Administrativo e Financeiro e desempenhou o cargo de adjunto do chefe dos Serviços de Apoio do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

No desempenho das suas funções, o major Santos Guedes evidenciou um elevado sentido das responsabilidades, grande dinamismo e eficácia nas suas funções, revelando em todas as circunstâncias elevado espírito de missão, competência técnica, exemplares qualidades de liderança e elevado espírito de sacrifício, com reflexos muito positivos na missão e prestígio do IESM.

Enquanto chefe do Serviço de Apoio Administrativo e Financeiro, o major Santos Guedes foi o responsável pelo planeamento, coordenação e controlo de actividades de natureza administrativa, logística e financeira do IESM, evidenciando-se nas relacionadas com o apoio às actividades escolares, seminários e cerimónias protocolares, bem como com a gestão dos recursos humanos, em que merece especial destaque o seu empenho nos processos de contratação de docentes civis e de avaliação do pessoal civil, entre outros.

Merece também destaque a sua permanente atenção a todos os aspectos ligados à moral e ao bem-estar do pessoal e o vasto conjunto de propostas que desenvolveu para renovar os equipamentos escolares no sentido de melhorar as condições de trabalho e a funcionalidade dos serviços e das instalações.

No complexo período de consolidação da implementação do IESM, em que foi necessário definir e edificar toda a estrutura administrativa e logística, o major Santos Guedes, através de uma acção preponderante na preparação dos diplomas legais, nos ajustamentos organizacionais a introduzir para conformar a organização com as disposições legais e na própria gestão da transição, deu provas de grande serenidade, bom senso e capacidade de decisão, contribuindo de forma decisiva para que as actividades escolares e de investigação continuassem a funcionar com toda a normalidade.

No desempenho das suas funções como adjunto do chefe dos Serviços de Apoio, o major Santos Guedes coordenou de forma exemplar a implementação do sistema interno de informação de gestão e do apoio a missões e actividades de carácter extraordinário, designadamente no domínio da divulgação do conhecimento, abertura solene do ano lectivo e das visitas institucionais, a par da colaboração permanente nos trabalhos de reestruturação do IESM, no que dizia respeito aos assuntos de pessoal e organização.

Militar de carácter íntegro, impondo-se permanentemente por um raro conjunto de qualidades profissionais e pessoais, de que se destacam o sentido do dever, camaradagem e espírito de disciplina, o major Fernando Santos Guedes merece que o seu excelente desempenho seja reconhecido como tendo contribuído significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do IESM, considerando os serviços por si prestados como extraordinários, relevantes e distintos, dos quais resultou honra e lustre para o Instituto de Estudos Superiores Militares e para o Ministério da Defesa Nacional.

25 de Janeiro de 2010. - O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos.Silva*.

Louvo o COR INF (00371884) **Paulo Emanuel Maia Pereira**, pela forma altamente competente e prestigiante como, durante os últimos dois anos, vem exercendo as funções de meu assessor pessoal, confirmando as superiores qualidades profissionais e pessoais que lhe são sobejamente reconhecidas.

Oficial de elevada craveira intelectual, possuidor de vastos e profundos conhecimentos profissionais, com elevado sentido de análise, ponderação e notável capacidade de organização e gestão, tem sido um elemento fundamental no estudo e análise de uma multiplicidade e diversidade de assuntos, assim se constituindo como um inestimável colaborador e conselheiro do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Num quadro de elevada dificuldade, complexidade e de constante necessidade de evolução, evidencia dinamismo, capacidade de liderança, argúcia, perspicácia, rapidez na identificação dos problemas e na selecção das prioridades, o que lhe permite, em todas as circunstâncias, propor soluções e procedimentos que, de forma inequívoca, contribuem para uma tomada de decisão mais esclarecida.

Durante este período, empenhou-se também no permanente acompanhamento das missões de carácter operacional relacionadas com as Forças Nacionais Destacadas e na exigente e muito meticulosa organização das cerimónias e actividades militares das duas últimas Comemorações do Dia de Portugal, e ainda pela colaboração na preparação de *briefings* e intervenções do General CEMGFA, em diversos organismos e instâncias quer nacionais quer internacionais.

Da acção desenvolvida pelo coronel Maia Pereira merece particular destaque a grande capacidade de trabalho e organização evidenciadas na sua participação nos trabalhos relativos à revisão e harmonização dos diversos diplomas estruturantes da Defesa Nacional e das Forças Armadas, onde mais uma vez se constituiu num prestimoso colaborador, cujo valioso contributo assumiu uma extraordinária relevância e importância ao longo desse delicado e moroso processo.

Altamente qualificado, com inexcedível disponibilidade para o serviço, elevado espírito de colaboração e sentido das responsabilidades, deve destacar-se a forma inteligente e altamente prestigiante como responde às complexas solicitações decorrentes das missões que lhe são atribuídas.

As notáveis qualidades de organizador, motivador e coordenador que tão inequivocamente possui, justificam amplamente que ocupe postos e funções de ainda maior responsabilidade.

Firme e coerente nos seus actos, possuindo marcados dotes de carácter, exemplares qualidades de abnegação e sacrifício, espírito de obediência e elevada valia intelectual, pratica nas diferentes circunstâncias e de modo irrepreensível as virtudes da lealdade e da honra.

Tem assim o coronel Maia Pereira contribuído significativa e inequivocamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Estado-Maior-General das Forças Armadas, devendo os serviços por si prestados, de que resultaram honra ilustre para a Instituição Militar, ser reconhecidos como relevantes, extraordinários e distintos.

7 de Janeiro de 2010. - O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís valença Pinto*, general.

Louvo o TCOR INF (09091485) **Paulo Jorge da Ponte Figueiredo**, pela forma extraordinária, honrosa e brilhante como nos últimos dois anos e meio desempenhou o seu serviços nas funções de Chefe da Repartição de Operações do Comando Operacional da Madeira, demonstrou actos de esclarecido e excepcional zelo, revelando ser possuidor de elevadíssima competência profissional e excepcionais qualidades e virtudes militares.

Oficial de excelente craveira técnico profissional, dinâmico, criativo e com visível iniciativa, desenvolveu um trabalho notável no processo de planeamento e a condução do treino operacional conjunto no Arquipélago da Madeira, incumbência prioritária do Comando Operacional da Madeira. A sua acção foi determinante em reestruturar o processo dos Exercícios, relevar os objectivos de treino e que os produtos resultantes fossem documentos de referência para a melhoria da eficiência e eficácia da actuação conjunta das Forças Armadas.

Assim, em cinco exercícios conjuntos ZARCO foi o oficial primariamente responsável pela condução do Exercício e pela elaboração dos respectivos produtos, EXPLAN e FER, documentos de inegável qualidade e importantes instrumentos para a elaboração dos planos de contingência para a eventual, mas possível, intervenção das Forças Armadas na Região Autónoma da Madeira no âmbito da Segurança Interna e da Protecção Civil.

A sua superior capacidade de trabalho, valor intelectual, perseverança e extremo bom senso permitiram a desejável ligação com as diferentes entidades regionais no âmbito operacional e, mercê de uma visão estratégica abrangente, promoveu o treino em cooperação e colaboração, respectivamente, das Forças e Serviços de Segurança e do Serviço Regional de Protecção Civil, em que o processo de planeamento e condução dos exercícios foi alicerçado na doutrina OTAN.

Como Chefe da Repartição de Operações distinguiu-se como coordenador e protagonista no aconselhamento oportuno na fase de revisão do edifício legislativo com implicações no Comando Operacional da Madeira e no processo de revisão das directivas relativas à defesa aérea em tempo de paz e de colaboração das forças armadas em operações de protecção civil, promovendo a sua adequação à área de operações da Madeira de modo a obter ganhos de eficiência, assente numa lógica de desenvolvimento de capacidades.

A sua sabedoria, criatividade e excelência no desempenho das suas funções, e evidenciando dotes e virtudes de natureza extraordinária, de que se destacam as qualidades de obediência e disponibilidade, de lealdade e sigilo, e uma exemplar camaradagem, o tenente-coronel Ponte Figueiredo granjeou o reconhecimento e estima dos militares e das entidades militarizadas e civis que com ele privaram, merecendo ser destacado e apontado como exemplo a seguir tendo contribuído significativamente para a melhoria do potencial desempenho operacional, conjunto e cooperativo, das Forças Armadas na Região Autónoma da Madeira, devendo os excelentes serviços por si prestados serem considerados como muito relevantes, extraordinários e distintos, dos quais tem resultado honra e lustre para as Forças Armadas e para o País.

18 de Janeiro de 2010. - O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís valença Pinto*, general.

Nos termos do artigo 64.º, n.º 4 do RDM, avoco o louvor concedido ao MAJ ART (01282188) **Manuel João Favita Marchã** pelo Comandante Operacional dos Açores, e publicado na Ordem de Serviço n.º 33 do COA, em 12 de Agosto de 2009.

30 de Setembro de 2009. - O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Vasco Valença Pinto*, general.

Louvo o MGEN (07251372) **Alfredo Nunes da Cunha Piriquito** pelo modo dedicado, competente e esclarecido como, na situação do activo, serviu o Exército durante cerca de 40 anos de serviço, prosseguindo distinta carreira militar, plena de dignidade e de profundo respeito pelos valores da Instituição Militar.

Oficial dotado de sólida formação militar e humana, de reconhecida lealdade, elevada disponibilidade e grande sentido de camaradagem, confirmou ser detentor de sólida formação técnica e militar, inteligência esclarecida e superior capacidade de decisão.

No início da sua carreira militar, começou por prestar serviço na Escola Prática de Artilharia (EPA), onde desempenhou as mais diversas funções, como Instrutor, Comandante de Pelotão e Adjunto do Comandante de Bateria, em todas elas revelando um extraordinário interesse e dedicação pelo serviço, uma elevada eficiência e uma constante preocupação pelo cumprimento das missões atribuídas.

Na continuação da sua carreira, desempenhou várias funções no âmbito do Comando, da Assessoria e Estado-Maior, da Docência, de Inspecção, de Chefia e de Direcção, áreas em que a sua determinação, competência profissional e elevado espírito de missão lhe permitiram alcançar assinaláveis níveis de proficiência.

Na área do Comando, desempenhou por diversas vezes as funções de Comandante de Bateria e de Grupo, onde evidenciou elevada capacidade de liderança, competência técnico-profissional e um elevado sentido do dever, sendo de realçar as funções de Comandante do Regimento de Artilharia n.º 5.

No Comando do Regimento de Artilharia n.º 5, confirmou todas as suas qualidades e virtudes militares, que lhe permitiram obter e manter, com entusiasmo e determinação, excelentes resultados nas áreas de esforço do regimento, como a manutenção e conservação de infra-estruturas e materiais à sua responsabilidade, a componente operacional e a instrução, bem como o profícuo relacionamento com as autoridades e instituições civis locais, de que resultou um proveitoso apoio mútuo. Mercê das suas excelentes qualidades pessoais, de uma sólida formação militar e técnica e um apurado sentido de justiça e disciplina, o Regimento de Artilharia n.º 5, sob o seu comando, adquiriu reforçado prestígio e visibilidade, pela forma exemplar como cumpriu as suas missões, dedicando também especial atenção à preservação do seu valioso património histórico.

No âmbito da Assessoria e Estado-Maior, desempenhou as funções de Chefe de Gabinete de Estudos e Planeamento, no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), e de Inspector-Adjunto, na Inspeção-Geral do Exército, onde demonstrou uma consistente e qualificada formação militar, apurado espírito de análise e excelentes qualidades de planeamento e organização. Neste contexto, é de realçar também a forma muito competente como desempenhou as funções de “Peacetime Establishment Section Chief” na Divisão de Recursos do “Supreme Headquarters Allied Powers Europe” (SHAPE), onde demonstrou uma consistente e qualificada formação militar, bom senso, apurado espírito de análise e de síntese, extraordinária afabilidade e notável capacidade de trabalho em grupo, qualidades que em muito contribuíram para o prestígio do Exército Português e dos seus quadros no seio da Aliança Atlântica.

No campo da Docência, deteve responsabilidades no âmbito da Instrução, na EPA e, no âmbito do Ensino, no IAEM, onde evidenciou excelentes conhecimentos técnico-profissionais, elevado espírito de iniciativa e sentido do dever, constituindo-se num exemplo de dedicação para todos quantos com ele serviram.

Na EPA, realçam-se as de funções de Chefe da Equipa de Tiro de Artilharia, instrutor daquela área e de métodos de instrução em diversos cursos do Quadro Permanente, revelou assinalável capacidade de comunicação e grande domínio das técnicas de instrução, revelando-se um precioso colaborador do Comando da Escola, num espírito de completa entrega e abnegação. Oficial dotado de particular sentido de responsabilidade, salutar entusiasmo e dinamismo, caracterizou a sua acção pelos melhores padrões de qualidade, com reflexos evidentes nos níveis de eficiência de todos os cursos de que foi responsável.

No IAEM, ao longo de mais de dez anos repartidos por diversos períodos, enquanto Professor das cadeiras de Artilharia e Material, de Tática de Artilharia e de Técnicas de Estado-Maior, e como Chefe, quer do Gabinete de Doutrinas e Técnicas, quer da Secção de Ensino da Tática, toda a sua actividade pedagógica, considerada digna, prestigiante, isenta e objectiva, foi conduzida com o objectivo permanente de melhoria do rendimento dos seus discentes, dos Cursos de Promoção a Oficial Superior, Cursos de Estado-Maior e Cursos Superiores de Comando e Direcção, da qual resultou benefício para o Ensino Superior Militar e prestígio para o IAEM e para o Exército.

Como major-general, desempenhou os importantes cargos de 2.º Comandante da Região Militar do Norte e de Director de Formação do Comando e Instrução e Doutrina (CID), patenteando, em todos os momentos e situações, uma elevada competência e dedicação, a par de um perfeito conhecimento dos assuntos da sua responsabilidade, revelando-se um valioso colaborador dos seus comandantes. O seu apurado sentido crítico e irrepreensível carácter, aliados a uma sólida formação humana, mostraram-se profundamente adequados e eficazes na execução das tarefas que lhe foram determinadas e delegadas, sendo de realçar, no CID, onde exerceu funções durante um período mais alargado, as acções relevantes que desenvolveu no âmbito da “Formação” em que procurou garantir que os formandos atingissem elevados padrões de conhecimentos e atingissem os níveis de desempenho que se exige na sociedade actual em que os militares são chamados a cumprir missões muito diversificadas e com graus de risco muito variados.

Por tudo o que precede, é de inteira justiça destacar de forma inequívoca a notável qualidade do desempenho do major-general Alfredo Nunes da Cunha Piriquito no exercício das funções atribuídas ao longo da sua brilhante carreira, classificando os serviços por si prestados como extraordinários, relevantes e distintíssimos, deles tendo resultado honra e lustre para o Exército, para as Forças Armadas e para o País.

7 de Fevereiro de 2010. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

Louvo o MGEN (07355876) **José Alberto Martins Ferreira** pela forma excepcionalmente dedicada, competente e altamente eficiente como, nos últimos três anos e meio, vem exercendo o cargo de Comandante da Brigada de Intervenção.

Oficial dotado de notáveis qualidades pessoais e profissionais, norteou a sua acção de comando pelo rigor, forte determinação, sentido de missão e permanente disponibilidade para servir, patenteando uma liderança firme e esclarecida, sempre orientada para os objectivos superiormente definidos. O seu desempenho exemplar, de todas as funções e tarefas atribuídas, foi determinante para levar a cabo o processo de transformação da então Brigada Ligeira de Intervenção, na actual Grande Unidade, destacando-se pelo seu espírito empreendedor, excepcional capacidade de trabalho e organização e espírito de bem servir.

São de realçar as acções desenvolvidas sob a sua orientação, para cumprimento das diferentes e multifacetadas tarefas cometidas à Brigada, onde se destaca a permanente actividade de treino operacional que imprimiu às suas subunidades, o que lhes permitiu atingir elevados níveis de desempenho, bem como dinamizar e alargar as exigências operacionais nos exercícios de Brigada da série DRAGÃO e uma mais activa participação nos exercícios da série ORION. No âmbito operacional é ainda, com toda a justiça, de sublinhar a forma organizada, metódica e cuidada, como sempre foi conduzida a preparação, aprontamento e sustentação das Forças Nacionais Destacadas atribuídas à Brigada, designadamente um Agrupamento para a Bósnia-Herzegovina, três Agrupamentos para o Kosovo, três Companhias de Engenharia para o Líbano, três Equipas de Mentores e Oficiais de Ligação para o Afeganistão e duas, com idêntica finalidade, para o Iraque.

O major-general Martins Ferreira, confirmou a sua condição de Oficial-General de elevada craveira, bem evidente na sua marcada acção de comando e competência técnica diversificada, ao que se alia um apurado sentido de análise e de acompanhamento das múltiplas actividades, designadamente no processo de integração das viaturas Pandur II e de certificação do Comando de Brigada com parâmetros NATO.

De realçar, no domínio do apoio à sociedade civil, a participação das unidades da BrigInt em “Outras Missões de Interesse Público”, nomeadamente o empenhamento de elevados efectivos nos Planos LIRA e VULCANO no âmbito da prevenção e combate aos fogos florestais e o acompanhamento dos diversos apoios da Engenharia Militar. É de salientar, ainda, a forma responsável e altamente meritória como dirigiu o planeamento e a execução das muitas e variadas actividades que envolveram o relacionamento das unidades da Brigada, com as entidades e autoridades civis das comunidades locais e regionais. Neste relacionamento, soube tirar partido da condução de exercícios, nas áreas de responsabilidade dos vários Regimentos na sua dependência hierárquica, fomentando uma salutar cooperação com a sociedade civil, nomeadamente no apoio a populações carenciadas, na promoção e apoio a actividades culturais e recreativas, na dinamização das actividades de formação profissional e na divulgação da história da participação do Exército, nos teatros de operações externos, de que resultou um claro reforço na ligação com as autoridades e comunidades locais e um prestigioso reforço da imagem do Exército no seio das populações.

Todo este trabalho, pela sua delicadeza, complexidade de organização e execução, exigiu do Comandante da Brigada uma cuidada ponderação e elevado grau de confiança, tendo denotado qualidades duma assumida vocação militar e gosto pelas responsabilidades, revelando de forma esclarecida e altamente eficaz um extraordinário desempenho e uma elevada competência profissional,

evidenciada nas suas singulares qualidades de liderança, não se inibindo em tomar decisões oportunas e precisas, para promover sinergias e impulsionar os processos e acções adequadas para atingir os objectivos fixados.

Possuidor de excepcionais qualidades pessoais e profissionais, bem patentes na afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e competência profissional, pautando a sua conduta por uma inexcusável correcção, aprumo, sentido de camaradagem e colaboração para com os seus superiores, o major-general Martins Ferreira é credor de toda a confiança e justamente merecedor de ser apontado como um oficial-general distinto, que pelo seu espírito determinado e de permanente acção, dinamizou, prestigiou e dignificou a Brigada de Intervenção, sendo merecedor que os serviços por si prestados, de que resultou honra e lustre para Portugal e para o Exército, que abnegadamente serve, sejam qualificados de importantes, extraordinários, relevantes e muito distintos.

27 de Novembro de 2010. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

Louvo o COR MED (00163673) **Manuel D'Assunção Gonçalves Mendonça**, pelo modo prestigiante e competente como exerceu as suas funções ao longo de quase trinta anos de serviço efectivo, revelando no seu desempenho, elevada competência técnico profissional, dedicação, noção do dever e responsabilidade.

Colocado na ZMM após ter ingressado no QP, em 1982, o coronel Gonçalves Mendonça, percorreu a sua carreira médico-militar de forma altamente meritória, tendo sido reconhecidas, pelos superiores, as suas relevantes qualidades pessoais, técnicas e militares. A sua postura profissional e humana granjeou-lhe, por tudo isto, o respeito, a estima e a consideração de todos que com ele privaram, nas diferentes missões de que foi incumbido: Inspector do Serviço de Saúde do CD/PSP de Coimbra, 2.º Comandante do BSS, 2.º Comandante do Destacamento Sanitário 7, na MONUA em Angola, Director do Centro de Saúde/CMSM, Comandante do BSS, Subdirector do HMR2 e desde Outubro de 2007 como Director do HMR2.

No final da sua carreira, apesar das limitações em recursos humanos e financeiros, conseguiu melhorar significativamente as condições de vida interna do Hospital com reflexos muito positivos, tanto no bem estar do pessoal como na melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde, exerceu este cargo com grande capacidade de organização, extraordinário desempenho, planeamento, dotes de ponderação e capacidade de análise, tendo revelado uma excelente preparação médica, nunca deixando de colaborar na actividade clínica do Serviço de Medicina Interna, onde a sua ajuda e conselho são particularmente apreciados.

Dotado de profunda formação humanitária, inteligente, eficiente e com um elevadíssimo sentido de missão, pôs ao serviço do seu desempenho toda a sua excepcional formação intelectual e científica, aliadas a uma rara integridade de carácter, o que juntamente com os seus excelentes conhecimentos da problemática hospitalar lhe garantiram uma postura de marcada ascendência durante todo o período do seu Comando. Esta sua entrega ao serviço, desdobrando-se no exercício de várias actividades importantes para a vida do Hospital, contribuiu significativamente, para o honroso cumprimento da missão do HMR2.

Ao deixar por imperativo legal, a efectividade de serviço, é inteiramente justo reconhecer que o coronel Gonçalves Mendonça cumpriu de forma extremamente empenhada e competente as missões que lhe foram confiadas, ao longo da sua carreira, assegurando uma contribuição significativa para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Comando da Logística e do Exército, devendo por isso os serviços, por si prestados, serem considerados como muito relevantes e distintos.

28 de Janeiro de 2010. – O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

Louvo o SCH TM (05993081) **Jaime de Sousa Vieira**, pelo extremo rigor, empenho e disponibilidade como tem desempenhado as suas funções, no Centro de Comunicações da Presidência da República, desde 1993.

Militar muito interessado no desenvolvimento dos seus conhecimentos, dinâmico, perseverante e de excelentes relações humanas, tem demonstrado muito querer, exemplar dedicação, tenacidade e espírito de sacrifício no cumprimento das missões que lhe são atribuídas. Destaca-se ainda pelos invulgares conhecimentos técnico-profissionais e grande capacidade de actuar adequadamente em situações complexas. Não esmorece perante a exigência de esforços físicos ou intelectuais, por mais fortes que sejam, e revela muito querer na consecução dos objectivos a atingir.

O sargento-chefe Jaime Vieira é possuidor de urna especial competência e responsabilidade, exemplar dedicação e excelente profissionalismo.

Pelas suas notáveis qualidades humanas e militares tem contribuído, para dignificar a classe militar e o ramo a que pertence, pelo que é digno de ser apontado ao respeito e consideração pública, devendo os serviços por si prestados ser considerados relevantes e de muito mérito.

26 de Fevereiro de 2010. – O Chefe da Casa Civil da Presidência da República, *José Manuel Nunes Liberato*.

Louvo o tenente-coronel do Exército (12827188) **José Manuel Tavares Magro**, a prestar serviço na Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, pela forma muito competente, dedicada e altamente meritória como, desde 2006, tem vindo a desempenhar funções no Departamento de Relações Bilaterais (DRB).

Desde a sua chegada ao DRB o tenente-coronel Magro destacou-se pela forma competente e interessada como acompanhou as diversas actividades da sua área de responsabilidade, da qual resultou um inestimável contributo para o desenvolvimento das relações bilaterais com os países porque é responsável, com destaque para o desenvolvimento da cooperação com a Argélia.

A qualidade dos trabalhos por si desenvolvidos, nomeadamente ao nível do acompanhamento das acções de cooperação, bem como na preparação de pastas de trabalho para as reuniões ministeriais, aliado às suas intervenções sempre oportunas e competentes nas diversas reuniões em que foi chamado a participar, fizeram do tenente-coronel Magro um colaborador de elevada valia para a equipa em que se insere.

Para a obtenção destes resultados, de que advém natural visibilidade para a Defesa Nacional e para as Forças Armadas Portuguesas no plano externo, muito contribuiu o seu notável empenhamento e capacidade de trabalho, frequentemente assegurados com prejuízo da sua vida pessoal.

É igualmente justo realçar as suas qualidades humanas, marcadas sempre por grande educação, correcção e sentido da disciplina, que proporcionaram um excelente ambiente de trabalho a todos os que com ele têm cooperado.

Face ao que antecede, considero justo reconhecer publicamente as excelentes qualidades pessoais e profissionais patenteadas pelo tenente-coronel Magro, reconhecendo os serviços por si prestados como de elevado mérito.

21 de Janeiro de 2010. – O Director-Geral da DGPND, *Paulo Vizeu Pinheiro*.

Louvo o TCOR SGE (02415578) **João Domingos Gomes Cid**, pelas extraordinárias virtudes humanas e competência profissional demonstradas no desempenho das funções que lhe foram cometidas ao longo dos cerca de três anos e meio em que prestou serviço nesta Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, do Ministério da Defesa Nacional.

Militar dinâmico e criativo na acção, exigente consigo próprio e com os demais colaboradores, soube, com rara sensibilidade e poder de adaptação, integrar-se nas actividades em desenvolvimento na Direcção-Geral, particularmente nas áreas dos Incentivos à Prestação do Serviço Militar, dos Efectivos e do Recrutamento Militar, onde promoveu excelentes relações humanas orientadas para a consecução dos objectivos e para a valorização de todos aqueles com quem trabalhou.

Nomeado como responsável pelo enquadramento das Equipas de Divulgadores, no âmbito do Dia da Defesa Nacional (DDN), coordenando 45 jovens oficiais dos três ramos das Forças Armadas, demonstrou, em todas as circunstâncias, uma irrepreensível capacidade de liderança, motivando e orientando de forma exemplar os Divulgadores, contribuindo decisivamente para os elevados padrões de qualidade atingidos nas jornadas do DDN.

Ainda neste âmbito, merecem, igualmente, ser realçadas as elevadas capacidades organizativa e de gestão, reveladas pelo TCOR Cid como responsável pelo apoio logístico às actividades do DDN, que, através de uma adequada gestão e duma criteriosa utilização dos recursos disponíveis, aliadas à capacidade de diálogo e comunicação com as Unidades onde funcionam os Centros de Divulgação do DDN, conseguiu garantir o bom funcionamento destes Centros e ultrapassar dificuldades de percurso.

No momento da sua passagem à situação de reserva, fora da efectividade de serviço, é inteiramente justo que seja realçado e dado público testemunho do seu prestigiante desempenho, da elevada competência e relevantes qualidades pessoais, e reconhecer que os serviços por si prestados, relevantes e de muito elevado mérito, contribuíram para o prestígio e cumprimento da missão da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e, consequentemente, do Ministério da Defesa Nacional.

4 de Janeiro de 2010. – O Director-Geral da DGPRM, *Alberto Rodrigues Coelho*.

---

## II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

### **Ingresso no quadro**

Nos termos do artigo 172.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

COR INF, Supranumerário (12057574) José António Silva Conceição, da IGE, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Setembro de 2009 por ter preenchido vaga ocorrida no respectivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

COR INF, Supranumerário (06737381) Nuno Augusto Teixeira Pires da Silva, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 12 de Outubro de 2009 por ter preenchido vaga ocorrida no respectivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

COR ART, Supranumerário (18794480) Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 2009 por ter preenchido vaga ocorrida no respectivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

COR INF, Supranumerário (08891582) Jorge Manuel Cabrita Alão Correia da Silva, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2009 por ter preenchido vaga ocorrida no respectivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

COR ART, Supranumerário (03395682) Rui Manuel Carlos Clero, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Outubro de 2009 por ter preenchido vaga ocorrida no respectivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

COR INF, Supranumerário (13020883) Eugénio Francisco Nunes Henriques, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2009 por ter preenchido vaga ocorrida no respectivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

COR INF, Supranumerário (10541582) João Alexandre Gomes Teixeira, da DJD, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de Dezembro de 2009 por ter preenchido vaga ocorrida no respectivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

COR INF, Supranumerário (11124182) João Manuel Carvalho Oliveira da Cunha Porto, do RI14, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2009 por ter preenchido vaga ocorrida no respectivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

COR INF, Supranumerário (02965384) António Martins Gomes Leitão, do RI13, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2009 por ter preenchido vaga ocorrida no respectivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

COR CAV, Supranumerário (18293078) Luís Rodrigues da Silva, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Setembro de 2009 por ter preenchido vaga ocorrida no respectivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

COR INF, Supranumerário (14097078) Augusto Manuel dos Santos Alves, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Dezembro de 2009 por ter preenchido vaga ocorrida no respectivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

COR ADMIL, Supranumerário (10139783) António Vicente Timóteo Rodrigues, do CFin/Cmd Log, devendo ser considerado nesta situação desde 12 de Novembro de 2009 por ter preenchido vaga ocorrida no respectivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

TCOR CAV, Supranumerário (12002185) Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de Outubro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

TCOR TM, Supranumerário (19886885) Luís Filipe Camelo Duarte Santos, da EPT, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

TCOR INF, Supranumerário (00316485) Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira, do Cmd e CCS/BrigRR, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Setembro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

TCOR ART, Supranumerário (08949385) Carlos Manuel de Lemos Ramos Dionísio, do RG3, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Novembro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

TCOR INF, Supranumerário (03878381) Jorge Luís Leão da Costa Campos, do IMPE, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Dezembro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

TCOR INF, Supranumerário (02033185) Manuel Joaquim Moreno Ratão, da ESE, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

TCOR INF, Supranumerário (00771586) Hilário Dionísio Peixeiro, do Cmd e CCS/BrigRR, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Setembro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

TCOR ART, Supranumerário (05245686) Francisco Afonso Mexia Favita Setoca, da EPA, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

TCOR CAV, Supranumerário (15720485) José Manuel Carreiro Crespo, do RL2, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Outubro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

TCOR ADMIL, Supranumerário (00834386) Adriano Júlio Brites Dias, da EPS, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

TCOR INF, Supranumerário (01348989) Pedro Miguel Andrade de Brito Teixeira, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Novembro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

TCOR INF, Supranumerário (08729589) Paulo Jorge dos Santos Martins, do IGeoE, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Novembro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

TCOR ENG, Supranumerário (19873684) José Augusto Cardoso Almeida, do RE3, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Outubro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

TCOR INF, Supranumerário (14713687) António José Miranda Ferreira de Almeida, da ESE, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

MAJ ART, Supranumerário (01282188) Manuel João Favita Marchã, do COA, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

MAJ SGE, Supranumerário (15297178) Fernando dos Santos Guedes, do CR VILA REAL, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Setembro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

MAJ CAV, Supranumerário (15602989) Luís Miguel Correia Mourato Gonçalves, do RC3, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Setembro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

MAJ SGE, Supranumerário (07652277) José Mendes Centeio, da UnAp/ZMM, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

MAJ CAV, Supranumerário (10847991) Hugo Duarte Rodrigues Porém Machado, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Dezembro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

MAJ SGE, Supranumerário (11821176) Orlando Augusto Soares Gomes, da EPI, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Outubro de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

MAJ ADMIL, Supranumerário (31905691) Luís Miguel Pinheiro Dias Fernandes, da EPS, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Agosto de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

MAJ INF, Supranumerário (12404993) Renato Emanuel Carvalho Pessoa dos Santos, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Julho de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

MAJ INF, Supranumerário (09654288) Luís Miguel de Sousa Leal, da DARH, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Julho de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

MAJ SGE, Supranumerário (00329478) Antero Castelo Afonso, da DARH, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Julho de 2009 por ter ocupado vaga no quadro especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 2009)

**Passagem à situação de Reserva**

TGEN (01448365) Carlos Alberto de Carvalho dos Reis, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de Setembro de 2009. Fica com a remuneração mensal de €4.780,49. Conta 55 anos e 11 meses de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 9Nov09/DR II série n.º 9 de 14Jan10)  
(Por despacho de 27Jan10/DR II série n.º 33 de 17Fev10)

TCOR INF (04829984) Hélder Gaspar da Costa, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009. Fica com a remuneração mensal de €2.602,75. Conta 30 anos, 11 meses e 26 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 5Jan10/DR II série n.º 36 de 22Fev10)

TCOR INF (05125486) Rogério Gonçalves da Costa Pereira, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 2009. Fica com a remuneração mensal de €2.707,99. Conta 32 anos, 2 meses e 8 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 25Jan10/DR II série n.º 40 de 26Fev10)

SCH TM (13311382) Luís Manuel Lobo, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Agosto de 2009. Fica com a remuneração mensal de €1.790,09. Conta 33 anos, 6 meses e 4 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 1Fev10/DR II série n.º 47 de 9Mar10)

SAJ ENG (18657187) Paulo Manuel Correia Devesa, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Novembro de 2009. Fica com a remuneração mensal de €1.320,97. Conta 27 anos, 3 meses e 18 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 8Jan10/DR II série n.º 36 de 22Fev10)

SAJ PARA (01419888) Hélder Manuel Nunes Cantarrilha, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Novembro de 2009. Fica com a remuneração mensal de €1.834,20. Conta 32 anos, 10 meses e 15 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 1Fev10/DR II série n.º 47 de 9Mar10)

SAJ ART (15651684) José Joaquim Realinho Ricardo, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Novembro de 2009. Fica com a remuneração mensal de €1.735,01. Conta 33 anos, 1 mês e 27 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 1Fev10/DR II série n.º 47 de 9Mar10)

1SAR MUS (16347581) Fernando Manuel Passinhas Major, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Outubro de 2009. Fica com a remuneração mensal de €1.745,14. Conta 36 anos, 7 meses e 19 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 8Jan10/DR II série n.º 36 de 22Fev10)

### Passagem à situação de Reforma

Por despacho de 1 de Março de 2010 da direcção da CGA, proferido por delegação de poderes, publicada no *Diário da República* n.º 46, II Série, de 8 de Março de 2010, com a data e pensão que se indica:

TGEN COG (04760263) Manuel Fernando Vizela Marques Cardoso, 11 de Junho de 2009, €4.302,45;  
COR ENG (04636063) Armando António Azenha Cação, 12 de Junho de 2009, €3.434,70;  
COR ADMIL (00053467) Armando José Pires Figueiredo, 28 de Setembro de 2009, €3.434,70;  
MAJ SGPQ (14618174) Floriano dos Santos, 16 de Maio de 2009, €2.794,52;  
SMOR PARA (01683472) António Martins Campos, 31 de Março de 2009, €2.235,33;  
SMOR MUS (01658174) Francisco António Bagorro Lopes, 6 de Setembro de 2009, €1.988,43;  
SCH MUS (02430475) Jacinto Farias Eleutério, 13 de Julho de 2009, €1.731,31;  
SAJ MUS (14593275) Fernando Moniz Tavares, 1 de Maio de 2009, €1.667,03;  
SAJ SGE (02990875) Edmundo Fernando Barros Dias, 1 de Março de 2009, €1.628,60;  
ISAR INF (88073262) João Nogueira, 27 de Dezembro de 2007, €1.356,05;  
ISAR AMAN (15526874) João Manuel Ferreira Simões, 30 de Janeiro de 2009, €1.474,20;  
ISAR AMAN (07055780) António Maria Morgado Marques, 1 de Maio de 2009, €1.180,59.

---

## III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

### Promoções

Por Decreto do Presidente da República n.º 17/2010, de 24 de Fevereiro, publicado no *Diário da República* n.º 38, em 24 de Fevereiro de 2010 (1.ª série), foi confirmada a promoção ao posto de tenente-general do MGEN (16450473) **Luís Manuel dos Santos Newton Parreira**, efectuada por deliberação de 10 de Fevereiro de 2010 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 11 do mesmo mês. Conta antiguidade desde 10 de Fevereiro de 2010. Fica colocado à esquerda do TGEN (03823372) José Artur Quesada Pastor.

Por Decreto do Presidente da República n.º 19/2010, de 24 de Fevereiro, publicado no *Diário da República* n.º 38, em 24 de Fevereiro de 2010 (1.ª série), foi confirmada a promoção ao posto de major-general do COR TIR INF (02041678) **José Manuel Picado Esperança da Silva**, efectuada por deliberação de 10 de Fevereiro de 2010 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 11 do mesmo mês. Conta antiguidade desde 10 de Fevereiro de 2010. Fica colocado à esquerda do MGEN (08733481) Fernando Celso Vicente de Campos Serafino.

Por Decreto do Presidente da República n.º 20/2010, de 24 de Fevereiro, publicado no *Diário da República* n.º 38, em 24 de Fevereiro de 2010 (1.ª série), foi confirmada a promoção ao posto de major-general do COR TIR INF Graduado em BGEN (14078977) **Agostinho Dias da Costa**, efectuada por deliberação de 10 de Fevereiro de 2010 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 11 do mesmo mês. Conta antiguidade desde 10 de Fevereiro de 2010. Fica colocado à esquerda do MGEN (02041678) José Manuel Picado Esperança da Silva.

Por Decreto do Presidente da República n.º 21/2010, de 24 de Fevereiro, publicado no *Diário da República* n.º 38, em 24 de Fevereiro de 2010 (1.ª série), foi confirmada a promoção ao posto de major-general do COR TIR INF Graduado em BGEN (02498480) **Isidro de Moraes Pereira**, efectuada por deliberação de 10 de Fevereiro de 2010 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 11 do mesmo mês. Conta antiguidade desde 10 de Fevereiro de 2010. Fica colocado à esquerda do MGEN (14078977) Agostinho Dias da Costa.

Por Decreto do Presidente da República n.º 22/2010, de 24 de Fevereiro, publicado no *Diário da República* n.º 38, em 24 de Fevereiro de 2010 (1.ª série), foi confirmada a promoção ao posto de major-general do COR TIR ART (02507881) **António José Pacheco Dias Coimbra**, efectuada por deliberação de 10 de Fevereiro de 2010 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 11 do mesmo mês. Conta antiguidade desde 10 de Fevereiro de 2010. Fica colocado à esquerda do MGEN (02498480) Isidro de Moraes Pereira.

Por Decreto do Presidente da República n.º 23/2010, de 24 de Fevereiro, publicado no *Diário da República* n.º 38, em 24 de Fevereiro de 2010 (1.ª série), foi confirmada a promoção ao posto de major-general do COR TIR CAV (12609179) **Emílio de Oliveira Duarte**, efectuada por deliberação de 10 de Fevereiro de 2010 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 11 do mesmo mês. Conta antiguidade desde 10 de Fevereiro de 2010. Fica colocado à esquerda do MGEN (02507881) António José Pacheco Dias Coimbra.

Por Decreto do Presidente da República n.º 25/2010, de 4 de Março, publicado no *Diário da República* n.º 44, em 4 de Março de 2010 (1.ª série), foi confirmada a promoção ao posto de major-general do COR TIR MED (10528774) **António Manuel Netas da Silva Graça**, efectuada por deliberação de 23 de Fevereiro de 2010 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 26 do mesmo mês. Conta antiguidade desde 23 de Fevereiro de 2010. Fica colocado à esquerda do MGEN (12609179) Emílio de Oliveira Duarte.

Por Decreto do Presidente da República n.º 26/2010, de 4 de Março, publicado no *Diário da República* n.º 44, em 4 de Março de 2010 (1.ª série), foi confirmada a promoção ao posto de major-general do COR TIR INF (06576281) **Carlos Henrique de Aguiar Santos**, efectuada por deliberação de 23 de Fevereiro de 2010 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 26 do mesmo mês. Conta antiguidade desde 23 de Fevereiro de 2010. Fica colocado à esquerda do MGEN (10528774) António Manuel Netas da Silva Graça.

---

#### IV — LISTAS DE PROMOÇÃO

Listas de promoção por escolha ao posto de coronel, dos tenente-coroneis das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 2 do artigo 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do general CEME de 2 de Março de 2010, para vigorar no ano de 2010:

**Infantaria**

- 1 TCOR INF (05303583) Jorge Manuel Sequeira Iglésias;
- 2 TCOR INF (06447979) José Augusto Rodrigues Alves;
- 3 TCOR INF (02748085) Nuno Correia Neves;
- 4 TCOR INF (14891580) José Pedro Simões Contente Fernandes;
- 5 TCOR INF (11689185) José Carlos Cabral de Almeida Loureiro Magalhães;
- 6 TCOR INF (10884983) Nuno Domingos Marques Cardoso;
- 7 TCOR INF (11719782) António Alberto dos Santos Araújo;
- 8 TCOR INF (17630585) João Carlos Carvalho da Paixão;
- 9 TCOR INF (15102684) Diamantino Cardoso Ferreira;
- 10 TCOR INF (07317783) João Alexandre Jesus da Silva Correia Franco;
- 11 TCOR INF (01796278) Carlos Alves Catarino Boaventura;
- 12 TCOR INF (12313984) Norberto António Coelho Carrasqueira;
- 13 TCOR INF (03572379) Artur Carabau Brás;
- 14 TCOR INF (17766982) Fernando Manuel R. Pereira de Albuquerque;
- 15 TCOR INF (04273084) Pedro Manuel Monteiro Sardinha;
- 16 TCOR INF (19901885) Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares;
- 17 TCOR INF (04734483) Fernando António Melo Gomes;
- 18 TCOR INF (06012577) António José Pinheiro Pimenta;
- 19 TCOR INF (01591282) Jorge Manuel Carvalho Zilhão;
- 20 TCOR INF (01427181) João José Claro dos Santos Cravo;
- 21 TCOR INF (19052884) Fernando Mário dos Santos Martins;
- 22 TCOR INF (08976784) João Carlos Sobral dos Santos;
- 23 TCOR INF (07128782) Fernando Manuel Oliveira da Cruz;
- 24 TCOR INF (07812983) António Mário Bonito Afonso Vargas;
- 25 TCOR INF (02193378) Rui Jorge Ramos Carvalho;
- 26 TCOR INF (04633584) António Pedro Proença Esgalhado;
- 27 TCOR INF (08322581) Mário António Barroco Peniche;
- 28 TCOR INF (09043084) António Augusto Gonçalves.

**Artilharia**

- 1 TCOR ART (06477483) Carlos de Oliveira Andrade;
- 2 TCOR ART (16456483) Carlos Manuel Cordeiro Rodrigues;
- 3 TCOR ART (12680584) Nuno Manuel Monteiro Fernandes;
- 4 TCOR ART (19921679) José Manuel Correia Rodrigues;
- 5 TCOR ART (15170782) Joaquim Pedro Ribeiro Delgado Ferrão;
- 6 TCOR ART (08092576) Rui Manuel Carvalho Pires;
- 7 TCOR ART (09816685) José Mota Mendes Ferreiro;
- 8 TCOR ART (03040483) Carlos Alberto Borges da Fonseca;
- 9 TCOR ART (19734783) Luís Miguel Green Dias Henriques;
- 10 TCOR ART (05184978) José Manuel Tomaz Luís.

**Cavalaria**

- 1 TCOR CAV (12002185) Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo;
- 2 TCOR CAV (17473882) António Maria Vilaça Delgado dos Anjos Galego;
- 3 TCOR CAV (13726185) Rogério da Piedade Fernandes dos Santos;
- 4 TCOR CAV (13952585) José Francisco Fé Nabais;
- 5 TCOR CAV (12763583) Carlos Manuel Siborro Reis.

**Engenharia**

- 1 TCOR ENG (17837086) Jorge Manuel Noronha da Silveira Alves Caetano;
- 2 TCOR ENG (03233378) António Luís Nisa Pato;
- 3 TCOR ENG (03735777) Jorge Nunes Baltazar.

**Transmissões**

- 1 TCOR TM (14856277) António José Caessa Alves do Sacramento;
- 2 TCOR TM (19886885) Luís Filipe Camelo Duarte Santos;
- 3 TCOR TM (08929484) Antonino Melchior Pereira de Melo;
- 4 TCOR TM (13385883) Álvaro Domingos Marques Moleiro.

**Medicina**

- 1 TCOR MED (14347681) Nuno António Martins Canas Mendes;
- 2 TCOR MED (09891181) Luís Manuel Lopes Gusmão.

**Medicina Veterinária**

- 1 TCOR VET (00099984) Adérito José Nunes Galvão;
- 2 TCOR VET (05201482) Luís Manuel Carreira Garcia.

**Farmácia**

- 1 TCOR FARM (14275080) João António Lopes dos Reis;
- 2 TCOR FARM (04608180) Carlos Alberto do Amaral Souto.

**Administração Militar**

- 1 TCOR ADMIL (11881779) José Manuel Lopes Afonso;
- 2 TCOR ADMIL (10107179) José Maria Monteiro Varela;
- 3 TCOR ADMIL (06220279) Jorge Eduardo Mota Santos;
- 4 TCOR ADMIL (01972578) Alexandre Daniel Domingues Caldas;
- 5 TCOR ADMIL (05760177) Luís Manuel Faria de Paula Campos;
- 6 TCOR ADMIL (14567779) Jorge Carmo da Costa.

**Material**

- 1 TCOR MAT (10430280) Jorge Manuel Lopes Gurita;
- 2 TCOR MAT (17977477) Gustavo Jorge Dias.

---

**V — COLOCAÇÕES, NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES****Colocações****Ministério da Defesa Nacional**

TCOR INF (02986886) Paulo António dos Santos Cordeiro, do IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Novembro de 2009.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

### **Instituto da Defesa Nacional**

COR ART (19051684) Carlos Manuel Coutinho Rodrigues, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

### **Estado-Maior General das Forças Armadas**

TCOR TM (06684986) João Baptista Dias Garcia, da DCSI, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Fevereiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

### **Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército**

CAP ART (18993698) Emanuel António Constantino Pinto, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Dezembro de 2009.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

### **Gabinete do General Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército**

TCOR INF (02932989) Carlos Abílio Cavacas Macieira, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de Novembro de 2008.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

### **Estado-Maior do Exército Unidade de Apoio**

COR ART (08350076) António Pedro Aleno da Costa Santos, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

COR ADMIL (13687877) Francisco António Coelho Nogueira, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

COR INF (15254081) João Pedro Fernandes de Sousa Barros Duarte, do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Fevereiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

TCOR INF (08516084) Jorge Manuel Dias Freixo, do IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

### **Comando da Logística**

TCOR INF (08060786) José Luís Sousa Pereira, do RTransp, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

**Comando da Logística  
Centro de Finanças**

CAP ADMIL (17529898) Nuno Miguel Ferreira da Silva, da DAq, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

**Centro Militar de Electrónica**

TCOR SAR (06846275) Carlos Cardoso Catarino, do CID, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de Fevereiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

CAP TMANTM (06339781) Manuel Carlos Fernandes Martins, da DARH, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

**Direcção de Infra-Estruturas**

CAP ENG (00915198) Sérgio Alberto Lopes da Costa, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

**Hospital Militar Principal**

MAJ SGE (06098778) João da Silva Ferreira, da UnAp/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

TEN MED (14077099) Catarina Alexandra Valente Leitão, do HMR1, devendo ser considerada nesta situação desde 4 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

**Hospital Militar Regional n.º 1**

TEN MED (11436200) Ágata Pimentel Areias, do HMP, devendo ser considerada nesta situação desde 11 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

TEN MED (06776101) Luís Marli Araújo Salgueiro Moreno, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

**Escola Prática de Infantaria**

TCOR INF (17527085) Francisco José Fonseca Rijo, do Joint Command Lisbon, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

**Comando das Forças Terrestres**

COR INF (03476485) João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro, da EPI, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

**Comando das Forças Terrestres  
Centro de Finanças**

TEN ADMIL (02953301) Marco Paulo Castro Leite, da UnAp/CFT, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

**Brigada Mecanizada  
Batalhão de Apoio de Serviços**

TCOR CAV (01794787) José António dos Santos Torcato, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

**Brigada de Reacção Rápida  
Comando e Companhia de Comando e Serviços**

TCOR INF (18009287) Rui Pedro Dias da Silva Formosinho, da UALE, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Novembro de 2009.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

**Centro de Tropas Comandos**

TEN INF (03599400) Luís Miguel Rodrigues Gomes, do RI14, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Dezembro de 2009.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

TEN INF (05082600) Nelson Miguel Gonçalves Ferreira, do RG3, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Dezembro de 2009.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

TEN INF (08138702) Vítor Abreu Fernandes, do 2BIMec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Dezembro de 2009.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

TEN INF (01691603) Hugo José Estrela Paulos, do 2BIMec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Dezembro de 2009.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

**Regimento de Engenharia n.º 1**

CAP TPESSECR (13236385) António Manuel Matos Marques, do CFin/CFT, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

**Instituto de Acção Social das Forças Armadas  
CAS Runa**

CAP TEDT (29211191) José Pedro da Rocha Resende, do HMP, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Janeiro de 2010.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2010)

**Nomeações**

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 135.º do Regulamento de Disciplina Militar, aprovado pela Lei Orgânica n.º 2/09, de 22 de Julho, nomeio para o cargo de Vogal do Conselho Superior de Disciplina do Exército, com efeitos desde 11 de Janeiro de 2010, o TGEN (09945064) **João Maria de Vasconcelos Pirote**, na situação de reserva.

3 de Fevereiro de 2010. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 3.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o MGEN (04794372) **Rui António Faria de Mendonça**, na situação de activo, para exercer as funções de chefe do meu Gabinete, em regime de comissão de serviço, através de cedência de interesse público.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Março de 2010.

26 de Fevereiro de 2010. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

De acordo com o disposto na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 25.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/04, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/05, de 30 de Agosto, que operou a sua republicação, e pela Lei n.º 64-A/08, de 31 de Dezembro, com o início do mandato do XVIII Governo Constitucional cessam automaticamente as comissões de serviço dos titulares dos cargos dirigentes e, desde logo, dos cargos de direcção superior de 1.º grau dos diversos serviços integrantes do Ministério da Defesa Nacional, com as excepções previstas nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 25.º em apreço.

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 24.º do referido estatuto, em caso de não renovação da comissão de serviço, as funções são asseguradas em regime de gestão corrente até a nomeação de novo titular;

Considerando que a estrutura orgânica do Instituto de Defesa Nacional (IDN) foi aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 22/09, de 4 de Setembro;

Considerando que o IDN tem como missão principal o apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação das questões de segurança e defesa;

Considerando que o IDN é dirigido por um director-geral que é coadjuvado por um subdirector-geral;

Considerando, por último, a necessidade de prover o lugar de director-geral do IDN e que o major-general Vítor Daniel Rodrigues Viana, na situação de activo, é possuidor de perfil e experiência profissionais adequados ao exercício do referido cargo, evidenciados pelo *curriculum vitae* publicado em anexo ao presente despacho e que deste faz parte integrante:

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/04, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/05, de 30 de Agosto, e 64-A/08, de 31 de Dezembro, e da alínea *f*) do n.º 2 do artigo 4.º e do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 154-A/09, de 6 de Julho, e do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 22/09, de 4 de Setembro, determina-se:

1 — Nomear o MGEN (19384073) **Vítor Daniel Rodrigues Viana** para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director-geral do IDN.

2 — O nomeado poderá optar pelo vencimento ou retribuição de base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/04, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/05, de 30 de Agosto, e 64-A/08, de 31 de Dezembro.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Março de 2010.

10 de Março de 2010. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.- O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

### Síntese curricular

O major-general Vítor Daniel Rodrigues Viana nasceu em Lisboa, tem 57 anos de idade e 37 anos de serviço. Foi promovido ao actual posto em 24 de Novembro de 2005.

Está habilitado com o curso de Artilharia da Academia Militar, o curso de Promoção a Capitão, o curso geral de Comando e Estado-Maior, o curso de Estado-Maior e o curso superior de Comando e Direcção do Instituto de Altos Estudos Militares. Possui ainda outros cursos e estágios, de que se destacam: o Air Defense Artillery Officer Advanced Course e o Shorad Weapons System, ambos frequentados nos EUA, o curso de simulador Invertron e o Staff Planners Course Chaparral; no âmbito civil, possui o grau de mestre em Estratégia, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, e o first certificate in English, pelo British Council (diploma da Universidade de Cambridge).

Ao longo da sua carreira, prestou serviço em várias unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército, nomeadamente na Escola Prática de Artilharia, onde como subalterno exerceu funções de instrutor, de 1976 a 1978 e posteriormente como coronel foi comandante, de 2000 a 2002; no Regimento de Artilharia de Leiria, como subalterno, foi comandante de Bateria, de 1978 a 1980; no Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais, como capitão, desempenhou funções de comandante de Bateria e de oficial de operações do Grupo de Artilharia Antiaérea, de 1980 a 1982; no período de 1985 a 1990, exerceu os cargos de adjunto da Direcção de Instrução, chefe da Secção de Estudos Tácticos e Técnicos e, já como major, as funções de comandante do Grupo de Instrução; na 1.ª Brigada Mista Independente, como capitão, foi adjunto da Direcção de Instrução, chefe do Posto Central de Tiro do GAC/BMI e comandante de Bateria 15,5 Autopropulsionada, de 1982 a 1985; no Estado-Maior do Exército, como major, fez o estágio do curso de Estado-Maior na 3.ª Repartição e, como tenente-coronel, exerceu funções de adjunto do general Chefe do Estado-Maior do Exército, de 1995 a 1996; no Instituto de Altos Estudos Militares, como major e tenente-coronel foi professor, de 1991 a 1996.

Na Casa Militar de S. Ex.ª o Presidente da República, como tenente-coronel, exerceu funções de assessor militar, de 1996 a 2000.

Foi comandante da Escola Prática de Artilharia, de 2000 a 2002.

Exerceu funções de chefe da Secção de Ensino de Estratégia, no Instituto de Altos Estudos Militares, de Setembro de 2003 a 2005.

Presentemente é chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional desde 12 de Março de 2005.

Da sua folha de serviços constam 18 louvores, dos quais 1 concedido por S. Ex.ª o Presidente da República, 1 concedido por S. Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional, 5 concedidos pelo Chefe de Estado-Maior do Exército, 8 por Oficiais Generais, 3 por outras entidades militares, além de várias condecorações de que sobressaem o grau de Grande Oficial da Ordem Militar de Cristo, as medalhas de serviços distintos (uma de ouro e três de prata), a medalha de mérito militar de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, as medalhas de D. Afonso Henriques de 1.ª e 2.ª classes e as medalhas de ouro e de prata de comportamento exemplar.

Possui ainda o grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Avis, o grau de Oficial da Ordem Militar de Avis, o grau de Grande Oficial da Ordem Militar de Cristo e ainda três condecorações estrangeiras.

Tem publicados vários trabalhos no âmbito técnico e nos domínios da história e da estratégia, com destaque para as seguintes obras: *A Evolução do Conceito Estratégico Nacional, da Fundação ao Estado Novo* (edição do IAEM) e *Segurança Colectiva: A ONU e as Operações de Apoio à Paz* (Edições Cosmos/IDN).

Considerando que a Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) é um serviço que integra a administração directa do Estado no âmbito do Ministério da Defesa Nacional (MDN);

Considerando que a estrutura orgânica da DGPDN está prevista no Decreto Regulamentar n.º 20/09, de 4 de Setembro;

Considerando que a DGPDN tem por missão garantir a assessoria técnica na formulação das grandes linhas de acção da política de defesa, no planeamento estratégico de defesa e nas relações externas de defesa, bem como a responsabilidade pelo planeamento, estudo e elaboração de propostas de orientação de nível político-estratégico, acompanhamento e ponderação da respectiva execução, competindo-lhe ainda promover e coordenar a política de cooperação técnico-militar;

Considerando que a DGPDN é dirigida por um director-geral, que é coadjuvado por um subdirector-geral;

Considerando, por último, a necessidade de prover o lugar de subdirector-geral da DGPDN e que o major-general José Filipe da Silva Arnaut Moreira é possuidor do perfil e da experiência profissionais adequados ao exercício do referido cargo, evidenciados pelo *curriculum vitae* publicado em anexo ao presente despacho e que deste faz parte integrante:

Ao abrigo das disposições conjugadas dos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/04, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/05, de 30 de Agosto, e 64-A/08, de 31 de Dezembro, da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º e do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 154-A/09, de 6 de Julho, e do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 20/09, de 4 de Setembro, determina-se:

1 — Nomear o MGEN (17073280) **José Filipe da Silva Arnaut Moreira** para exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirector-geral de Política de Defesa Nacional.

2 — O nomeado poderá optar pelo vencimento ou retribuição de base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/04, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/05, de 30 de Agosto, e 64-A/08, de 31 de Dezembro.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Março de 2010.

26 de Fevereiro de 2010. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

#### ANEXO Nota curricular

José Filipe da Silva Arnaut Moreira  
Major-General

#### Dados pessoais

Nasceu em Coimbra em 22 de Maio de 1959  
É casado e mora em Lisboa

#### Formação académica e militar

Licenciado em Ciências Sociomilitares pela Academia Militar  
Licenciado em Engenharia Electrotécnica e Computadores pelo IST  
Curso de Interpretação de Fotografia Aérea  
Signal Officer Basic Course, Fort Gordon, EUA  
Curso de Promoção a Oficial Superior  
Curso de Estado-Maior pelo Instituto de Altos Estudos Militares  
Curso do Collège Interarmées de Défense, Paris  
Curso de Promoção a Oficial General pelo Instituto de Estudos Superiores Militares

#### Principais funções desempenhadas como oficial superior

Professor na Academia Militar  
Professor da Secção de Ensino de Tática no Instituto de Altos Estudos Militares  
Professor de Geopolítica no Instituto de Altos Estudos Militares

Intelligence Officer no QG NATO — Madrid  
2.º Comandante da Escola Prática de Transmissões  
Adjunto do General Chefe de Estado-Maior do Exército  
Comandante da Escola Prática de Transmissões  
Subdirector de Comunicações e Sistemas de Informação do Exército  
Director de Comunicações e Sistemas de Informação do Exército

### Condecorações

Duas Medalhas de Serviços Distintos — Prata  
Medalha de Mérito Militar de 1.ª classe  
Medalha de Mérito Militar de 2.ª classe  
Medalha da Cruz de S. Jorge  
Medalha de Comportamento Exemplar — Ouro  
Medalha de Comissão Especial — Madrid

### Prémios estrangeiros

Prémio Alcazar de Toledo — Exército de Espanha  
Prémio Exército Brasileiro

1 — Ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei Orgânica n.º 1-A/09 (Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas), de 7 de Julho, nomeio o COR TIR (12862380) **Luís Filipe Tavares Nunes** para o cargo de Director de Administração de Recursos Humanos do Comando do Pessoal.

2 — É exonerado do referido cargo o MGEN (75159975) Rui Manuel da Silva Rodrigues, por ir desempenhar outras funções.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 24 de Março de 2010.

22 de Março de 2010. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

Considerando que a próxima Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) terá lugar em Portugal, a 19 e 20 de Novembro de 2010, em Lisboa, cabendo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, enquanto departamento do Estado responsável pela formulação, coordenação e execução da política externa portuguesa, assegurar a sua organização, em estreita articulação com o Ministério da Defesa Nacional;

Considerando a aprovação da RCM n.º 12/10, de 9 de Fevereiro, nos termos da qual foi criada a Estrutura de Missão para a Organização da Cimeira OTAN;

Considerando que esta Estrutura de Missão visa preparar e acompanhar a Cimeira da OTAN, nas vertentes de organização e logística, garantindo um adequado desenrolar da mesma;

Considerando que a referida RCM prevê que esta Estrutura de Missão é coordenada por um responsável de missão;

Considerando que na dependência directa do responsável de missão, a Estrutura de Missão tem um núcleo permanente;

Considerando que o núcleo permanente é constituído por dois adjuntos do responsável de missão, equiparados, para efeitos remuneratórios, a cargos de direcção intermédia de 1.º grau, devendo um ser nomeado pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e outro pelo Ministro da Defesa Nacional, em regime de comissão de serviço;

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 7 da RCM n.º 12/10, de 9 de Fevereiro, determino o seguinte:

1 — Nomear o COR ENG (02742883) **Hermínio Teodoro Maio** como adjunto do responsável de missão da Estrutura de Missão para a Organização da Cimeira da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Março de 2010.

10 de Março de 2010. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 1 238/10, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto e, encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 95 dias, com início em 5 de Novembro de 2009, a comissão do COR ART (19051684) **Carlos Manuel Coutinho Rodrigues**, no desempenho das funções de director técnico do Projecto n.º 1 — Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas, inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República da Guiné-Bissau.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

1 de Fevereiro de 2010. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 1 238/10, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 14 dias, com início em 17 de Outubro de 2009, a comissão do COR INF (14097078) **Augusto Manuel dos Santos Alves**, no desempenho das funções de director técnico do Projecto n.º 5 — Centro de Instrução de Operações de Paz, inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da Portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

3 de Fevereiro de 2010. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 1 238/10, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o COR INF (04889079) **Fernando Atanásio Lourenço**, por um período de 365 dias, em substituição do COR INF (15254081) João Pedro Fernandes de Sousa Barros Duarte, para desempenhar funções de director técnico do Projecto n.º 1, “Estrutura superior da defesa e das Forças Armadas angolanas”, inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

5 de Fevereiro de 2010. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 1 238/10, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o COR ART (00849080) **Jaime Alexandre Daniel de Almeida**, por um período de 365 dias, com início em 17 de Janeiro de 2010, em substituição do COR ART (19051684) Carlos Manuel Coutinho Rodrigues, para desempenhar funções de director técnico do Projecto n.º 1 — Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas, inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República da Guiné-Bissau.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

1 de Fevereiro de 2010. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 1 238/10, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 180 dias, com início em 9 de Abril de 2010, a comissão do COR INF (01045683) **José António Azevedo Grosso**, no desempenho das funções de director técnico do Projecto n.º 1 — Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas, inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de São Tomé e Príncipe.

2 — De acordo com o n.º 5.º da Portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

3 de Fevereiro 2010. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 1 238/10, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o TCOR INF (05303583) **Jorge Manuel Sequeira Iglésias**, por um período de 365 dias, com início em 23 de Outubro de 2009, em substituição do COR INF (14097078) Augusto Manuel dos Santos Alves, para desempenhar funções de director técnico do Projecto n.º 5 — Centro de Instrução de Operações de Paz, inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da Portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

5 de Fevereiro de 2010. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

Na sequência do processo de reorganização do Ministério da Defesa Nacional (MDN) determinado pelo Decreto-Lei n.º 154-A/09, de 6 de Julho, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 19/09, de 4 de Setembro, que definiu a missão e atribuições da Secretaria-Geral (SG) do MDN.

Por outro lado, a publicação da Portaria n.º 1 274/09, de 19 de Outubro, veio determinar a estrutura nuclear dos serviços e as atribuições e competências das unidades orgânicas da SG do MDN.

Considerando que se torna urgente proceder à nomeação do titular do cargo de Director de Serviços de Planeamento e Coordenação, existente na estrutura orgânica da SG do MDN, por forma a garantir o seu normal funcionamento;

Considerando que o tenente-coronel José Maria Monteiro Varela, preenche os requisitos legais e possui a necessária experiência e aptidão técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo em apreço, conforme nota curricular que se anexa;

1 — Nomeio, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/04, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/05, de 30 de Agosto, o TCOR ADMIL (10107179) **José Maria Monteiro Varela**, Director de Serviços de Planeamento e Coordenação, da SG do MDN, em regime de substituição.

2 — O ora nomeado fica autorizado a optar pela remuneração que lhe é devida pela categoria de origem.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Fevereiro de 2010.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2010. — O Secretário-Geral do MDN, *José de Barros*.

### **Nota curricular**

Nome: José Maria Monteiro Varela;

Data de nascimento: 14 de Abril de 1958;

Naturalidade: freguesia de Souto Maior — Sabrosa, distrito de Vila Real;

Estado civil: Casado;

E-mail.: jmmvarela@netcabo.pt; jose.varela@defesa.pt

#### **Formação Académica:**

Licenciado em Ciências Militares (Administração Militar), pela Academia Militar, tendo concluído o curso no ano de 1986 com a classificação final de 15 (quinze) valores.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas (área de Finanças), pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, tendo concluído o curso em 1992 com a classificação final de 14 (catorze) valores.

Mestre em Gestão (área de Finanças). Conclui o Mestrado, com a classificação de 17 valores, em 24 de Maio de 2004, com a apresentação pública e defesa da Dissertação com o título.

No âmbito da docência, é professor da Academia Militar, nas áreas de Análise de Investimentos e Finanças Públicas, é professor do IPA desde 1993, nas áreas de Finanças Empresarias, Gestão Estratégica e Simulação Empresarial, foi professor do Instituto de Altos Estudos Militares, onde leccionou matérias nas áreas de Gestão Estratégica, Teoria Geral da Administração, Administração das Organizações e Administração de Recursos Financeiros.

Em termos profissionais, enquanto Oficial do Exército, tem desempenhado funções na área de Comando e Chefia merecendo destaque as funções de Comandante de Companhia, de Chefe dos Serviços de Contabilidade, na Direcção do Serviço de Fortificações e Obras do Exército, na Direcção

da Arma de Engenharia, na Direcção dos Serviços de Finanças, de Adjunto de Chefe de Repartição de Auditora, na Direcção dos Serviços de Finanças e da Repartição de Análise e Gestão Económica e Financeira, no Estado-Maior do Exército. Mais recentemente desempenhou funções de Subdirector das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento e desempenha actualmente as funções de Director de Serviços de Planeamento e Coordenação na Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, em regime de substituição.

É membro do Centro de Investigação da Academia Militar, da Ordem dos Economistas e da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Do seu registo disciplinar constam 12 louvores e cinco medalhas (Comportamento Exemplar Cobre e Prata, Mérito Militar de 3.ª classe, D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 2.ª classe e Serviços Distintos Prata).

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 1 238/10, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o TCOR ART (05581385) **António Pedro Matias Ricardo Romão**, por um período de 365 dias, com início em 31 de Janeiro de 2010, em substituição do TCOR ART (19796487) António José Ruivo Grilo, para desempenhar funções de director técnico do Projecto n.º 2 — Instituto Superior de Ensino Militar, inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da Portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

1 de Fevereiro de 2010. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 1 238/10, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto e, encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 18 dias, com início em 1 de Fevereiro de 2010, a comissão do TCOR ART (19796487) **António José Ruivo Grilo**, no desempenho das funções de director técnico do Projecto n.º 2 — Instituto Superior de Ensino Militar, inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

3 de Fevereiro de 2010. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 1 238/10, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o TCOR CAV (15720485) **José Manuel Carreira Crespo**, por um período de 365 dias, com início em 23 de Novembro de 2009, em substituição do TCOR CAV (02007586) Rui

Manuel Sequeira de Seíça, para desempenhar funções de director técnico, não residente, do Projecto n.º 3 — Polícia Militar, inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Cabo Verde.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

1 de Fevereiro de 2010. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 1 238/10, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 365 dias, com início em 9 de Janeiro de 2010, a comissão do MAJ TM ENG (08210684) **Carlos Manuel Pires de Sousa** no desempenho das funções de director técnico, em regime de não residente, do projecto n.º 4, “Comunicações militares”, inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República da Guiné -Bissau.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

1 de Fevereiro de 2010. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 1 238/10, de 22 de Dezembro de 2009, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de Janeiro de 2010, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o MAJ ADMIL (19914490) **Paulo José Rodrigues Duarte**, por um período de 365 dias, com início em 9 de Janeiro de 2010, em substituição do TCOR ADMIL (17245485) Carlos Manuel Rebelo Ribeiro, para desempenhar funções de director técnico do Projecto n.º 6 — Escola de Administração Militar, inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da Portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

1 de Fevereiro de 2010. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

Nos termos dos artigos 11.º, n.º 2, e 16.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 28-A/96, de 4 de Abril, nomeio o CAP TEXPTM (11669386) **João Manuel Guerra Batista** para exercer funções no Centro de Comunicações da Presidência da República, com efeitos a partir desta data e em regime de comissão normal.

17 de Fevereiro de 2010. — O Presidente da República, *ANÍBAL CAVACO SILVA*.

## Exonerações

1 – Por ter assumido outras funções públicas, como director-geral do Instituto de Defesa Nacional, dou por findo o exercício de funções que o MGEN (19384073) **Vítor Daniel Rodrigues Viana** vinha exercendo como chefe do meu Gabinete, cargo para o qual havia sido nomeado pelo despacho n.º 27 533/09, de 3 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 248, de 24 de Dezembro de 2009.

2 – O presente despacho produz efeitos a partir de 28 de Fevereiro de 2010.

26 de Fevereiro de 2010. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do general chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/02, de 2 de Novembro, exonerar o SMOR INF (14751676) **Rui Fernando Sampaio Barros** do cargo de DCOS SPT Secretary no Estado-Maior da EUROFOR, em Florença, República Italiana, cargo para o qual foi nomeado pela portaria n.º 218/08, de 13 de Dezembro de 2007, dos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2008.

A presente portaria produz efeitos desde 7 de Janeiro de 2010.

(Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

17 de Fevereiro de 2010. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

---

## VI — DECLARAÇÕES

### Colocações e desempenho de funções na Situação da Reserva

O TGEN RES (09945064) João Maria de Vasconcelos Piroto, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva, desde 11 de Janeiro de 2010, como Vogal do Conselho Superior de Disciplina do Exército, deixando de exercer funções no Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência.

O COR ART RES (07922164) Vítor Marçal Lourenço, da AM, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, em 30 de Janeiro de 2010, em virtude de ter transitado para a situação de Reforma.

O COR CAV RES (00481074) Alberto Jorge da Silva Crispim Gomes, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva, na CVP, a partir de 5 de Fevereiro de 2010.

O COR INF RES (02114873) José da Silva Pereira Lima, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva, na DARH, a partir de 2 de Dezembro de 2009.

O COR INF RES (16770875) Américo Luís Brigas Paulinho, prestou serviço efectivo na situação de Reserva, na UnAp/CFT, de 1 a 31 de Janeiro de 2010, data a partir da qual deixou a efectividade de serviço.

O TCOR SGPQ RES (02502868) António Serafim Fernandes Marques, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva, na DHCM, a partir de 1 de Março de 2010.

O TCOR INF RES (02825979) Victor Manuel Coimbra Leite, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva, na DJD, a partir de 1 de Fevereiro de 2010.

O TCOR SGE RES (18071474) Levelino José Pães, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva, no CID, a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O TCOR SGE RES (14158378) Armando José Brito Teixeira Lage, do RI13, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, em 1 de Janeiro de 2010.

O SMOR INF RES (07099879) José Joaquim de Freitas Dias, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva na LC (Núcleo da Figueira da Foz), em 1 de Janeiro de 2010.

O SMOR TM RES (13653982) Fernando Jorge Pereira Almeida Ramires, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva no CID, em 10 de Fevereiro de 2010.

O SMOR MED RES (15534880) Rogério de Matos Marques Parente, prestou serviço efectivo na situação de Reserva no HMP, de 3 de Novembro de 2009 a 28 de Fevereiro de 2010.

O SMOR FARM RES (08787178) Dídio Jacinto Caldeira Tangarrinhas, prestou serviço efectivo na situação de Reserva na ESSM, de 4 de Novembro de 2009 a 28 de Fevereiro de 2010.

O SMOR MED RES (06088182) Jorge Manuel Pereira, prestou serviço efectivo na situação de Reserva no CS TANCOS/ST.ª MARGARIDA, de 24 de Novembro de 2009 a 28 de Fevereiro de 2010.

O SMOR AM RES (19194779) Sílvio Alves Balouta, prestou serviço efectivo na situação de Reserva na MM/Sucursal do Entroncamento, de 25 de Novembro de 2009 a 28 de Fevereiro de 2010.

O SMOR SGE RES (03742979) José António Cardoso Ferreira, prestou serviço efectivo na situação de Reserva no CTOE, de 26 de Novembro de 2009 a 28 de Fevereiro de 2010.

O SMOR MAT RES (07774277) Eduardo Pratas Sagradas Couceiro, prestou serviço efectivo na situação de Reserva na UnAp/BrigInt, de 11 de Dezembro de 2009 a 28 de Fevereiro de 2010.

O SMOR MAT RES (11084679) Henrique Augusto Lopes Rodrigues, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva na UnAp/EME, em 12 de Dezembro de 2009.

O SMOR INF RES (10259474) Bernardino José Andrade Ferraz, prestou serviço efectivo na situação de Reserva na UnAp/BrigInt, de 16 de Dezembro de 2009 a 28 de Fevereiro de 2010.

O SMOR INF RES (05028878) José António de Oliveira Carreira, prestou serviço efectivo na situação de Reserva no RI19, de 17 de Dezembro de 2009 a 28 de Fevereiro de 2010.

O SMOR INF RES (03640378) Artur dos Santos Fernandes Fonseca, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva no CR COIMBRA, em 18 de Dezembro de 2009.

O SMOR ART RES (14729776) Domingos Paixão da Eugénia, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva no MusMil AÇORES, em 22 de Dezembro de 2009.

O SCH SPM RES (05345266) Tetónio Mariquites Rodrigues, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, no EME, em 12 de Fevereiro de 2010.

O SAJ ENG RES (07680866) Jacinto José Pires Afonso, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, no CID, em 9 de Março de 2010.

O 1SAR AMAN RES (01097384) Luís Fernando Chalante, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva, no IMPE, em 15 de Fevereiro de 2010.

---

## VII — RECTIFICAÇÕES

Que fique sem efeito o publicado na OE n.º 5, 2.ª série de 31 de Maio de 2009, pág n.º 307, referente à atribuição da medalha comemorativa de comissões de serviços especiais das FAP, com a legenda “Afeganistão 2007”, ao 2SAR INF (10841102) Vitor Emanuel M. Rodrigues.

Rectifique-se o publicado na OE n.º 10, 2.ª série de 31 de Outubro de 2009, pág n.º 630, referente à colocação na IGE do COR INF (12862380) Luís Filipe Tavares Nunes, onde se lê “devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Setembro de 2009”, deve ler-se; “devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Julho de 2009”.

Rectifique-se o publicado em OE n.º 10, 2.ª série de 31 de Outubro de 2009, pág n.º 630, referente à colocação do COR CAV (03033681) Tiago Maria Ramos Chaves Almeida e Vasconcelos, onde se lê “devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Setembro de 2009”, deve ler-se; “devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Julho de 2009”.

Rectifique-se o publicado em OE n.º 10, 2.ª série de 31 de Outubro de 2009, pág n.º 630, referente à colocação na IGE do COR ART (17906180) Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira, onde se lê “devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Setembro de 2009”, deve ler-se; “devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Julho de 2009”;

Que fique sem efeito o publicado na OE n.º 1, 2.ª série de 31 de Janeiro de 2010, pág n.º 4, referente à atribuição da medalha Cruz de S. Jorge, quarta classe, ao 1SAR MAT (05256093) Humberto Joaquim Curralo Machado.

---

## VIII — OBITUÁRIO

### 1997

Abril, 11 — 1SAR ENG (52371611) Delfim de Azevedo Teixeira, da SecApoio/RRRD.

### 2000

Janeiro, 5 — CAP MUS (50156611) José João Duarte Craveirinha, da SecApoio/RRRD.

**2002**

Novembro, 26 — 1SAR INF (52410011) Armando da Costa Matilde, da SecApoio/RRRD.

**2003**

Janeiro, 30 — MAJ SGE (51173311) José Raposo, da SecApoio/RRRD.

**2006**

Maio, 5 — CAP SGE (51484211) Fernando Moniz dos Santos, da SecApoio/RRRD;

Julho, 21 — 1SAR SGE (50064211) José Candeias, da SecApoio/RRRD.

**2009**

Dezembro, 9 — COR ENG (50262811) António da Cruz Gromicho Boavida, da SecApoio/RRRD;

Dezembro, 18 — MAJ SGE (51364211) João Luís Fonseca, da SecApoio/RRRD;

Dezembro, 20 — 1SAR ENG (50688011) José Folgado Coelho, da UnApCmd/ZMA;

Dezembro, 21 — CAP SGE (51095511) Manuel Vieira Freire, da SecApoio/RRRD;

Dezembro, 22 — COR INF (51379111) Joaquim de Melo Duarte Silva, da SecApoio/RRRD;

Dezembro, 22 — SCH ART (50584511) João do Carmo Ascensão, da SecApoio/RRRD;

Dezembro, 24 — COR INF (51388711) Carlos Henrique Duarte Lacerda, da SecApoio/RRRD;

Dezembro, 31 — SAJ SGE (52266111) Carlos Pereira, da SecApoio/RRRD.

**2010**

Janeiro, 3 — TCOR INF (51398711) Paulo Correia Hormigo, da SecApoio/RRRD;

Janeiro, 11 — TCOR ART (51463411) Carlos Alexandre Lacerda Marques Silva, da SecApoio/RRRD;

Janeiro, 11 — SAJ SGE (50859211) António Cabral, da SecApoio/RRRD;

Janeiro, 19 — SAJ TM (51354011) António Barnabé Russo, da SecApoio/RRRD;

Janeiro, 21 — 1SAR AMAN (06464080) José Manuel dos Santos Ribeiro, da SecApoio/RRRD;

Janeiro, 25 — COR MED (51471011) Amílcar Aristides Lopes Pereira Caseiro, da SecApoio/RRRD;

Janeiro, 26 — SMOR INF (50347911) Manuel Luz Rebocho Borralho, da SecApoio/RRRD;

Janeiro, 27 — 1SAR MUS (50517111) José de Carvalho, da SecApoio/RRRD;

Janeiro, 29 — 1SAR SGE (51359011) Bartolomeu Caldeira da Fonseca, da SecApoio/RRRD;

Janeiro, 31 — SMOR INF (23113511) Nelson Armando Simões, da SecApoio/RRRD;

Fevereiro, 1 — CAP SGE (50512611) Hugo Batista Machado, da SecApoio/RRRD;

Fevereiro, 2 — SAJ SGE (52398711) Ladislau de Trindade Peres, da SecApoio/RRRD;

Fevereiro, 4 — CAP TMANTM (50331011) João Botão Félix, da SecApoio/RRRD;

Fevereiro, 5 — 1SAR MAT (51240611) Manuel Moreira de Melo, da SecApoio/RRRD;

Fevereiro, 9 — COR TM (52115611) Francisco Pedro de Oliveira Simões, da SecApoio/RRRD;

Fevereiro, 9 — 1SAR MAT (52398411) Fernando Amaro Gil Viegas, da SecApoio/RRRD;

Fevereiro, 10 — COR CAV DFA (51466711) Alberto de Nápoles F. de Almeida Sousa, da SecApoio/RRRD;

Fevereiro, 11 — TCOR INF (50139111) Fernando José Gonçalves Cerqueira, da SecApoio/RRRD;

Fevereiro, 15 — TCOR SGE (51433711) Marcolino Carvalho Fava, da SecApoio/RRRD;

Fevereiro, 16 — 1SAR INF (51690511) António Henrique Cristo Carraça, da SecApoio/RRRD;

Fevereiro, 18 — COR ENG (51470011) Camilo Francisco de Barros Sobrinho, da SecApoio/RRRD;

Fevereiro, 20 — CADJ SGE (31329250) António Quintino, da SecApoio/RRRD;

Fevereiro, 21 — SAJ SGE (51349511) Abílio de Jesus Francisco, da SecApoio/RRRD;

Fevereiro, 19 — SMOR AM (51038311) Avelino Teresa Joaquim, da SecApoio/RRRD;

Fevereiro, 24 — CAP SGE (50339711) Aníbal da Conceição Crespo, da SecApoio/RRRD;

Fevereiro, 25 — COR INF DFA (00361076) Eurico Manuel F. Moreira da Silva, da SecApoio/RRRD;  
Fevereiro, 27 — SCH SPM (51073711) José Fernandes António, da SecApoio/RRRD;  
Fevereiro, 28 — COR INF (50993911) José Almeida Nolasco Pinto, da SecApoio/RRRD;  
Março, 8 — SMOR MUS (10532467) José António Pinheiro Martins Coelho, da SecApoio/RRRD;  
Março, 11 — TCOR COG (51415211) José Fernando Lopes Gomes Marques, da SecApoio/RRRD;  
Março, 12 — COR INF (52946711) Francisco António de Vasconcelos Pestana, da SecApoio/RRRD;  
Março, 13 — COR TM (42479561) Carlos Manuel Veríssimo Cruz, da SecApoio/RRRD.

### **O Chefe do Estado-Maior do Exército**

*José Luís Pinto Ramalho*, general.

Está conforme:

### **O Ajudante-General do Exército**

*Eduardo Manuel de Lima Pinto*, tenente-general.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DA OE/DARH  
ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

3.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 03/31 DE MARÇO DE 2010

Publica-se ao Exército o seguinte:

## I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

### Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército, de 4.<sup>a</sup> classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o CADJ RC (02677699) **João Paulo Pimentel Antunes**.

(Por despacho de 03 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército, de 4.<sup>a</sup> classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o CADJ RC “CMD” (13199096) **António Joaquim da Silva Bicho**.

(Por despacho de 03 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército, de 4.<sup>a</sup> classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1CAB RC (10419300) **João Miguel Messias Candeias**.

(Por despacho de 03 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército, de 4.<sup>a</sup> classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1CAB RC (07340598) **Luís Miguel Vieira Gouveia**.

(Por despacho de 03 de Fevereiro de 2010)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército, de 4.<sup>a</sup> classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1CAB RC (13600898) **Paulo Renato Pires da Silva**.

(Por despacho de 03 de Fevereiro de 2010)

Condecorados com a Medalha de Cobre de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

TEN RC (18550197) Miguel Nuno Soares S. Pinheiro;  
TEN RC (03604496) Filipa Delgado dos Reis Valeiro;  
TEN RC (15465096) Manuel da Silva Lopes;  
1SAR RC (16848899) Carlos Fernando R. Ferreira;  
1SAR RC (04888994) Ana Cristina G. dos Santos Cabrita;  
1SAR RC (00563598) Raquel Ideias T. Rodrigues das Neves;  
2SAR RC (06424498) Ângela Maria V. Pereira Lopes;  
FUR RC (18026603) Vanda Cristina R. Cuvinha;  
FUR RC (04771702) Sandra Lourenço Alves;  
CADJ RC (04915901) Inês Zeferino Serôdio;  
CADJ RC (15806398) José Filipe Leitão Cardoso;  
CADJ RC (17658701) Marco Alexandre V. Morgado;  
CADJ RC (07442302) João Luís Andrade Nunes;  
CADJ RC (11245497) Jorge M. S. Oliveira;  
CADJ RC (03766501) Amílcar Manuel C. Lameiras;  
CADJ RC (12456098) Daniel R. Domingos Soares;  
CADJ RC (12280402) Vítor Manuel Dias Madureira;  
CADJ RC (12981001) Tiago Filipe Ribeiro;  
CADJ RC (18743500) Sérgio Filipe Gomes Rodrigues;  
1CAB RC (08178303) Mário Paulo Coelho Santos;  
1CAB RC (19616901) Hugo Miguel Aguiar Fernandes;  
1CAB RC (18050103) Patrícia Helena Sousa Ferreira;  
1CAB RC (05407002) Carlos Alexandre Miranda Braga;  
1CAB RC (04365002) Emanuel Matias Ávila;  
1CAB RC (00031902) Duarte Nuno Inácio Resendes;  
1CAB RC (13383201) Vítor Rui Amaro dos Santos;  
1CAB RC (09789202) Ana Rita Pereira Lopes;  
1CAB RC (16507599) Nuno Eduardo Mendes Monteiro;  
1CAB RC (06614003) Diogo O. R. T. Soares;  
1CAB RC (10195101) Gilberto Bruno Gabriel da Costa;  
1CAB RC (10668402) Diogo E. dos Santos Rodrigues;  
1CAB RC (07701302) Carlos Manuel C. Ribeiro Pereira;  
1CAB RC (16736196) Sara Isabel Russo Saruga;  
1CAB RC (15371702) Roberto Emanuel M. dos Santos;  
1CAB RC (05151201) Leonel Oliveira de Jesus;  
1CAB RC (03103899) Vera Mónica Jesus Vicente;  
1CAB RC (00418801) Hélder Jorge Albino Zacarias;  
1CAB RC (13099901) Bruno Filipe G. dos Santos;  
1CAB RC (19819801) Rui António Nunes Zuzarte;  
1CAB RC (09786800) Vera Lúcia Almeida Correia;  
1CAB RC (14400803) Raquel Alexandre P. Almeirinho;  
1CAB RC (05289401) Lénia Catarina M. C. Faria da Costa;  
1CAB RC (04638801) Nélio Emanuel R. Parreira;  
1CAB RC (07660901) Gonçalo David G. B. da Silva;

1CAB RC (11108603) Ana Lia Fernandes Leal;  
1CAB RC (00949003) Sofia Rosa Lopes Veiga;  
SOLD RC (11805301) José Samuel Faria Ribeiro;  
SOLD RC (04233201) Vando Vedurias Nunes;  
SOLD RC (14701202) Ruben Emanuel S. Pedrosa;  
SOLD RC (03739902) Carlos M. dos Santos Marques;  
SOLD RC (01937503) Márcia Miquelina M. Marques;  
SOLD RC (16721401) Pedro Leandro Alves da Costa;  
SOLD RC (17223203) Bruna Filipa Santos Domingues;  
SOLD RC (00066602) Damião Bruno Grilo Martins;  
SOLD RC (14669602) Hugo Ricardo M. da Costa;  
SOLD RC (02026200) Hugo Damas Maeiro;  
SOLD RC (00850701) Ivan Leandro B. Ferreira da Costa;  
SOLD RC (08371003) Carlos Eduardo V. Salvador;  
SOLD RC (19359901) João Manuel G. Leal Pereira;  
SOLD RC (03487303) Diana Correia Dinis;  
SOLD RC (01414201) Rita Suzana Costa Figueiredo;  
SOLD RC (04143899) Carlos Manuel R. da Fonseca;  
SOLD RC (00380901) Rui Filipe Sousa Melo;  
SOLD RC (04673902) João Filipe Pereira Ramos;  
SOLD RC (09531100) Pedro Dinis M. Pereira;  
SOLD RC (15816401) João Domingos Diegues V. Mendes;  
SOLD RC (18551400) Marco Alexandre G. Prates;  
SOLD RC (06369500) Leandro C. Neves Pinto.

(Por despacho de 01 de Fevereiro de 2010)

1CAB RC (00019602) Miguel Ângelo Perdigão Rosa;  
1CAB RC (13085001) Bruno Miguel P. Gonçalves;  
SOLD RC (12432301) Sérgio Diniz Queiroz Gonçalves.

(Por despacho de 03 de Fevereiro de 2010)

1CAB RC (13962401) Paulo Jorge Raposo Teixeira;  
1CAB RC (19238500) Alexandre Fernandes Gonçalves;  
1CAB RC (17329002) Jerónimo Daniel Correia Ferreira;  
1CAB RC (19137201) Tiago Domingos Branquinho Simões;  
1CAB RC (14983401) José Francisco Dias Vieira;  
SOLD RC (09123201) André Gonçalo P. de Lima Quintas;  
SOLD RC (09677001) César Fernando M. Lourenço;  
SOLD RC (06154099) Maria da Graça Pinto Monteiro;  
SOLD RC (18350701) Vítor Hugo de Almeida Guedes;  
SOLD RC (03614999) Armandino Gilberto L. Pinto.

(Por despacho de 14 de Fevereiro de 2010)

CADJ RC (01459298) Filipe António Vaz da Cruz;  
CADJ RC (08964601) Emílio B. Abrantes Rodrigues;  
CADJ RC (04174198) Fernanda Celeste Quintano Pereira;  
CADJ RC (08246500) Joaquim Antero de Almeida Melo;  
CADJ RC (08867901) Edgar Filipe Azevedo da Maia;  
CADJ RC (19199002) Rui Filipe Martins Lima;

CADJ RC (03304902) José Henriques Gomes de Oliveira;  
CADJ RC (19236103) Hugo Miguel Roma Cotovio;  
1CAB RC (04591799) Rubem Alberto Pereira da Silva;  
1CAB RC (04741003) Nelson Duarte Moniz Soares;  
1CAB RC (07268600) Paulo Manuel de Medeiros Cabral;  
1CAB RC (10583701) Dino Patrício Soares de Sousa;  
1CAB RC (11718001) Maurício Ornelas de Freitas;  
1CAB RC (01454698) Maria Lúcia da Silva Magalhães;  
1CAB RC (07038603) Tiago Manuel Soares Mateus;  
1CAB RC (15585900) Marco Filipe Pedrosa Grilo;  
1CAB RC (05466001) Vasco Manuel Almeida Caetano;  
1CAB RC (07686898) Alice Constantino António Medroa;  
1CAB RC (00012601) Patrícia Isabel Ribeiro Salvador;  
1CAB RC (17563302) Vítor Manuel Macedo da Silva;  
1CAB RC (03584201) Hélio Manuel Dias da Silva;  
1CAB RC (15810201) Cristóvão Rodrigues Carreira;  
1CAB RC (06247201) Nelson André M. de Oliveira;  
2CAB RC (06356899) Ana Rosa Costa Melo;  
SOLD RC (08611501) Ludgero Travassos Martins;  
SOLD RC (09315802) João Batista Morais Medeiros;  
SOLD RC (07227702) Maria Salete de Faria B. Oliveira;  
SOLD RC (05209002) Rui Jorge Rodrigues Coelho;  
SOLD RC (03570699) Rui Manuel Teixeira Teodoro;  
SOLD RC (05317100) Rui Filipe dos Santos Duarte;  
SOLD RC (13954599) Luís Filipe Ribeiro Farinha;  
SOLD RC (10428102) Miguel Ângelo C. Bonaparte;  
SOLD RC (14647302) Pedro Miguel Dias Correia;  
SOLD RC (15973801) David José Oliveira Saraiva;  
SOLD RC (02187902) Valter H. Ribeiro de Carvalho;  
SOLD RC (11632001) José Luís Martins L. de Oliveira;  
SOLD RC (00653002) João Carlos Pereira Nunes;  
SOLD RC (02448202) Mário Jorge Rodrigues Lima;  
SOLD RC (15847999) Filipe António Martins Alves;  
SOLD RC (11733199) João Miguel L. Marques da Silva;  
SOLD RC (16461401) Alexandre Silva Artur;  
SOLD RC (02793902) Ricardo Daniel Pereira Cravo.

(Por despacho de 23 de Fevereiro de 2010)

Por despacho do Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 44.º, do n.º 1 do artigo 49.º e do n.º 2 do artigo 52.º do Regulamento da Medalha Militar e das medalhas comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, foi concedida a Medalha dos Feridos em Campanha, aos seguintes militares:

EX-2SAR (12358670) Joaquim Dias Moreira Pimenta;  
EX-SOLD DFA (15419668) Armindo Fernandes.

(Por despacho de 25 de Janeiro de 2010)

Condecorados com a Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

EX-SOLD (00766566) Domingos Aires A. Fernandes, “Guiné 1966-68”.

(Por despacho de 08 de Fevereiro de 2010)

EX-FUR MIL (04550863) Francisco Esteves Melo, “Angola 1964-67”;  
EX-FUR MIL (61104768) António Xavier Gonçalves, “Angola 1969-72”;  
EX-FUR (06385863) José Manuel Narran Barreto, “Angola 1964-66”;  
EX-1CAB (09626963) Henrique Franco Areias, “Guiné 1964-66”;  
EX-1CAB (03909165) Romeu Gomes Vieira, “Angola 1966-68”;  
EX-1CAB (00032163) Agostinho Sancho Martins, “Angola 1963-65”;  
EX-1CAB (00602265) Manuel Brito Barbosa, “Moçambique 1966-68”;  
EX-1CAB (04282763) Bernardo Cordeiro Clementino, “Angola 1964-66”;  
EX-1CAB (07613668) Artur Manuel Rodrigues Matos, “Angola 1969-71”;  
EX-SOLD (09226971) Álvaro Ribeiro Teixeira, “Angola 1972-74”;  
EX-SOLD (00491860) Rui Manuel Pereira Rebelo, “Angola 1961-63”;  
EX-SOLD (03819670) Manuel Neves Pires, “Angola 1971-74”;  
EX-SOLD (03192064) Joaquim Silva Ribeiro, “Guiné 1965-67”;  
EX-SOLD (04004469) Fernando de Sousa, “Guiné 1969-71”;  
EX-SOLD (11947671) Aureliano G. Araújo Quintas, “Angola 1972-74”;  
EX-SOLD (06896765) Carlos Manuel N. Ribeiro, “Moçambique 1966-68”;  
EX-SOLD (00494468) José de Jesus Pinto, “Moçambique 1968-70”;  
EX-SOLD (06746764) Manuel Jorge Taveira, “Guiné 1965-66”;  
EX-SOLD (00221960) António José Silva e Silva, “Guiné 1961-63”;  
EX-SOLD (05855663) José Augusto, “Angola 1964-66”.

(Por despacho de 22 de Fevereiro de 2010)

EX-1CAB (08027064) José Almeida Coelho, “Angola 1965-67”;  
EX-1CAB (03808464) António Joaquim Carvalho Coelho, “Angola 1965-67”;  
EX-1CAB (03623270) Custódio Simões de Freitas, “Moçambique 1970-73”;  
EX-1CAB (02892364) Firmino Adão Canhoto, “Angola 1965-67”;  
EX-1CAB (05207764) José Chaves Ferreira, “Angola 1965-67”;  
EX-SOLD (06684364) Frederico Alfaface Charneca, “Angola 1965-67”;  
EX-SOLD (06527064) António José Martins Pedro, “Angola 1965-67”;  
EX-SOLD (08297964) Fernando da Rocha Figueiredo, “Angola 1965-67”.

(Por despacho de 25 de Fevereiro de 2010)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

CADJ RC (02911998) Rui Manuel Martins Ferraz, “Kosovo 2005-06”;  
CADJ RC (15002504) Marco Alexandre V. Cardoso, “Afeganistão 2008”;  
CADJ RC (19199002) Rui Filipe Martins Lima, “Afeganistão 2008”;

CADJ RC (11863502) Tiago Manuel Marques Leite, “Kosovo 2009”;  
SOLD RC (08472400) Aldino Jesus T. Furtado, “Kosovo 2008”;  
SOLD RC (07690502) Ricardo David Fidalgo Pais, “Kosovo 2008”.

(Por despacho de 05 de Fevereiro de 2010)

2SAR RC (03053602) Nuno André Pereira Azevedo, “Afeganistão 2007”;  
FUR RC (15695503) João Gonçalo B. da Silva Alegrete, “Afeganistão 2007”;  
CADJ RC (05360703) Bruno António de Sousa Pereira, “Kosovo 2009”;  
CADJ RC (16428800) Ivo Sobral Correia, “Kosovo 2009”;  
CADJ RC (16495300) Hugo Miguel Rodrigues de Figueiredo, “Kosovo 2009”;  
CADJ RC (00993297) Pedro Miguel Veloso Pereira, “Kosovo 2008-09”;  
CADJ RC (03360402) Alcino José Lamelas Mendonça, “Kosovo 2008”;  
1CAB RC (14243403) Bruno Tiago Branco Oliveira, “Afeganistão 2007”;  
1CAB RC (06878302) Nelson Rosa Webana Francisco, “Afeganistão 2007”;  
1CAB RC (14668202) Flávio Roberto Almeida Lourenço, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (00979304) Manuel António Pereira Barbosa, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (14186802) Luís Manuel Barroso Silvestre, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (11963003) Nuno Filipe Lemos Ferreira, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (09743602) Paulo Jorge Pereira Veiga, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (13248800) Filipe Jorge da Rocha Monteiro, “Bósnia 2006-07”;  
1CAB RC (05652002) Luís Filipe Fonseca de Sá, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (06942201) Manuel Joaquim E. do Carmo F. Duarte, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (13465402) Joel André Gomes dos Reis, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (07330604) Carlos Manuel Carvalho Cardoso, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (01969004) Bruno Filipe dos Santos Carneiro, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (09600800) Ana Patrícia Almeida Silva, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (06626002) Carlos Manuel R. Machado, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (16944101) Hugo José Prazeres Martins, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (09113798) Maria Alexandre M. Ferreira, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (12243300) Carlos Manuel Pena da Cruz, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (18570404) Ricardo Jorge P. Câmara, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (15276602) José Manuel Ferreira Abreu, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (11092505) Vítor Hugo Freitas da Silva, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (19954505) António José de Freitas de Sousa, “Kosovo 2009”;  
2CAB RC (16231205) Ricardo Jorge Matos Braz, “Afeganistão 2007”;  
2CAB RC (00431101) Rogério Paulo A. Gonçalves, “Afeganistão 2007”;  
2CAB RC (07686504) Bruno Tiago Barradas Costa, “Kosovo 2009”;  
2CAB RC (12896504) Nuno Teixeira R. Teixugueira, “Kosovo 2009”;  
2CAB RC (03613003) André Tiago Saraiva Rendeiro, “Kosovo 2009”;  
2CAB RC (18174405) Jorge Filipe Costa, “Kosovo 2009”;  
SOLD RC (03839601) João Filipe Melo da Costa, “Bósnia 2005-06”;  
SOLD RC (00593099) José Albertino F. Quintal, “Kosovo 2009”;  
SOLD RC (09871902) Nelson Agustim Abreu Fernandes, “Kosovo 2009”;  
SOLD RC (15256501) Nelson Del Carmo Fernandes Nunes, “Kosovo 2009”;  
SOLD RC (12174202) Sinésio Félix Gomes, “Kosovo 2009”;  
SOLD RC (18281804) João Pereira Rodrigues, “Kosovo 2009”;  
SOLD RC (05567204) Diogo Alexandre V. Melim, “Kosovo 2009”;  
SOLD RC (01179202) Márcio José Santos Fernandes, “Kosovo 2009”;  
SOLD RC (12862105) Eusébio Jesus Figueira, “Kosovo 2009”;

SOLD RC (06201005) Fábio Tiago Alves da Silva, “Kosovo 2009”;  
SOLD RC (10315405) Leonardo dos Santos Lourenço, “Kosovo 2009”;  
SOLD RC (19370701) Dinarte Orlando de Freitas, “Kosovo 2009”;  
SOLD RC (17134206) Helena José de Sousa Ornelas, “Kosovo 2009”.

(Por despacho de 22 de Fevereiro de 2010)

FUR RC (16472201) Nuno Alexandre B. C. Sotto Maior, “Afeganistão 2007”.

(Por despacho de 04 de Março de 2010)

Condecorados com a Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

SOLD RC (07690502) Ricardo David F. Pais, “Afeganistão 2006-07”;  
SOLD RC (08472400) Aldino Jesus T. Furtado, “Afeganistão 2006-07”.

(Por despacho de 05 de Fevereiro de 2010)

CADJ RC (08246500) Joaquim Antero de Almeida Melo, “Bósnia 2004-05”.

(Por despacho de 09 de Fevereiro de 2010)

CADJ RC (12551802) Tiago Jorge Fonseca Oliveira, “Kosovo 2009”;  
CADJ RC (19938599) Nuno Filipe da Silva Mesquita, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (18841699) Catarina Varela Assunção, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (10258098) Filipe Manuel C. Guedes, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (05042103) José Carlos Pires Miranda, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (06843497) Filipe Duarte Pereira da Silva, “Kosovo 2009”;  
1CAB RC (14406903) Marco André Macedo Martins, “Bósnia 2006”.

(Por despacho de 22 de Fevereiro de 2010)

Por despacho do Ministro da Defesa Nacional, de 09 de Fevereiro de 2009, foram autorizados os militares indicados, a aceitarem as seguintes condecorações:

### **Medalha da EUFOR**

1SAR RC (19445296) Armindo Castro Soares;  
1SAR RC (15642198) Sónia Maria Serrão;  
1SAR RC (01093398) Bruno Miguel Domingos Malheiro;  
1SAR RC (12267095) Joel David Guimarães Costa;  
1SAR RC (04395096) Pedro Fernando Cunha Escoval;  
1SAR RC (10050096) Eurico José Eanes Borges;  
1SAR RC (17181995) Manuel Armindo S. Abobeira;  
2SAR RC (06901404) Carlos José Batista de Sousa;  
2SAR RC (15736599) Pedro Jorge Pinheiro Cardoso;  
2SAR RC (09464704) Hélder Fernandes Mendes;  
FUR RC (00496099) Nuno André Moreira Soares;  
FUR RC (12410600) José Mário L. de Azevedo Teixeira.

**Medalha da NATO**

ALF RC (12107997) Carlos Henrique da Silva Durão;  
FUR RC (03065999) Paulo Nuno Semedo Viegas;  
CADJ RC (08806598) Ricardo Jorge da Silva Freitas;  
CADJ RC (14330202) Fábio Ribeiro Moraes;  
CADJ RC (00958597) Artur Sérgio Vital Machado;  
CADJ RC (05758098) João Paulo Monteiro Varela;  
CADJ RC (06034999) Humberto Francisco N. Teixeira;  
CADJ RC (18888296) Ricardo Rosado Lima;  
CADJ RC (17588897) Rodrigo José Marques Lima;  
1CAB RC (00109695) António Augusto Monteiro Pereira;  
1CAB RC (01782098) Hélio Pedro Pereira Agostinho;  
1CAB RC (14532598) António Euclides Barreto Semedo;  
1CAB RC (04964598) Geraldo Adão Alexandre Moura;  
1CAB RC (05764697) Ricardo Manuel Oliveira de Almeida;  
1CAB RC (17329002) Jerónimo Daniel Correia Ferreira;  
1CAB RC (15934598) Carlos Manuel F. Coutinho;  
1CAB RC (00158799) José Gonçalo F. dos Santos;  
1CAB RC (08849395) Nuno Miguel Moreira Lopes;  
1CAB RC (15430802) José Manuel Mendes Jordão;  
2CAB RC (12525404) Luís Miguel Marques Ferreira;  
2CAB RC (16651904) Hélder Nuno Leite Costa;  
SOLD RC (12875798) Carlos Manuel Gomes Casal;  
SOLD RC (02650500) Bruno Miguel Pratas Rodrigues;  
SOLD RC (06403002) Cândido Duarte Miguel;  
SOLD RC (08859397) Rui Miguel de Almeida Benardino;  
SOLD RC (11095502) Rodrigo Alexandre D. Vicente;  
SOLD RC (06336901) João Filipe Jacinto Oliveira;  
SOLD RC (20215900) João Manuel Amaral Santos;  
SOLD RC (01339802) Maycon Videira Mosca;  
SOLD RC (14531503) Sérgio Luís Marinho Machado;  
SOLD RC (08780501) Vítor Manuel Amorim da Silva;  
SOLD RC (03280904) Luís Miguel Abreu Pereira;  
SOLD RC (15746397) Pedro Mendes Gomes;  
SOLD RC (08447200) Adelino Jesus T. Furtado;  
SOLD RC (14281497) António Filipe A. Alves;  
SOLD RC (09974704) Diogo Silva Rodrigues;  
SOLD RC (01020703) Tiago Oliveira Matos;  
SOLD RC (16479896) Samuel de Jesus Oliveira;  
SOLD RC (05390998) João Rodrigues Lemos;  
SOLD RC (07890902) Gabriel Mendes Vieira;  
SOLD RC (04001700) Bântia Mário;  
SOLD RC (01611197) Manuel Joaquim da Silva Alves;  
SOLD RC (02114598) Daniel Ricardo Abreu de Sousa;  
SOLD RC (03337100) Leandro Manuel P. F. Braz Peixe;  
SOLD RC (13151799) Bruno Duarte Miguel;  
SOLD RC (05133400) Pedro Alexandre S. Teixeira;  
SOLD RC (12082598) Marco António Ferreira Oliveira;

SOLD RC (11648199) Carlos Alberto G. Ribeiro Mendes;  
SOLD RC (14330502) Ricardo Samuel Carvalho Pires;  
SOLD RC (07690502) Ricardo Davis Fidalgo Pais;  
SOLD RC (00712199) Nuno Manuel G. Teixeira Lopes;  
SOLD RC (17445699) António José Cordeiro Gaspar;  
SOLD RC (15270702) Ivo Fernando Alves Soares;  
SOLD RC (19603502) Rui Jorge dos Santos Alves;  
SOLD RC (17519198) José Fernando Matos Pereira;  
SOLD RC (15139697) João Luís Alves Baeta;  
SOLD RC (06394696) Nuno Leonel Gomes Marques;  
SOLD RC (13096302) Ricardo Jorge R. Fernandes;  
SOLD RC (16463604) Basílio Abrantes Galhano;  
SOLD RC (10261600) Cláudio Soares Machado;  
SOLD RC (05541699) Bruno Miguel L. de Andrade;  
SOLD RC (11986597) Hélder Filipe M. Ribeiro;  
SOLD RC (11641502) Vítor José do Carmo Fernandes;  
SOLD RC (19557104) Humberto Daniel Rodrigues Coelho;  
SOLD RC (04464904) Hélder Filipe J. Silva Rocha;  
SOLD RC (19557104) Bruno Manuel L. Conduto;  
SOLD RC (02596801) Carlos José da Silva Marques;  
SOLD RC (13125602) Hugo Tiago Simões Marques;  
SOLD RC (03496404) Gonçalo Filipe Araújo Brito;  
SOLD RC (01418202) Virgílio Gabriel S. A. Gança;  
SOLD RC (01191003) Filipe Lopes Carvalho;  
SOLD RC (10732803) Márcio Alexandre M. Ventura;  
SOLD RC (15410802) Bruno Miguel Lobo da Câmara;  
SOLD RC (08132799) Cláudio Alexandre Pais Pereira.

#### **Medalha da UNIFIL**

FUR RC (02758300) Johhana Katerine Domingues Pérez;  
2FUR RC (16909704) Carlos Manuel Vieira Andrade;  
CADJ RC (09724497) Herculano Gomes Évora;  
CADJ RC (07281897) Nuno Miguel da Piedade Rato;  
CADJ RC (01651497) Paulo Jorge Pereira Lopes;  
CADJ RC (13106796) Ricardo Ivo A. Pinto Rodrigues;  
CADJ RC (07038603) Tiago Miguel Soares Mateus;  
1CAB RC (15320301) Carlos Manuel Pereira Neiva;  
1CAB RC (14218096) Vasco Nuno M. Faustino Oliveira;  
1CAB RC (02055601) Filipe Manuel S. de Ornelas;  
1CAB RC (01643198) Nuno Filipe Silva Ribeiro;  
1CAB RC (00547200) Hugo Daniel M. Moreira;  
SOLD RC (04749699) José Manuel Dias Marques;  
SOLD RC (06237203) Andreia Sofia Alves Rodrigues;  
SOLD RC (07592505) Andreia de Ascensão M. Ribeiro;  
SOLD RC (05040901) Teresa Isabel de Silva Fonseca;  
SOLD RC (11320103) José Carlos Ameixa Silva;  
SOLD RC (01228902) Susana Patrícia Barateiro;  
SOLD RC (00272801) Gonçalo Soares Carreira.

## Louvores

Louvo o TEN RC (17127097) **Bruno Augusto Pereira Gabriel**, pela forma altamente meritória e competente como, desde Julho de 2007, tem vindo a desempenhar as funções de oficial responsável pelas relações com os países do Magrebe no Departamento de Relações Bilaterais desta Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional.

A qualidade dos trabalhos por si desenvolvidos, incluindo pontos de situação sobre o relacionamento bilateral, súmulas e pastas de trabalho de apoio a reuniões internacionais, algumas de âmbito ministerial, aliadas às suas intervenções sempre oportunas e competentes nas diversas reuniões em que foi chamado a participar, fazem do tenente Bruno Gabriel um elemento da maior importância para a credibilização da cooperação bilateral com os países da sua área de responsabilidade. Neste âmbito, é de justiça realçar o contributo inestimável por si prestado para o desenvolvimento das relações bilaterais com os países do Magrebe.

Justo é também deixar aqui expressas as suas qualidades pessoais, caracterizadas por um grande espírito de equipa, entusiasmo, abertura e simpatia, o que, aliado à sua competência profissional, fazem dele um elemento de muita valia para a Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional.

Face ao que antecede, considero importante reconhecer os serviços prestados pelo tenente Gabriel como de muito elevado mérito.

21 de Janeiro de 2010. — O Director Geral da DGPDN, *Paulo Vizeu Pinheiro*.

Louvo o SOLD RC (02190097) **José Mário Almeida Correia**, pelo elevado profissionalismo, extraordinário desempenho e alto sentido das responsabilidades demonstrados ao longo dos mais de cinco anos em que desempenhou funções na Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, do Ministério da Defesa Nacional.

A sua atitude interessada e diligente foi, diariamente, patenteada nas diversas tarefas que desenvolveu, nomeadamente, na manutenção dos registos de correspondência, no processamento informático dos dados dos antigos combatentes bem como num adequado e eficaz apoio administrativo à Direcção e Assessoria, sempre que tal lhe foi solicitado, tendo atingido, resultados de assinalável qualidade, mercê do seu sentido de responsabilidade e espírito de missão.

Militar íntegro que sempre cultivou a sã camaradagem, dotado de grande capacidade de trabalho e de excelentes recursos no âmbito técnico-profissional, revelou elevada competência e grande disponibilidade para o serviço nas incumbências que lhe foram cometidas, destacando-se, o seu prestimoso contributo, na execução de tarefas administrativo-logísticas decorrentes das alterações organizativas entretanto implementadas no seio da sua Direcção de Serviços.

No momento em que, por imperativos regulamentares, cessa o cumprimento das suas funções na Direcção de Serviços de Apoio aos Antigos Combatentes, onde serviu em regime de contrato, entendeu esta Direcção-Geral, relevar as qualidades que sempre patenteou ao longo da sua vida militar e fazer destaque da sua competência profissional, do seu espírito de serviço e de sacrifício, da sua generosidade e camaradagem, bem como da sua inquestionável lealdade e extrema educação, concedendo-lhe, público reconhecimento, através do louvor que ora entendeu outorgar-lhe.

11 de Fevereiro de 2010. — O Director-Geral da DGPRM, *Alberto Rodrigues Coelho*.

## II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

### Militares em regime de contrato

#### Passagem à situação de Reserva de Disponibilidade

Por homologação do tenente-general Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, passou a ser considerado nesta situação, nos termos da alínea *a*), do artigo 55.º, do RLSM, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro, por ter sido julgado pela JMRE após JHI/HMP, “incapaz de todo o serviço militar, apto parcialmente para o trabalho com uma desvalorização de 3%”, o militar a seguir mencionado:

SOLD RC (11291301) André Alexandre Durães Marques, do CTCmds.

(Por despacho de 22 de Janeiro de 2010)

---

## III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

### Promoções

Por portaria do Chefe da Repartição de Pessoal Militar/Direcção de Administração de Recursos Humanos, por subsubdelegação de poderes do major-general Director da Direcção de Administração de Recursos Humanos, após subdelegação do tenente-general Ajudante-General do Exército, por delegação do general Chefe do Estado-Maior do Exército, são promovidos ao posto de **tenente**, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade e efeitos administrativos desde a data que a cada um se indica, os alferes a seguir mencionados:

ALF RC (03546397) Jhon David Dias Marques, desde 24Set09;

ALF RC (05483197) Alexandre José Melanda Nuno, desde 24Set09;

ALF RC (04685995) Célia Maria Lopes Pereira, desde 17Out09;

ALF RC (04654798) Ana Rita Roque Cordeiro, desde 17Out09;

ALF RC (06315798) Sílvio Filipe Lopes Gonçalves, desde 17Out09.

(Por portaria de 20 de Outubro de 2009)

ALF RC (01907297) António Joaquim Pinto Dias, desde 16Set09.

(Por portaria de 21 de Outubro de 2009)

ALF RC (30680493) Joana Moutinho Figueiredo Bento, desde 11Nov09;

ALF RC (10623994) Celeste Maria Novais da Costa, desde 11Nov09;

ALF RC (18131095) Luís Miguel Ferreira de Carvalho Alves, desde 11Nov09;

ALF RC (01344896) Rute Manuela Graça Pinto, desde 11Nov09;

ALF RC (01665196) Alexandre Filipe Miranda e Oliveira, desde 11Nov09;

ALF RC (04463996) José João Lameirão Borges, desde 11Nov09;

ALF RC (07565496) Ana Paula Maio Gouveia, desde 11Nov09;

ALF RC (12091796) Vítor Adriano Ribeiro Fernandes, desde 11Nov09;

ALF RC (18456696) Fernando Miguel Matos Araújo, desde 11Nov09;

ALF RC (08828697) Sara Filipa Teixeira Ribeiro, desde 11Nov09;  
ALF RC (10483597) Nuno Filipe Ramos Gonçalves, desde 11Nov09;  
ALF RC (06437498) Carla Sofia Joaquim e Brito, desde 11Nov09;  
ALF RC (18110998) André Filipe Bernardo Serronha, desde 11Nov09;  
ALF RC (04369999) Miguel Jorge Candeias Borges, desde 11Nov09.

(Por portaria de 11 de Novembro de 2009)

ALF RC (01011295) Hugo Filipe Meira Pessanha Montenegro Seixas, desde 17Out09;  
ALF RC (01015295) Vítor Sérgio Meirinhos Pereira Fernandes, desde 17Out09;  
ALF RC (05823895) Guida Maria dos Santos, desde 17Out09;  
ALF RC (05833995) Carla Cristina Pereira Rodrigues, desde 17Out09;  
ALF RC (07810397) João Paulo Gonçalves Borges, desde 17Out09.

(Por portaria de 27 de Novembro de 2009)

Por portaria do Chefe da Repartição de Pessoal Militar/Direcção de Administração de Recursos Humanos, por subsubdelegação de poderes do major-general Director da Direcção de Administração de Recursos Humanos, após subdelegação do tenente-general Ajudante-General do Exército, por delegação do general Chefe do Estado-Maior do Exército, são promovidos ao posto de **alferes**, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade e efeitos administrativos desde data que a cada um se indica, os aspirantes a oficial a seguir mencionados:

ASP RC (15684699) Luís Filipe Marques Rosa, desde 25Ago09;  
ASP RC (18571099) Jorge Frederico Campos de Sousa Osório Maurício, desde 25Ago09;  
ASP RC (02367801) Lúcia Carina Pereira Monteiro Félix, desde 25Ago09;  
ASP RC (09137601) Joana Rita Oliveira Mendes, desde 25Ago09;  
ASP RC (10638801) José Pedro Mateus Almiro Vasconcelos, desde 25Ago09;  
ASP RC (00685002) Ana Amélia Pinto dos Santos, desde 25Ago09;  
ASP RC (05962302) Ana Patrícia Valdez Soares, desde 25Ago09;  
ASP RC (09542902) Cátia Isabel Mesquita Monteiro, desde 25Ago09;  
ASP RC (12281602) Miguel Gonçalves Pereira, desde 25Ago09;  
ASP RC (13970803) Miguel Pereira Rodrigues, desde 25Ago09.

(Por portaria de 09 de Outubro de 2009)

ASP RC (02071199) Hugo Miguel Marques Tavares, desde 25Ago09;  
ASP RC (12811299) João Carlos Chin Correia Pinto, desde 25Ago09;  
ASP RC (02537200) Alexandra Isabel Pádua Videira Azevedo, desde 25Ago09;  
ASP RC (09051300) Mónica Raquel Oliveira Costa, desde 25Ago09;  
ASP RC (01708501) Sílvia Maria Basto Estrela, desde 25Ago09;  
ASP RC (03512001) Rosa Maria Pereira Duarte, desde 25Ago09;  
ASP RC (17990901) Sandra Raquel Lomba Fernandes, desde 25Ago09.

(Por portaria de 20 de Outubro de 2009)

ASP RC (00624799) Joel Fernandes Lopes, desde 25Ago09;  
ASP RC (12516699) João Pedro Rodrigues Branquinho, desde 25Ago09;  
ASP RC (08701301) Paula Alexandra Lopes Marcelino, desde 25Ago09;  
ASP RC (08773901) Hélio Cordeiro Brígido, desde 25Ago09;  
ASP RC (18756601) Fernando Manuel Alves dos Santos Soares, desde 25Ago09.

(Por portaria de 11 de Novembro de 2009)

ASP RC (16285102) Gustavo Rodolfo da Costa Pereira Pinto, desde 01Out09.

(Por portaria de 12 de Novembro de 2009)

Por despacho do Chefe da Repartição de Pessoal Militar/Direcção de Administração de Recursos Humanos, por subsubdelegação de poderes do major-general Director da Direcção de Administração de Recursos Humanos, após subdelegação do tenente-general Ajudante-General do Exército, por delegação recebida do general Chefe do Estado-Maior do Exército, foram promovidos ao posto de **segundo-sargento**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/03, de 30 de Agosto, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, os militares a seguir mencionados:

FUR RC (03951201) Ricardo Miguel Almeida Garcês, desde 17Out09;  
FUR RC (01029301) Bruno Marques Branquinho, desde 15Jan10;  
FUR RC (07767402) Rui Miguel Reis de Jesus, desde 13Fev10;  
FUR RC (07958303) José António Marques Moreira, desde 13Fev10;  
FUR RC (16056003) Bruno Manuel Ferreira Alves, desde 13Fev10.

(Por despacho de 18 de Fevereiro de 2010)

FUR RC (04555499) Nádia Vanessa Marcelino Amedane, desde 13Fev10;  
FUR RC (00006101) Catarina Marta da Silva Brás, desde 13Fev10;  
FUR RC (13141202) Alexandre Manuel de A. Prata Fonseca, desde 13Fev10;  
FUR RC (04052503) Márcio Filipe de Sousa Ferreira, desde 13Fev10;  
FUR RC (00107304) Sandra Cristina da Silva Lourenço Alves, desde 13Fev10.

(Por despacho de 22 de Fevereiro de 2010)

FUR RC (02888198) Pedro Miguel dos Santos Viegas, desde 13Fev10;  
FUR RC (00987499) Luís Alberto Valadas P. Gancinho, desde 13Fev10;  
FUR RC (04529800) Eunice Susete Nogueira Rebelo, desde 13Fev10;  
FUR RC (19985900) Orlando Carlos Meirinhos Rodrigues, desde 13Fev10.

(Por despacho de 25 de Fevereiro de 2010)

FUR RC (09517299) Valter José Pires da Silva, desde 13Fev10;  
FUR RC (01253001) Paulo Ricardo de Barros Lima, desde 13Fev10;  
FUR RC (06066402) Vânia Susete de Almeida Rodrigues, desde 13Fev10;  
FUR RC (09449102) Mariana Figueiredo Martins, desde 13Fev10;  
FUR RC (17842103) Mara Gabriela Diogo Matos Cosme, desde 13Fev10.

(Por despacho de 02 de Março de 2010)

FUR RC (00381400) Filipa Neto Araújo, desde 13Fev10;  
FUR RC (01060201) Hugo Henrique Ribeiro Cardoso, desde 13Fev10;  
FUR RC (06835101) Ana Maria Lopes de Oliveira, desde 13Fev10;  
FUR RC (13097301) Sérgio Hugo H. do Carmo Ferreira, desde 13Fev10;  
FUR RC (04744402) Vera Lúcia Lopes de Oliveira, desde 13Fev10.

(Por despacho de 04 de Março de 2010)

Por despacho do Chefe da Repartição de Pessoal Militar/Direcção de Administração de Recursos Humanos, por subsubdelegação de poderes do major-general Director da Direcção de Administração de Recursos Humanos, após subdelegação do tenente-general Ajudante-General do Exército, por delegação recebida do general Chefe do Estado-Maior do Exército, foram promovidos ao posto de **furriel**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/03, de 30 de Agosto, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, os militares a seguir mencionados:

2FUR RC (07529503) Fernando José Rodrigues das Neves, desde 09Mar10;  
2FUR RC (11046403) João Pedro Martins Guerra, desde 09Mar10;  
2FUR RC (19663703) Hélder Dinarte Freitas Vieira, desde 09Mar10;  
2FUR RC (08145804) Ricardo José Ferreira Coelho, desde 09Mar10;  
2FUR RC (09317404) João Filipe da Silva Cruz, desde 09Mar10;  
2FUR RC (13935604) Joel dos Santos Cardoso, desde 09Mar10;  
2FUR RC (06700905) Hélder Manuel da Costa Soares, desde 09Mar10;  
2FUR RC (14133105) Nelson Jorge Pereira da Cunha, desde 09Mar10;  
2FUR RC (03074506) Tiago Filipe de Almeida Marques, desde 09Mar10;  
2FUR RC (08066306) Bruno Filipe de Sena Figueiredo, desde 09Mar10;  
2FUR RC (18894909) Alexandre Reis Marques, desde 09Mar10.

(Por despacho de 10 de Março de 2010)

2FUR RC (06128700) Nicole Moura Delgado, desde 09Mar10;  
2FUR RC (00450703) Daniel José Félix da Costa, desde 09Mar10;  
2FUR RC (16527603) Pedro Miguel Pinto Anacleto, desde 09Mar10;  
2FUR RC (18991103) Amaro de Freitas Fernandes, desde 09Mar10;  
2FUR RC (02166505) Laetitia Pires Martins, desde 09Mar10;  
2FUR RC (03887805) Nuno André Pereira Lopes, desde 09Mar10;  
2FUR RC (04500705) Diana Raquel Rodrigues Costa, desde 09Mar10;  
2FUR RC (12269305) Tânia Catarina Pinto Ferreira, desde 09Mar10;  
2FUR RC (19829406) Diana Lage de Sousa, desde 09Mar10;  
2FUR RC (06788609) Ricardo Alexandre Vieira dos Santos, desde 09Mar10;  
2FUR RC (07151709) Elisabete Guedes Rocha, desde 09Mar10.

(Por despacho de 11 de Março de 2010)

Por despacho do Chefe da Repartição de Pessoal Militar/Direcção de Administração de Recursos Humanos, praticado no âmbito da subsubdelegação de competências conferida pelo despacho n.º 22 132/2009 de 28 de Setembro do major-general Director da Direcção de Administração de Recursos Humanos, publicado no *DR*, 2.ª Série, n.º 193 de 06 de Outubro de 2009, atribuídas ao major-general Director da Direcção de Administração de Recursos Humanos, no âmbito da subdelegação de competências conferida pelo despacho n.º 14 452/2007 de 09 de Maio do tenente-general Ajudante-General do Exército, publicado no *DR*, 2.ª Série, n.º 129 de 06 de Julho de 2007, delegadas no tenente-general Ajudante-General do Exército, no âmbito da delegação de competências conferida pelo despacho n.º 4 316/2007 de 31 de Janeiro do general Chefe do Estado-Maior do Exército, inserto no *DR*, 2.ª Série, n.º 49 de 09 de Março de 2007, são promovidos ao posto de **primeiro-cabo**, nos termos da

alínea c) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando com a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no artigo 56.º e a condição referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 60.º do EMFAR, os militares, em regime de contrato, a seguir mencionados:

2CAB RC (19580205) José Cardoso, do CTOE, desde 19Jan10;  
2CAB RC (14328905) Cátia Rodrigues, do CTOE, desde 19Jan10;  
2CAB RC (15141904) João Rodrigues, do CTOE, desde 19Jan10;  
2CAB RC (18061004) Carlos Raúl, do CM, desde 19Jan10;  
2CAB RC (15928705) Lucílio Lourenço, do CM, desde 19Jan10;  
2CAB RC (18788903) Nuno Freitas, do CM, desde 19Jan10;  
2CAB RC (10454005) Vânia Botelho, da EPI, desde 19Jan10;  
2CAB RC (11185200) Sérgio Guedes, da EPI, desde 19Jan10;  
2CAB RC (15385506) Nuno Moreira, da EPI, desde 19Jan10;  
2CAB RC (09392806) Isabel Oliveira, da EPI, desde 19Jan10;  
2CAB RC (08493103) Tiago Moura de Sá, da EPI, desde 19Jan10;  
2CAB RC (15743104) Helena Isabel Gonçalves, do RA5, desde 19Jan10;  
2CAB RC (00912402) Teresa Elisabete Costa, do RA5, desde 27Out09;  
2CAB RC (17487404) Sofia Brandão, do RA5, desde 19Jan10;  
2CAB RC (07566505) Victor Costa, do RE1, desde 19Jan10;  
2CAB RC (03201305) Wilson Jesus, do RE3, desde 19Jan10;  
2CAB RC (01131102) Paula Cristina Braz, da UALE, desde 19Jan10;  
2CAB RC (09342000) Ana Moreira, da UALE, desde 19Jan10;  
2CAB RC (01647305) Eduardo Martins, da UnAp/EME, desde 19Jan10;  
2CAB RC (02636400) Marco Paulo Soutilha, do 2BIMec/BrigMec, desde 19Jan10.

(Por despacho de 10 de Fevereiro de 2010)

2CAB RC (15842206) Carlos Correia, do CR VILA REAL, desde 19Jan10;  
2CAB RC (03087805) Francisco Manuel Cristóvão, da EPI, desde 19Jan10;  
2CAB RC (10977804) Luís José Rocha, do RA5, desde 19Jan10;  
2CAB RC (17557705) Pedro Miguel Morgado, do RE3, desde 19Jan10;  
2CAB RC (03767304) Vítor Ferreira, do RE3, desde 19Jan10;  
2CAB RC (17897304) Leandro Sousa, do RE3, desde 19Jan10;  
2CAB RC (14561204) Rui Martins, do RE3, desde 19Jan10;  
2CAB RC (12034404) Nuno Miguel Poço, do RE3, desde 19Jan10;  
2CAB RC (00298602) Frederico José Gonçalves, do RE3, desde 19Jan10;  
2CAB RC (02200605) António Sousa, do RE3, desde 19Jan10;  
2CAB RC (17058204) Carlos José Dias Leal, do RE3, desde 19Jan10;  
2CAB RC (09584705) Sara Sofia Sousa, do RI1, desde 27Out09;  
2CAB RC (19032803) Pedro Ivo Macedo, do RI10, desde 27Out09;  
2CAB RC (01760305) Nuno Barros, do RI10, desde 27Out09;  
2CAB RC (15954706) Bruno Sousa, do RG1, desde 19Jan10;  
2CAB RC (06744806) Sérgio Manuel Pereira, do RG1, desde 19Jan10;  
2CAB RC (11120806) Francisco Gomes, do RG1, desde 19Jan10;

2CAB RC (00482102) Catarina Lopes, do RG1, desde 19Jan10;  
2CAB RC (00847002) Cláudio Marques, da UnAp/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (06197706) Rui Monteiro, da UnAp/EME, desde 19Jan10;  
2CAB RC (01740604) Dário Caetano Reis, da UnAp/ZMA, desde 27Out09;  
2CAB RC (19598904) David Sousa, do 2BIMec/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (15845703) Bruno Silva, do 2BIMec/BrigMec, desde 19Jan10.

(Por despacho de 18 de Fevereiro de 2010)

2CAB RC (04142104) Filipe Gomes, da CEng/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (18005106) Bruno Matias, da CEng/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (17327602) Manuel Ferreira, da EPT, desde 19Jan10;  
2CAB RC (13111602) Fernando Fernandes, da EPT, desde 19Jan10;  
2CAB RC (18660304) Carlos Manuel Melo, da EPT, desde 19Jan10;  
2CAB RC (09527609) Carlos Manuel Pestana, do GCC/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (01322104) Virgínia Alice Ribeiro, do GCC/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (10335200) Rui Filipe Serra Meira, do GCC/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (19905804) Elsa Maria Pereira, do GCC/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (11547703) Maria de Fátima Costa, do GCC/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (02817805) Helena Margarida, do HMP, desde 27Out09;  
2CAB RC (01888001) Elsa do Couto Pinto, do HMP, desde 27Out09;  
2CAB RC (15564009) William Morgado Santos, do RA4, desde 19Jan10;  
2CAB RC (03948204) Luís Carlos Silva, do RA4, desde 19Jan10;  
2CAB RC (18769204) Fábio Miguel Valadas, do RA4, desde 19Jan10;  
2CAB RC (02665499) Ana Rita Carreira Alves, do RA4, desde 19Jan10;  
2CAB RC (16069203) Elisabete Patrícia Pinto, do RE3, desde 19Jan10;  
2CAB RC (11611104) Hernâni Dimingos Meireles, do RE3, desde 19Jan10;  
2CAB RC (02860102) Susana Simões, do RMan, desde 22Nov09;  
2CAB RC (19111205) Tiago Rodrigues, do 1BIMec/BrigMec, desde 27Out09;  
2CAB RC (00726204) Edgar José Dias, do 1BIMec/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (03431604) Filipe Manuel Dias, do 1BIMec/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (18171704) Sérgio Filipe Dias, do 1BIMec/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (08534504) Rui Miguel Silva, do 1BIMec/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (18950805) João Filipe Santos, do 1BIMec/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (08515100) Iunária de Carvalho Albuquerque Viegas, da UnAp/EME, desde 19Jan10;  
2CAB RC (13547201) Luís Miguel Silva, da UnAp/EME, desde 27Out09;  
2CAB RC (03911005) Andreia Cristina Carrilho, da UnAp/EME, desde 27Out09;  
2CAB RC (11910405) Leonel Fernandes, da UnAp/ZMM, desde 27Out09.

(Por despacho de 19 de Fevereiro de 2010)

2CAB RC (10595505) Pedro Santos, da BAAA/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (02586004) Marisa Teixeira Freitas, da BAAA/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (02750202) Marlene Matos, da CTm/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (00924206) Álvaro José Pereira Couto, do EPM, desde 19Jan10;  
2CAB RC (04436006) Fábio Figueiredo Pinto, do ERec/BrigMec, desde 19Jan10;

2CAB RC (04685905) Alexandre Miguel Ribeiro Martins, do ERec/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (10830506) Nuno Filipe Figueiredo, do GAC/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (13375102) António Pinto, do GCSel PORTO, desde 19Jan10;  
2CAB RC (02446001) Carla Cristina Sousa, do IMPE, desde 19Jan10;  
2CAB RC (13035303) Luís Carlos Nogueira, da MM, desde 27Out09;  
2CAB RC (02677804) Ricardo Santos, do RAAA1, desde 19Jan10;  
2CAB RC (19579805) Mário Pires, do RAAA1, desde 19Jan10;  
2CAB RC (16110602) Sérgio Oliveira, do RI10, desde 27Out09;  
2CAB RC (19557104) Humberto Coelho, do RI10, desde 27Out09;  
2CAB RC (12113002) João Pereira, do RI13, desde 10Out09;  
2CAB RC (19307905) Daniel Merino Pereira, do RMan, desde 19Jan10;  
2CAB RC (08930503) Bruno Alexandre Carreira, do RMan, desde 19Jan10;  
2CAB RC (16809804) Renato Couto, do RMan, desde 19Jan10;  
2CAB RC (05634398) André Garcia, do RTransp, desde 22Jan08;  
2CAB RC (06691798) Sónia Lourenço, do RTm, desde 27Out09;  
2CAB RC (17266604) Carlos Manuel Sousa, da UnAp/ZMA, desde 19Jan10;  
2CAB RC (06504005) Daniel Rodrigues, do 1BIMec/BrigMec, desde 19Jan10;  
2CAB RC (14453206) Carina Vale, do 2BIMec/BrigMec, desde 19Jan10.

(Por despacho de 23 de Fevereiro de 2010)

2CAB RC (15163609) Tânia Maria Soares Garcia, do RG2, desde 19Jan10;  
2CAB RC (10626605) Cláudio Alexandre Rêgo Teixeira, do RG2, desde 19Jan10;  
2CAB RC (11339004) Alexandra Maria Medeiros, do RG2, desde 19Jan10;  
2CAB RC (14562005) Cristóvão Pedro Oliveira, do RG2, desde 19Jan10;  
2CAB RC (07231405) Ruben Filipe Pedro Costa, do RG2, desde 19Jan10;  
2CAB RC (13479105) Tércio José Rodrigues, do RG2, desde 19Jan10;  
2CAB RC (11059704) Olga de Fátima Oliveira, do RG2, desde 19Jan10;  
2CAB RC (12809505) Marina de Fátima Azevedo, do RG2, desde 19Jan10;  
2CAB RC (17493704) Filipe Lousada, do RG2, desde 19Jan10;  
2CAB RC (18113505) Catarina de Fátima Lima Botelho, do RG2, desde 19Jan10;  
2CAB RC (17595604) Susana de Jesus Moreira, da UnAp/ZMA, desde 19Jan10;  
2CAB RC (07769704) Cátia Patrícia Aguiar Silva, da UnAp/ZMA, desde 19Jan10;  
2CAB RC (06449306) Vítor Tavares, da UnAp/ZMA, desde 19Jan10.

(Por despacho de 25 de Fevereiro de 2010)

Por despacho do Chefe da Repartição de Pessoal Militar/Direcção de Administração de Recursos Humanos, praticado no âmbito da subsubdelegação de competências conferida pelo despacho n.º 22 132/2009 de 28 de Setembro do major-general Director da Direcção de Administração de Recursos Humanos, publicado no *DR*, 2.ª Série, n.º 193 de 06 de Outubro de 2009, atribuídas ao major-general Director da Direcção de Administração de Recursos Humanos, no âmbito da subdelegação de competências conferida pelo despacho n.º 14 452/2007 de 09 de Maio do tenente-general Ajudante-General do Exército, publicado no *DR*, 2.ª Série, n.º 129 de 06 de Julho de 2007, delegadas no tenente-general Ajudante-General do Exército, no âmbito da delegação de competências conferida pelo despacho n.º 4 316/2007 de 31 de Janeiro do general Chefe do Estado-Maior do Exército, inserto no

DR, 2.ª Série, n.º 49 de 09 de Março de 2007, são promovidos ao posto de **segundo-cabo**, nos termos do n.º 4 e n.º 7 do artigo 305.º do EMFAR, contando com a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no artigo 56.º e a condição referida na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 60.º do EMFAR, os militares, em regime de contrato, a seguir mencionados:

2CAB GRAD RC (02518006) André Cabral, do RG2, desde 26Out09;  
2CAB GRAD RC (15521809) André Gomes, do RG2, desde 26Out09;  
2CAB GRAD RC (19007209) Elton Almeida, do RG2, desde 26Out09;  
2CAB GRAD RC (09887906) Filipe Branco, do RG2, desde 26Out09;  
2CAB GRAD RC (06886902) Rudi Alves, do RG2, desde 26Out09;  
2CAB GRAD RC (13763706) Tiago Nicolau, do RG2, desde 26Out09;  
2CAB GRAD RC (17651006) João Silva, do RG2, desde 26Out09;  
2CAB GRAD RC (02313503) Carlos Medeiros, do RG2, desde 26Out09;  
2CAB GRAD RC (03133702) Nelson Silva, do RG2, desde 26Out09;  
2CAB GRAD RC (12682809) José Rodrigues, do RG2, desde 26Out09;  
2CAB GRAD RC (09582209) Diogo Miguel, do RG2, desde 26Out09;  
2CAB GRAD RC (08037303) André Duarte, do RG2, desde 26Out09;  
2CAB GRAD RC (17399606) Ruben Viveiros, do Cmd da ZMA, desde 26Out09;  
2CAB GRAD RC (04236504) Carlos Barreira, da UnAp/ZMA, desde 26Out09;  
2CAB GRAD RC (00367910) António Sousa, da UnAp/ZMA, desde 26Out09;  
2CAB GRAD RC (01824102) Lisa Aguiar, da UnAp/ZMA, desde 26Out09.

(Por despacho de 17 de Fevereiro de 2010)

2CAB GRAD RC (10179503) Pedro Sousa, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (15163609) Tânia Garcia, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (11339004) Alexandra Medeiros, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (10626605) Cláudio Teixeira, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (14562005) Cristóvão Oliveira, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (07231405) Ruben Costa, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (13479105) Tércio Rodrigues, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (02578304) Milton Arrudo, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (17258003) Fábio Amaral, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (07769704) Cátia Silva, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (03073305) Fernando Tavares, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (05380804) Nelson Correia, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (15549902) Luís Matoso, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (17143204) Nelson Costa, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (17493704) Filipe Lousada, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (18113505) Catarina Botelho, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (12809505) Marina Azeredo, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (03826103) Paulo Moniz, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (11059704) Olga Oliveira, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (06449306) Vítor Tavares, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (17595604) Susana Moreira, do RG2, desde 19Jan09;  
2CAB GRAD RC (17266604) Carlos Sousa, do RG2, desde 19Jan09.

(Por despacho de 19 de Fevereiro de 2010)

2CAB GRAD RC (10315405) Leonardo Lourenço, do RG3, desde 11Jan10;  
2CAB GRAD RC (10794705) Lino Nascimento, do RG3, desde 11Jan10;  
2CAB GRAD RC (02461304) Carina Freitas, do RG3, desde 11Jan10;  
2CAB GRAD RC (02790506) António Freitas, do RG3, desde 11Jan10;  
2CAB GRAD RC (11457106) Alípio Ferraz, do RG3, desde 11Jan10;  
2CAB GRAD RC (12174202) Félix Gomes, do RG3, desde 11Jan10;  
2CAB GRAD RC (00934102) Sérgio Escórcio, do RG3, desde 11Jan10;  
2CAB GRAD RC (18378704) Graciela Oliveira, do RG3, desde 11Jan10;  
2CAB GRAD RC (01704800) Susana Prioste, do RG3, desde 11Jan10;  
2CAB GRAD RC (14016605) Silvério Teixeira, da UnAp/ZMM, desde 11Jan10;  
2CAB GRAD RC (13740805) João Ferraz, da UnAp/ZMM, desde 11Jan10;  
2CAB GRAD RC (07276309) Mário César Mendes, do RG1, desde 11Jan10;  
2CAB GRAD RC (09057303) Celestino Fernando Martins Dinis, do RG1, desde 11Jan10;  
2CAB GRAD RC (14874406) Paulo Jonas Pinto Martins, do RG1, desde 11Jan10;  
2CAB GRAD RC (00700506) Arlindo Miguel Dinis Vieira, do RG1, desde 11Jan10;  
2CAB GRAD RC (02359509) Vítor Tiago Cavaco Inácio, do RG1, desde 11Jan10;  
2CAB GRAD RC (17471806) Francisco José Rocha Couto, do RG1, desde 11Jan10.

(Por despacho de 10 de Março de 2010)

#### IV — PENSÕES

Em conformidade com o artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 Dezembro – Estatuto de Aposentações, publica-se a pensão mensal de reforma por invalidez que, a partir da data que se indica, passa a ser paga pela Caixa Geral de Aposentações, aos militares a seguir mencionados:

##### **Desde 01 de Março de 2010:**

FUR DFA (41313262) José Fernando Nunes Gomes, €1.465,05;  
SOLD DFA (01646966) António Fernando Ferreira Sequeira, €1.085,28.

(DR II Série, n.º 26 de 08 de Fevereiro de 2010)

##### **Desde 01 de Abril de 2010:**

2SAR PPI (03254966) Manuel Vences Gouveia, €360,82;  
FUR DFA (16224469) Francisco Ludgero G. Q. Araújo, €1.523,69;  
FUR PPI (16267673) Herculano Barreto Vieira, €205,41;  
SOLD DFA (09933568) António Francisco Soares, €1.106,24;  
SOLD DFA (61947570) André Maria Filipe, €1.227,81;  
SOLD DFA (08909171) Manuel Pires Silva, €1.106,24;  
SOLD PPI (06075366) António Maria Santana, €360,82;  
SOLD PPI (03152467) António Rosário Rodrigues, €353,05;  
SOLD PPI (00766866) Armando Jesus Silva, €353,05;  
SOLD PPI (61348971) Artur Santos Esteves, €345,11;  
SOLD PPI (00207363) Francisco Conceição Ribeiro, €200,99;

SOLD PPI (00769170) Francisco Martins Barbosa, €205,41;  
SOLD PPI (01606866) José Santos Raimundo, €200,99;  
SOLD PPI (04009764) Manuel Fernandes, €205,41.

(DR II Série, n.º 46 de 08 de Março de 2010)

---

## V — RECTIFICAÇÕES

Que fique sem efeito publicado na O.E. n.º 4, 3.ª Série, de 30 de Abril de 2009, Página n.º 52, referente à atribuição da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP “Afeganistão 2007” ao FUR RC (16472201) Nuno Alexandre Barbosa da Cunha Sotto Maior.

Rectifica-se o publicado na OE n.º 1, 3.ª Série, de 31 de Janeiro de 2010, página n.º 01, referente ao EX-FUR MIL (80153669), onde se lê “EX-FUR MIL (80153669) Odília Manuel Vicente Lima”, deve ler-se “EX-FUR MIL (80153669) Odílio Manuel Vicente Lima”.

### O Chefe do Estado-Maior do Exército

*José Luís Pinto Ramalho, general.*

Está conforme:

### O Ajudante-General do Exército

*Eduardo Manuel de Lima Pinto, tenente-general.*